

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO
EM PORTUGAL:

O CONTRIBUTO DA INTELIGÊNCIA NA PRESERVAÇÃO DA SEGURANÇA
INTERNA

AUTOR: CARLOS MANUEL VALOROSO SANTIAGO

ORIENTADORES: PROF. DOUTOR SÉRGIO FELGUEIRAS,
PROF. DOUTOR SÉRGIO VIEIRA DA SILVA

Lisboa, 29 de maio de 2025





Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Curso de Mestrado em Ciências Policiais

Área de Especialização em Gestão da Segurança

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE
RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Carlos Manuel Valoroso Santiago

Lisboa, maio, 2025

Dissertação apresentada ao
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Mestre em Ciências Policiais, sob orientação científica do
Prof. Doutor SÉRGIO RICARDO FELGUEIRAS e do Prof. Doutor
SÉRGIO VIEIRA DA SILVA.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação é o corolário de um percurso académico de investigação exigente, cujo sucesso jamais seria alcançável sem o amparo, a orientação e o estímulo daqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua materialização. Neste contexto, impõe-se, não como mera formalidade, mas como genuína manifestação de gratidão, um profundo reconhecimento a todos os que foram pilares fundamentais nesta jornada.

Antes de mais, ergo o meu mais sincero agradecimento a **Deus Todo-Poderoso**, fonte de sabedoria infinita e guia inexcedível dos meus passos. No deserto das incertezas, foi Ele quem providenciou a luz que dissipou as sombras da dúvida e fortaleceu o meu espírito nos momentos de adversidade. **Foi em Deus que encontrei o sustento nos momentos de incerteza, a clareza nas dúvidas, a resiliência perante as adversidades e a humildade necessária para reconhecer que todo o conhecimento humano é, em última instância, reflexo da Sua infinita perfeição.** A Ele, **primeiro e acima de tudo**, entrego esta dissertação, na certeza de que toda a inteligência e todo o entendimento provêm da Sua graça. A Sua presença foi e será, para sempre, a âncora que sustenta a minha perseverança e a minha dedicação à busca incessante pelo conhecimento e pela verdade.

Com o devido reconhecimento da primazia divina, é com deferência que expresso agora a minha mais sincera e profunda gratidão aos meus **ilustres orientadores**, o **Professor Doutor Sérgio Ricardo Felgueiras** e o **Professor Doutor Sérgio Vieira da Silva**, cujas mentes argutas, dotadas de um rigor epistemológico e metodológico inquestionáveis, foram verdadeiros faróis de orientação ao longo de todo este itinerário académico. A acuidade das suas reflexões, a argúcia crítica das suas observações e a sagacidade dos seus conselhos foram elementos estruturantes que impulsionaram o amadurecimento conceptual, analítico e teórico desta investigação. A sua paciência inquebrantável e a sua disponibilidade inexcedível constituíram não apenas um suporte técnico-científico de inestimável valia, mas também uma fonte de inspiração intelectual e académica.

É também de suma importância reconhecer o contributo essencial do **Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI)**, instituição de referência incontornável no panorama da investigação científica em **Ciências Policiais e Segurança Interna**. O acesso ao seu acervo bibliográfico, a excelência dos seus recursos

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

pedagógicos e a sinergia promovida no seio do ambiente académico revelaram-se fatores determinantes para a qualidade e solidez deste trabalho.

Não poderia, de forma alguma, olvidar a valiosa colaboração dos **distintos especialistas entrevistados**, cujas perspetivas, oriundas de distintas áreas do conhecimento, se afiguraram determinantes para a robustez e a profundidade analítica desta dissertação. A generosidade com que partilharam a sua erudição e experiência, disponibilizando o seu tempo para contribuir com reflexões substanciais, foi um elemento inestimável na construção desta investigação.

Aos meus **colegas de curso**, verdadeiros companheiros de jornada, dirijo um reconhecimento especial pelo ambiente de mútuo crescimento e pelo constante intercâmbio de ideias, reflexões e debates. A camaradagem, o espírito de entreatura e a partilha de experiências foram contributos inestimáveis para a consolidação de um percurso académico exigente, mas simultaneamente enriquecedor.

Por fim, mas com um significado inigualável, expresso a minha eterna gratidão à minha **família**, alicerce inquebrantável da minha existência, cujo apoio **incondicional e sacrifício silencioso** foram **bálsamos imprescindíveis** ao longo de toda esta jornada. Sem a sua compreensão nos momentos de ausência, sem o seu incentivo nos períodos de maior exaustão, sem a sua confiança inabalável no meu sucesso, **este trajeto teria sido incomensuravelmente mais árduo**.

A todos aqueles que, de uma forma ou de outra, foram parte deste caminho – e que, **pela vontade divina**, permanecerão para sempre nos alicerces da minha gratidão –, **o meu mais sincero e profundo reconhecimento!**

"E tudo quanto fizerdes, por palavras ou por obras, fazei-o em nome do Senhor Jesus, dando por Ele graças a Deus Pai" (Colossenses 3:17, Bíblia Sagrada).

ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS.....	VIII
RESUMO.....	X
ABSTRACT.....	XI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA.....	8
1. GLOBALIZAÇÃO: PERSPECTIVAS E IMPACTO NA SOCIEDADE PORTUGUESA E NO MUNDO	8
1.1. Baudrillard e a Sociedade de Simulações	8
1.1.1. Anthony Giddens e a Interconexão Global.....	10
1.1.2. Robertson e a Compressão do Mundo.....	12
1.1.3. Comportamentos e Fatores de Risco e os Movimentos Sociais	15
<i>1.1.3.1. Análise e Avaliação de Comportamentos e Fatores de Risco em Movimentos Sociais</i>	<i>17</i>
<i>1.1.3.2. Modelos Metodológicos Aplicáveis.....</i>	<i>19</i>
<i>1.1.3.3. Tecnologias Avançadas e Abordagens Inovadoras.....</i>	<i>23</i>
1.1.4. Tomlinson e a Proximidade Cultural	25
1.2. Impacto da Globalização no Mundo	29
1.3. Impacto da Globalização na Sociedade Portuguesa	30
1.4. Conceitos e Perspetivas sobre os Movimentos Sociais	32
1.4.1. Estrutura dos Movimentos Sociais	34
1.4.2. Normas e Dinâmicas Internas	36
1.4.3. Valores Partilhados nos Movimentos Sociais	40
1.5. Os Movimentos <i>Woke</i>	43
1.5.1. Os Movimentos <i>Woke</i> e as Teorias Sociológicas	44
<i>1.5.1.1. Na Teoria da Anomia de Durkheim</i>	<i>44</i>
<i>1.5.1.2. Na Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura.....</i>	<i>45</i>
<i>1.5.1.3. Na Sociedade de Risco de Ulrich Beck</i>	<i>45</i>

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

1.5.1.4.	<i>Na Proximidade Cultural de Tomlinson</i>	46
1.5.1.5.	<i>Paradoxos e Consequências da Cultura Woke</i>	46
1.5.1.6.	<i>O Impacto na Coesão Social</i>	48
1.5.1.7.	<i>Responsabilidade Social e a sua Polarização</i>	50
1.6.	A Construção do Protesto Político: A Geração À Rasca	51
1.7.	A Teoria do Caos e a Imprevisibilidade dos Movimentos Sociais	53
1.8.	A Teoria das Elites e o Controle sobre Movimentos Sociais	55
1.9.	A Teorização de Inteligência	58
1.9.1.	Origem e Evolução da Inteligência	59
1.9.1.1.	<i>A Evolução da Inteligência em Portugal</i>	62
1.9.2.	Atividade de Inteligência: Complexidade e Controvérsias	64
1.9.3.	Sherman Kent e a Análise de Inteligência	66
1.9.4.	A Inteligência segundo Jennifer Sims	71
1.9.4.1.	<i>Pertinência para os Comportamentos de Risco em Movimentos Sociais em Portugal</i>	73
1.9.5.	A Perspetiva da Polícia de Segurança Pública (PSP)	73
CAPÍTULO II – OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA		76
2.	A Influência dos movimentos sociais na formulação de Políticas de Segurança	76
2.1.	Os Grupos Sociais e as Dinâmicas Internas	81
2.1.1.	Definição e Estrutura dos Grupos Sociais	81
2.2.1.	Gabriel Tarde e a Imitação Social - Teoria do Contágio Social	82
2.2.2.	Émile Durkheim e a Coesão Social	85
2.2.2.1.	<i>O Propósito da Religião na Promoção da Coesão Social</i>	87
2.2.2.2.	<i>O Colapso da Coesão Social à Luz da Teoria da Anomia de Émile Durkheim</i>	89
2.2.2.3.	<i>O Impacto da Educação na Coesão Social</i>	93
2.2.3.	Max Weber e a Ação Social	95
2.2.4.	Anthony Oberschall e as Redes de Mobilização	99

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

2.2.5. Elinor Ostrom e a Governação Colaborativa	102
2.3. Teoria da Mobilização de Recursos - John McCarthy & Mayer Zald	106
2.3.1. Fundamentos da Teoria da Mobilização de Recursos - Diversidade de Recursos	106
2.3.1.1. Recursos Financeiros	107
2.3.1.2. Recursos Humanos	108
2.3.1.3. Recursos Materiais.....	108
2.3.1.4. A Influência dos Aliados.....	109
2.3.1.5. Aplicações Contemporâneas da TMR-Movimentos Sociais na Era Digital	110
2.3.1.6. Crowdfunding Online.....	111
2.3.1.7. Comparações com outras teorias de Movimentos Sociais	112
2.4. Análise de Casos Contemporâneos em Portugal.....	112
2.4.1. A “Geração À Rasca”	112
2.4.2. A “Greve Climática Estudantil”	114
2.4.3. O Movimento “Não TAP os Olhos”.....	118
2.4.4. Charles Tilly e a Oportunidade Política.....	121
2.4.5. Estrutura e Contágio nas Redes de Mobilização: Uma Análise a partir de Granovetter e Oberschall	123
CAPÍTULO III – MÉTODO DA INVESTIGAÇÃO	127
3. MÉTODO DA INVESTIGAÇÃO	127
3.1. Abordagem Qualitativa Exploratória	127
3.2. Técnicas de Recolha de Dados	128
3.2.1. Entrevistas Semiestruturadas	128
3.2.2. Análise Documental.....	129
3.3. Métodos de Análise	129
3.3.1. Análise de Conteúdo.....	129
CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	133
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	133

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

4.1. Métodos de Inteligência Aplicados	135
4.1.1. Síntese Descritiva dos Principais Temas	139
4.1.2. Estratégias de Antecipação e Prevenção	140
4.2. Implicações para a Gestão da Segurança Interna.....	143
4.2.1. Gestão dos Comportamentos de Risco associados aos Movimentos Sociais	145
4.2.2. Desafios Éticos e Legais	147
4.2.3. Recomendações para as Políticas Públicas de Segurança	149
CONCLUSÃO.....	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
APÊNDICES.....	176
APÊNDICE A - GUIÃO DAS ENTREVISTAS	176
APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	178
APÊNDICE B1: Entrevistado 1	178
APÊNDICE B2: Entrevistado 2	181
APÊNDICE B3: Entrevistado 3	184
APÊNDICE B4: Entrevistado 4	188

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ciclo de Produção de Inteligência	75
Figura 2 – Assimetrias dinâmicas: Grupos Sociais vs Movimentos Sociais	81
Figura 3 - Estrutura e Dinâmicas dos Grupos Sociais	82
Figura 4 - Diagrama das Relações Teóricas de Ação Coletiva e Movimentos Sociais	106
Figura 5 - Fluxograma do Processo Metodológico da Investigação	128

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Operacionalização de modelos conceptuais	22
Tabela 2 – Operacionalização de meios/recursos tecnológicos.....	25
Tabela 3 - Quadro Analítico da Teoria da "Proximidade Cultural"	28
Tabela 4 – Assimetrias entre Grupos Sociais e Movimentos Sociais	80
Tabela 5 - Quadro de Métodos de Inteligência Aplicados	138
Tabela 6 - Principais implicações para a gestão da segurança interna	145

SIGLAS E ABREVIATURAS

BD	- <i>Big Data</i>
CIA	- <i>Central Intelligence Agency</i>
FS	- Forças de Segurança
GNR	- Guarda Nacional Republicana
IA	- Inteligência Artificial
INTEL	- Inteligência
ISCPSI	- Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
NSA	- <i>National Security Agency</i>
OC	- Objetivo Central
OE	- Objetivos Específicos
ONG	- Organização Não Governamental
OPC	- Órgãos de Polícia Criminal
P.P.	- Pergunta de Partida
PD	- Perguntas Derivadas
PP	- Políticas Públicas
PSP	- Polícia de Segurança Pública
SI	- Segurança Interna
SIS	- Serviço de Informações de Segurança
SNS	- Sistema Nacional de Saúde
SP	- Segurança Pública
TMR	- Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS	- Teoria das Novas Mobilizações Sociais
TOP	- Teoria da Oportunidade Política

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

A Segurança é um Bem Coletivo, e a sua preservação requer um esforço contínuo de compreensão dos Movimentos Sociais e dos Comportamentos de Risco que podem ameaçar a estabilidade da Sociedade - MAX WEBER (1919). Economia e Sociedade:

Fundamentos da Sociologia Compreensiva.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

RESUMO

A presente dissertação examina a dinâmica dos movimentos sociais e dos comportamentos de risco em Portugal, com um enfoque específico no propósito da Inteligência (INTEL) na manutenção da Segurança Interna (SI). Este estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em entrevistas semiestruturadas e análise documental, para investigar como a Inteligência pode ser utilizada na previsão, prevenção e gestão de comportamentos de risco associados aos movimentos sociais. A revisão de literatura abrange teorias da Globalização e da Sociedade de Risco, entre outras, contextualizando a emergência de movimentos sociais contemporâneos em Portugal.

Os resultados esperados visam proporcionar uma compreensão aprofundada dos comportamentos de risco e da eficácia das estratégias de Inteligência, contribuindo para o desenvolvimento de Políticas de Segurança adaptáveis e eficazes. As conclusões sublinham a importância da Inteligência na formulação de estratégias de SI que assegurem uma Sociedade, onde Segurança, Coesão Social e Liberdade coexistam de forma equilibrada.

Palavras-Chave: Inteligência, Segurança Interna, Movimentos Sociais, Teoria da Mobilização de Recursos, Comportamentos de Risco.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

ABSTRACT

This dissertation examines the dynamics of social movements and risk behaviours in Portugal, with a particular focus on the role of Intelligence in maintaining Internal Security. This study employs a qualitative and exploratory approach, using semi-structured interviews and document analysis to investigate how Intelligence can be applied to forecast, prevent, and manage risk behaviours associated with social movements. The literature review encompasses theories of globalisation and the Risk Society, among others, placing the emergence of contemporary social movements in Portugal within a broader context.

The findings are expected to provide an in-depth understanding of risk behaviours and the effectiveness of Intelligence strategies, contributing to the development of adaptable and effective Security Policies. The conclusions underscore the importance of Intelligence in shaping Internal Security strategies that promote a balanced Society, where Security, Social Cohesion, and Freedom coexist harmoniously.

Keywords: *Intelligence, Internal Security, Threat, Social Movements, Resource Mobilization Theory, Risk Behaviors.*

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como principal propósito analisar as dinâmicas subjacentes aos movimentos sociais em Portugal, com particular enfoque na identificação de atos preparatórios de comportamentos de risco e na relevância estratégica da Inteligência (INTEL) como instrumento essencial à salvaguarda da Segurança Interna (SI). Este estudo reconhece que a Globalização, ao redefinir os paradigmas da SI e ao promover interdependências transnacionais, não só ampliou oportunidades de desenvolvimento como intensificou vulnerabilidades que desafiam as estruturas tradicionais de proteção social e institucional.

A Globalização, enquanto fenómeno que redefiniu os contornos das relações económicas, sociais e políticas, promoveu uma circulação sem precedentes de pessoas, bens e informações, transformando profundamente os processos de decisão política, tanto a nível nacional como internacional (Held & McGrew, 2007; Kaldor, 1999). Embora este processo tenha contribuído para mitigar os riscos militares tradicionais entre Estados-nação (Nye, 2000), simultaneamente gerou desafios inéditos, como o Terrorismo Transnacional, o Crime Organizado e as crises ambientais (Buzan, 1991). Estes fenómenos, ao atravessarem fronteiras e interligarem sistemas globais, colocam os Estados perante formas inéditas de vulnerabilidade, exigindo respostas coordenadas e adaptadas. Neste contexto, Ulrich Beck (1992) introduz o conceito de "Sociedade de Risco" para descrever uma era marcada pela proliferação de ameaças globais e locais, onde a incerteza e a imprevisibilidade predominam.

Os eventos de 11 de setembro de 2001 ilustram paradigmática e dramaticamente como ameaças globais podem impactar diretamente a SI, expondo a fragilidade dos Estados perante atores não estatais capazes de explorar as vulnerabilidades de uma ordem global interconectada (Sassen, 2008). Neste enquadramento, Didier Bigo (2008) salienta a importância de desenvolver uma cultura de segurança robusta e flexível, que permita uma resposta eficaz às novas ameaças emergentes, ajustando as Políticas de Segurança às realidades transnacionais interligadas.

No contexto português, os movimentos sociais assumem uma relevância crescente, emergindo como resposta a preocupações diversificadas — políticas, económicas, ambientais e sociais —, servindo como plataformas fundamentais para a articulação de reivindicações legítimas por parte da Sociedade civil. Estes movimentos refletem uma crescente consciência coletiva sobre as limitações das estruturas

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

tradicionais de poder e a necessidade de novas formas de participação política. Contudo, como argumentam Della Porta & Tarrow (2015) e Tarrow (2011), a coexistência de manifestações pacíficas com episódios de carácter disruptivo coloca desafios significativos à SI, exigindo das autoridades respostas equilibradas, que respeitem os direitos fundamentais enquanto asseguram a Ordem Pública. A gestão desta dualidade — entre o protesto pacífico e a disrupção potencial — torna-se, assim, um desafio central para as Políticas de Segurança contemporâneas. A resposta a tais fenómenos exige não apenas a capacidade de antecipar riscos, mas também a implementação de estratégias preventivas e adaptativas, sustentadas numa análise aprofundada e na aplicação eficaz da Inteligência (INTEL).

A Inteligência, **enquanto conceito neste estudo, apresenta-se como uma construção multifacetada, amplamente divergente da designação institucional de "Informações", comumente utilizada no contexto português.** Embora o termo "*Intelligence*" tenha sido historicamente associado ao eufemismo anglo-saxónico da prática de espionagem, **é imperativo destacar que essa interpretação constitui apenas um fragmento da sua verdadeira essência. Este estudo posiciona a Inteligência como um mecanismo dinâmico, intrinsecamente ligado à antecipação estratégica, análise preditiva e apoio decisório em cenários marcados pela volatilidade e complexidade.**

Neste quadro, importa explorar a Inteligência enquanto prática estruturada, moldada por preceitos doutrinários oriundos de distintas escolas de pensamento que conferem profundidade ao conceito. A abordagem proposta permite desvelar as interseções entre a recolha e a análise sistemática de dados e a formulação de respostas estratégicas adaptativas. Assim, o leitor é convidado a ultrapassar a visão estereotipada de espionagem, mergulhando numa compreensão mais abrangente e enriquecedora, que revela a Inteligência como um recurso fundamental à manutenção da soberania e à gestão de riscos no Estado contemporâneo. Neste sentido, a INTEL assume-se como um pilar fundamental da gestão da SI.

Sherman Kent (1965) conceptualiza a Inteligência como um processo que converte Informação em Conhecimento Estratégico, indispensável à formulação de Políticas de Segurança adaptativas e eficazes. Didier Bigo (2008), por sua vez, enfatiza a necessidade de desenvolver uma cultura de segurança integrada, que articule a flexibilidade estratégica com a robustez operacional, promovendo a colaboração entre

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

atores nacionais e internacionais. Este enquadramento reforça a importância de estratégias preventivas que permitam identificar precocemente comportamentos de risco associados aos movimentos sociais, conciliando eficácia operacional com os valores éticos e democráticos que fundamentam o Estado de Direito.

Com base nesta premissa, o **problema de investigação** pode ser formalizado na seguinte questão: Como a Inteligência pode identificar os atos preparatórios de comportamentos de risco perpetrados por movimentos sociais?

Esta questão centraliza-se na necessidade de compreender, de forma integrada e científica, como a INTEL pode ser aplicada para antecipar ameaças e mitigar riscos associados às dinâmicas dos movimentos sociais em Portugal, prevenindo destabilizações sem comprometer os direitos fundamentais consagrados no Estado de Direito.

O **objetivo geral (O.G.)** desta investigação consiste em: Analisar e avaliar a aplicação da Inteligência, com particular enfoque na antecipação, prevenção e gestão de comportamentos de risco associados aos movimentos sociais, visando garantir a Segurança Pública e a estabilidade social no contexto democrático português.

Este grande objetivo desdobra-se nos seguintes **objetivos específicos (O.E)**:

- 1) Investigar as principais tipologias de comportamentos de risco associados aos movimentos sociais, com ênfase na identificação de padrões, motivações e impactos destes comportamentos;
- 2) Avaliar a eficácia das estratégias de antecipação e prevenção de ameaças à Segurança Interna, adotadas pelos órgãos de Inteligência em Portugal, relativamente aos comportamentos de risco associados aos movimentos sociais;
- 3) Propor recomendações e diretrizes para o aperfeiçoamento das políticas e práticas de Inteligência e Segurança, com vista à gestão dos comportamentos de risco derivados dos movimentos sociais, promovendo assim um ambiente seguro e harmonioso no contexto democrático.

Para aprofundar as várias dimensões do problema em análise, a investigação será ainda orientada pelas seguintes **Perguntas Derivadas**, que estruturam e orientam o desenvolvimento da pesquisa:

- 1) Quais são os principais métodos e técnicas de Inteligência aplicáveis à monitorização e à mitigação dos comportamentos de risco associados aos movimentos sociais em Portugal?

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- 2) De que forma a Inteligência pode ser utilizada para antecipar e prevenir potenciais ameaças à Segurança Interna originadas por movimentos sociais e pelos seus comportamentos de risco?
- 3) Como a Inteligência pode desempenhar um papel relevante na preservação da Segurança Interna em Portugal, no contexto dos comportamentos de risco associados aos movimentos sociais?
- 4) Quais são os desafios éticos e legais envolvidos na utilização da Inteligência para preservar a Segurança Interna num ambiente democrático, assegurando simultaneamente o respeito pelos direitos civis e pela liberdade de expressão?

O método delineado nesta investigação pauta-se por uma abordagem qualitativa e exploratória, sustentada pela triangulação de dados obtidos através de entrevistas semiestruturadas e análise documental. Esta estratégia metodológica privilegia a captação das múltiplas camadas de complexidade que permeiam os fenómenos estudados, conciliando a análise detalhada de perspetivas especializadas na Segurança Interna (SI) e na Inteligência (INTEL) com uma interpretação analítica de fontes documentais robustas e academicamente relevantes.

As entrevistas semiestruturadas, conduzidas com base nas orientações de Stake (1995) & Merriam (2009), assumem-se como uma técnica de recolha essencial para a obtenção de dados contextualmente autênticos e empiricamente substanciados. Estas entrevistas incidem sobre personalidades de relevo, nomeadamente políticos com representação parlamentar, académicos de renome especialistas em Inteligência Estratégica e, Oficiais Superiores de Polícia com experiência consolidada no campo da Segurança Pública. Este método permite explorar de forma aprofundada as perceções, conhecimentos e experiências dos participantes, assegurando a pluralidade de perspetivas e a representatividade dos dados recolhidos. A definição deliberada e criteriosa dos entrevistados visa mitigar enviesamentos e captar a riqueza das dinâmicas comportamentais e organizacionais associadas aos movimentos sociais e aos comportamentos de risco.

Paralelamente, a análise documental constitui um eixo fundamental desta investigação, incidindo sobre um *corpus* diversificado que inclui relatórios técnicos e documentos oficiais, nomeadamente no ***Relatório de Inclusão e Diversidade: Estruturas Organizacionais e Representatividade***, da Câmara Municipal de Lisboa (2020), as estatísticas do desemprego em Portugal, proveniente do Instituto Nacional de Estatística

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

datado de 2013, entre outros, literatura académica com fontes de relevância mediática e autores clássicos de referência. Este método, conforme defendido por Flick (2018), possibilita a identificação criteriosa de padrões subjacentes às dinâmicas de risco, fornecendo uma base sólida para a triangulação metodológica. Yin (2018) reforça a importância da análise documental como um instrumento indispensável para consolidar a credibilidade dos resultados, permitindo uma visão abrangente e multidimensional sobre o fenómeno em estudo.

A triangulação de dados — combinando entrevistas semiestruturadas com a análise documental — emerge como uma estratégia metodológica essencial para colmatar potenciais lacunas, promovendo uma perspectiva holística e integrada sobre os comportamentos de risco associados aos movimentos sociais. Esta abordagem assegura que a investigação não apenas reflete a complexidade dos fenómenos, mas também incorpora uma validação cruzada robusta dos achados, garantindo maior fiabilidade e rigor interpretativo.

A presente dissertação constitui uma análise detalhada das dinâmicas entre os movimentos sociais e os comportamentos de risco em Portugal, com um enfoque específico na Inteligência (INTEL) enquanto elemento central para a salvaguarda da Segurança Interna (SI). A estrutura da investigação está organizada em duas partes fundamentais — teórica e empírica —, desenvolvidas ao longo de quatro capítulos principais, em conformidade com as diretrizes metodológicas para uma abordagem estruturada e sequencial, como recomendado por Yin (2018). Esta organização visa assegurar uma análise rigorosa e integrada, respondendo aos objetivos da pesquisa.

O primeiro capítulo, dedicado ao enquadramento teórico, explora os constructos teóricos centrais da investigação, incluindo a Globalização e os movimentos sociais. Baseando-se em conceitos-chave das Ciências Policiais, Criminais, Sociais e do Comportamento, este capítulo estabelece os alicerces teóricos que sustentam a análise empírica, em conformidade com o que Stake (1995) considera essencial para compreender os fenómenos em estudo.

O segundo capítulo foca-se na análise do papel da Inteligência (INTEL) na gestão da Segurança Interna (SI) no contexto português. Este capítulo aborda criticamente a aplicabilidade e relevância estratégica da INTEL perante os desafios contemporâneos, explorando a sua capacidade de antecipação, mitigação e gestão de comportamentos de

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

risco, conforme argumentado por Merriam (2009) enquanto um pilar essencial para investigações qualitativas aplicadas às Ciências Sociais.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia adotada na investigação, explicitando os métodos de recolha e análise de dados, de forma a assegurar a validade e a fiabilidade dos resultados. Este capítulo detalha as estratégias qualitativas adotadas, tais como a triangulação de dados através de entrevistas semiestruturadas e análise documental, sustentadas pelas diretrizes de Stake (1995) e Flick (2018).

O quarto capítulo centra-se na análise e discussão dos resultados obtidos, confrontando-os com a literatura existente e avaliando as respostas às perguntas de investigação. A integração de dados provenientes de múltiplas fontes permite a triangulação dos resultados, conforme defendido por Patton (2014), assegurando uma compreensão robusta e multifacetada das interações entre os comportamentos de risco e as práticas de INTEL no contexto português.

Para além destes capítulos principais, a dissertação inclui, na sua conclusão, as recomendações práticas para as Políticas de Segurança Interna (PSI) e a proposta de direções futuras de investigação. Estas recomendações foram formuladas para orientar o desenvolvimento de políticas e estratégias mais adaptativas e eficazes, ajustadas aos desafios emergentes no domínio da SI, em consonância com os princípios de uma análise aplicada e orientada para a prática, como defendido por Yin (2018).

Esta estrutura, cuidadosamente delineada e fundamentada nos pressupostos teóricos de Patton (2014), Stake (1995) e Yin (2018), assegura um encadeamento lógico e uma coesão argumentativa que amplificam a clareza e a profundidade analítica. Tal organização contribui de forma significativa para uma análise abrangente e rigorosa do tema em estudo, em consonância com os preceitos metodológicos e teóricos das Ciências Policiais, Criminais, Sociais e do Comportamento.

Espera-se que esta investigação produza resultados de elevado impacto no plano académico e na praxis da Segurança Interna. No domínio teórico, esta dissertação visa enriquecer o *corpus* científico das Ciências Policiais, aprofundando a compreensão das interações complexas entre movimentos sociais, comportamentos de risco e estratégias de INTEL. A integração de abordagens metodológicas avançadas permitirá identificar lacunas no conhecimento existente, propondo novos enquadramentos conceptuais para a análise e gestão de riscos associados aos movimentos sociais.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

No plano operacional, a investigação ambiciosa fornecer contributos práticos que possam fortalecer as Políticas Públicas de Segurança em Portugal, incrementando a capacidade adaptativa e preditiva das Forças de Segurança (FS). A adoção de estratégias preditivas, informadas por INTEL de qualidade, reforça a preparação das FS para enfrentar ameaças emergentes, mitigando os riscos de disrupção social sem comprometer os direitos fundamentais. Didier Bigo (2008) enfatiza que a eficácia na gestão da Segurança Interna depende da conjugação entre eficiência operacional e flexibilidade estratégica, integrando o respeito pelos princípios democráticos com respostas robustas e adaptativas aos desafios contemporâneos.

Neste contexto, a INTEL consolida-se como um instrumento estratégico indispensável para a construção de uma Sociedade resiliente, capaz de enfrentar os desafios da modernidade globalizada com legitimidade democrática e eficácia institucional.

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA

1. GLOBALIZAÇÃO: PERSPECTIVAS E IMPACTO NA SOCIEDADE PORTUGUESA E NO MUNDO

1.1. Baudrillard e a Sociedade de Simulações

Jean Baudrillard (1994), filósofo francês de notável influência, desempenha um papel indispensável na análise crítica da Sociedade contemporânea, particularmente através da sua visão incisiva sobre a pós-modernidade. A sua obra explora, com acuidade e rigor, o propósito central da comunicação na estrutura social, posicionando o conceito de "simulação" como uma chave de leitura das transformações culturais e sociais que moldam o nosso tempo. As suas teorias, que transbordam as fronteiras da Sociologia para abraçar as Artes da Comunicação e a Cultura Visual, oferecem uma perspetiva disruptiva sobre a realidade moderna, desafiando noções tradicionais de verdade e autenticidade.

No seu texto seminal *Simulacra and Simulation*, Baudrillard (1994) articula uma crítica acérrima à Globalização, caracterizando-a como um processo que gera uma Sociedade dominada por "simulações" e "hiper-realidades". Para o autor, vivemos numa era onde a distinção entre a realidade objetiva e a representação se dissolve, num fenómeno encapsulado no conceito de "simulacro" — uma réplica desprovida de original. Este "simulacro", para Baudrillard (1994), transcende a realidade material, assumindo-se como uma "hiper-realidade" que se sobrepõe à verdade objetiva, mas que paradoxalmente adquire maior relevância subjetiva para o indivíduo. Assim, as tecnologias de comunicação, ao disseminarem incessantemente imagens e signos descontextualizados, alimentam esta hiper-realidade e subvertem a perceção genuína do mundo.

Baudrillard (1994) atribui, pois, uma função central aos signos e às imagens na construção da Globalização, sublinhando a sua propagação massiva pelos media e pela cultura de consumo, que aniquilam a possibilidade de uma realidade tangível e autónoma. Nesta ótica, a Globalização extrapola as dimensões económicas e culturais, convertendo-se num mecanismo de "colonização" do real pelo virtual. A "hiper-realidade" emerge, assim, como um estado no qual o verdadeiro e o falso, o real e o imaginário, coexistem de forma indissociável, condicionando a experiência humana a uma relação mediada e artificial com o mundo. Este fenómeno atinge proporções dramáticas nas redes sociais, onde a vida quotidiana é saturada por imagens que moldam as perceções e alteram o sentido da própria realidade.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

A primazia dos "simulacros" cria, segundo Baudrillard (1994), uma cultura de superficialidade e de efemeridade, onde o consumismo desenfreado se impõe como o eixo da atividade social. Numa Sociedade pós-moderna marcada pela dissolução de valores tradicionais, o consumo transcende o ato de aquisição material e transforma-se num ritual simbólico, um ato que constrói identidades e redefine as perceções individuais e coletivas. Baudrillard (1994) critica, aqui, a *Sociedade do Espetáculo* de Guy Debord (1967), um conceito que descreve a vida social enquanto domínio mediado por representações, onde a existência quotidiana se converte em espetáculo e a realidade se torna performativa.

Para Baudrillard (1994), a Globalização, ao intensificar o fluxo incessante de imagens e de informações, gera uma realidade virtual de significados fugazes e desprovidos de profundidade. A interação social é, assim, mediada por um sistema de signos que conduz os indivíduos a um "labirinto" de representações, onde qualquer conexão com a tangibilidade do real se perde. Este "espelho infinito" fragmenta a realidade em reflexos e reproduções, subvertendo o contacto direto com o mundo material. A Guerra do Golfo surge, neste contexto, como exemplo paradigmático do que Baudrillard (1991) descreve como a primeira "guerra simulada", onde os acontecimentos reais foram eclipsados pela narrativa mediática, produzindo uma guerra cujo impacto se situou mais na representação do que nos factos.

A crítica de Baudrillard (1994) à Globalização representa, portanto, uma denúncia radical a um mundo onde a realidade é incessantemente substituída por simulacros, conduzindo-nos à era da "hiper-realidade". Neste cenário, autenticidade e verdade são categorias continuamente problematizadas, quiçá anuladas. Baudrillard (1994) propõe, assim, uma reflexão sobre os efeitos culturais e sociais do fenómeno globalizante, apontando para a crescente alienação e superficialidade que dele emanam. Os conceitos de "simulação", "hiper-realidade" e "virtualidade", antecipados por Baudrillard (1994), tornam-se cada vez mais pertinentes à luz dos avanços da Inteligência Artificial (IA), da realidade virtual e das redes sociais. A atualidade das suas ideias evidencia-se numa Sociedade envolvida, de forma cada vez mais intensa, em redes de simulacros e representações. Baudrillard (1994) incita, assim, a uma reflexão contínua e aprofundada, apelando à comunidade académica e intelectual para decifrar as mutações sociais e culturais em curso, com as suas teorias assumindo um carácter premonitório e desafiador.

1.1.1. Anthony Giddens e a Interconexão Global

Anthony Giddens (1990), um dos mais influentes sociólogos contemporâneos, concebe a Globalização como uma manifestação intrínseca e inevitável da modernidade, definindo-a como a intensificação das relações sociais numa escala global, onde acontecimentos ocorridos numa parte do mundo têm repercussões inevitáveis em regiões distantes. Este processo gera níveis de interdependência sem precedentes, permitindo uma análise crítica sobre a profundidade e a complexidade da interconectividade global. Nesta investigação, adota-se uma abordagem exploratória que visa desvelar a complexidade e a dinâmica deste processo, examinando tanto a sua essência teórica como o seu impacto prático.

Para Giddens (1990), a Globalização não é um fenómeno restrito ao presente, mas sim um processo dinâmico e dialético que interliga as esferas económica, política e cultural da vida social, onde alterações numa dessas esferas desencadeiam efeitos transformadores nas outras. O autor argumenta que, embora a Globalização seja amplamente vista como um fenómeno contemporâneo, ela é parte de um trajeto histórico mais vasto que ganhou tração com o advento da modernidade. O desenvolvimento das comunicações e dos transportes, intensificado neste período, facilitou o fluxo global de informações e a mobilidade de pessoas, configurando aquilo que vários académicos denominam como "espaços de fluxo" globais.

No plano económico, Giddens (1990) sublinha que a Globalização tem implicações profundas nas economias locais e nacionais, criando uma economia global interdependente onde decisões económicas numa região reverberam noutras. Esta interdependência é particularmente visível nas crises financeiras globais, onde as vulnerabilidades das economias locais se tornam inextricáveis dos movimentos dos mercados financeiros internacionais. Compreender esta interdependência revela-se fundamental para analisar de que modo as economias nacionais influenciam, e são influenciadas, pelas dinâmicas globais, condicionando as políticas locais e as respostas às crises que, embora possam parecer distantes, afetam diretamente a realidade de cada nação.

Politicamente, Giddens (1990) identifica a Globalização como um processo que desafia a soberania do Estado tradicional, reformulando a posição dos atores e das instituições no palco internacional. À medida que as organizações internacionais, corporações multinacionais e Organizações Não Governamentais (ONG) ganham

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

protagonismo na governação global, o poder dos Estados-nação é progressivamente diluído. Este novo equilíbrio de poder exige modelos alternativos de cooperação e governação global, capazes de enfrentar problemas que transcendem fronteiras nacionais, tais como as alterações climáticas, o terrorismo e as crises financeiras — fenómenos de carácter transnacional que escapam ao controlo exclusivo de qualquer Estado.

Culturalmente, Giddens (1990) argumenta que a Globalização promove uma interação sem precedentes, conduzindo tanto à homogeneização cultural como ao “hibridismo cultural”. Por um lado, a difusão de produtos e valores culturais através dos meios de comunicação fomenta uma padronização cultural, frequentemente dominada por influências ocidentais. Por outro, a Globalização facilita um intercâmbio bidirecional, em que culturas locais reinterpretam influências globais, resultando em manifestações culturais híbridas. Este intercâmbio, longe de ser unilateral, configura-se como um diálogo complexo no qual as culturas locais preservam tradições enquanto adaptam práticas globais ao seu contexto específico.

Giddens (1990) introduz também o conceito de “distanciamento espaço-temporal”, sugerindo que a Globalização altera profundamente a compreensão tradicional do tempo e do espaço. A capacidade de transferir informações instantaneamente e de coordenar ações globalmente desafia a noção de proximidade física, revolucionando a perceção de tempo e de espaço e criando uma sincronização global sem precedentes. Esta transformação afeta não apenas as relações sociais, mas também as dinâmicas económicas e políticas, tornando o mundo simultaneamente mais próximo e mais abstrato.

A visão de Giddens (1990) sobre a Globalização como um processo em constante evolução convida-nos a refletir criticamente sobre o impacto deste fenómeno na construção de identidades, na formação de comunidades e nas novas formas de governação. A interdependência global, ao mesmo tempo que gera oportunidades inéditas, também intensifica riscos e desafios, requerendo respostas coletivas e inovadoras que respeitem a complexidade deste fenómeno.

Para enriquecer a análise de Giddens (1990), é relevante incorporar perspetivas complementares, como a de Manuel Castells (1996), que introduz o conceito de Sociedade Em Rede, caracterizando a Globalização como um processo onde o poder é distribuído através de redes globais de comunicação e informação. Castells (1996) argumenta que esta estrutura de redes, ao mesmo tempo que expande oportunidades de interconectividade, pode também reforçar desigualdades, permitindo que elites globais

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

controlem os fluxos de informação e de poder, enquanto comunidades locais lutam para preservar a sua autonomia cultural e política. Esta perspetiva crítica oferece um contraponto necessário à análise de Giddens (1990), demonstrando que a Globalização pode simultaneamente alargar e restringir a autonomia local, dependendo da forma como as redes globais são estruturadas e administradas.

Em suma, enquanto Giddens (1990) nos proporciona uma visão abrangente e teórica da interconectividade global e das suas implicações, a integração de perspetivas alternativas, como a de Castells (1996), enriquece esta discussão, promovendo uma compreensão robusta e multidimensional do fenómeno da Globalização. Ao alargar o quadro analítico com estas abordagens, torna-se possível formular uma análise que capta as nuances e complexidades de um mundo em constante transformação, onde a Globalização assume posições paradoxais de emancipação e de subordinação.

1.1.2. Robertson e a Compressão do Mundo

Em consonância com a análise de Giddens (1992) sobre a Globalização, Roland Robertson (1992), na sua obra *Globalization: Social Theory and Global Culture*, introduz o conceito de *Compressão Do Mundo*, uma ideia que transcende a mera interconexão entre economias e sociedades. Robertson (1992) propõe que a Globalização não se limita à interação funcional entre Estados, mas implica uma intensificação da consciência global, uma perceção coletiva de que o mundo se "encolhe", transformando-se num espaço densamente interligado onde as dinâmicas de interação, poder e identidade são continuamente reconfiguradas. Este fenómeno desafia fronteiras tradicionais, questiona hierarquias previamente estabelecidas e exige um olhar atento sobre os impactos nas estruturas sociais, culturais e securitárias.

Para Robertson (1992), a Globalização é um fenómeno paradoxal. Por um lado, promove a perceção simultânea das diferenças e semelhanças culturais, fomentando uma unidade de humanidade. Por outro, gera tensões latentes e conflitos identitários, à medida que diversos grupos socioculturais se empenham em proteger a integridade das suas matrizes identitárias perante forças hegemónicas que exercem uma influência desproporcional. Neste processo, dinâmicas culturais exógenas, muitas vezes comandadas por lógicas económicas globais, ameaçam a preservação das especificidades locais, conduzindo a um confronto subtil, mas profundamente enraizado, entre uniformização global e resistência cultural. Robertson (1992) alerta para a necessidade

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

de uma abordagem que permita compreender estas interações entre o global e o local, reconhecendo a sua complexidade e os seus impactos no tecido social.

Held & McGrew (2007) corroboram esta perspetiva ao enfatizar que a Globalização transcende as esferas económica e política, moldando também dimensões sociais e culturais. Segundo estes autores, a Globalização opera como um fluxo bidirecional: enquanto as culturas dominantes influenciam as periféricas, estas também reconfiguram elementos das primeiras, originando dinâmicas culturais híbridas. Contudo, esta “hibridização cultural”, longe de ser exclusivamente enriquecedora, pode acarretar riscos para a estabilidade social. A intensificação dos fluxos culturais promove, por vezes, a diluição das tradições locais, conduzindo à fragmentação identitária e à emergência de narrativas de resistência que frequentemente desafiam as normas estabelecidas.

Neste contexto, a análise de Garland (2001), em *The Culture of Control*, é particularmente pertinente. Garland (2001) argumenta que, à medida que as sociedades modernas enfrentam a erosão das suas referências culturais e sociais, recorrem a uma cultura de controlo, uma dependência crescente das Forças de Segurança para gerir os riscos associados à fragmentação social. Esta dependência reflete-se numa maior intervenção do Estado nas dinâmicas sociais, intensificada pela perceção de insegurança gerada pela globalização cultural. Cohen (1972) complementa esta análise com o conceito de “pânico moral”, explicando-nos como as mudanças culturais exacerbam tensões sociais, levando a reações desproporcionais que reforçam a polarização comunitária e a narrativas de resistência.

O crescimento exponencial de marcas, como McDonald’s, Coca-Cola, Nike e Adidas, ilustra de forma clara a dimensão instrumental da globalização cultural. Estas marcas, embora apresentadas como promotoras de inovação e adaptação local, revelam uma lógica de padronização que compromete a autenticidade cultural. Através do conceito de “glocalização”, aparentam adaptar-se às especificidades locais, mas frequentemente promovem dependências simbólicas e económicas. Conforme o discurso promovido pelo Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT) e pela revista Segurança e Defesa, dirigida por Anes, em 2010, Carla Mondim (2010) alerta que estas dinâmicas não são apenas comerciais; representam forças que alimentam tensões sociais e comportamentos desviantes, com implicações diretas para a Segurança Interna. Movimentos de resistência identitária frequentemente emergem em

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

resposta a estas pressões, desafiando normas dominantes e criando novos espaços de contestação.

A “resignificação cultural”, muitas vezes interpretada como uma manifestação de resiliência comunitária, também apresenta riscos substanciais. A apropriação de símbolos globais por subculturas locais, como os ténis Nike no movimento hip-hop africano, reflete a formação de enclaves culturais que, embora inicialmente legitimem identidades locais, podem transformar-se em redes de contestação. Castells (1997), em *The Power of Identity*, sublinha que estas redes utilizam infraestruturas globais para desafiar as normas sociais estabelecidas, contribuindo para a fragmentação social e, em casos extremos, fomentando dinâmicas de radicalização ou práticas desviantes. Estas dinâmicas, ao escaparem ao controlo institucional, tornam-se um desafio significativo para a Segurança Interna, exigindo estratégias de monitorização e intervenção proativas.

A análise de Appadurai (1996) é central para compreender o impacto global destes fluxos culturais. O autor introduz o conceito de “*scapes*” — paisagens culturais, económicas, tecnológicas, ideológicas e mediáticas —, que descrevem a interligação global enquanto geradora de tensões que ultrapassam fronteiras geográficas. Estes fluxos, para além de comprometerem a coesão local, são frequentemente veículos de disseminação de ideologias subversivas e contravalores que desafiam estruturas normativas e sociais.

Já no contexto europeu, as dinâmicas de harmonização normativa promovidas pela União Europeia criam um desafio adicional. Barreto (2000) sublinha que estas normas frequentemente ignoram especificidades nacionais, impondo uma padronização normativa que enfraquece a autonomia dos Estados-membros. Beck (2006), ao discutir a Sociedade de Risco, argumenta que estas imposições criam vulnerabilidades, subordinando as prioridades locais às exigências globais e expondo as Forças de Segurança a uma atuação assimétrica, desconectada das realidades territoriais.

A “compressão do mundo”, como proposta por Robertson (1992), sintetiza assim a dualidade da globalização cultural. Por um lado, promove interconexões globais sem precedentes; por outro, intensifica tensões identitárias e culturais que desafiam a estabilidade social e a autoridade do Estado. Para os especialistas em Ciências Criminais, Segurança Interna e Sociologia, este fenómeno deve ser abordado com cautela, reconhecendo que a revitalização de símbolos locais pode tanto reforçar identidades como catalisar movimentos organizados de contestação. Nesta perspetiva, a globalização

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

cultural, longe de ser um processo linear ou exclusivamente benéfico, representa um campo de tensões estruturais que desafiam os fundamentos das Ciências Criminais e da Segurança Interna. Este fenómeno, ao reconfigurar práticas e valores, exacerba desigualdades, fragmenta identidades e afeta diretamente a ordem pública e a soberania nacional. Para mitigar estes impactos, é imperativo que as Autoridades de Segurança Interna (Estado nas suas várias formas) atuem como guardiãs da coesão social, protegendo as comunidades das forças uniformizadoras da Globalização e garantindo a continuidade das suas matrizes identitárias.

1.1.3. Comportamentos e Fatores de Risco e os Movimentos Sociais

Os comportamentos de risco e os fatores que os influenciam constituem dimensões indissociáveis para a compreensão das dinâmicas que sustentam os movimentos sociais e dos desafios que estes representam à segurança interna e à coesão social. Hirschi (1969) define comportamentos de risco como ações que violam normas sociais ou aumentam a probabilidade de ocorrência de eventos adversos, comprometendo tanto a segurança individual como coletiva. Estes comportamentos incluem atos de vandalismo, violência em manifestações, desobediência civil e, mais recentemente, a disseminação estratégica de desinformação em plataformas digitais. No contexto dos movimentos sociais, estas práticas emergem frequentemente como respostas a perceções de injustiça, exclusão ou desigualdade, sendo amplificadas por fatores estruturais e contextuais que configuram o ambiente sociopolítico.

Os fatores de risco, por sua vez, remetem para as condições ou características que aumentam a vulnerabilidade de indivíduos ou grupos à adoção de comportamentos de risco. Kaplan & Garrick (1981) propõem que estes fatores podem ser analisados em múltiplos níveis:

- **Individuais:** Incluem variáveis como idade, crenças ou traços de personalidade, que predis põem indivíduos a desafiar normas estabelecidas (Sutherland & Cressey, 1974).
- **Sociais:** Abrangem desigualdades económicas, exclusão social ou privação relativa, aspetos fortemente explorados na *sociedade de risco* de Beck (1992).
- **Contextuais:** Referem-se a elementos como o *design* espacial de protestos, a ausência de canais de diálogo institucional ou a amplificação de tensões em redes sociais (Douglas & Wildavsky, 1982).

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

No caso português, fatores como a desigualdade económica ou decisões políticas controversas frequentemente funcionam como catalisadores de tensões que se traduzem em manifestações públicas marcadas por comportamentos disruptivos. Beck (1992) argumenta que estas dinâmicas são uma consequência intrínseca da modernidade tardia, caracterizada por estruturas sociais e tecnológicas que simultaneamente criam oportunidades e novas vulnerabilidades.

A interação entre comportamentos de risco e fatores de risco não é linear, mas revela uma causalidade recíproca. Kaplan & Garrick (1981) delinearam uma metodologia analítica para compreender esta interação, assente em três questões fundamentais: “O que pode acontecer?”, “Qual é a probabilidade de que aconteça?” e “Quais são as consequências?”. Este modelo é particularmente útil na antecipação de escaladas de violência em protestos sociais. Por exemplo, ao aplicá-lo a manifestações ambientais em Portugal, é possível prever cenários de intensificação, calcular probabilidades e planear intervenções preventivas que mitiguem impactos sociais e políticos.

No domínio das ciências criminais e da segurança interna, Cohen & Felson (1979) propõem a teoria da rotina das atividades para analisar a ocorrência de comportamentos de risco em manifestações públicas. Esta teoria sugere que tais eventos dependem da convergência de três condições: “um agressor motivado”, “uma vítima acessível” e a “ausência de um guardião capaz”. Este modelo é amplamente aplicável na análise de como certos movimentos sociais podem evoluir de formas pacíficas para episódios de tensão ou desordem.

Hirschi (1969) complementa este entendimento ao destacar que a ausência de laços sociais fortes, como os estabelecidos com instituições formais ou comunidades locais, aumenta a propensão para comportamentos de risco. Estes laços, quando fortalecidos, funcionam como um mecanismo de controlo informal que desencoraja ações disruptivas e promove a conformidade social.

Por outro lado, Bandura (1977) explora o papel das dinâmicas de observação e imitação em contextos de movimentos sociais, argumentando que comportamentos disruptivos são frequentemente amplificados pela disseminação em redes digitais. Plataformas como X (anterior Twitter), Telegram ou Instagram operam como amplificadores de comportamentos de desobediência civil, permitindo que estratégias sejam replicadas e aplicadas rapidamente em diferentes contextos geográficos. Estes

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

ambientes digitais criam "ecossistemas de aprendizagem comportamental" que desafiam as Autoridades ao nivelarem barreiras físicas e temporais.

A perceção de risco é outro elemento determinante na mobilização dos movimentos sociais. Beck (1992) enfatiza que esta perceção funciona como um elemento aglutinador, enquanto Douglas & Wildavsky (1982) sublinham que as perceções de risco são culturalmente moldadas, variando consoante os valores e normas de cada Sociedade. Em Portugal, por exemplo, a resistência a tecnologias de vigilância em protestos reflete valores profundamente enraizados na defesa da privacidade e das liberdades individuais.

Gerir estes riscos exige uma abordagem integrada que combine ferramentas analíticas, metodológicas e operacionalmente sofisticadas. Modelos como o *Scanning, Analysis, Response, Assessment* (SARA) (Goldstein, 1979); a *Crime Pattern Analysis* (CPA) (Newman, 1972), destacam-se na análise de padrões comportamentais e espaciais. Por outro lado, normativas como a ISO 31000, direcionada à gestão de riscos; e o modelo SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) (Humphrey, 1960), aplicado ao planeamento estratégico, permitem identificar pontos críticos e potencialidades para intervir de forma ética e eficaz.

No entanto, a aplicação destes instrumentos requer uma abordagem interdisciplinar, capaz de alinhar o rigor técnico das Ciências Criminais e Sociológicas com os princípios éticos e operacionais da Segurança Interna. Este alinhamento é essencial para garantir que a gestão de comportamentos de risco em movimentos sociais seja não apenas eficaz, mas também alinhada com os valores fundamentais da sociedade democrática, promovendo a proteção dos direitos individuais e coletivos sem comprometer a Segurança Pública.

1.1.3.1. *Análise e Avaliação de Comportamentos e Fatores de Risco em Movimentos Sociais*

A análise e avaliação de comportamentos e fatores de risco associados a movimentos sociais representam um domínio de investigação e intervenção que exige uma abordagem sistemática, interdisciplinar e metodologicamente robusta. Esta área recorre a uma articulação integrada entre as ciências criminais, sociais e comportamentais, com o objetivo de compreender as dinâmicas subjacentes aos comportamentos desviantes, identificar os fatores situacionais que catalisam a sua manifestação e implementar estratégias eficazes para a mitigação de riscos. Este campo torna-se ainda mais complexo quando inserido no contexto das sociedades

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

contemporâneas, marcadas pela interconexão global e pela proliferação de tecnologias digitais, que amplificam tanto a capacidade de mobilização de movimentos sociais quanto os desafios para a gestão de comportamentos de risco. Ao longo desta secção, são analisadas teorias fundamentais, metodologias consagradas e meios tecnológicos, aplicados ao estudo e gestão de movimentos sociais, com especial atenção ao contexto português.

Um dos alicerces mais influentes neste campo é a teoria da sociedade de risco, desenvolvida por Ulrich Beck (1992). Esta teoria posiciona os riscos contemporâneos como fenómenos intrinsecamente ligados à modernidade tardia, enfatizando que a globalização e a industrialização tecnológica criaram riscos que transcendem fronteiras geográficas e temporais. Beck (1992) argumenta que, diferentemente dos riscos tradicionais, os riscos modernos, como desastres ambientais, ciberameaças e crises financeiras, não são apenas problemas materiais, mas também construções sociais que dependem das perceções culturais e das narrativas mediáticas. No contexto dos movimentos sociais, esta teoria revela-se instrumental para compreender como as perceções de risco fomentam ações coletivas. Por exemplo, movimentos ambientais como os que combatem o aquecimento global mobilizam-se em torno de riscos amplificados pelas ciências e pela comunicação social, desafiando tanto os interesses políticos locais quanto as prioridades globais, ao mesmo tempo que criam redes transnacionais de solidariedade.

Complementarmente, Mary Douglas & Aaron Wildavsky (1982), na sua obra *Risk and Culture*, avançam com uma análise culturalista que redefine o conceito de risco, postulando que este é, acima de tudo, uma construção social. Os autores argumentam que a perceção de risco é moldada pelos valores culturais e pelas normas sociais dominantes, sendo frequentemente desproporcional à realidade objetiva do perigo. Esta abordagem ganha relevância particular em democracias consolidadas, como Portugal, onde a resistência a determinadas políticas públicas, como a implementação de tecnologias de vigilância, reflete um contexto cultural que valoriza a privacidade e a liberdade individual. A compreensão destes fatores culturais é essencial para desenhar Políticas Públicas que sejam não apenas eficazes, mas também legítimas e aceites pela sociedade.

No campo comportamental, a teoria da associação diferencial, de Edwin Sutherland e Donald Cressey (1974), destaca que os comportamentos desviantes não emergem de forma isolada, mas são aprendidos em interações sociais nas quais normas e

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

valores contrários às normas convencionais são transmitidos. Por sua vez, a teoria da aprendizagem social, de Albert Bandura (1977), complementa esta perspetiva ao destacar o papel da observação e da imitação na aquisição de novos comportamentos. Estas teorias são especialmente relevantes no contexto digital contemporâneo, onde as plataformas de redes sociais amplificam a transmissão de comportamentos disruptivos, permitindo que imagens ou vídeos de confrontos em manifestações sejam replicados em outros locais, criando padrões comportamentais em contextos transnacionais.

Adicionalmente, a teoria do controlo social, de Travis Hirschi (1969), sublinha a importância dos laços sociais como fatores protetores contra comportamentos desviantes. De acordo com Hirschi (1969), quanto mais forte for o envolvimento de um indivíduo com instituições sociais, como a família, a escola e a comunidade, menor será a probabilidade de adotar comportamentos disruptivos. No contexto dos movimentos sociais, esta teoria sugere que estratégias que promovam o fortalecimento dos laços comunitários e o diálogo institucional podem mitigar comportamentos de risco, ao mesmo tempo que fomentam um ambiente de coesão social.

1.1.3.2. *Modelos Metodológicos Aplicáveis*

A análise de comportamentos de risco em manifestações públicas exige uma abordagem teórica robusta que vá além da mera apresentação de modelos, integrando-os de forma prática e debatendo as suas potencialidades e limitações. No contexto do problema da presente investigação — **“Como a Inteligência pode identificar os atos preparatórios de comportamentos de risco perpetrados por movimentos sociais?”** —, os modelos metodológicos apresentados não só oferecem contributos significativos para compreender os **atos preparatórios**, mas também permitem delinear estratégias concretas para aprimorar as práticas futuras.

A **Teoria das Atividades Rotineiras**, de Cohen & Felson (1979), constitui um dos alicerces da criminologia ambiental. Postula que o crime ocorre quando há a convergência de três elementos: um agressor motivado, um alvo acessível e a ausência de um guardião eficaz. Embora a sua formulação inicial tenha sido concebida para explicar a delinquência em cenários genéricos, a sua aplicação no contexto de manifestações públicas oferece perspetivas valiosas. Por exemplo, as manifestações que ocorreram na Área Metropolitana de Lisboa, em resposta à morte de Odair Moniz a 21 de outubro de 2024, destacaram zonas de alta concentração de indivíduos em locais com reduzida vigilância, como as áreas periféricas onde ocorreram os eventos. A operacionalização

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

desta teoria requer a utilização de instrumentos como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para mapear zonas urbanas sensíveis onde os atos preparatórios poderiam emergir. No entanto, a aplicação isolada desta teoria pode ser insuficiente, especialmente em cenários onde os manifestantes adaptam os seus comportamentos para evitar as intervenções de Polícia (Segurança Pública) — uma lacuna que outros modelos podem colmatar.

Neste ponto, o **Modelo SARA** (*Scanning, Analysis, Response, Assessment*), desenvolvido por Goldstein (1979), complementa a Teoria das Atividades Rotineiras ao introduzir um ciclo de gestão adaptativa. Na fase de *Scanning*, a monitorização de redes sociais permite identificar padrões emergentes, como a organização de eventos não autorizados ou a mobilização de grupos em locais previamente inusitados. Um exemplo prático foi a identificação, durante os protestos em Lisboa, de *hashtags* que indicavam deslocações para zonas menos monitorizadas, como bairros periféricos. Contudo, o SARA revela a sua verdadeira eficácia nas fases de *Response* e *Assessment*, onde as estratégias desenvolvidas são continuamente ajustadas em função da evolução dos eventos. A integração com análises preditivas, como as fornecidas pela metodologia de Kaplan & Garrick, reforça a capacidade do modelo SARA prever deslocações e escaladas de tensão.

Por outro lado, a **CPA (Crime Pattern Analysis)** e a **CPTED (Crime Prevention Through Environmental Design)**, de Newman (1972), sublinham a importância do ambiente físico na configuração de comportamentos de risco, ou até desviantes. A CPA, por exemplo, permite identificar locais propensos a atos preparatórios através da análise de padrões históricos e contemporâneos. Durante os protestos em Lisboa, áreas como o Martim Moniz e o Cais do Sodré revelaram vulnerabilidades estruturais que facilitaram aglomerações não monitorizadas. Já a CPTED destaca-se pela sua aplicabilidade prática, propondo intervenções urbanísticas que dificultem comportamentos disruptivos. Medidas como a instalação de barreiras móveis ou o reforço da iluminação pública em zonas críticas demonstram como o ambiente físico pode ser estrategicamente modificado para reduzir oportunidades de risco.

Já a aplicação do método de análise e avaliação do risco de **Kaplan & Garrick (1981)** adiciona uma dimensão probabilística à análise de riscos. Durante os protestos relacionados com a morte de Odair Moniz, simulações dinâmicas poderiam ter identificado áreas de maior probabilidade de escalada de tensão, como zonas comerciais

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

densamente povoadas, permitindo uma alocação preventiva de recursos. Contudo, a eficácia desta metodologia depende da integração com dados qualitativos, como os impactos emocionais amplificados por redes sociais — um aspeto que reforça a necessidade de complementaridade com modelos qualitativos, como o SWOT.

A **ISO 31000**, por sua vez, oferece uma estrutura padronizada para categorizar e mitigar riscos. No contexto desta investigação, a sua aplicação prática envolve a criação de matrizes de risco dinâmicas que possam ser atualizadas em tempo real com base em dados reunidos de múltiplas fontes. Durante os protestos, estas matrizes permitiriam categorizar ameaças de forma objetiva, **mitigando vieses** que poderiam comprometer a alocação eficiente de recursos.

Por fim, a **Teoria de Gestão do Risco**, de Giovanni Manunta (1999), e o **Conceito de Deslocação/Migração do Crime**, de Clarke (1980), fornecem uma abordagem holística que considera tanto a interação dinâmica entre variáveis situacionais como a adaptabilidade dos infratores. A equação de Manunta — **Segurança = F (Asset + Threat + Protector)Situation** — permite uma análise integrada que orienta a redistribuição estratégica de recursos. Por outro lado, o conceito de deslocação do crime sublinha a necessidade de antecipar reações adaptativas, como a migração de manifestações para zonas de menor vigilância, assegurando que medidas preventivas sejam implementadas de forma proativa.

Segue um quadro descritivo que sintetiza como os modelos podem ser operacionalizados, considerando exemplos concretos e a aplicabilidade prática no contexto das manifestações em grandes áreas urbanas como Lisboa ou Porto.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Tabela 1 – Operacionalização de modelos conceituais

MODELO/CONCEITO	APLICAÇÃO PRÁTICA	EXEMPLO CONCRETO
Teoria das Atividades Rotineiras	Mapeamento de zonas críticas com SIG; análise espaço-temporal para identificar locais propensos a atos preparatórios.	Identificação de áreas vulneráveis em bairros periféricos após dispersão de manifestantes do centro da cidade.
Modelo SARA	Monitorização de redes sociais (<i>Scanning</i>); análise preditiva para prever deslocações (<i>Analysis</i>); adaptação contínua de estratégias (<i>Response, Assessment</i>).	Monitorização de hashtags para prever deslocações de manifestantes, ajustando a presença policial em tempo real.
CPA e CPTED	Intervenções no ambiente físico, como barreiras móveis e reforço de iluminação; monitorização de padrões para prever deslocações.	Instalação de barreiras na Praça do Comércio para prevenir aglomerações, enquanto se monitorizam deslocações para bairros adjacentes.
Kaplan & Garrick	Simulações probabilísticas de cenários de risco; integração de dados qualitativos e quantitativos para prever escaladas de violência.	Simulação de riscos em áreas comerciais densas, priorizando recursos em zonas de maior impacto potencial.
ISO 31000	Criação de matrizes dinâmicas para categorizar riscos em tempo real; mitigação de vieses através de critérios padronizados.	Atualização contínua de matrizes para categorizar riscos em diferentes locais, orientando a redistribuição de recursos policiais.
Teoria de Gestão do Risco	Avaliação integrada de ativos, ameaças e protetores; redistribuição estratégica de recursos para áreas de maior vulnerabilidade.	Reforço de proteção em edifícios governamentais ao identificar aumento de ameaças em redes sociais.
Deslocação/Migração do Crime	Monitorização contínua de deslocações espaciais e temporais com SIG e inteligência artificial; implementação de medidas preventivas antes da materialização do risco.	Antecipação de deslocações de manifestantes para bairros menos vigiados, ajustando a alocação de patrulhas para prevenir novos atos preparatórios.

Nota: Interpretação analítica do autor sobre a Operacionalização de modelos conceituais

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

1.1.3.3. Tecnologias Avançadas e Abordagens Inovadoras

A gestão de comportamentos de risco em manifestações públicas e movimentos de ação coletiva exige uma abordagem que equilibre a análise preditiva, a operacionalização prática e a melhoria contínua dos métodos aplicados. Embora os protestos associados à morte de Odair Moniz em outubro de 2024 tenham sido desencadeados por um evento específico, a análise das suas dinâmicas oferece lições relevantes não apenas para manifestações espontâneas, mas também para outros contextos de mobilização de massas. Estes eventos sublinham a importância de tecnologias avançadas, como a Análise de Sentimentos de Pang & Lee (2008), a Análise Preditiva e as orientações comportamentais do Behavioral Threat Assessment Units (United States Secret Service, 2024), as quais devem ser integradas com práticas éticas e adaptativas.

Os protestos que ocorreram após a morte de Odair Moniz, um cidadão cabo-verdiano atingido por um agente da Polícia de Segurança Pública (PSP) no desempenho da sua missão, evento ocorrido na Cova da Moura, evidenciaram dinâmicas sociopolíticas complexas. Estes eventos não foram organizados por movimentos sociais estruturados, mas envolveram comunidades locais e receberam amplo apoio mediático e político. Movimentos como o Vida Justa organizaram manifestações que criticaram a atuação policial e exigiram justiça, enquanto figuras como André Ventura, líder do partido Chega, defenderam as Forças de Segurança e acusaram o Governo de inação política (RTP, 2024).

Os protestos envolveram incidentes violentos em áreas como o Bairro do Zambujal, com registos de incêndios e confrontos pontuais, destacando a necessidade de uma gestão mais proativa e preditiva das Forças de Segurança (RR, 2024). Apesar da ausência de um movimento social estruturado, as dinâmicas emocionais e os padrões comportamentais demonstraram características típicas de mobilizações coletivas, salientando a aplicabilidade de tecnologias avançadas a cenários semelhantes no futuro.

A análise das manifestações que derivaram do caso de Odair Moniz, bem como de manifestações públicas anteriores em geral, sugere a necessidade de aprimorar a utilização de tecnologias avançadas. As recomendações a seguir são aplicáveis não apenas a protestos desencadeados por eventos pontuais, mas também a outros movimentos de ação coletiva de grandes massas.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

A Análise de Sentimentos, conforme explorada por Pang e Lee (2008), deve ser aplicada como uma ferramenta de monitorização contínua para identificar estados emocionais predominantes antes e durante as mobilizações. No caso dos protestos associados a Odair Moniz, o uso desta tecnologia poderia ter capturado um aumento significativo de raiva e indignação manifestado nas redes sociais, permitindo a alocação estratégica de recursos nas áreas mais sensíveis.

A Análise Preditiva, desenvolvida por Hastie, Tibshirani & Friedman (2009), deve ser integrada em sistemas operacionais de gestão de crises. Durante os protestos em Lisboa, esta tecnologia poderia ter antecipado deslocações de grupos de áreas centrais, como o Martim Moniz, para bairros periféricos. No entanto, para movimentos de ação coletiva mais amplos, como eventos desportivos de grande escala ou festivais musicais, a análise preditiva deve incluir variáveis como densidade populacional, acesso a infraestruturas críticas e padrões históricos de incidentes.

Já o *Behavioral Threat Assessment Units* (United States Secret Service, 2024) destaca-se pela sua ênfase na identificação de catalisadores de risco antes da materialização de incidentes. Durante os protestos analisados, esta abordagem poderia ter identificado indivíduos ou pequenos grupos com histórico de comportamento disruptivo, prevenindo ações coordenadas. Para além de manifestações públicas, estas diretrizes podem ser adaptadas para gerir eventos desportivos de alto risco ou mobilizações espontâneas relacionadas com crises humanitárias.

Embora cada tecnologia apresente contributos significativos, a sua eficácia reside na integração adaptativa. A Análise de Sentimentos fornece uma leitura emocional essencial, mas necessita da Análise Preditiva para contextualizar esses dados em cenários operacionais. Por outro lado, a análise comportamental complementa estas abordagens ao identificar riscos específicos associados a indivíduos ou grupos.

No futuro, as Forças de Segurança devem adotar uma abordagem holística que integre estas tecnologias com práticas assente em dados e Inteligência, estratégica e preditiva. Ademais, deve ser promovida a capacitação contínua de equipas operacionais para assegurar que os instrumentos tecnológicos sejam utilizados de forma ética e eficaz, respeitando os direitos fundamentais.

O caso de Odair Moniz e os protestos subsequentes demonstram a importância de tecnologias avançadas na gestão de comportamentos de risco em manifestações públicas e outros movimentos de ação coletiva. O futuro exige uma abordagem estratégica que

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

integre capacidades analíticas e operacionais, promovendo uma gestão de crises adaptativa, preventiva e fundamentada. Estas recomendações visam aprimorar a operacionalização tecnológica, garantindo maior eficiência sem comprometer os direitos fundamentais das populações envolvidas.

Tabela 2 – Operacionalização de meios/recursos tecnológicos

TECNOLOGIA	CONTRIBUTO ATUAL	RECOMENDAÇÕES FUTURAS
Análise de Sentimentos	Identificação de emoções coletivas para antecipar comportamentos de risco.	Criação de infraestrutura nacional de monitorização emocional contínua.
Análise Preditiva	Previsão de deslocações de manifestantes e escaladas de tensão.	Uso de drones e câmaras inteligentes para alimentar simulações em tempo real.
Behavioral Threat Assessment	Identificação de catalisadores de risco em indivíduos e grupos específicos.	Implementação de equipas especializadas em análise comportamental integrada com inteligência artificial.

Nota: Interpretação analítica do autor sobre a Operacionalização de meios/recursos tecnológicos

1.1.4. Tomlinson e a Proximidade Cultural

O conceito de “Proximidade Cultural”, proposto por John Tomlinson (1999), apresenta uma perspetiva estratégica sobre a Globalização cultural, que se distingue ao destacar a complexidade e a dualidade deste fenómeno: enquanto catalisa a uniformização cultural, promove simultaneamente a emergência de novas formas híbridas que se constroem a partir da fusão de tradições culturais distintas. Tomlinson (1999) defende que, ao invés de promover uma uniformidade absoluta, a Globalização potencializa uma multiplicidade de expressões culturais que desafiam e reconfiguram as identidades culturais locais. Esta dinâmica de “hibridização” reflete-se diretamente nos comportamentos de risco associados aos movimentos sociais, que frequentemente surgem como respostas a perceções de ameaça à identidade cultural e à autonomia local.

No entanto, esta “hibridização” não está isenta de riscos; ao contrário, acarreta uma série de desafios complexos para a Segurança Interna, onde a Inteligência (INTEL)

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

assume um papel fundamental. Os movimentos sociais, quando mobilizados por receios de “colonização” cultural, podem adotar posições radicais e gerar comportamentos de risco que transcendem o mero descontentamento, configurando-se como potenciais ameaças à Ordem Pública. Este fenómeno exige que os sistemas de INTEL desenvolvam uma capacidade preditiva robusta, que permita antecipar e mitigar os riscos inerentes a uma Sociedade onde a interação entre forças culturais globais e locais é cada vez mais frequente e potencialmente conflituosa.

Para Tomlinson (1999), a Globalização cultural não deve ser vista unicamente como uma imposição de culturas dominantes sobre culturas periféricas, mas como um processo dinâmico onde diferentes expressões culturais se encontram, frequentemente sem diretrizes predefinidas. Esta ausência de orientação estabelece um terreno fértil para o surgimento de novas identidades culturais e, com elas, de movimentos sociais motivados pela defesa da autonomia cultural. Estes movimentos podem, por sua vez, manifestar-se através de comportamentos de risco que desafiam o poder instituído e as Políticas de Segurança, tornando-se fundamentais para a INTEL monitorizar e interpretar as motivações e os riscos associados.

A Teoria da “Proximidade Cultural” oferece, assim, uma ferramenta analítica imprescindível para compreender a génese e a mobilização de movimentos sociais no contexto da Globalização. Esta interação não ocorre sem gerar fricções significativas que, quando ignoradas, podem transformar-se em focos de radicalização e de comportamentos disruptivos. Ao analisar o impacto da Globalização cultural através da perspetiva de Tomlinson (1999), é possível identificar que a preservação das identidades culturais locais e a resistência à homogeneização imposta podem constituir reações de risco para a estabilidade social e à Segurança Interna. Neste sentido, a Inteligência desempenha um papel crítico ao decifrar o tecido social e prever os pontos de tensão que possam dar origem a escaladas de conflito.

Tomlinson (1999) salienta ainda que a Globalização cultural pode fomentar tanto a homogeneização como a inovação cultural. Em Portugal, observa-se esta dinâmica híbrida em vários domínios, onde tradições locais se entrelaçam com influências globais. Contudo, para além do aspeto criativo, esta fusão cultural pode exacerbar sentimentos de alienação e marginalização, que servem como catalisadores para movimentos de resistência cultural. Estes movimentos, frequentemente caracterizados por comportamentos de risco e reações disruptivas, exigem uma resposta informada por parte

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

da Inteligência (INTEL), que permita não apenas a antecipação das ameaças, mas também uma gestão estratégica que garanta a proteção da Ordem Pública.

A Teoria de Tomlinson (1999), ao permitir uma análise rigorosa dos efeitos da Globalização cultural, faculta um quadro útil para a formulação de Políticas de Segurança Interna mais sensíveis às realidades locais e às perceções de risco. Neste cenário, a INTEL não é apenas um instrumento de vigilância, mas um elemento preditivo e estratégico essencial na identificação de pontos de vulnerabilidade socioculturais. Assim, ao antecipar possíveis focos de resistência cultural e os consequentes comportamentos de risco, a INTEL oferece à Segurança Interna um instrumento de mitigação eficaz, ao mesmo tempo que preserva a coesão social e a estabilidade institucional.

Conclui-se, portanto, que a “Proximidade Cultural”, conforme delineada por Tomlinson (1999), se revela uma estrutura teórica de valor ímpar para a análise dos comportamentos de risco e da ação dos movimentos sociais em Portugal. Ao incorporar esta Teoria, esta dissertação procura não apenas compreender as interações entre culturas globais e locais (glocais), mas também aprofundar a análise sobre como a “hibridização” cultural, impulsionada pela Globalização, impacta a Segurança Interna. Este quadro analítico permite-nos observar que a coexistência entre globalidade e localidade não apenas enriquece o cenário cultural, mas também exige uma abordagem preventiva e adaptativa por parte dos Órgãos/Serviços de Inteligência para garantir a estabilidade e resiliência social.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Tabela 3 - Quadro Analítico da Teoria da "Proximidade Cultural"

CONCEITO	DESCRIÇÃO	IMPACTOS NA SEGURANÇA INTERNA
<u>Globalização Cultural</u>	Promove tanto a uniformização cultural quanto a emergência de formas híbridas a partir da fusão de tradições culturais distintas.	Necessidade de INTEL para monitorar e prever comportamentos de risco e reações à "colonização" cultural.
<u>Hibridização</u>	Processo dinâmico onde diferentes expressões culturais se encontram, criando novas identidades culturais.	Gera movimentos sociais motivados pela defesa da autonomia cultural, que podem adotar posições radicais e comportamentos de risco.
<u>Movimentos Sociais</u>	Surgem como respostas a perceções de ameaça à identidade cultural e à autonomia local.	Potenciais ameaças à Ordem Pública, exigindo capacidades preditivas robustas por parte dos sistemas de INTEL para antecipar e mitigar riscos.
<u>Riscos e Desafios</u>	Sentimentos de alienação e marginalização fomentados pela fusão cultural podem catalisar movimentos de resistência cultural com comportamentos de risco.	Exige uma gestão estratégica e informada por INTEL para garantir a proteção da Ordem Pública e a coesão social.

Nota: Interpretação analítica do autor sobre a teoria da "proximidade cultural"

1.2. Impacto da Globalização no Mundo

A Globalização tem propiciado o crescimento em diversas regiões, fomentando tanto o comércio internacional como os investimentos estrangeiros diretos. Contudo, os seus efeitos não se revelam uniformemente benéficos. A seguir, apresentaremos uma análise crítica dos impactos da Globalização.

A Globalização cultural pode resultar naquilo que Homi Bhabha (1994) denominou de “hibridismo cultural”, onde elementos de diferentes culturas se amalgamam em misturas culturais. Esta fusão pode ser encarada como uma oportunidade para a criatividade cultural; no entanto, pode igualmente ser vista como uma ameaça à pureza cultural e à identidade nacional. O ponto de vista de Bhabha (1994) sublinha a complexidade da dinâmica cultural dentro dos domínios da Globalização, o que, por si só, abre territórios inexplorados para a compreensão de como as várias facetas da Globalização influenciam a cultura.

Prosseguindo com uma análise económica, Samir Amin (1997) critica a Globalização, subestimando a forma como esta amplia o “abismo” económico entre os hemisférios Norte e Sul. Amin (1997) considera a Globalização um amplificador da desigualdade; avaliá-la sob esta ótica revela disparidades gritantes entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento. O argumento de Amin (1997) enfatiza que a integração económica global é, em grande medida, desequilibrada em favor das nações já desenvolvidas e das suas classes elitistas, relegando muitas regiões e povos à “periferia”. Ao criticar a existência deste “abismo”, Amin (1997) incute um sentido de justiça económica nas discussões, apontando estas diferenças estruturais que a Globalização tende a acentuar.

De modo análogo, Joseph Stiglitz (2002) reconhece que a Globalização tem impulsionado o crescimento económico de várias formas, mas critica o processo por exacerbar a desigualdade, beneficiando apenas alguns países desenvolvidos e as Elites que os governam, enquanto muitas áreas geográficas e populações são deixadas à margem. Stiglitz (2002) censura as políticas neoliberais que, na sua perspetiva, frequentemente impõem condições rigorosas aos países em desenvolvimento, impossibilitando-os de promover um crescimento sustentável nas suas economias, ao mesmo tempo que salvaguardam a equidade. A análise detalhada de Stiglitz (2002) ressoa as preocupações de Amin (1997) e aprofunda a nossa compreensão ao expor como tais políticas têm repercussões negativas a nível global em termos económicos.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

O debate articulado por Immanuel Wallerstein (2004) sugere que a Globalização deve ser compreendida como parte de um processo de longo prazo inserido no sistema mundial capitalista. Este sistema baseia-se na sua própria dinâmica de “centro” e “periferia”, perpetuando as desigualdades globais. Wallerstein (2004) destaca que certos aspetos, como a divisão internacional do trabalho e a forma como os países centrais exploram os países periféricos, precisam ser considerados para uma apreciação plena dos efeitos desiguais da Globalização – o que ajuda a fornecer contextos históricos e estruturais para as críticas de Amin (1997) e Stiglitz (2002). Ao demonstrar como estas disparidades são sistematicamente produzidas e mantidas, o argumento de Wallerstein (2004) complementa assim os estudos de Amin (1997) e Stiglitz (2002), oferecendo, ainda, uma perspetiva mais abrangente sobre esta problemática.

Por último, o trabalho de Held e McGrew (2007) investiga a dimensão política da Globalização. O seu ponto de vista sublinha que a Globalização tem funcionado como um “facilitador” da cooperação internacional – dando origem a instituições globais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que desempenham papéis fundamentais na regulamentação económica global. Embora este processo suscite oposição, também desencadeia movimentos antiglobalização. Os autores antes mencionados opõem-se ao que consideram ser a perda da soberania nacional através de políticas neoliberais, frequentemente implementadas por estas organizações transnacionais sem a devida consideração pelas exigências locais. Estes movimentos argumentam que a Globalização económica traz consigo a política e a economia hegemónicas ocidentais, modelos que ignoram o património cultural e a história, que são, por sua vez, argumentos de “venda” únicos para as nações em desenvolvimento. As ideias apresentadas por Held e McGrew (2007) complementam assim o nosso raciocínio anterior, trazendo à luz as fricções políticas entrelaçadas com a economia global.

1.3. Impacto da Globalização na Sociedade Portuguesa

A integração de Portugal na União Europeia e a adoção do euro são exemplos claros de como a globalização económica pode trazer tanto benefícios quanto desafios. Os argumentos de Ferreira (2010) destacam que, apesar dos ganhos em termos de acesso a mercados e investimento, a economia portuguesa ficou vulnerável a crises financeiras globais, como a crise do euro de 2008. Esta vulnerabilidade expôs as fragilidades da economia portuguesa e a sua dependência das políticas económicas e financeiras da União Europeia.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Portugal tem vivenciado transformações significativas devido à Globalização, especialmente no âmbito económico. A adesão à União Europeia em janeiro de 1986 marcou o início de uma nova era de integração e cooperação internacional. Além disso, a transição para a moeda única, o Euro, em janeiro de 2002, consolidou a posição de Portugal na economia global. É importante notar que, apesar de Portugal ter se juntado à zona do Euro em janeiro de 1999, a introdução da moeda de Euro no país, só ocorreu em 2002¹. Mas, a Globalização tem tido um impacto profundo em Portugal, não apenas economicamente, mas também em várias outras áreas:

- **História e Cultura:** Portugal tem uma longa história de Globalização, que remonta a 600 anos atrás, quando iniciou um processo de expansão territorial, marítima, económica, política, militar e religiosa que o levou a afirmar-se como potência mundial e a controlar o comércio global durante mais de 100 anos².
- **Migrações:** A Globalização levou a um aumento dos movimentos migratórios, que têm um carácter global. Estes movimentos têm impactos significativos nas economias, no tecido social e na Segurança dos povos e das nações de acolhimento³.
- **Identidade Nacional:** A Globalização também afeta a identidade nacional de Portugal. A circulação global de bens, serviços, capital, informação, ideias e pessoas pode levar a mudanças na cultura e na identidade nacional.

Estes são exemplos de apenas como a Globalização moldou a economia portuguesa. Estes processos facilitaram o acesso aos mercados europeus, promoveram o investimento estrangeiro e modernizaram vários setores da economia. No entanto, também expuseram a economia portuguesa às crises financeiras globais, como a crise do euro em 2008, que teve repercussões severas na economia nacional (Ferreira, 2010). A crise revelou as fragilidades da economia portuguesa e a dependência em relação às políticas económicas e financeiras da União Europeia.

¹ Portugal, a União Europeia e o Euro: https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/euro/history-and-purpose_pt.

² Portugal e a Globalização: <https://expresso.pt/sociedade/2015-08-21-A-globalizacao-foi-inventada-pelos-portugueses-ha-600-anos>.

³Portugal e as Migrações: https://novaresearch.unl.pt/files/3289712/IPRI_Teresa_Ferreira_Rodrigues_Susana_de_Sousa_Ferreira_Portugal_e_a_globaliza_o_das_migra_es_Desafios_de_seguran_a.pdf.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

A integração na União Europeia trouxe benefícios significativos, como o acesso aos fundos estruturais e de coesão, mas também impôs restrições e ajustamentos económicos que foram controversos e, por vezes, dolorosos para a Sociedade portuguesa.

1.4. Conceitos e Perspetivas sobre os Movimentos Sociais

Os movimentos sociais, enquanto manifestações complexas e dinâmicas de ação coletiva organizada, desempenham um papel crucial na reconfiguração das estruturas sociopolíticas contemporâneas. Constituem, simultaneamente, motores de transformação social e catalisadores de tensões com as estruturas de poder estabelecidas. Para as Ciências Policiais, Criminais, Sociais e do Comportamento, a compreensão aprofundada destes fenómenos é fundamental, especialmente quando se analisam os comportamentos de risco e os desafios à segurança pública que podem emergir dessas mobilizações.

Segundo Touraine (1981), os movimentos sociais constituem formas de ação coletiva orientadas para a contestação dos valores e das instituições preexistentes, visando uma transformação estrutural da sociedade. Esta definição enquadra os movimentos sociais como protagonistas de mudança histórica, ao desafiarem o *status quo* e ao confrontarem os alicerces das estruturas político-económicas vigentes. Contudo, esse ímpeto contestatário pode gerar fricções e reações repressivas por parte das instituições, especialmente quando estas percecionam os movimentos como ameaças à estabilidade social e à autoridade legitimada.

Exemplo paradigmático dessa dinâmica verificou-se nos protestos contra as medidas de austeridade implementadas durante a crise económica de 2008-2013. A mobilização sob a égide do movimento "*Que se lixe a Troika*" apresentou uma identidade coletiva clara, materializada na rejeição das políticas impostas pela Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional). Esta contestação envolveu uma articulação de recursos simbólicos e discursivos com o intuito de galvanizar a resistência popular. Contudo, à luz da definição de movimentos sociais, que exige continuidade temporal e estrutura organizacional coesa (Melucci, 1996; Gohn, 2011), a efemeridade da mobilização e a sua dispersão subsequente revelam fragilidades estruturais que questionam a sua categorização plena enquanto movimento social perene.

Em complemento à perspetiva estrutural de Touraine (1981), Melucci (1996) enfatiza a dimensão simbólica dos movimentos sociais, conceptualizando-os como redes de interação onde se constroem e negociam identidades coletivas. Esta abordagem sublinha a relevância dos significados partilhados e da consciência coletiva na

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

mobilização social. No entanto, em sociedades caracterizadas por um conservadorismo enraizado, como a portuguesa, estas dinâmicas simbólicas podem exacerbar tensões culturais. Portugal, sendo uma sociedade com uma matriz católica predominante — cerca de 77% da população se identifica como católica (Pew Research Center, 2018) —, evidencia uma forte adesão a valores tradicionais, especialmente no que concerne às estruturas familiares e aos papéis de género. Estudos como o European Values Survey (2022) confirmam a persistência de normas conservadoras que frequentemente colidem com as reivindicações dos movimentos progressistas.

Neste sentido, os movimentos sociais progressistas, como os defensores dos direitos LGBTQ+ ou das alterações à legislação de género, encontram resistência significativa em segmentos conservadores da população portuguesa. Esta resistência cultural pode conduzir à polarização social e ao enfraquecimento da coesão comunitária. A fragmentação resultante de tais dinâmicas constitui uma preocupação para a segurança pública, exigindo estratégias de intervenção que conciliem o respeito pelos direitos fundamentais com a manutenção da ordem pública e da estabilidade social.

Além dos desafios culturais, os movimentos sociais enfrentam frequentemente o fenómeno da instrumentalização por agendas políticas ou ideológicas. Esta cooptação pode desvirtuar os objetivos originais dos movimentos, comprometendo a sua legitimidade e eficácia. Como alerta Olson (1965) no seu estudo sobre a ação coletiva, o fenómeno do *free rider* representa uma vulnerabilidade estrutural significativa. A tendência dos indivíduos para beneficiarem dos ganhos coletivos sem participarem ativamente na mobilização enfraquece a capacidade de sustentação dos movimentos. No caso do "*Que se lixe a Troika*", esta dinâmica manifestou-se na redução progressiva da adesão ativa após os protestos iniciais, limitando a continuidade e a pressão política do movimento.

Deste modo, a compreensão crítica dos movimentos sociais, sustentada por uma definição operacional rigorosa e por uma análise contextualizada das características culturais e sociais de Portugal, é essencial para a identificação de atos preparatórios de comportamentos de risco. A Inteligência policial deve focar-se na monitorização de redes digitais onde se constroem identidades coletivas, bem como na análise preditiva dos padrões de mobilização e das dinâmicas de polarização. Tal abordagem permitirá

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

antecipar escaladas de tensão e desenvolver estratégias de intervenção proporcionais, éticas e eficazes.

Em síntese, os movimentos sociais operam num equilíbrio delicado entre a contestação legítima e os riscos inerentes às suas ações. A articulação dos contributos teóricos de Touraine (1981), Melucci (1996) e Gohn (2011), aliada a uma análise crítica dos fenómenos de resistência cultural e instrumentalização política, fornece uma base robusta para a formulação de respostas institucionais que respeitem os direitos fundamentais e garantam a segurança coletiva. Esta abordagem integrada é imprescindível para a construção de políticas públicas e estratégias policiais que promovam a convivência democrática e a coesão social, especialmente num contexto marcado pela tensão entre valores tradicionais e dinâmicas de mudança social.

1.4.1. Estrutura dos Movimentos Sociais

Os movimentos sociais, como manifestações dinâmicas e organizadas de ação coletiva, configuram-se como estruturas flexíveis, capazes de responder de forma adaptativa às necessidades e desafios contemporâneos. A sua organização é marcadamente descentralizada, uma característica que se afasta dos modelos hierárquicos tradicionais e que reflete a crescente complexidade das sociedades globais. Segundo Mario Diani (1992), os movimentos sociais operam por meio de redes que interligam indivíduos, grupos informais e organizações formais, unificando-os em torno de objetivos comuns, sem depender de uma liderança centralizada. Esta descentralização, enquanto característica definidora, sustenta-se na necessidade de resiliência organizacional e na rejeição da verticalidade convencional, tornando os movimentos mais responsivos às mudanças sociais e políticas. A ausência de uma estrutura rígida permite que os movimentos adaptem as suas estratégias e formas de mobilização de acordo com as circunstâncias contextuais, como enfatiza Diani (1992, p. 7): "A predominância de estruturas organizacionais descentralizadas nos movimentos sociais decorre das limitações dos modelos hierárquicos tradicionais".

Exemplos concretos ilustram esta descentralização. O movimento ambientalista *Extinction Rebellion*, por exemplo, organiza-se em células autónomas, que funcionam de forma independente, mas alinhadas a um objetivo comum. Esta estrutura permite a adaptação das suas estratégias às especificidades locais, enquanto mantém a coerência global. De forma semelhante, o movimento *Black Lives Matter* adota uma organização descentralizada, utilizando plataformas digitais para coordenar ações em larga escala,

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

enquanto preserva a autonomia dos seus núcleos locais. Esta abordagem descentralizada não só facilita a coordenação de ações diversificadas, como também promove a inclusão e a participação ativa dos membros, criando um processo de tomada de decisão baseado no consenso, como argumenta Tarrow (2011).

Embora a descentralização predomine, não se pode ignorar que os movimentos sociais, em determinados contextos, incorporam elementos centralizados. Castells (2012) analisa os "movimentos em rede", destacando que, apesar da horizontalidade, lideranças simbólicas podem emergir, desempenhando papéis estratégicos na articulação de objetivos e demandas. Um exemplo relevante é Greta Thunberg, cuja figura central no movimento *Fridays for Future* catalisou mobilizações globais, mantendo, simultaneamente, a autonomia das ações locais. Este equilíbrio entre descentralização e centralização estratégica demonstra a capacidade dos movimentos sociais de integrarem elementos estruturais aparentemente antagónicos, adaptando-se às exigências operacionais sem comprometer a sua essência participativa.

As redes digitais, por sua vez, desempenham um papel central na configuração dos movimentos sociais contemporâneos, possibilitando uma coordenação eficaz e uma mobilização em larga escala. Segundo Castells (2012), as tecnologias digitais revolucionaram a organização coletiva, criando "movimentos em rede" que transcendem barreiras geográficas e temporais. Um exemplo paradigmático foi o protesto Geração à Rasca, em Portugal, onde as redes sociais desempenharam um papel crucial na mobilização de milhares de cidadãos em resposta à crise económica de 2011. As redes digitais, ao permitir a comunicação instantânea e o acesso a uma audiência global, ampliam os repertórios de ação dos movimentos sociais, conforme descrito por Tilly (2004). Contudo, é necessário, cautela ao interpretar o impacto destas tecnologias, reconhecendo as limitações impostas pela exclusão digital, pela manipulação de informações e pelos desafios associados à manutenção da coesão em contextos virtualmente organizados.

Para além das redes digitais, as redes de apoio desempenham um papel fundamental na sustentabilidade dos movimentos sociais. Diani (1992) argumenta que estas redes, compostas por indivíduos, comunidades e instituições, facilitam a mobilização de recursos financeiros, logísticos e emocionais, essenciais para a ação coletiva. A Greenpeace exemplifica esta dinâmica ao colaborar com Organizações Não Governamentais (ONG), Governos e comunidades locais em campanhas ambientais

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

específicas. No entanto, é crucial considerar o papel das elites nestas redes. Tarrow (2011) destaca que as elites, ao fornecerem recursos financeiros e visibilidade política, podem atuar como catalisadoras ou como elementos de controlo, dependendo do alinhamento dos seus interesses com os objetivos do Movimento. Este equilíbrio entre autonomia e cooptação é central para preservar a legitimidade e a integridade dos movimentos sociais.

O conceito de "repertórios de ação", introduzido por Tilly (2004), fornece um enquadramento teórico para compreender as estratégias adotadas pelos movimentos sociais. Estes repertórios incluem desde protestos pacíficos e campanhas de sensibilização até ações disruptivas, moldadas pelas oportunidades e limitações do contexto político e social. Tilly (2004) enfatiza que os movimentos sociais ajustam os seus repertórios de ação em resposta às mudanças no ambiente externo, demonstrando um elevado grau de resiliência e inovação estratégica. A flexibilidade demonstrada pelos movimentos é uma das suas principais forças, mas também pode gerar tensões internas, especialmente quando diferentes núcleos adotam estratégias divergentes.

Por fim, a análise das estruturas dos movimentos sociais deve reconhecer a coexistência de descentralização, liderança estratégica e redes digitais como características interdependentes, e não mutuamente exclusivas. Embora a descentralização seja uma característica predominante, a emergência de lideranças simbólicas, o impacto das tecnologias digitais e a dependência de redes de apoio revelam a complexidade das dinâmicas organizacionais dos movimentos sociais contemporâneos. Este equilíbrio entre autonomia e coordenação, adaptabilidade e inovação, reflete a capacidade dos movimentos de responderem eficazmente aos desafios do século XXI, mantendo-se relevantes e impactantes nas suas diversas formas de mobilização.

1.4.2. Normas e Dinâmicas Internas

De acordo com a análise de Merton, citado por Gil (2011), os movimentos sociais são definidos e caracterizados por um conjunto estruturado de regras, expectativas comportamentais e padrões de interação que regulam as dinâmicas estabelecidas entre os seus participantes. Estas normas internas desempenham um papel fundamental na manutenção da coesão do Movimento, na garantia da eficácia das ações coletivas desenvolvidas e na preservação da sua identidade. Por outro lado, uma excessiva rigidez nas normas pode comprometer a capacidade de promover mudanças e de acolher novas perspetivas, o que se torna especialmente relevante em contextos sociais e políticos em transformação acelerada.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

A estrutura normativa que rege o funcionamento dos movimentos sociais permite que os indivíduos se alinhem e se comprometam deliberadamente com os valores, princípios e objetivos partilhados pelo coletivo. Este alinhamento normativo reforça a identidade do Movimento e fortalece o sentimento de pertença e o compromisso dos membros, conferindo-lhes um senso de propósito comum. No entanto, a adesão estrita a essas normas pode, por vezes, suprimir a diversidade de pensamento e a dissensão saudável, essenciais para a adaptação e evolução do Movimento.

Habermas (1981) discute a importância do consenso e da comunicação racional dentro dos movimentos sociais. Segundo o autor, os movimentos sociais dependem da comunicação livre e não distorcida para criar e manter um entendimento mútuo entre os membros. Este processo comunicativo fortalece a coesão interna e facilita a coordenação das ações coletivas, complementando a estrutura normativa que regula as interações. No entanto, na prática, os movimentos frequentemente enfrentam desafios significativos em manter essa comunicação ideal, especialmente em grandes organizações com membros diversos e espalhados geograficamente.

Adicionalmente, Touraine (1985) sublinha a importância da reflexividade e da autocrítica dentro dos movimentos sociais. Segundo o autor, os movimentos sociais devem ser capazes de refletir sobre as suas próprias práticas e normas para se adaptarem às mudanças sociais e políticas. Esta capacidade reflexiva é fundamental para a sustentabilidade e eficácia a longo prazo, complementando a importância do consenso discutido por Habermas. Contudo, a reflexividade pode ser dolorosa e divisiva, como evidenciado nas tensões internas do movimento feminista sobre questões de interseccionalidade.

Snow & Benford (1988) desenvolvem o conceito de "enquadramento" (framing) para explicar como os movimentos sociais constroem e comunicam significados compartilhados. A forma como os líderes e participantes dos movimentos sociais enquadram as suas causas e ações é fundamental para a mobilização e para a manutenção da identidade do Movimento. Este processo de enquadramento auxilia no alinhar das perceções e ações dos membros, fortalecendo a coesão interna e complementando a reflexividade destacada por Touraine (1985). No entanto, o processo de enquadramento pode levar à simplificação excessiva de questões complexas, o que pode alienar potenciais aliados ou criar expectativas irrealistas.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Alberto Melucci (1996) enfatiza a importância das ações simbólicas nos movimentos sociais. O autor vê os movimentos sociais como eventos intrincados que precisam ser entendidos através das suas ações simbólicas e da construção de significados compartilhados. As normas internas ajudam a estruturar as ações simbólicas, reforçando a identidade coletiva e facilitando a coordenação e cooperação entre os membros. Este ponto complementa o conceito de enquadramento desenvolvido por Snow & Benford, mostrando como as normas internas sustentam as ações simbólicas. Contudo, a ênfase em ações simbólicas pode, por vezes, desviar o foco das metas pragmáticas e políticas do Movimento.

Tarrow (1998) oferece perspectivas pertinentes sobre as dinâmicas internas dos movimentos sociais, destacando o propósito das oportunidades políticas e dos recursos mobilizáveis. Argumenta que a capacidade de um Movimento Social para se organizar e agir eficazmente depende tanto das normas internas quanto do contexto político externo. A análise das oportunidades políticas auxilia a entender como os movimentos ajustam as suas estratégias em resposta às mudanças no ambiente político, complementando a importância das ações simbólicas destacada por Melucci (1996). Um exemplo contemporâneo é a resposta dos movimentos ambientais às políticas de mudança climática, onde a capacidade de adaptação às oportunidades políticas tem sido crucial.

Charles Tilly (2004) contribui significativamente para esta discussão ao introduzir o conceito de “repertórios de ação”, que são as práticas e estratégias adotadas pelos ativistas para atingir os seus objetivos. Argumenta que esses repertórios são moldados pelas oportunidades e limitações presentes na esfera política e social. Destaca ainda que a capacidade de adaptação dos movimentos sociais às condições políticas e sociais em mudança é um indicador vital da sua resiliência e inovação. Este conceito complementa as ideias de Tarrow (1998) sobre a importância das normas internas e do contexto político. No entanto, a dependência excessiva de repertórios tradicionais pode limitar a inovação estratégica e a resposta a novos desafios.

Maria da Glória Gohn (2011, p. 75) destaca que os movimentos sociais são “expressões da sociedade civil e espaços de luta e resistência, nos quais os indivíduos e grupos se organizam para defender os seus interesses, valores e reivindicações”. Sublinha que a compreensão das normas internas é crucial para perceber como os movimentos sociais conseguem mobilizar recursos e pessoas para alcançar os seus objetivos. Esta perspetiva complementa a discussão de Tilly (2004) sobre os repertórios de ação,

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

enfatizando a importância das normas internas na mobilização dos recursos. No entanto, a ênfase excessiva na organização interna pode obscurecer a necessidade de adaptação às realidades externas.

Manuel Castells (2012) destaca o papel das redes digitais na formação e operação dos movimentos sociais modernos, argumentando que as novas tecnologias de comunicação permitem uma coordenação eficaz e uma maior flexibilidade organizacional. Observa que as redes digitais facilitam a criação de comunidades de solidariedade global, superando barreiras geográficas e culturais, e empoderando vozes que normalmente seriam excluídas dos diálogos públicos. Esta análise complementa a perspectiva de Gohn (2011) sobre a mobilização de recursos, destacando o papel das tecnologias modernas. No entanto, a dependência dessas tecnologias também pode expor os movimentos a novas formas de vigilância e repressão do Estado.

A análise das normas internas e dinâmicas dos movimentos sociais revela tanto a sua força quanto as suas fragilidades. As normas internas são essenciais para a coesão e identidade do Movimento, mas também podem se tornar um obstáculo à inclusão e inovação. A comunicação idealizada proposta por Habermas frequentemente falha diante das realidades práticas de movimentos diversos e geograficamente dispersos. A reflexividade, embora crucial, pode levar a divisões internas, como evidenciado pelas tensões no movimento feminista. O processo de enquadramento pode simplificar demais questões complexas, alienando aliados em potencial. A ênfase em ações simbólicas pode desviar o foco das metas pragmáticas. A adaptação às oportunidades políticas e a inovação nos repertórios de ação são vitais, mas a dependência de práticas tradicionais pode limitar a resposta a novos desafios. A utilização das redes digitais amplia o alcance e a coordenação dos movimentos, mas também aumenta a vulnerabilidade à repressão e à vigilância.

O movimento *Black Lives Matter* (BLM) exemplifica a tensão entre normas internas e inovação. Apesar de ter normas claras e valores partilhados, enfrenta desafios de comunicação e divergências estratégicas.

A compreensão analítica da dinâmica normativa que regula os movimentos sociais é fundamental para entender a sua lógica de funcionamento e como podem emergir como atores relevantes e influentes na Sociedade contemporânea. O estudo dessa dimensão normativa permite antecipar e compreender a capacidade de Ação Coletiva desses movimentos, bem como a sua potencial influência sobre a formulação de políticas

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

públicas. Esta conclusão integra todas as perspetivas discutidas, mostrando a importância das normas internas, da comunicação, da reflexividade, do enquadramento, das ações simbólicas, das oportunidades políticas, dos repertórios de ação e das tecnologias digitais. No entanto, é crucial reconhecer que as normas internas, enquanto vitais para a coesão, podem também limitar a inovação e a adaptação a novas realidades. A comunicação e a reflexividade são essenciais, mas frequentemente desafiadas na prática. O equilíbrio entre ações simbólicas e metas pragmáticas, a adaptação a contextos políticos e o uso estratégico de tecnologias digitais são fundamentais para a eficácia e sustentabilidade dos movimentos sociais.

1.4.3. Valores Partilhados nos Movimentos Sociais

Os valores partilhados constituem um dos pilares fundamentais dos movimentos sociais, sustentando a sua coesão interna e a eficácia das suas ações coletivas. Estes valores emergem de processos contínuos de interação entre os membros, refletindo o compromisso conjunto com os objetivos do movimento e conferindo-lhe uma identidade coletiva forte. Segundo Gil (2011), "a formação de uma identidade coletiva robusta e as relações cooperativas são determinantes para a eficácia dos grupos na promoção de mudanças sociais e políticas" (p. 92). Assim, a capacidade de mobilizar os participantes em torno de uma visão partilhada, bem como de estabelecer laços de cooperação duradouros, é crucial para que os movimentos sociais consigam alcançar transformações significativas. Contudo, o processo de construção e manutenção de valores partilhados não é isento de desafios, sendo frequentemente marcado por divergências internas e conflitos de interesse, particularmente em movimentos compostos por membros com perspetivas diversas.

Alberto Melucci (1996) oferece uma análise essencial sobre o papel dos valores partilhados nos movimentos sociais, sublinhando que estes não surgem de forma estática ou predeterminada, mas resultam de experiências coletivas e do compromisso ativo dos participantes. Para o autor, as ações simbólicas desempenham um papel central na consolidação de valores comuns, reforçando a coesão interna e a identidade coletiva do movimento. Melucci (1996) argumenta que estas ações funcionam como catalisadores de solidariedade entre os membros, criando uma base comum de significados e objetivos. No entanto, o autor adverte que, em determinados contextos, as ações simbólicas podem gerar divisões, especialmente quando não refletem a diversidade interna do movimento, o que pode alienar determinados grupos ou indivíduos.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Complementando esta análise, Charles Tilly (2004) introduz o conceito de "repertórios de ação", que descreve como as estratégias e práticas adotadas pelos movimentos sociais estão intrinsecamente ligadas aos valores partilhados e às normas internas que orientam as suas atividades. Estes repertórios, moldados pelas condições contextuais e pelas dinâmicas internas, são indicadores da capacidade do movimento de inovar e de responder de forma eficaz às mudanças políticas e sociais. Contudo, Tilly (2004) salienta que a adaptação contínua dos repertórios pode ser exigente para os membros, levando a uma eventual fadiga organizacional, especialmente em movimentos de longa duração. Esta perspetiva reforça a interdependência entre os valores partilhados, as estratégias de ação e a resiliência do Movimento.

Alain Touraine (2006) acrescenta uma dimensão crítica ao destacar que a formação de uma visão de mundo comum e de objetivos coletivos é essencial para a coordenação eficaz das ações dos movimentos sociais. Para Touraine (2006), a identidade coletiva é construída através de processos de interação reflexiva entre os membros, permitindo alinhar interesses individuais com os objetivos mais amplos do movimento. No entanto, manter essa visão de mundo partilhada é um desafio constante, especialmente em movimentos que englobam uma ampla diversidade de perspetivas e experiências. A necessidade de dialogar internamente para moldar uma identidade coletiva que seja inclusiva e representativa é um fator determinante para a sustentabilidade dos movimentos sociais.

Maria da Glória Gohn (2011) descreve os movimentos sociais como "expressões da sociedade civil e espaços de luta e resistência, nos quais os indivíduos e grupos se organizam para defender os seus interesses, valores e reivindicações" (p. 75). No entanto, ao invés de reiterarmos uma definição já abordada em seções anteriores, é relevante expandir a análise para evidenciar como os valores partilhados se tornam dinâmicos e adaptáveis ao longo do tempo. Os movimentos sociais são espaços onde normas e valores são continuamente renegociados, de modo a responder às mudanças nos contextos sociais, políticos e culturais. Esta capacidade de adaptação é fundamental para garantir que os movimentos mantenham a sua relevância e a sua capacidade de mobilização.

Por outro lado, Manuel Castells (2012) analisa o impacto das redes digitais na disseminação e reforço dos valores partilhados nos movimentos sociais contemporâneos. O autor defende que as tecnologias de comunicação criaram novas oportunidades para a interação entre os membros, facilitando a construção de uma identidade coletiva forte e a

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

coordenação de ações em larga escala. Contudo, Castells (2012) alerta que as redes digitais também podem ser um espaço de fragmentação, onde diferentes fações competem por narrativas e disputam o controlo do discurso dominante. Esta análise é particularmente relevante em movimentos que dependem fortemente de plataformas digitais para organizar e mobilizar os seus membros, demonstrando tanto o potencial transformador quanto os desafios que estas tecnologias representam.

A análise integrada dos contributos de Gil (2011), Melucci (1996), Tilly (2004), Touraine (2006), Gohn (2011) e Castells (2012) revela que os valores partilhados são simultaneamente uma força motriz e uma fonte de complexidade para os movimentos sociais. Estes valores são essenciais para a coesão interna, a mobilização eficaz e a coordenação estratégica, mas a sua manutenção exige um equilíbrio constante entre inclusão, inovação e adaptação. A capacidade dos movimentos sociais de navegar por este equilíbrio é determinante para a sua sustentabilidade e impacto na sociedade contemporânea.

1.4.1. O Contexto Social e as Interações Externas

Gil (2011), defende que os movimentos sociais funcionam dentro de um amplo domínio de "edifícios" sociais e culturais. Tarrow (1998) dá credibilidade a esta visão ao propor que os movimentos sociais são afetados pelo que chama de "contexto político". De acordo com Tarrow (1998), "os movimentos sociais não são apenas fenómenos que ocorrem dentro de uma sociedade, mas são activamente moldados pelo contexto social e político em que se encontram" (p. 7).

As estruturas sociais, como a classe social, a etnia ou o género, desempenham um papel na forma como os movimentos sociais são organizados e mobilizados. Por exemplo, um Movimento assente numa Estrutura Social altamente desigual encontraria desafios diferentes daqueles baseados numa Estrutura Social igualitária (Tarrow, 1998).

Além disso, Gil (2011) sublinha a importância do envolvimento com outras entidades — nomeadamente o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil. Esta visão é apoiada por McAdam, Tarrow e Tilly (2001) que apresentam uma visão interessante sobre como os movimentos sociais são afetados. Os autores acreditam que os movimentos sociais são influenciados pelas oportunidades políticas para os seus objetivos e afirmam que essas oportunidades são moldadas por vários fatores, entre os quais incluem a estabilidade do regime político e potenciais aliados a serem encontrados. Por outras palavras, estes fatores influenciam se um Movimento pode ou não alcançar os seus

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

objetivos através da mobilização de recursos – como destacado por (McAdam, Tarrow & Tilly, 2001).

Gil (2011) finalmente traz à tona a análise do contexto externo como elemento-chave para a compreensão dos movimentos sociais. Esta visão é sinónimo da proposta de Katz e Kahn (1978) de uma abordagem de “análise de sistemas abertos”, onde as organizações – incluindo os movimentos sociais – são vistas como sendo grandemente impactadas pelo seu ambiente externo. Nas suas palavras: “As organizações são sistemas abertos que precisam interagir com o seu ambiente para sobreviver” (Katz & Kahn, 1978, p. 3). Um exame sob esta análise pode levar em conta fatores políticos, económicos, sociais e tecnológicos, entre outros, que podem afetar o Movimento (Katz & Kahn, 1978). A ênfase dada por Katz e Kahn (1978) à visão dos movimentos sociais como sistemas abertos, apreciada por Gil (2011), sublinha que a adaptabilidade e a capacidade de resposta dos movimentos sociais às mudanças ambientais determinam o seu sucesso. Olhar para várias esferas, como as modificações políticas ou tecnológicas através desta ótica, permite-nos assim descobrir uma vasta gama de desafios que impedem o progresso do Movimento, ao mesmo tempo que revela possibilidades latentes.

1.5. Os Movimentos *Woke*

No século XXI, os movimentos *woke* emergem e destacam-se como um enorme evento sociopolítico – representado por uma consciência aguda que leva à ação em torno de questões de Justiça e Igualdade para os direitos humanos. Surgem como reações às injustiças sociais e às disparidades estruturais desequilibradas: tomam nota da raça, do género e de todos os outros fatores de opressão. O termo *woke*, enraizado na língua afro-americana, apela a olhos bem abertos para estas injustiças que exigem uma resistência ativa. À medida que estes movimentos ascendem ao poder, nota-se que não agem sozinhos, mas antes participam numa onda de mudanças provocada pela Globalização – apelando a uma abordagem interseccional devido a esta relação entrelaçada com várias outras questões contemporâneas.

O termo *woke* tem as suas raízes no vernáculo afro-americano das décadas de 1930 e 1940, com crédito por popularizá-la para o ativista afro-americano Marcus Garvey. O apelo original à ação, “fique acordado”, serviu como um forte lembrete para os afro-americanos permanecerem “acordados” e conscientes das injustiças sociais e raciais que os rodeiam; o termo ressurgiu durante o Movimento pelos direitos civis que varreu a América – particularmente na década de 1960 – ganhando uma nova onda de impulso –

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

(sendo revitalizado) com o movimento *Black Lives Matter* em 2013 (Carney, 2016). Este Movimento marcou-se de forma única pela sua capacidade de reunir massas através de plataformas de redes sociais, colocando questões como a brutalidade policial e a injustiça racial no centro das atenções. A um nível mais profundo, a compreensão da dinâmica interna destes movimentos pode ser vista através da Teoria do Empoderamento de Zimmerman (2000), que sublinha o empoderamento psicológico, organizacional e comunitário como alavancas-chave que impulsionam a mudança social - encapsulando o que estes movimentos representaram (e continuam a representar). Zimmerman (2000) argumenta que o empoderamento é um processo. É aquele, através do qual as pessoas obtêm maior controlo sobre as suas vidas e sobre as sociedades que as rodeiam – o que levará a uma maior participação na tomada de decisões, de modo a combater as injustiças sociais sempre que possível.

1.5.1. Os Movimentos *Woke* e as Teorias Sociológicas

1.5.1.1. *Na Teoria da Anomia de Durkheim*

Émile Durkheim, no seu livro *The Division of Labour in Society* (1893/2013), afirma que a Anomia é resultado da quebra das normas sociais, o que leva a um estado de desregulamentação. O autor defende que a Anomia ocorre quando as normas sociais são incapazes de controlar os comportamentos individuais – levando assim à desordem social. A emergência de tais movimentos *woke* pode, portanto, ser vista como uma resposta a esta anomalia específica: especialmente onde as instituições não conseguiram garantir a Justiça e a Igualdade na Sociedade (Durkheim, 2013).

Durkheim (2013), afirmou que a ausência de regulamentos e de unidade social induziria comportamentos violentos à medida que as pessoas protestassem ou agissem em desafio deliberado. Estes atos normalmente caracterizados por manifestações violentas e hostilidades diretas com as Forças da Autoridade, ameaçam o controlo público e a solidariedade da Sociedade. O fracasso de uma Instituição em atender a tais exigências pode intensificar ainda mais a Anomia, encaminhando assim para um ciclo de feedback – onde a insatisfação gera violência continuamente.

Durkheim (2013), enfatiza que "sem um conjunto bem definido de normas e valores comuns, a sociedade carece de uma coesão necessária à sua estabilidade" (p. 47). Citações como esta, permitem-nos compreender como as lacunas na regulação social e nos valores partilhados podem fomentar movimentos de reivindicação social.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Os movimentos contemporâneos, como o *woke*, emergem precisamente em contextos onde a falha das instituições em responder adequadamente às exigências de Justiça e igualdade social é demasiadamente evidente. Estes movimentos não apenas expõem a desregulação social, mas também procuram restaurar uma forma de coesão social, mesmo que através de métodos que desafiem a norma estabelecida.

As análises de Durkheim sobre Anomia são, portanto, essenciais para entender as dinâmicas sociais atuais e as respostas dos movimentos de justiça social aos estados de desregulação. "A anomia é um fenómeno que reflete a incapacidade da sociedade para integrar e guiar os seus membros dentro de um quadro institucional válido" (Durkheim, 2013, p. 89).

1.5.1.2. *Na Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura*

Albert Bandura (1977) documentou na "Teoria da Aprendizagem Social" que o comportamento é derivado da observação e da reprodução/imitação. Bandura (1977), afirma que os indivíduos, especialmente os jovens, devem observar e imitar os comportamentos dos seus modelos, como os líderes dos movimentos sociais. Os movimentos *woke* aproveitam as redes sociais para divulgar informações e mobilizar os seus seguidores, o que cria um ciclo de aprendizagem e ação coletiva. Este ambiente de aprendizagem social, facilita a concretização de comportamentos de risco, quando a indignação moral provoca ações que desafiam diretamente as normas e as Políticas de Segurança estabelecidas. Por exemplo, os protestos iniciados pelos movimentos *woke* são frequentemente reforçados através das redes sociais, estes protestos levam na sua maioria, a conflitos com as autoridades, vandalismo e outros casos de desobediência civil. Estes comportamentos de risco constituem um obstáculo significativo às Políticas de Segurança Pública, que precisam de ser alteradas/adequadas para responder aos novos métodos de protesto e mobilização. A utilização estratégica das redes sociais para planear protestos e desobediência civil demonstra a aplicabilidade da Teoria da Aprendizagem Social ao comportamento dos ativistas *woke* (Bandura, 1977).

1.5.1.3. *Na Sociedade de Risco de Ulrich Beck*

Ulrich Beck (1992) destaca que a era contemporânea é caracterizada por riscos globais entrelaçados de tal forma que as ameaças escapam à visibilidade e ao confinamento territorial. Beck (1992) argumenta que com a modernização surgem novos cenários de risco – totalmente diferentes dos do passado, pois são difíceis de prever e controlar. Movimentos sociais com doutrina *woke* abordam os riscos globais que incluem

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

a injustiça social, as alterações climáticas e as desigualdades económicas agravadas pela Globalização. Compreender como a perceção do risco impulsiona a mobilização social é fundamental do ponto de vista de Beck (1992). A *Extinction Rebellion* é um desses movimentos que utiliza narrativas de risco climático global para organizar ações de desobediência civil em massa com as Autoridades, que posteriormente levam a conflitos; apelando assim a Políticas Públicas não só que reduzam os riscos, mas também que reconheçam novas formas de ativismo. A resposta insuficiente às solicitações dos movimentos *woke* pode aumentar o sentimento de insegurança e a perceção de risco entre os cidadãos. Isto criaria mais mobilização social e, possivelmente, mais conflitos como resultado.

1.5.1.4. *Na Proximidade Cultural de Tomlinson*

A Globalização é defendida por John Tomlinson (1999), para promover a *mesmice* e a mistura na criação cultural. O ponto defendido por Tomlinson (1999) é que, embora a Globalização possa trazer uma cultura única onde todos partilham práticas comuns, também implica que diferentes culturas se misturem, mantendo cada uma a sua identidade única. Os movimentos *woke*, portanto, apresentam-se como defensores da resistência contra esta homogeneização, promovendo a diversidade e a inclusão - defendendo assim esferas culturais distintas num espaço globalizado. No entanto, este ato pode conduzir a conflitos, resultando muitas vezes em comportamentos de risco; quando diferentes grupos culturais entram em conflito devido a interesses ou valores conflitantes. Por exemplo, as políticas que visam a inclusão em sociedades multiculturais podem "alimentar" tensões entre grupos étnicos ou culturais se alguns as considerarem como comprometedoras das suas próprias necessidades relacionadas com a identidade. O surgimento de tais tensões pode gerar conflitos que constituem ameaças às Políticas Públicas de Segurança, necessitam de uma Estratégia duplamente equilibrada, que promova a integração social e não aliene aqueles que têm pontos de vista peculiares. Portanto, a implementação de Políticas *woke* em contextos multiculturais pode "injetar" um novo ímpeto nos conflitos culturais: este sendo um apelo a uma gestão prudente destinada a prevenir a fragmentação da Sociedade.

1.5.1.5. *Paradoxos e Consequências da Cultura Woke*

A cultura *woke* surgiu como uma resposta aos desafios contemporâneos de justiça social e igualdade, posicionando-se ostensivamente contra todas as formas de discriminação e preconceito. No entanto, esta ideologia manifesta um paradoxo

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

substancial: ao afirmar-se defensora da liberdade e da inclusão, frequentemente incorre em práticas de exclusão e censura, genericamente denominadas políticas de “cancelamento”, as quais refletem uma contradição entre os seus princípios declarados e os métodos de implementação. Esta dissertação examina criticamente este paradoxo, analisando os seus efeitos na Liberdade de Expressão, na Democracia e na própria coesão social, fatores que constituem alicerces centrais de uma sociedade empenhada na justiça e na igualdade.

A essência da cultura *woke* reside no compromisso de promover uma Sociedade que combata as estruturas de opressão, erigindo um sistema que se oponha a toda e qualquer forma de injustiça. No entanto, o mecanismo do “cancelamento” revela-se um instrumento de repressão ideológica, onde indivíduos ou ideias que divergem das normas deste Movimento são deliberadamente “silenciados”, resultando numa monocultura discursiva. O caso paradigmático de figuras como André Ventura, do partido “Chega”, ilustra como esta prática de censura visa suprimir vozes dissidentes, transformando-se num mecanismo de exclusão que desafia a pluralidade e o debate aberto, elementos essenciais à natureza de uma Sociedade democrática (Santos, 2021).

Este “silenciamento” das perspetivas dissidentes é particularmente pernicioso, pois compromete a integridade do espaço público e da comunicação democrática. Conforme Marcuse (1965) advertiu, a repressão de vozes contrárias não só reduz a diversidade do discurso público, mas institui uma forma de intolerância velada que mina os próprios fundamentos da Sociedade democrática, promovendo uma hegemonia ideológica que enfraquece a autenticidade do diálogo social. Em vez de se constituir como um espaço para o pluralismo e a inclusão, a cultura *woke* transforma-se, paradoxalmente, num exercício de censura, desvirtuando o conceito de justiça social ao criar uma forma de autoritarismo ideológico que sufoca a diversidade de ideias. Fukuyama (2018) complementa esta perspetiva ao afirmar que práticas de “cancelamento” inibem a resiliência democrática, convertendo o debate social num ritual de conformidade, onde o contraditório é sacrificado em prol de uma unanimidade “artificial”.

A verdadeira justiça social só pode ser atingida quando o diálogo se estabelece sobre um princípio de equidade e respeito pela diversidade ideológica, onde todas as perspetivas têm lugar, independentemente de eventuais divergências. Segundo Mouffe (2005), a natureza pluralista da sociedade democrática exige um espaço onde vozes distintas coexistam e se confrontem, permitindo a construção de um discurso inclusivo.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Neste modelo de Democracia agonística, a justiça e a igualdade adquirem um carácter substancial, assegurando-se que a Liberdade de Expressão prevalece sobre os impulsos censórios, criando uma esfera pública onde o debate e a contestação de ideias coexistem de forma construtiva. Fraser (2009) reforça esta ideia ao defender que a justiça social deve promover um modelo de convivência que não se confunda com uma hegemonia de pensamento, mas antes fomente uma interação entre diferenças que seja produtiva e enriquecedora para a Sociedade.

A Liberdade de Expressão, consagrada constitucionalmente em Portugal, constitui um direito fundamental e inalienável, sendo fulcral para o desenvolvimento de uma Sociedade democrática e para a formação de um espaço público crítico e plural. As políticas de “cancelamento” inerentes à cultura *woke* apresentam sérias limitações a esta Liberdade, limitando o alcance e a diversidade do discurso público. Chomsky (2010) adverte que esta tendência para silenciar discordâncias em nome da Justiça Social conduz a um empobrecimento do debate democrático, transformando o espaço público num ambiente de conformidade coerciva que enfraquece a participação ativa e diversificada dos cidadãos.

Conclui-se, assim, que a cultura *woke*, ao procurar instituir uma forma de Justiça Social através do “cancelamento” e da exclusão de vozes dissidentes, contraria os princípios democráticos que pretende defender, criando um paradoxo que compromete a Liberdade de Expressão e, conseqüentemente, a resiliência da Sociedade democrática. Esta análise expõe a necessidade urgente de uma revisão crítica das práticas da cultura *woke*, sugerindo que um verdadeiro compromisso com a Justiça Social exige a defesa intransigente do pluralismo e da inclusão genuína, preservando a integridade do espaço público e a riqueza da troca ideológica como pilares de uma democracia saudável. Ao reavaliar a sua abordagem, a cultura *woke* poderia transformar-se numa plataforma efetivamente pluralista, onde a diversidade de ideias e a Liberdade de Expressão são promovidas como valores inegociáveis de uma Sociedade verdadeiramente justa.

1.5.1.6. *O Impacto na Coesão Social*

Os atuais conflitos entre aqueles que apoiam a cultura *woke* e os seus adversários, como André Ventura, têm o potencial de causar uma profunda fissura na Sociedade. Os impasses políticos mostram esta divisão de ideologias que leva a uma maior polarização na política portuguesa; isso, por sua vez, dá origem a confrontos sociais. Estes impedem qualquer sentido de unidade nacional, bem como de paz dentro da Sociedade. As

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

discussões sobre a cultura *woke* e os movimentos liderados por Ventura são tipicamente através de narrativas que traçam divisões acentuadas – sufocando qualquer possibilidade de diálogo entre diferentes fações dentro da Sociedade, dando assim origem à hostilidade e ao silêncio mútuos.

A polarização política, conforme observado por Habermas (1984), tem vários impactos adversos na governação e impede a formulação de políticas públicas eficazes, uma vez que os grupos se consolidam nas suas posições sem compromisso. Assim, quando a polarização gera um impasse político, a comunicação institucionalizada torna-se uma impossibilidade e isto apenas aumenta a desconfiança em relação às instituições — alimentando ainda mais a insegurança social. A situação de impasse agrava a já generalizada desconfiança em relação às instituições devido à crescente polarização política que nos leva a um estado onde comprometemos até mesmo a tomada de decisões.

Os conflitos violentos também podem ser encorajados pela polarização, para além dos desafios institucionais. Numa pesquisa realizada por McCoy, Rahman e Somer (2018), constatou-se que “a polarização severa pode encorajar a violência política à medida que os grupos sentem que a sua existência ou modo de vida está ameaçado” (p. 21). Estes confrontos comprometem a integridade estrutural da Sociedade – que depende da simbiose e da coexistência mútua – comprometendo assim a estabilidade social e degenerando ainda mais em violência que corrói o tecido social.

Neste contexto, torna-se imperativo conceber táticas que favoreçam a conversação e a convivência entre grupos sociais distintos. Rorty (1999) é um dos autores que enfatiza este ponto, afirmando que a cooperação intergrupala aliada à compreensão mútua desempenha um papel fundamental na contenção dos efeitos da polarização. De acordo com a perspectiva de Rorty (1999), descrita como “a solidariedade dialógica pode construir instituições sociais através de asilos de transformação imanente” (p. 45), isso significaria que quaisquer programas que visem a comunicação e a reconciliação devem ser dirigidos para impedir a polarização doravante e reconstituir a própria estrutura do social. A Solidariedade.

Os confrontos entre os proponentes da cultura *woke* e os liderados por indivíduos como André Ventura são uma questão importante que desafia a unidade social e a estabilidade política de Portugal. A polarização — além de dificultar o estabelecimento de quaisquer Políticas Públicas construtivas — também aumenta as possibilidades de conflitos violentos, bem como perpetua ainda mais a descrença nas instituições.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

A recente ascensão política de André Ventura e do partido "Chega" em Portugal tem sido marcada por uma crescente "campanha de cancelamento", caracterizada pela tentativa de silenciar as suas opiniões e ideias (estigmatização). Segundo Ventura (2022), essa repressão é consequência da intolerância política e da falta de diálogo democrático. Ademais, outros autores, como Oliveira (2020), têm argumentado que a comunicação social é fundamental para a construção de narrativas que legitimam essas "campanhas de cancelamento".

Os investimentos no diálogo e nos mecanismos de integração social devem, portanto, ser uma prioridade – para reconstruir a confiança e promover a promoção da paz social.

1.5.1.7. *Responsabilidade Social e a sua Polarização*

Os movimentos *woke* têm defendido uma maior responsabilidade social e participação em diversas áreas da vida pública e privada. Isto fez com que as empresas implementassem políticas mais inclusivas, aumentassem a diversidade nos seus locais de trabalho e alterassem a forma como as instituições públicas são concebidas para refletir a diversidade da Sociedade (DiAngelo, 2018). Por exemplo, a empresa tecnológica “Google” iniciou iniciativas para melhorar a representação das minorias e das mulheres no seu local de trabalho, conforme mencionado por Ahmed (2020).

A responsabilidade social também é demonstrada no escrutínio de conteúdos e de marcas. Por exemplo, a empresa PepsiCo alterou o nome da sua marca de cereais Aunt Jemima para Pearl Milling Company em resposta às críticas de que a marca perpetuava preconceitos raciais (PepsiCo, 2020). Este é um exemplo da forma como os movimentos *woke* promovem a reconsideração e a mudança de práticas consideradas nocivas ou insensíveis, conforme documentado por Dalmasso (2019).

Além disso, as ações governamentais também são afetadas pelos movimentos *woke*. Várias cidades nos EUA, incluindo Seattle e Minneapolis, implementaram reformas policiais em grande escala após os protestos *Black Lives Matter*, durante 2020. As reformas incluem maior transparência, formação em diversidade e uma diminuição no uso da violência, conforme mencionado por Harford (2020).

Em Portugal, a implementação de políticas de diversidade e inclusão nas empresas e instituições públicas reflete a influência dos movimentos *woke*. Por exemplo, a Câmara Municipal de Lisboa tem promovido políticas de inclusão para garantir maior

representatividade de minorias étnicas e de género nas suas estruturas (Câmara Municipal de Lisboa, 2020).

No entanto, os movimentos *woke* também originam polarização e conflitos. De acordo com Brown (2020), o debate sobre liberdade de expressão é um exemplo disso. O caso do autor J.K. Rowling e suas declarações sobre questões de género originou intensa polarização. As suas declarações foram consideradas transfóbicas por alguns e, defesa ao direito à liberdade de expressão, por outros.

O caso do professor Noah Carl, demitido da Universidade de Cambridge após acusações de racismo e da prática de pseudociência, é um exemplo disso (The Guardian, 2019). Estes casos destacam como a polarização pode surgir em ambientes académicos quando os valores *woke* entram em conflito com a liberdade de pensamento crítico e de expressão académica.

1.6. A Construção do Protesto Político: A Geração À Rasca

A Tese de Doutoramento de Sérgio Felgueiras (2014), intitulada “A Construção do Protesto Político: A Geração À Rasca”, faz uma análise detalhada do movimento “Geração à Rasca”, um significativo protesto que ocorreu em Portugal durante o início da década de 2010. Felgueiras (2014) investiga as origens e consequências deste fenómeno, marcante na história recente do país. Originalmente constituído pela indignação coletiva dos jovens portugueses, devido às duras políticas de austeridade e pelas condições económicas adversas da época. Felgueiras (2014) sugere que a Globalização e as políticas neoliberais levaram à criação de um mercado de trabalho precário e inseguro. Este cenário tem originado dificuldades significativas associadas ao emprego, à habitação e à estabilidade financeira. A análise detalhada e precisa de Felgueiras (2014), sobre os efeitos sócio-políticos destes fenómenos, adiciona valor ao estudo do protesto político e da juventude, no contexto da crise económica e do neoliberalismo

Na sua investigação, Felgueiras (2014) apresenta diversas estratégias para amenizar os impactos negativos da Globalização e das políticas neoliberais sobre os jovens portugueses. Entre as propostas de Felgueiras (2014), destacaram-se: a implementação de políticas de emprego jovem, estas políticas são iniciativas governamentais específicas destinadas a criar empregos para os jovens, bem como benefícios fiscais e subsídios para empresas que empregam jovens trabalhadores. Em segundo lugar, reformar o sistema educativo para o adaptar melhor às necessidades do

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

mercado de trabalho, aumentando os gastos com formação profissional e aprendizagem ao longo da vida. Em terceiro, aumentar a proteção social para proporcionar uma "Rede de Segurança" aos jovens durante períodos de desemprego ou insegurança no trabalho, incluindo a criação de políticas que subsidiem o rendimento e proporcionem habitação a preços acessíveis. Por último, Felgueiras (2014) sublinha a importância da participação cívica, incentivando os jovens a participar nos processos políticos e de tomada de decisão, e criando plataformas e iniciativas que promovam a expressão de preocupações e tenham impacto nas Políticas Públicas.

Mais tarde, na sua obra literária “Geração À Rasca”, Felgueiras (2016), documentou que a geração jovem em Portugal carece de estabilidade e é, não só extremamente vulnerável como também volátil. O autor acredita que a Globalização e o neoliberalismo, criaram um mercado de trabalho caracterizado pela ambiguidade e pela falta de Segurança, o que levou a dificuldades acrescidas em termos de emprego, habitação e estabilidade financeira para os jovens. Felgueiras (2016) afirma que as dinâmicas globais são benéficas porque permitem flexibilidade e movimento, mas são muitas vezes prejudiciais à Segurança e consistência. No entanto, o autor também propõe soluções adicionais para resolver estas questões.

Entre estas soluções, Felgueiras (2016) defende a reforma das políticas económicas que reduzam a dependência dos mercados externos e promovam a viabilidade económica a longo prazo, prosseguindo políticas que promovam a inovação e o empreendedorismo entre os jovens. Ademais, defende que o sector público aumente o seu papel na criação de empregos estáveis e de qualidade, com financiamento de sectores estratégicos como a saúde, a educação e a tecnologia, o que poderia levar à criação de empregos sustentáveis. Promove também a necessidade de comunicação contínua entre o Governo, os empregadores e os sindicatos relativamente à proteção dos direitos dos jovens trabalhadores e à justiça das condições de trabalho, isto é feito através de um acordo tripartido que é dedicado à proteção dos jovens trabalhadores e à justiça das suas condições precárias em que se encontram. Por fim, Felgueiras (2016) sublinha o desenvolvimento de políticas inclusivas que facilitem a integração social e económica de todos os jovens, independentemente do seu estatuto socioeconómico, promovendo a diversidade e inclusão no local de trabalho e combatendo a discriminação, tudo isto pretendendo levar à igualdade de oportunidades.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

O movimento "Geração À Rasca", analisado por Felgueiras (2014, 2016), é um exemplo concreto de como a Globalização e as políticas neoliberais impactaram negativamente os jovens portugueses. A incerteza e a precariedade do mercado de trabalho são o reflexo direto das dinâmicas globais que favorecem a flexibilidade e a mobilidade, muitas vezes à custa da Segurança e da estabilidade. As iniciativas de Felgueiras (2014; 2016) destinadas a mitigar estes efeitos adversos, incluindo estratégias de emprego jovem, educação e formação, proteção social e participação cívica, são pertinentes para esta dissertação porque fornecem soluções práticas para as questões identificadas.

Do ponto de vista cultural, a Globalização acrescentou diversidade a Portugal, mas também levou a questões sobre a identidade nacional e a integração social. O estudo de Martins (2018) sobre a literatura portuguesa moderna demonstra a dupla natureza da Globalização e da preservação das tradições culturais. O aumento do turismo e da migração beneficia a vida cultural, mas também coloca desafios em termos de harmonia e integração social. Do ponto de vista político, a Globalização e a integração europeia facilitaram a natureza democrática e os atributos modernos das organizações políticas em Portugal. Contudo, como apontado por Pinto (2002), a necessidade de conciliar políticas nacionais com regulamentos europeus pode ser vista como uma perda de autonomia política. A harmonização das políticas nacionais com as diretivas europeias exige compromissos complexos, que nem sempre são bem recebidos pela população. Este conflito entre Globalização e soberania é pertinente para a Dissertação, pois demonstra as dificuldades associadas à implementação de políticas de âmbito global e de natureza local.

A Globalização em Portugal é, portanto, complexa e apresenta uma variedade de benefícios e desafios. A discussão teórica e empírica de autores como Pinto (2002), Felgueiras (2014, 2016) e Martins (2018) proporciona uma compreensão abrangente da dinâmica global e local, esta informação é sólida o suficiente para explorar os movimentos sociais e os comportamentos de risco em Portugal.

1.7. A Teoria do Caos e a Imprevisibilidade dos Movimentos Sociais

A Teoria do Caos foi formulada pela primeira vez nos domínios da matemática e da física (Gleick, 1987). No entanto, encontrou ampla aplicação em todas as esferas do conhecimento humano, incluindo no domínio das Ciências Sociais. Esta teoria advoga que pequenas alterações nas condições iniciais de um sistema podem resultar em

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

resultados totalmente díspares (Lorenz, 1963), oferecendo-nos, assim, um instrumento para compreendermos melhor porque os movimentos sociais são tão imprevisíveis. Como afirmou Lorenz (1963), “uma pequena alteração no estado inicial de um sistema pode criar um enorme impacto no seu comportamento posterior” (p. 42).

Explorando acontecimentos passados e presentes, a Teoria do Caos ganha vida como participante nas esferas sociais, revelando complexidade e imprevisibilidade, fios comuns que unem as ações coletivas. Aprofundemos o “efeito borboleta” – cunhado por Lorenz em 1963 – que captura como os sistemas aparentemente estáveis podem, na realidade, ser extremamente sensíveis a pequenas "ondulações". O mesmo repercute profundamente à medida que procuramos compreender como perturbações triviais podem semear "ondas" de mudança em sistemas sofisticados, seguindo as sugestões de movimentos sociais que atuam como arautos de impactos transformacionais em cascata nas sociedades (Strogatz, 2015).

Cada "nota de rodapé" histórica conta uma narrativa que espera lançar repercussões através das gerações: histórias daqueles que ousaram desafiar uma ordem estabelecida. Outra ideia central na Teoria do Caos é a noção de “atrator”. Um “atrator” pode ser descrito como um padrão complexo e imprevisível que surge de um sistema de natureza caótica (Strogatz, 2015). Por exemplo, os movimentos sociais podem não ter nada impactante que os motive ou ser de importância relevante inicialmente, mas posteriormente atraem um grande número de seguidores, levando a mudanças surpreendentes na Sociedade. Um exemplo de como os "atratores" funcionam como pontos convergentes, segundo Strogatz (2015), é porque são padrões que se desenvolvem a partir do caos.

Ademais, a Teoria do Caos sublinha a importância das redes sociais na interação humana (Castells, 2000). Dentro de sistemas caóticos, tais interações entre componentes desempenham um papel crítico na promoção de padrões intrincadamente tecidos. Tomemos como exemplo os movimentos sociais; são normalmente impulsionados por estas redes sociais que envolvem ativistas, organizações e populações locais que se unem através de intercâmbios imprevistos. Nas palavras de Castells (2000), “as redes sociais constituem hoje o suporte para os movimentos coletivos – permitindo que as ideias se espalhem de forma viral e que os grupos se mobilizem coletivamente” (p. 67).

A aplicação da teoria dos Sistemas Adaptativos Complexos pode ser fundamental para a compreensão da imprevisibilidade dos movimentos sociais (Capra, 1996). Estes

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

sistemas dinâmicos têm uma capacidade inerente de adaptação e evolução — muitas vezes nos seus próprios termos. Um exemplo proeminente seria o protesto não violento liderado por Mahatma Gandhi durante a luta da Índia pela independência; este movimento demonstrou uma notável capacidade de adaptabilidade e inovação, acabando por reunir milhões de pessoas e influenciar significativamente os esforços de descolonização. Nas palavras de Capra (1996), “tais sistemas adaptativos complexos têm esta capacidade notável, que é essencial para o sucesso dos movimentos sociais” (p. 214).

A teoria encapsula essas entidades diversas e em evolução chamadas movimentos sociais. A não-linearidade dos movimentos sociais constitui o núcleo da dinâmica social (Gaddis, 2005). Em sistemas não lineares, a causalidade não é proporcional; significa que pequenas causas podem ter grandes efeitos e vice-versa. O exemplo da queda do Muro de Berlim em 1989 demonstra como um evento aparentemente local ou isolado teve um impacto monumental global, redefinindo a geopolítica e a sociedade daquela época, mostrando como eventos inesperados podem desencadear mudanças significativas em sistemas sociais complexos (Gaddis, 2005). Essa é a essência da compreensão de que ocorrências inesperadas podem produzir impactos significativos em outros aspectos devido a relações não-lineares.

A Teoria do Caos, sublinha a importância da auto-organização dentro de sistemas complexos (Graeber, 2013). Auto-organização ocorre quando um sistema tem a capacidade de criar estruturas e padrões sem que nenhuma autoridade central lhe diga como executar o que quer que seja. Uma ilustração disso é vista nas ações das pessoas envolvidas no movimento *Occupy Wall Street*. Como mencionado por Graeber (2013), “a auto-organização está no cerne dos movimentos sociais modernos que procuram desenvolver estruturas alternativas aos sistemas dominantes” (p. 75). A essência é esta: a Teoria do Caos apresenta-se como um ponto de vista fundamental nesta dissertação, que esclarece por que os movimentos sociais são quase impossíveis de prever. Permite-nos mergulhar no mundo dos conceitos como o “efeito borboleta”, “atrator”, “redes de interações”, “sistemas adaptativos complexos”, “não-linearidade e auto-organização”, que podem ser observados através desses conceitos e, assim, compreender como a complexidade e o Movimento atuam em conjunto.

1.8. A Teoria das Elites e o Controle sobre Movimentos Sociais

A Teoria das Elites, iniciada por autores como Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels, defende a ideia de que uma minoria estruturada detém o controlo real em

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

qualquer Sociedade – independentemente da configuração política vigente. Este conceito tem, portanto, implicações de longo alcance no âmbito da compreensão dos movimentos sociais e da sua governação. Os movimentos sociais, sendo esforços coletivos para promover ou impedir mudanças sociais, políticas ou culturais, envolvem inerentemente massas de pessoas. A interação entre a Teoria das Elites e o controlo sobre esses movimentos sociais não é simples, mas uma trama complexa que envolve questões de dinâmica de poder, onde a manipulação desempenha um papel contraposto à resistência daqueles que são manipulados; na verdade, nem sempre é bem-sucedida.

Segundo a Teoria das Elites, Vilfredo Pareto (1916) – um dos seus pioneiros – advoga que a Sociedade está invariavelmente sob o governo de uma Elite. Esta Elite é continuamente reformada através do que denomina como “circulação das elites” (Pareto, 1916). As elites, conforme descritas por Pareto (1916), tiram vantagem da sua posição para garantir o controlo tanto dos recursos como do poder. Normalmente, isto é feito através do controlo da opinião pública e da manipulação dos movimentos sociais para assegurar a sua hegemonia. Tomemos, por exemplo, a situação durante a Revolução Francesa: aqui, a burguesia emergente, camuflada sob ideais pró-liberdade e pró-igualdade, reuniu as massas contra a aristocracia apenas para se instituir como uma nova Elite no poder (Tocqueville, 1856). O conceito apresentado por Pareto (1916) sugere observações interessantes que têm paralelos impressionantes com cenários do mundo real que – mesmo séculos depois – continuam a desenrolar-se diante dos nossos olhos.

Gaetano Mosca (1939), outro estudioso que reconheceu a existência de elites, identificou que todas as sociedades têm uma classe política que governa e outra classe que é governada. Mosca (1939) acreditava que esta classe de elite usava o seu poder organizacional para controlar as massas e normalmente cooptava líderes dos movimentos sociais para reprimir quaisquer ameaças à sua autoridade. Um exemplo da história recente seria a forma como os líderes dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos foram assimilados em posições governamentais, comprometendo os seus pontos de vista radicais, diluindo as suas agendas e reduzindo, assim, qualquer impacto substancial (King, 1963a).

Robert Michels (1911), por sua vez, apresentou a ideia do que chamou de “Lei Férrea da Oligarquia”. De acordo com esta teoria, todas as organizações, por mais democráticas que sejam no início, tendem a desenvolver estruturas oligárquicas (Michels, 1911). Vemos esta tendência em muitos movimentos sociais, que acabam por desenvolver

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

hierarquias internas à medida que crescem e essas hierarquias refletem a dinâmica de poder que os movimentos inicialmente contestaram. O movimento sindical é um bom exemplo: começou como uma força de resistência contra a exploração laboral, mas muitas vezes acabou por se burocratizar e servir os interesses de uma Elite dentro do sindicato (Lipset, 1956).

A Elite não se restringe apenas a cooptar líderes de movimentos sociais, mas também recorre à manipulação e à coerção como mecanismos de controlo. Antonio Gramsci, na sua noção de Hegemonia Cultural, invoca que o controlo da Elite se estende além dos meios de produção, incluindo também os meios de geração de ideias (Gramsci, 1971). Ao dominarem os meios de comunicação social, juntamente com o sistema educativo e outras instituições culturais, as elites “esculpem” a forma como a Sociedade vê a realidade – silenciando a oposição antes mesmo de esta se pronunciar e deslegitimando qualquer Movimento que ameace o seu poder. Um exemplo pode ser observado quando a comunicação social enquadra os protestos sob uma luz negativa, retratando-os como caóticos ou violentos, o que, por sua vez, desvia o foco das queixas genuínas que esses movimentos procuram abordar (Chomsky, 1988).

A Elite utiliza não apenas a manipulação ideológica, mas também a coerção direta. Segundo Max Weber (1919), o Estado é a entidade que detém o monopólio legítimo da força (Weber, 1919). Este monopólio é utilizado pelas autoridades do Estado para reprimir os movimentos sociais através da força policial ou militar, como aconteceu nos países árabes durante as manifestações da Primavera Árabe (Anderson, 2011). O ato de repressão violenta aos protestos serve como um indicador de como as estratégias coercivas são aplicadas por grupos poderosos para garantir o seu controlo.

Apesar do poder da Elite, os movimentos sociais não são meras tarefas simples. Os mesmos elaboram estratégias de resistência e de domínio anti-elitista para desafiar o controlo dos poderosos. Segundo Gramsci, a hegemonia nunca é total – há sempre espaço para a oposição surgir (Gramsci, 1971). Os movimentos sociais recorrem frequentemente a atos de desobediência civil, à mobilização popular e aos meios de comunicação alternativos como formas de contestar as narrativas dominantes e angariar o apoio popular: esta é uma perspetiva interessante sobre a história dos EUA. O movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos – liderado por figuras como Martin Luther King Jr. – utilizou a desobediência civil e a mobilização popular como um desafio à segregação racial e às injustiças sociais (King, 1963b).

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

A Teoria das Elites é assim uma das abordagens mais eficazes para compreender a dinâmica do poder em qualquer Sociedade e o controlo sobre os movimentos sociais. A Elite sustenta a sua hegemonia através da manipulação, coerção e cooptação; por sua vez, os movimentos sociais elaboram estratégias de resistência e contra-hegemónicas que procuram derrubar esse controlo. Assim, a ligação entre a Elite e os movimentos sociais é comparável a um "cabo de guerra" – uma luta onde ambas as partes lutam pelo que acreditam ser o futuro da Sociedade, sem fim à vista para a resolver.

A Teoria das Elites é uma das melhores abordagens para ajudar na observação de como funciona a dinâmica do poder em qualquer Sociedade e o controlo sobre os movimentos sociais. A Elite sustenta a sua hegemonia através da manipulação, coerção e cooptação; por sua vez, os movimentos sociais elaboram estratégias de resistência e contra-hegemónicas que procuram derrubar esse controlo. Assim, a ligação entre a Elite e os movimentos sociais é mais ou menos como um "cabo de guerra" - uma luta onde ambas as partes lutam pelo que acreditam que deveria ser o futuro da Sociedade, sem fim à vista para a resolver tão cedo.

1.9. A Teorização de Inteligência

No contexto deste estudo, é pertinente esclarecer que o termo "Inteligência" corresponde a um conceito amplamente utilizado no domínio anglo-saxónico, frequentemente associado, de forma simplista, à prática de espionagem. Contudo, a abrangência semântica e funcional da Inteligência transcende significativamente essa visão redutora. Efetivamente, a Inteligência, ou *Intelligence*, configura-se como um campo multifacetado e interdisciplinar, com raízes conceptuais que se estendem para além do espectro tradicional das Ciências Cognitivas, incorporando uma vasta gama de metodologias e aplicações que refletem as necessidades de Segurança e Defesa de um Estado contemporâneo. Neste sentido, importa destacar que, em Portugal, o termo "Informações" foi adotado como equivalente conceptual e linguístico ao que, no universo anglo-saxónico, se designa por *Intelligence*. Esta escolha terminológica reflete não apenas uma adaptação linguística, mas também uma diferenciação cultural na forma como as atividades dos Serviços de Inteligência são percecionadas e operacionalizadas.

O presente estudo apresenta, de forma concisa e sistemática, a dinâmica de funcionamento dos Serviços de Inteligência, ou Informações, no contexto de Estados modernos, enfatizando as especificidades da sua atuação no âmbito da preservação da Segurança Interna. Assim, reconhece-se a importância de explorar os fundamentos

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

teóricos e doutrinários subjacentes às práticas e operações de Inteligência, que derivam de múltiplas "correntes doutrinárias" com relevância internacional. Estas correntes teóricas, enquanto constructos epistemológicos, oferecem perspetivas diferenciadas sobre o papel, os limites e as implicações da Inteligência no contexto das democracias contemporâneas.

A análise aqui proposta procura, portanto, transcender uma abordagem meramente descritiva das atividades de Inteligência, privilegiando antes uma interpretação crítica e analítica que enfatize o seu contributo estratégico para a antecipação e mitigação de riscos associados a ameaças emergentes. Consequentemente, este estudo fundamenta-se em fontes académicas e institucionais de reconhecido mérito, assegurando o rigor científico e a validade dos argumentos apresentados.

1.9.1. Origem e Evolução da Inteligência

A Inteligência, enquanto prática estruturada de recolha, análise e disseminação de informações estratégicas, tem uma origem profundamente enraizada na história da humanidade. Desde os primórdios da organização social, o uso sistemático de informações para antecipar riscos e maximizar oportunidades foi essencial para a sobrevivência de comunidades e a consolidação do poder político e militar. A sua evolução, marcada por constantes adaptações às mudanças tecnológicas, sociais e políticas, destaca-se como uma componente central na gestão de interesses nacionais e na preservação da estabilidade em contextos de crescente complexidade.

Os primeiros registos documentados da utilização de Inteligência como ferramenta estratégica encontram-se em textos religiosos. No Livro de *Números* (13:1-33), na Bíblia, é relatada a expedição de espiões enviados por Moisés para explorar a terra de Canaã antes da entrada dos israelitas (século XIII a.C.). Este episódio reflete a necessidade de mitigar incertezas por meio da obtenção de informações detalhadas sobre as características do território, as condições ambientais e as dinâmicas sociais das populações locais. A prática, embora rudimentar, já demonstrava a importância da recolha de informações estratégicas para fundamentar decisões, elemento que se tornaria uma constante ao longo da história (King James Bible, 2017)⁴.

Na China Antiga, a Inteligência adquiriu contornos mais sofisticados com a obra de Sun Tzu, *The Art of War* (séculos V-IV a.C.). Este tratado estratégico elevou a prática

⁴ Obra Original Publicada em 1611.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

da Inteligência a um elemento central da estratégia militar, defendendo que "conhecer o inimigo é conhecer-se a si mesmo" era fundamental para alcançar a vitória (Sun Tzu, 2016)⁵. Sun Tzu (2016) categorizou agentes de Inteligência e desenvolveu a utilização sistemática de espiões, destacando ainda o papel da desinformação para desestabilizar os adversários. Este pensamento, notavelmente avançado para a época, antecipou práticas que permaneceriam relevantes nas doutrinas contemporâneas da Segurança e da Estratégia.

Simultaneamente, no Ocidente, práticas rudimentares de Inteligência começaram a emergir no contexto militar. Durante as Guerras Greco-Pérsicas, no século V a.C., Temístocles, estratega ateniense, destacou-se pela utilização de desinformação para confundir as forças persas de Xerxes antes da Batalha de Salamina. Heródoto (2009) relata como Temístocles manipulou informações para induzir decisões estratégicas desfavoráveis ao inimigo, assegurando uma vantagem crítica para os gregos. Este exemplo demonstra a aplicação de operações psicológicas e de manipulação de informações como instrumentos essenciais para a obtenção de vantagem estratégica.

Mais tarde, no período romano, a Inteligência tornou-se institucionalizada e integrada na administração imperial. Redes de informadores, conhecidas como "frumentarii", desempenhavam um papel essencial na monitorização de ameaças internas e externas, reportando diretamente ao imperador. Mattern (1999) sublinha que estas redes, embora rudimentares em comparação com os sistemas modernos, foram fundamentais para a preservação da estabilidade do vasto território romano. A utilização de vigilância, espionagem e comunicações seguras exemplifica como a Inteligência era aplicada para assegurar o controlo e a administração eficaz de um império multirregional.

Com o declínio do Império Romano e a fragmentação política da Europa durante a Idade Média, a prática da Inteligência adaptou-se às novas dinâmicas de poder descentralizado. A Igreja Católica destacou-se pela utilização de redes de informadores e pelo desenvolvimento de sistemas de criptografia rudimentar para proteger mensagens enviadas durante as Cruzadas. Neste período, a Inteligência passou a ser utilizada para proteger interesses religiosos e políticos, consolidando-se como uma prática associada tanto ao planeamento estratégico como à manutenção da Ordem Interna (Mattern, 1999).

⁵ Obra Original Publicada em 5th Century B.C.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

No Renascimento, com a emergência dos Estados modernos, a Inteligência começou a assumir formas mais organizadas e sofisticadas. Maquiavel (2003)⁶, no seu tratado político *The Prince*, sublinhou a espionagem como um instrumento legítimo e necessário para preservar o poder. Maquiavel (2003) argumentou que o Governante eficaz devia utilizar a Inteligência para compreender tanto os aliados como os adversários, antecipando movimentos e fortalecendo a estabilidade política. Este pensamento marcou um ponto de inflexão ao enquadrar a Inteligência não apenas como um instrumento militar, mas também como um recurso fundamental de Governação.

Nos séculos XVIII e XIX, a Revolução Industrial trouxe transformações tecnológicas que impulsionaram significativamente a prática da Inteligência. O desenvolvimento do telégrafo e dos sistemas postais permitiu uma transmissão mais rápida e segura de informações, enquanto os avanços na criptografia aumentaram a segurança das comunicações. Paralelamente, Carl Von Clausewitz (1832/1989), na sua obra *On War*, explorou as limitações e os potenciais da Inteligência em contextos de conflito armado. Clausewitz (1989) desenvolveu o conceito de "neblina da guerra", enfatizando a incerteza inerente às operações militares, mas reconhecendo a Inteligência como uma ferramenta indispensável para mitigar riscos estratégicos e orientar decisões racionais. A sua obra consolidou a ideia de que, embora imperfeita, a Inteligência seria indispensável para a tomada de decisões em contextos de conflito.

Durante as duas Guerras Mundiais, as práticas de Inteligência atingiram novos níveis de sofisticação e impacto. Na Primeira Guerra Mundial, a interceptação e a descodificação de comunicações, exemplificada pelo trabalho do *Room 40*, mostrou a importância de dominar a informação técnica. Na Segunda Guerra Mundial, operações como as realizadas em Bletchley Park, lideradas por Alan Turing, revolucionaram o campo da Inteligência ao descodificar as comunicações alemãs cifradas pela máquina "Enigma". Estas iniciativas sublinharam a interdependência entre tecnologia e Inteligência, demonstrando o seu impacto decisivo no curso dos conflitos (Andrew, 1985; Turing, 1950).

No final do século XX e início do século XXI, a Globalização e a Revolução Digital transformaram a Inteligência numa prática profundamente interconectada e tecnológica. Métodos como *Open Source Intelligence* (OSINT) e *Social Media Intelligence* (SOCMINT) passaram a integrar as operações de Inteligência, permitindo a

⁶ Obra Original Publicada em 1532.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

análise de grandes volumes de dados em tempo real. Estas evoluções refletem as exigências de um mundo globalizado e vulnerável a ameaças transnacionais, como o terrorismo e o cibercrime, ao mesmo tempo que levantam questões éticas relacionadas com a privacidade e a vigilância.

Deste modo, a Inteligência, que começou como uma prática rudimentar para a sobrevivência, evoluiu para se tornar uma disciplina multifacetada, indispensável para a Segurança, a Governação e a Gestão Estratégica em cenários contemporâneos.

1.9.1.1. A Evolução da Inteligência em Portugal

A história da Inteligência em Portugal acompanha de perto as transformações políticas, sociais e militares que marcaram o país, demonstrando uma progressiva adaptação às exigências de cada época. Desde os primórdios dos Descobrimentos até aos tempos contemporâneos, a Inteligência portuguesa foi moldada pela necessidade de salvaguardar interesses estratégicos, consolidar o poder do Estado e responder a ameaças emergentes. Este percurso evidencia uma transição de práticas rudimentares para sistemas especializados e integrados, refletindo a evolução global do conceito de Inteligência.

Nos séculos XV e XVI, o auge dos Descobrimentos marcou o início de uma prática de recolha de informações voltada para o domínio marítimo. Redes de informadores, compostas por comerciantes, navegadores e diplomatas, alimentavam os conhecimentos necessários à expansão ultramarina. Estas informações estratégicas eram compiladas em mapas secretos e roteiros náuticos, protegidos pelo Estado para assegurar a hegemonia portuguesa nos mares. Subtil (2007) destaca que esta prática rudimentar de Inteligência foi determinante para a conquista e exploração de territórios, servindo como precursor de estruturas organizadas que surgiriam em períodos posteriores.

Com a consolidação do absolutismo no século XVIII, sob a liderança do Marquês de Pombal, a Inteligência começou a ser utilizada como ferramenta de controlo político interno. O período pombalino ficou marcado pela criação de redes de vigilância destinadas a monitorizar a atividade de grupos opositores ao poder real. Este sistema, embora rudimentar, revela o início de uma utilização formalizada da Inteligência para assegurar a estabilidade do Estado, antecipando as práticas repressivas que caracterizariam períodos futuros (Acciaiuoli, 2012).

O século XX trouxe uma nova dinâmica ao campo da Inteligência em Portugal, impulsionada pelos acontecimentos globais e pela ascensão do regime autoritário do Estado Novo. Em 1933, foi criada a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE),

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

destinada a monitorizar atividadespositoras ao regime e a combater a subversão interna. Em 1945, esta entidade foi substituída pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), que desempenhou um papel central na vigilância política e na repressão de movimentos anticoloniais. Nuno Monteiro (2013) observa que a PIDE utilizava uma rede vasta e descentralizada de informadores, recorrendo a métodos de vigilância e infiltração que frequentemente violavam os direitos humanos.

Nas colónias, a PIDE foi particularmente ativa durante as guerras de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. A articulação entre a PIDE e as Forças Armadas permitiu uma integração entre Inteligência política e a Estratégia militar, na tentativa de conter as forças de libertação como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). No entanto, esta colaboração nem sempre foi eficaz, gerando tensões entre a Divisão de Informações Militares (DINFO) e a PIDE devido à sobreposição de competências e à falta de coordenação institucional (Rosas, 2012a). Este cenário, muito semelhante à realidade dos Estados Unidos até ao malgrado acontecimento de 11 de setembro de 2001 entre a Central Intelligence Agency (CIA) e o Federal Bureau of Investigation (FBI), reflete as dificuldades experienciadas pela Inteligência portuguesa durante o período colonial, muitas vezes marcada por contradições internas e falta de uma visão integrada.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 constituiu um ponto de rutura na história da Inteligência em Portugal. O desmantelamento da PIDE, que havia sido rebatizada como Direção-Geral de Segurança (DGS) pouco antes da revolução, simbolizou o fim de um modelo repressivo e a necessidade de reestruturar os Serviços de Inteligência para se alinharem aos valores democráticos. Este processo foi complexo, exigindo a criação de novas estruturas capazes de responder aos desafios de Segurança Interna e Externa, enquanto respeitavam os direitos fundamentais dos cidadãos.

A primeira grande reforma deu-se em 1984, com a criação do Serviço de Informações de Segurança (SIS), focado na prevenção de ameaças à Segurança Interna e na preservação do regime democrático. Dois anos depois, em 1986, foi fundado o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM), com responsabilidades no domínio da Segurança Externa e da Defesa Nacional. Em 1997, esta estrutura foi desmembrada, originando o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e o Serviço de Informações Militares (SIM), numa tentativa de especializar e tornar mais eficazes as operações de Inteligência (Monteiro, 2013).

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

A adesão de Portugal à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e à União Europeia (UE) incentivou a modernização dos Serviços de Inteligência, alinhando-os com as melhores práticas internacionais. O desenvolvimento de capacidades técnicas avançadas, como a OSINT e a SOCMINT, permitiu que os Serviços portugueses acompanhassem as exigências de um mundo globalizado, respondendo a ameaças como o terrorismo transnacional, o cibercrime, o crime organizado e o tráfico em geral (de pessoas, armas, narcotráfico e outros interesses financeiros de cariz criminoso).

No entanto, a memória histórica dos abusos cometidos pela PIDE/DGS permanece como um alerta constante, tal como um trauma, contra práticas que violem os direitos humanos e as liberdades civis. Este passado reforça a importância da transparência e da responsabilização no funcionamento dos Serviços de Inteligência (Informações). Como argumenta Rosas (2012b), a história da Inteligência em Portugal reflete não só a adaptação às mudanças contextuais, mas também um compromisso crescente com os valores democráticos, enfatizando a proteção dos direitos fundamentais como um pilar indispensável da Segurança Interna.

1.9.2. Atividade de Inteligência: Complexidade e Controvérsias

A atividade de Inteligência, como prática estruturada e sistematizada, envolve a execução de diversas fases interdependentes, entre as quais se destacam a recolha, análise e disseminação de informações estratégicas. Estas etapas, apesar de aparentemente lineares, são permeadas por complexidades técnicas, organizacionais e éticas que frequentemente desafiam a sua eficácia. Michael Warner (2002) descreve a Inteligência como um processo que envolve competências altamente especializadas e uma alocação substancial de recursos, refletindo a dificuldade intrínseca em obter informações precisas e oportunas. A sua definição, ao abranger práticas como a espionagem, vigilância e a análise de fontes abertas, destaca a multifuncionalidade da Inteligência no apoio à tomada de decisões.

Os debates teóricos e práticos sobre Inteligência são marcados por controvérsias que decorrem das diversas interpretações sobre a sua função e impacto. Lowenthal (2003) explora a Inteligência como uma atividade complexa e multidisciplinar, enquanto Johnston (2005) argumenta que fatores culturais e contextuais influenciam diretamente a eficácia dos processos analíticos. Esta perspetiva é corroborada por Gill e Phythian (2006), que enfatizam a necessidade de compreender a Inteligência como uma prática abrangente, onde múltiplas disciplinas convergem para responder a desafios dinâmicos.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Estes debates sublinham a relevância de uma abordagem teórica sólida que possa orientar a formulação de Políticas de Segurança adaptadas às novas realidades globais.

A disseminação de Inteligência, enquanto etapa crucial do processo, refere-se à comunicação do conhecimento produzido aos decisores de forma clara, objetiva e útil. Sherman Kent (1965), figura seminal no campo, defendeu que a Inteligência só cumpre o seu propósito se apresentada de maneira precisa e concisa, assegurando que as informações sejam compreendidas e operacionalizadas pelos líderes políticos e militares. Esta necessidade de clareza e precisão é fundamental para evitar interpretações erróneas ou decisões mal informadas, como demonstrado nas falhas de Inteligência que antecederam eventos como os ataques de 11 de setembro de 2001 e a subsequente invasão do Iraque em 2003.

A natureza multidimensional das ameaças contemporâneas exacerba os desafios enfrentados pela atividade de Inteligência. Betts (2007) observa que as ameaças emergentes, frequentemente marcadas pela imprevisibilidade e dinamismo, exigem ajustes constantes e inovações metodológicas. Este cenário reflete-se na evolução das operações de Inteligência, que passaram a incorporar tecnologias avançadas, como Inteligência artificial e análise preditiva, mas também na necessidade de uma integração mais eficiente entre agências e níveis de governação. A falha em alcançar uma coordenação eficaz, como evidenciado no caso do 11 de setembro, ilustra os riscos associados à fragmentação institucional e à falta de partilha de informações críticas (National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States, 2004).

A introdução de novos métodos e tecnologias trouxe avanços significativos, mas também levantou questões éticas e legais. O caso Snowden (2013), que revelou a extensão das práticas de vigilância da National Security Agency (NSA), reavivou o debate sobre os limites entre segurança e privacidade. Greenwald (2014) argumenta que, embora as capacidades de monitorização sejam essenciais para mitigar riscos, elas não podem comprometer os direitos civis nem perpetuar práticas opacas que desrespeitem os valores democráticos. Este dilema, que subjaz à atividade de Inteligência, reforça a necessidade de mecanismos de supervisão robustos e de um compromisso firme com a transparência e a responsabilidade.

Eventos recentes, como os ataques terroristas em Paris em 2015, ilustram tanto os progressos quanto as lacunas nos sistemas de Inteligência contemporâneos. A resposta a estes ataques evidenciou a importância de uma cooperação internacional eficaz, mas

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

também gerou controvérsias sobre o impacto das medidas de vigilância nas liberdades civis. Gill e Phythian (2006) argumentam que a Inteligência deve ser desenvolvida com uma visão holística, que não apenas responda às ameaças, mas também proteja os valores fundamentais das sociedades que serve.

A Inteligência enfrenta ainda desafios estruturais e organizacionais, como a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre a eficácia operacional e a proteção dos direitos humanos. A integração de novas tecnologias e metodologias, como a OSINT e a SOCMINT), exemplifica as possibilidades oferecidas pela era da informação, mas também levanta preocupações sobre a utilização ética e segura de dados sensíveis. Clarke e Knake (2010) enfatizam que a implementação de meios tecnológicos avançados deve ser acompanhado de regulamentações claras e de uma avaliação crítica constante para evitar abusos de poder.

Por fim, a atividade de Inteligência no século XXI é definida por uma tensão constante entre eficiência e ética. À medida que os Estados enfrentam ameaças transnacionais cada vez mais sofisticadas, a necessidade de antecipação e de respostas rápidas torna-se imperativa. No entanto, esta pressão não pode justificar práticas que comprometam os valores fundamentais da democracia e os direitos individuais. A transparência, a responsabilidade e a adaptação contínua são indispensáveis para assegurar que a Inteligência continue a servir os interesses coletivos de forma legítima e eficaz.

1.9.3. Sherman Kent e a Análise de Inteligência

A contribuição de Sherman Kent (1965) para a sistematização da análise de Inteligência é amplamente reconhecida como um ponto de inflexão na consolidação deste campo enquanto disciplina estruturada. Ao longo da sua carreira, Kent demonstrou um compromisso inabalável com a objetividade analítica e com a promoção de metodologias rigorosas para transformar informações dispersas em conhecimento estratégico aplicável. A sua obra fundamental, *Strategic Intelligence for American World Policy* delineou os fundamentos teóricos e operacionais da análise de Inteligência, destacando-se como um tratado essencial para a compreensão dos processos que regem a produção de Inteligência em contextos contemporâneos.

Na conceção de Kent (1965), a Inteligência é simultaneamente um Conhecimento Produzido, uma Organização Funcional e um Processo Metódico. Esta categorização

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

tripartida reflete a amplitude e a complexidade inerentes à disciplina, fornecendo uma estrutura conceptual robusta que continua a ser amplamente utilizada nos dias de hoje.

- **Inteligência como Conhecimento Produzido:**

A Inteligência como produto, ou conhecimento produzido, é o resultado de um processo de criação de conhecimento, no qual o "cliente" é responsável pela tomada de decisão a diferentes níveis. Por conseguinte, o documento ou relatório desenvolvido com base no processo que utiliza a metodologia da Inteligência é também denominado como Inteligência, enfatizando a importância da objetividade, assente em evidências sólidas, e a necessidade de evitar preconceitos que possam afetar a solidez das decisões. Kent (1965, p. 10) salienta que "a Inteligência, enquanto produto, deve ser objetiva e baseada em evidências sólidas, evitando preconceitos que possam afetar a integridade das decisões". O conhecimento originado desse processo detalhado é vital para que os decisores possam agir de forma informada e eficiente.

Durante a Guerra do Vietname, as análises de Inteligência frequentemente falharam em ser objetivas e foram influenciadas por preconceitos políticos. O otimismo exagerado sobre o progresso da guerra contribuiu para decisões mal informadas que prolongaram o conflito. Este exemplo sublinha a importância da objetividade na Inteligência, conforme destacado por Kent (1965).

- **Inteligência como Organização Funcional:**

A Inteligência quando Organização Funcional, diz respeito a estruturas funcionais cuja principal tarefa é obter Informação e produzir Conhecimento de Inteligência. Por conseguinte, são as Organizações que procuram dados que foram negados na criação e proteção da Inteligência. Como exemplo temos os Serviços Secretos.

Segundo Kent (1965), "essas organizações desempenham um papel crucial na proteção dos interesses nacionais, pois são responsáveis por recolher e analisar dados sensíveis que não estão disponíveis para o público em geral" (p. 45).

Kent (1965) destaca assim a importância das organizações de Inteligência na proteção dos interesses nacionais. O autor menciona que essas organizações têm a responsabilidade de recolher e analisar dados sensíveis que não são acessíveis ao público em geral. Tal ressalta a relevância do papel desempenhado por essas organizações na segurança e proteção do país, garantindo que as informações críticas sejam precisas, avaliadas e utilizadas para os formuladores de políticas tomarem as decisões devidamente fundamentadas.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

A Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency*, CIA), como Organização de Inteligência, desempenhou um papel de extrema importância durante a Guerra Fria, recolhendo informações sobre as atividades soviéticas. As operações secretas da CIA, incluindo o uso de espões e a vigilância eletrónica, exemplificam a complexidade e a importância das organizações de Inteligência na proteção dos interesses nacionais, mas também levantam questões éticas sobre os métodos utilizados.

- **Inteligência como Processo Metódico:**

Por último, a Inteligência como Atividade, ou Processo, diz respeito aos métodos utilizados para solicitar tipos específicos de informações, coletá-los (por meio de recolha ou recuperação), analisá-los e distribuí-los, além dos procedimentos para obter dados específicos, especialmente dados protegidos, também conhecidos como "Dados Negados" (Kent, 1965, p. 69). A abordagem destaca a importância dos métodos utilizados na obtenção e análise de informações para a produção de conhecimento significativo e relevante para apoiar a tomada de decisões informadas, o processo segue uma metodologia própria para a criação de Conhecimento, ensinada em "correntes" de Inteligência em todo o mundo. A utilização de drones para recolha de dados em zonas de conflito, como no Paquistão e no Afeganistão, ilustra a aplicação moderna dos processos de Inteligência. Estes drones fornecem informações em tempo real que são analisadas para tomar decisões táticas. No entanto, a utilização de drones também levanta questões sobre a privacidade e os danos colaterais, destacando a necessidade de um equilíbrio entre eficácia operacional e considerações éticas.

A sistematização da atividade de Inteligência por Sherman Kent (1965) continua a ser um pilar teórico e prático no campo da segurança e análise estratégica. A sua conceção de Inteligência como conhecimento, organização e processo fornece uma estrutura analítica abrangente, indispensável para compreender a complexidade desta disciplina. Contudo, a relevância duradoura destas definições enfrenta os desafios impostos pelas dinâmicas contemporâneas, exigindo uma adaptação constante às novas realidades operacionais.

A aplicação prática dos princípios de Kent (1965) evidencia tanto a importância da sua visão quanto as controvérsias associadas à prática de Inteligência. A necessidade de objetividade analítica, defendida com veemência por Kent (1965), permanece um ideal frequentemente comprometido por considerações políticas e preconceitos que podem distorcer a avaliação de cenários estratégicos. Este desafio é particularmente relevante na

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

recolha e análise de dados sensíveis, que frequentemente levantam questões éticas complexas, sobretudo no que concerne à proteção da privacidade e dos direitos civis.

O programa PRISM, desenvolvido pela National Security Agency (NSA) e exposto por Edward Snowden em 2013, é um exemplo paradigmático dos dilemas éticos da Inteligência moderna. A recolha massiva de dados pessoais foi simultaneamente apresentada como uma ferramenta essencial para a Segurança Interna e criticada como uma violação flagrante dos direitos individuais (Greenwald, 2014). Este episódio revelou a tensão latente entre a necessidade de segurança e a proteção da privacidade individual, sublinhando a urgência de debater e implementar salvaguardas éticas no domínio da Inteligência.

A aprovação do *Patriot Act*, em resposta aos ataques de 11 de setembro, ampliou substancialmente os poderes de vigilância das agências de Inteligência norte-americanas. Embora defendido como uma medida crucial para a prevenção de ataques terroristas, este ato foi amplamente criticado por infringir liberdades civis e comprometer direitos constitucionais. Tal situação exemplifica os perigos de subordinar os direitos individuais às exigências de Segurança Interna, evidenciando a relevância contínua da objetividade e transparência defendidas por Kent (1965).

As contribuições de Kent (1965) permanecem significativamente relevantes face aos desafios contemporâneos. A emergência de ameaças complexas, como o terrorismo transnacional, o cibercrime e as operações híbridas, exige uma aplicação rigorosa dos princípios fundamentais que o autor delineou. A imparcialidade analítica e a colaboração interinstitucional continuam a ser pilares essenciais para o sucesso das operações de Inteligência num ambiente cada vez mais volátil e interconectado.

A introdução de tecnologias avançadas, como a Inteligência artificial e a análise preditiva, ampliou a capacidade das agências de processar grandes volumes de dados e identificar padrões comportamentais. Estas ferramentas representam uma extensão moderna da necessidade de sistematização defendida por Kent (1965). Contudo, também introduzem novos desafios, como os enviesamentos algorítmicos e as implicações éticas associadas ao tratamento de dados pessoais sensíveis (Clarke & Knake, 2010). Este cenário reforça a necessidade de uma avaliação crítica contínua, assegurando que os princípios de Kent (1965) sejam adaptados e aplicados em conformidade com os valores democráticos.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Um exemplo marcante é o papel crescente da análise preditiva em operações de ContraInteligência. O uso de ferramentas baseadas em *Machine Learning* e *Big Data* tem permitido a identificação de padrões de comportamento e a antecipação de possíveis ameaças. Apesar do seu potencial, estes avanços tecnológicos exigem um compromisso inabalável com a supervisão ética e a responsabilidade institucional. Pertinência para os Comportamentos de Risco em Movimentos Sociais em Portugal

Os movimentos sociais em Portugal, como em qualquer outro país, têm a capacidade de influenciar profundamente a paisagem sociopolítica. No entanto, também podem gerar comportamentos de risco que necessitam de uma gestão eficaz. A análise de Kent pode oferecer perspectivas valiosas para compreender e mitigar esses riscos.

Os movimentos sociais podem escalar para confrontos violentos entre manifestantes e Forças de Segurança. A aplicação dos princípios de Kent (1965) pode ajudar a prever e prevenir essa progressão, proporcionando informações sobre possíveis pontos de tensão e atores envolvidos. Alguns participantes de movimentos sociais podem inclusive radicalizar-se, adotando ações extremas. A recolha e análise de dados detalhados podem identificar sinais de radicalização precoce, permitindo intervenções preventivas.

Em contraste, a disseminação de informações falsas pode inflamar tensões sociais. A ênfase de Kent na objetividade e precisão da Inteligência é essencial para combater a desinformação, garantindo que o público e os decisores políticos tenham acesso a informações corretas e verificáveis.

Por fim, protestos prolongados podem causar interrupções económicas e sociais. A Inteligência sobre a dinâmica dos movimentos sociais pode ajudar a mitigar impactos negativos, planeando respostas que minimizem interrupções enquanto respeitam os direitos de manifestação.

Em suma, a obra de Sherman Kent (1965) permanece um pilar fundamental na compreensão da atividade de Inteligência. As suas definições e sistematizações oferecem uma base robusta para o estudo e a prática da Inteligência. No entanto, a aplicação prática dessas teorias no mundo contemporâneo revela uma série de desafios e controvérsias que necessitam de escrutínio e de uma análise crítica contínua. O equilíbrio entre a eficácia da Inteligência e a proteção dos direitos individuais é de extrema importância, exigindo uma abordagem ética e responsável.

1.9.4. A Inteligência segundo Jennifer Sims

A Inteligência percorreu um longo caminho no que diz respeito à sua evolução, especialmente quando vista à luz do seu papel na definição de decisões de Política Externa. Jennifer Sims, uma figura eminente neste campo, oferece uma visão abrangente da Inteligência, ilustrando-a através de várias perspetivas. Sims (1995) acredita que “a Inteligência não é simplesmente um procedimento secreto, mas sim qualquer dado operacional recolhido durante a tomada de decisões” (p. 4). Esta definição expande a nossa compreensão da Inteligência para além do eufemismo da espionagem tradicional, abrangendo também áreas como a informação comercial e o desenvolvimento de submarinos nucleares.

Segundo Sims (1995), Inteligência é o armazenamento de dados operacionais que facilita a tomada de decisões, enfatiza que "ter uma pilha de papéis sobre a mesa não constitui Inteligência para quem toma decisões. Mesmo os recortes organizados por tema não constituem Inteligência, a menos que sejam especificamente escolhidos para satisfazer as necessidades dos tomadores de decisão" (p. 5). Este ponto é crucial, pois sublinha a importância da pertinência estratégica e da especificidade na conversão da informação em conhecimento útil.

Por exemplo, durante a crise dos mísseis cubanos em 1962, a Inteligência obtida através de fotografias aéreas revelou a presença de armas soviéticas em Cuba. Esta informação específica e pertinente foi essencial para o presidente John F. Kennedy e os seus assessores, ajudando-os a evitar uma guerra nuclear (Allison & Zelikow, 1999). Este exemplo não só demonstra a importância de dados precisos e específicos, mas também como a Inteligência pode transformar dados brutos em *insights* estratégicos que salvam vidas e alteram o curso da história. No entanto, é fundamental analisar como a falta de precisão e a má interpretação podem levar a resultados desastrosos, como aconteceu na invasão do Iraque em 2003, onde a falha na interpretação da Inteligência sobre armas de destruição em massa resultou em decisões com efeitos significativos e duradouros (Ricks, 2006).

Sims (1995) também observa que qualquer forma de Autoridade ou Organização pode ser considerada um Serviço de Inteligência potencial, desde que a informação recolhida e processada satisfaça requisitos específicos de tomada de decisão. Esta perspetiva é particularmente relevante na Política Externa, onde é necessária uma compreensão básica do mundo para criar estratégias eficazes. A falta de interpretação

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

correta da Inteligência, como se viu na invasão do Iraque, enfatiza a necessidade de análises rigorosas e fundamentadas. Este caso ilustra os perigos de uma Inteligência mal interpretada e a necessidade de análises rigorosas e fundamentadas.

Por outro lado, a colaboração internacional na Inteligência, como destaca Richard J. Aldrich (2004), é essencial no combate ao Terrorismo Global. A troca de informações entre nações aumenta a capacidade de resposta a ameaças globais e permite uma coordenação mais eficaz. Loch K. Johnson (2007) complementa esta visão, argumentando que a Inteligência deve ser vista como um ciclo contínuo de recolha, análise, disseminação e *feedback*, enfatizando a necessidade de adaptação constante às novas ameaças e oportunidades. Estas visões complementam a abordagem de Sims (1995) e enriquecem o debate sobre o papel multifacetado da Inteligência.

A visão de Sims (2009) também abrange a análise da informação comercial. Por exemplo, uma pesquisa de mercado destinada a compreender a resposta de um produto pode ser considerada como Inteligência quando a informação recolhida é organizada e analisada de forma a responder às necessidades específicas dos decisores. Esta metodologia enfatiza a importância da exaustividade e do detalhe, demonstrando que os dados só se tornam relevantes quando associados ao problema real. A análise de dados de vendas e *feedback* dos clientes utilizada pela *Amazon* para alterar as ofertas de produtos e melhorar a experiência do cliente resulta em decisões informadas e baseadas em informações precisas (Stone, 2013). Este exemplo sublinha como a Inteligência comercial pode ser utilizada para criar vantagens competitivas e otimizar estratégias empresariais.

Sims (2009) acredita que a Inteligência é um processo dinâmico e em constante evolução. A importância da informação depende da situação e do utilizador, destacando a necessidade de flexibilidade e adaptabilidade na análise da Inteligência. Além disso, sublinha a necessidade de veracidade e precisão na análise, pois informações incorretas podem levar a decisões erradas com efeitos devastadores. No campo militar, a flexibilidade e a precisão são cruciais. Durante a Operação *Overlord* na Segunda Guerra Mundial, a Inteligência dos Aliados sobre as defesas costeiras alemãs e o clima foi fundamental para o sucesso do desembarque na Normandia. Informações precisas e atuais permitiram mudanças tardias na estratégia de invasão, demonstrando o valor da Inteligência fiável e pertinente (Ambrose, 1994). A capacidade de adaptar estratégias com base em informações precisas e atualizadas é uma lição crucial que se aplica não só ao campo militar, mas também a muitas outras áreas de decisão.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Já a Inteligência Preditiva, conforme descrita por Sims (2009), é crucial para reconhecer ameaças e oportunidades. A capacidade de prever ocorrências futuras com base em dados anteriores é vital para a tomada de decisões estratégicas, aumentando o valor da análise preditiva no domínio da Inteligência. A utilização de análises preditivas pelas Autoridades de Segurança para identificar e prevenir atividades terroristas é conseguida através da monitorização de comunicações e comportamentos suspeitos, levando à prevenção de ataques planeados em múltiplas ocasiões (Clarke & Knake, 2010). Este uso da Inteligência Preditiva demonstra como a análise avançada de dados pode ser uma ferramenta poderosa na manutenção da Segurança Interna.

1.9.4.1. Pertinência para os Comportamentos de Risco em Movimentos Sociais em Portugal

No contexto de Portugal, a análise de Jennifer Sims sobre a Inteligência é altamente pertinente para compreender e mitigar os comportamentos de risco associados aos movimentos sociais. A capacidade de recolher e analisar dados operacionais de forma precisa e objetiva é vital para a gestão eficaz de crises e a prevenção da progressão da violência. Aplicar os princípios de Sims pode auxiliar a prever e prevenir esses confrontos, fornecendo dados operacionais detalhados sobre possíveis pontos de tensão e atores envolvidos. Alguns participantes de movimentos sociais podem radicalizar-se, adotando ações extremas. A recolha e análise de dados operacionais detalhados podem identificar sinais de radicalização precoce, permitindo intervenções preventivas eficazes. A disseminação de informações falsas pode inflamar tensões sociais. A ênfase de Sims na pertinência estratégica e precisão da Inteligência é essencial para combater a desinformação, garantindo que o público e os decisores políticos tenham acesso a dados operacionais corretos e verificáveis. Protestos prolongados podem causar interrupções económicas e sociais. A Inteligência sobre a dinâmica dos movimentos sociais pode ajudar a mitigar impactos negativos, planeando respostas que minimizem interrupções enquanto respeitam os direitos de manifestação.

1.9.5. A Perspetiva da Polícia de Segurança Pública (PSP)

A Divisão de Inteligência da Polícia de Segurança Pública (PSP), ou Departamento de Informações Policiais (DIP), na sua nomenclatura oficial, procura estudar os fenómenos sociais que interessam à Segurança Interna, no âmbito das suas competências e responsabilidades. Isso contribui para a tomada de decisões estratégicas a um nível superior, tendo como objetivo a procura de soluções para os problemas. A

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

PSP, de acordo com Fernandes (2014), é uma Polícia integral que desenvolve a sua atividade segundo os cinco pilares de atuação: Prevenção, Ordem Pública, Investigação Criminal, Informação e Cooperação Internacional.

A Inteligência (ou Intelligence) como atividade, para Fernandes (2014), destina-se a atender às necessidades específicas de um determinado consumidor – público ou privado – utilizando um método específico e sistemático para produzir Inteligência: o Ciclo de Produção de Inteligência. O convencional Ciclo de Produção de Inteligência é constituído pelos seguintes pensamentos: Gill & Phythian (2006) descrevem a atividade de Inteligência como:

O conjunto de atividades – desde o direcionamento até a recolha de informações, análise e disseminação – conduzidas em segredo e visando manter ou melhorar a segurança relativa, fornecendo aviso antecipado de ameaças ou potenciais ameaças de forma que permita a implementação oportuna de uma política ou estratégia preventiva, incluindo, quando considerado desejável, atividades encobertas (p. 7).

Fernandes (2014) define ainda a Inteligência como um produto, no sentido de que o resultado de uma pesquisa, guiada pelos princípios e métodos de produção de Inteligência, assiste os tomadores de decisão na redução da incerteza e na tomada de decisões, advogando que:

A Inteligência, para ter valor, precisa ser oportuna (deve estar disponível ao consumidor dentro de um prazo especificado), relevante (para a finalidade pretendida ou objetivos perseguidos pelo consumidor), precisa e acessível, ou seja, divulgada no formato adequado para seu uso pelo consumidor, de forma a permitir a sua rápida compreensão e utilização (p. 99).

No que concerne à PSP, a produção de Inteligência policial encontra-se adequadamente consagrada na sua estrutura orgânica. Clemente (2007) considera a existência de duas dimensões específicas: a Inteligência policial – onde estão contidas as informações de Segurança e a atividade de Contrainformação – e as Informações Criminais – que reportam a atividade desenvolvida na esfera da Investigação Criminal. Fernandes (2014) distingue as duas dimensões existentes de Inteligência: a Inteligência policial, onde advoga a sua importância em “conhecer o fenómeno para melhor prevenir

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

e neutralizar riscos produzidos pelo mesmo” e a Inteligência de Segurança que “visa conhecer e acompanhar o fenómeno” (p. 169). Concomitantemente, atuam em regime de complementaridade com a missão das Forças de Segurança e constitui-se como alicerce da atividade operacional. Clemente (2007) reitera ainda que “a montante da intervenção policial há uma intensa atividade de informações, destinada a sustentar a ação operacional” (p. 385).

Concluindo, na PSP, o seu sistema de informações tem por missão pesquisar, centralizar e analisar, sempre com vista à produção de Informação policial que se mostre necessária ao cumprimento dos seus objetivos e missão. Desta forma, as informações são orientadas de forma que sejam consistentes com as competências e atribuições gerais e específicas, dispostas no art.º 3 da Lei 53/2007 de 31 de agosto, que regula a sua orgânica.

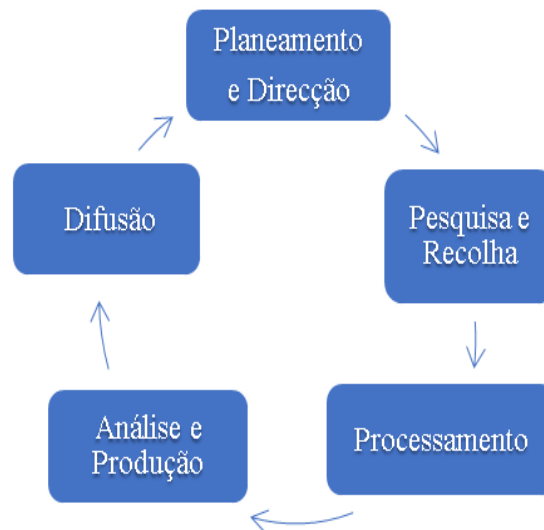


Figura 1 - Ciclo de Produção de Inteligência

Fonte: Adaptado de (Fernandes, 2014, p. 105)

**CAPÍTULO II – OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE SEGURANÇA**

**2. A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA FORMULAÇÃO DE
POLÍTICAS DE SEGURANÇA**

A formulação de Políticas Públicas de Segurança é influenciada por uma diversidade de atores sociais, incluindo movimentos sociais que representam os interesses e preocupações da cidadania. Estes movimentos são cruciais na identificação de problemas de segurança, na proposição de soluções e na mobilização de apoio popular para a concretização de mudanças políticas (Wilson, 1989). J. Q. Wilson (1989) destaca que as Políticas Públicas de Segurança são frequentemente moldadas por pressões sociais e exigências emergentes, incluindo a influência direta dos movimentos sociais. Esses movimentos podem atuar como catalisadores de mudança, trazendo à tona questões negligenciadas e pressionando por reformas específicas.

David Garland (2001) argumenta que os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na formação das Políticas Públicas de Segurança ao promover novas agendas e ao desafiar as práticas estabelecidas. Garland sublinha que a mobilização social pode resultar em mudanças significativas nas abordagens políticas, influenciando a adoção de políticas mais inclusivas e responsivas às necessidades comunitárias. Movimentos que advogam por maior transparência e responsabilidade das Forças de Segurança têm pressionado por reformas nos procedimentos operacionais, promovendo a implementação de iniciativas de segurança comunitária e a adoção de tecnologias de monitorização que aumentem a transparência das ações e a responsabilidade das autoridades.

Os movimentos sociais contra a violência de género têm influenciado a criação de políticas específicas de proteção às vítimas e de punição aos agressores, demonstrando a capacidade destes movimentos de moldar as Políticas Públicas de Segurança de forma inclusiva e equitativa. Contudo, os movimentos sociais enfrentam desafios significativos ao tentar influenciar as Políticas Públicas de Segurança, incluindo barreiras estruturais, fragmentação dos movimentos e limitações na mobilização de recursos. As redes sociais e outras tecnologias de comunicação oferecem novas oportunidades para a organização e mobilização dos movimentos, facilitando a coordenação de ações e a disseminação de informações (Western, 2006).

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Bruce Western (2006) observa que a colaboração entre movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil pode fortalecer a posição destes movimentos e aumentar a sua capacidade de impactar as decisões políticas. Western argumenta que a cooperação internacional e transnacional também pode amplificar as vozes dos movimentos sociais e aumentar a legitimidade das suas reivindicações.

Estudos de caso específicos ilustram como os movimentos sociais têm conseguido influenciar as Políticas Públicas de Segurança em diferentes contextos. Em Portugal, movimentos que se opõem à violência policial e ao racismo têm pressionado por reformas nos procedimentos operacionais das Forças de Segurança e pela implementação de programas de sensibilização e formação em direitos humanos. Estes movimentos utilizam estratégias variadas, desde manifestações e campanhas de sensibilização até a participação em fóruns de Políticas Públicas, promovendo mudanças significativas na Segurança Interna.

Movimentos sociais em torno da segurança urbana e da prevenção da criminalidade, formados por grupos comunitários e associações de moradores, têm promovido Políticas Públicas de Segurança que privilegiam a participação cidadã e a prevenção, em vez de medidas exclusivamente repressivas. A sua atuação contribui para a criação de espaços urbanos mais seguros e inclusivos, evidenciando o impacto positivo dos movimentos sociais na formulação e implementação das Políticas Públicas. Um exemplo concreto pode ser observado nos bairros de Lisboa, onde associações de moradores têm colaborado com as autoridades locais para implementar iniciativas de segurança comunitária, resultando numa redução significativa da criminalidade e num aumento do sentimento de segurança entre os residentes.

O ser humano é um ser social e precisa viver em grupo. Partindo dessa premissa, são inúmeros os fatos da história que comprovam a influência dos grupos na sociedade e nos indivíduos. É nesse envolvimento mútuo e constante que a mudança ocorre. Desta forma, no âmbito da Ciência Policial, compreender a dinâmica social é crucial para a efetividade das ações de Segurança Pública. Nesse contexto, a distinção entre grupos sociais e movimentos sociais torna-se fundamental para mapear as diferentes formas de organização e mobilização da sociedade civil, permitindo uma atuação policial mais estratégica e proativa. Escreveu John Donne:

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Nenhum homem é uma ilha, isolado em si mesmo; todos são parte do continente, uma parte de um todo. Se um torrão de terra for levado pelas águas até o mar, a Europa ficará diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse o solar de teus amigos ou o teu próprio; a morte de qualquer homem me diminui, porque sou parte do género humano. E por isso não pergunte por quem os sinos dobram, eles dobram por vós (2021, Meditation XVII).

Esta premissa ressoa ao longo dos séculos, destacando a necessidade intrínseca dos indivíduos de formarem grupos e movimentos que moldam a Sociedade.

Os grupos sociais e os movimentos sociais desempenham papéis fundamentais na sociedade contemporânea, influenciando diretamente as políticas públicas, especialmente no que concerne à Segurança Interna. É essencial distinguir entre esses dois conceitos para compreender a dinâmica das suas influências e os desafios que apresentam. Este título explora assim diversas teorias sociológicas que explicam a formação, a dinâmica e a influência dos movimentos sociais, aplicando-as ao contexto específico das Políticas Públicas de Segurança em Portugal.

Um grupo social é uma associação de indivíduos que se identificam e interagem regularmente, compartilhando objetivos e interesses comuns (Ribeiro, 2014). Esses grupos são caracterizados por relações estáveis e uma identidade coletiva forte, construída com base na confiança e cooperação entre os membros. Grupos sociais e movimentos sociais são agentes da influência direta da sociedade contemporânea sobre as políticas públicas, incluindo o domínio da Segurança Interna. A fim de caracterizá-los e compreender as peculiaridades da sua dinâmica e influência, pode ser útil separar os dois termos. O presente trabalho se baseará em diferentes teorias sociológicas que possam explicar o surgimento, a dinâmica e a influência dos movimentos sociais e as aplica ao contexto especial das Políticas Públicas de Segurança em Portugal. Em primeiro lugar, um grupo social é uma organização que envolve os indivíduos com base no seu interesse comum, objetivos e interação regular. Finalmente, um grupo social é baseado em relações relativamente estáveis e em uma identidade coletiva, possuindo confiança e cooperação intrínsecas. Exemplos clássicos de grupos sociais: famílias, grupos de amigos, equipas de trabalho, no contexto organizacional, e organizações comunitárias de cunho local ou regional constituem exemplos paradigmáticos de grupos sociais. Enquanto experiência ilustrativa, pode-se considerar, por exemplo, uma pequena comunidade rural em Portugal.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Assim, as famílias, amigos e equipas de trabalho, interagindo todos os dias, partilhando a sua vida quotidiana e construindo uma rede de apoio mútuo, são considerados como grupos sociais. Embora a experiência seja muito simples, ilustra o princípio de que os grupos sociais podem estabelecer normas e padrões de comportamento. Simplificando, a dinâmica de interação e partilha estabelecida em grupos como as famílias e equipas acima mencionadas, pode se tornar basilar na formação de normas, padrões de comportamento e perceções partilhadas pelos indivíduos até ao ponto em que afeta tanto a emergência quanto o comportamento dos movimentos sociais.

Em contraste, um movimento social caracteriza-se como uma atividade coletiva organizada com o propósito de promover ou desestimular alterações no tecido social. Conforme explicitado por Tilly (2004), movimentos sociais podem ser compreendidos como “séries de interações entre detentores do poder estabelecido e aqueles que reivindicam o poder, incluindo o uso de performances públicas como manifestações, greves e outras formas de protesto” (Tilly, 2004, p.3).

Estes movimentos são habitualmente concebidos em resposta a contextos particulares e implicam a mobilização de recursos, a constituição de identidades coletivas e a cooperação entre variados grupos sociais.

Os movimentos sociais são fenómenos intrincados e polifacetados que desempenham um papel essencial e determinante na transformação das sociedades contemporâneas. Segundo a perspetiva proposta por Gil (2011), a necessidade intrínseca e fundamental do ser humano de viver em grupo, partilhando vínculos, interesses e perspetivas comuns, constitui a base primordial para o surgimento destes movimentos sociais. Estes movimentos podem tanto promover como desencorajar a emergência de mudanças sociais significativas. De facto, os movimentos sociais têm sido motores e catalisadores de transformações sociais, políticas, económicas e culturais de grande relevância nas sociedades modernas, influenciando de forma direta e inevitável as políticas públicas, inclusive na esfera específica da Segurança Interna.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Tabela 4 – Assimetrias entre Grupos Sociais e Movimentos Sociais

Crítérios	Grupos Sociais	Movimentos Sociais
Definição	Associação de indivíduos com objetivos e interesses comuns. (Ribeiro, 2014).	Atividade coletiva organizada para promover ou desencorajar mudanças sociais. (Tilly, 2004).
Natureza das Interações	Relações estáveis e regulares.	Interações esporádicas e focadas em contextos específicos.
Identidade Coletiva	Forte, construída com base na confiança e cooperação.	Formação de identidades coletivas em resposta a contextos específicos.
Exemplos	Famílias, grupos de amigos, equipas de trabalho, organizações comunitárias.	Manifestações, greves, protestos públicos.
Objetivos	Partilha de objetivos e interesses comuns.	Promover ou desencorajar mudanças sociais específicas.
Influência nas Políticas Públicas	Indireta, através da formação de normas e padrões de comportamento.	Direta, através de mobilização e performances públicas.
Mobilização de Recursos	Não envolve mobilização de recursos significativos.	Envolve mobilização de recursos para alcançar objetivos.
Duração	Geralmente longa e contínua.	Geralmente de curta ou média duração, até atingir os objetivos.

Nota: Interpretação analítica do autor sobre as Assimetrias entre Grupos Sociais e Movimentos Sociais

As interações e a cooperação entre grupos sociais podem levar à imitação de comportamentos, à assimilação de normas comuns e à formação de movimentos sociais. Esses movimentos visam promover ou desencorajar mudanças na estrutura da sociedade. Compreender a intrincada interação entre os grupos sociais e os movimentos sociais resultantes – que se formam devido a vários pontos em comum entre os membros – é essencial, uma vez que estes movimentos impulsionam a sua influência. Atuam como motores e catalisadores de transformações drásticas na sociedade contemporânea, especialmente no domínio da Segurança Interna; a compreensão deste entendimento capacita os decisores políticos e as entidades responsáveis a preverem os desafios futuros que poderão impedir o seu progresso, ao mesmo tempo identificando oportunidades inexploradas que poderiam ser utilizadas em seu benefício, dado o ambiente em evolução da sociedade moderna de hoje.

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

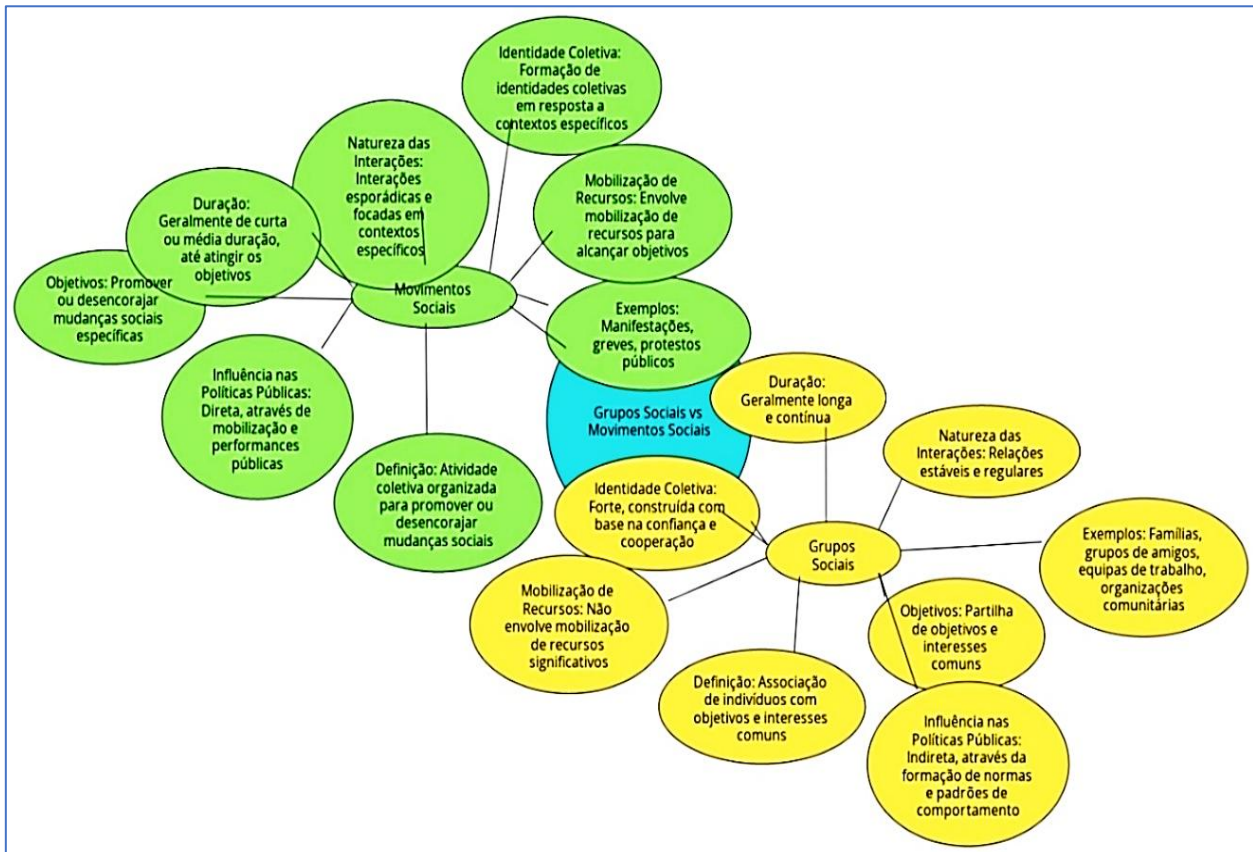


Figura 2 – Assimetrias dinâmicas: Grupos Sociais vs Movimentos Sociais

Nota: Interpretação analítica do autor sobre as dinâmicas entre Grupos Sociais e Movimentos Sociais

2.1. Os Grupos Sociais e as Dinâmicas Internas

2.1.1. Definição e Estrutura dos Grupos Sociais

Os grupos sociais constituem a base fundamental e a pedra angular para a formação, organização e atuação dos movimentos sociais na sociedade contemporânea. Estes grupos podem ser definidos, de acordo com a perspetiva teórica apresentada por Ribeiro (2014), como "associações de indivíduos que se identificam mutuamente e interagem de forma regular, partilhando objetivos, interesses, valores e, muitas vezes, uma visão de mundo comum" (p. 24).

A estrutura interna destas entidades sociais é caracterizada pela existência de interações sociais estáveis e duradouras entre os seus membros, assim como pelo desenvolvimento de uma sólida identidade coletiva. Esta identidade comum é construída com base na confiança recíproca, na cooperação estabelecida e no sentimento de pertença que surge entre os indivíduos pertencentes ao grupo. Tal construção identitária desempenha um papel fundamental na coesão interna do grupo e na sua capacidade de

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

mobilizar-se para a ação coletiva, conferindo-lhe a legitimidade e a representatividade essenciais para influenciar a dinâmica social.

A identidade coletiva possibilita que os integrantes de um grupo social se reconheçam como partes integrantes de um conjunto maior, promovendo um sentido de alinhamento em torno de causas, objetivos e perspetivas comuns. Este vínculo identitário é crucial para que o grupo possa surgir como um ator social relevante, com capacidade de influenciar a formulação de políticas públicas, incluindo no campo da Segurança Interna.

Afirma Ribeiro (2014, p. 26) que "a força de um grupo reside na sua unidade. Quando indivíduos se reconhecem como parte de um todo, conseguem mobilizar-se com maior eficácia para alcançar objetivos comuns".

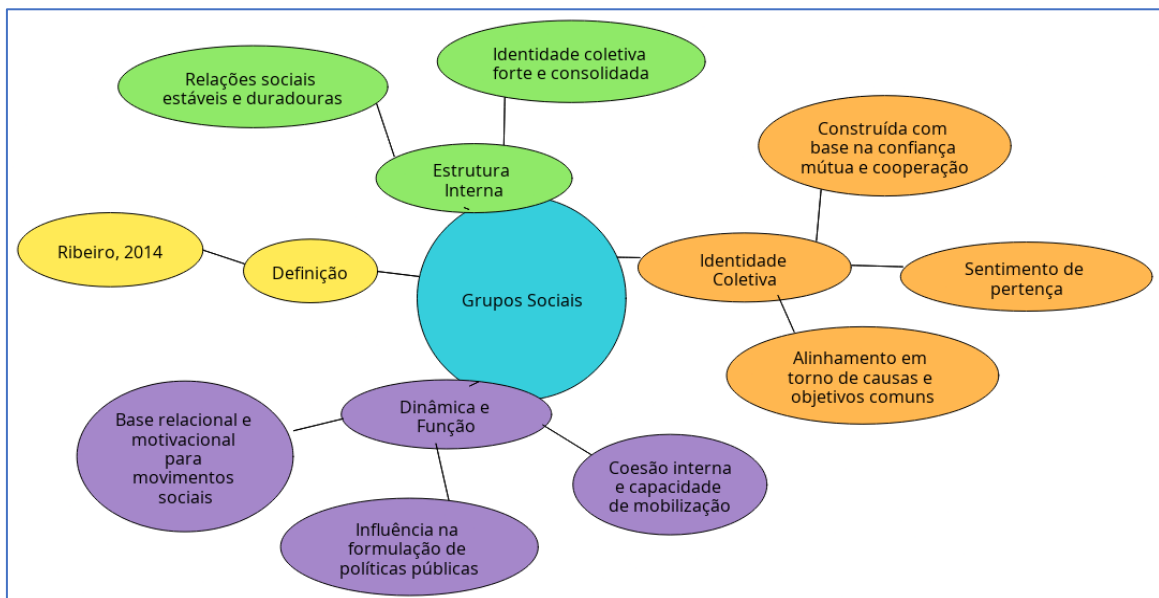


Figura 3 - Estrutura e Dinâmicas dos Grupos Sociais

Nota: Interpretação analítica do autor sobre a Estrutura e Dinâmicas dos Grupos Sociais

2.2. As Teorias de Ação Coletiva

2.2.1. Gabriel Tarde e a Imitação Social - Teoria do Contágio Social

Gabriel Tarde (1890), na sua obra *Les Lois de l'Imitation*, argumenta que a imitação constitui a base fundamental da vida social. Segundo Tarde (1903), a Sociedade evolui através da repetição e disseminação de ideias e comportamentos entre os indivíduos, sendo este processo crucial para a propagação de práticas e estratégias eficazes dentro dos grupos sociais, o que aumenta a capacidade de mobilização e

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

organização. Contudo, esta mesma dinâmica de imitação pode também facilitar a disseminação de comportamentos de risco nos movimentos sociais.

A Teoria da Imitação, ou Contágio Social, de Tarde (1903), ajuda a entender como os comportamentos de risco se propagam nos movimentos sociais. Esses comportamentos de risco compreendem ações que podem ter consequências significativamente negativas tanto para os indivíduos como para o movimento no seu conjunto, como violência, vandalismo e confrontos com as autoridades. Tarde (1903) sugere que a imitação é um processo natural pelo qual os indivíduos repetem ações observadas noutros, o que pode consolidar práticas tanto positivas como nocivas, razão pela qual a teoria também é denominada de Contágio Social.

A lógica de imitação que facilita a disseminação de práticas eficazes pode igualmente facilitar a difusão de comportamentos de risco. Quando determinados indivíduos ou grupos adotam comportamentos de risco, estes podem ser imitados por outros membros do movimento. A presença de líderes ou figuras influentes que promovem ou participam nesses comportamentos pode intensificar este efeito, aumentando a adoção de práticas de risco (Tarde, 1903).

Mark Granovetter (1973) complementa esta ideia, sugerindo que os "laços fracos" são particularmente eficazes na disseminação de informações e comportamentos através de redes sociais mais amplas. Os laços fracos conectam diferentes grupos sociais e permitem que os comportamentos se espalhem rapidamente, facilitando tanto a coordenação de ações coletivas como a propagação de comportamentos de risco. Um bom exemplo é o movimento *Black Lives Matter* (BLM). Originado nos Estados Unidos, mas com impacto global por outros movimentos que imitam estratégias, como protestos e campanhas nas redes sociais. A difusão destas ideias e práticas destaca como a imitação pode ampliar a capacidade de mobilização, bem como aumentar a eficiência organizacional, que foi introduzida pela primeira vez por Tarde em 1890. Por outro lado, o BLM também demonstra como os comportamentos de risco se espalham; alguns dos seus protestos levaram ao vandalismo e a confrontos violentos com agentes da aplicação da lei, influenciando posteriormente outros a adotarem comportamentos violentos semelhantes através do que é conhecido como "modelo de limiar" de Granovetter (1973) ou as narrativas de Tilly (1978).

O movimento francês dos "coletes amarelos" destaca-se como um exemplo vívido deste fenómeno. Começou como uma manifestação marcada por protestos pacíficos para

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

mostrar o descontentamento face aos elevados preços dos combustíveis, mas rapidamente evoluiu para atos mais violentos, com os participantes a refletirem comportamentos que amplificavam o risco – vandalismo e confrontos violentos com agentes da lei – resultando numa intensificação de força (Granovetter, 1973).

A Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1977) afirma ainda mais as descobertas de Tarde. De acordo com Bandura (1977), os indivíduos adquirem novos comportamentos através da observação e imitação de modelos de comportamento – especialmente se esses modelos de comportamento forem considerados bem-sucedidos ou influentes. Este processo tem um peso significativo no domínio dos movimentos sociais, onde líderes e figuras notáveis podem atuar como modelos para outros. Para conter a proliferação de comportamentos de risco, sugere-se que os movimentos sociais possam adotar diversas estratégias, incluindo a promoção de líderes que apoiem a não-violência e a introdução de programas formativos sobre desobediência civil e gestão de conflitos (referenciado em Oberschall 1973; Bandura 1977). A análise proposta por Tarde (1903) é assim reforçada pela perspectiva de Bandura (1977) sobre como as pessoas adotam comportamentos, permitindo compreender por que algumas estratégias adotadas pelos movimentos sociais podem ser eficazes.

Sistemas de comunicação eficazes podem ser comparados às veias de uma organização – facilitando o fluxo de informações no seio dos movimentos. É aqui que as notícias sobre o que é desejado e o que é reprovado podem facilmente chegar a todos, facilitando assim que as pessoas escolham-adotem bons comportamentos e evitem aqueles que não são aceitáveis. A utilização de canais digitais no envio de mensagens que retratam a paz e a responsabilidade pode contribuir muito para conter a propagação da violência, uma vez que a reciprocidade de mensagens nobres cria uma imagem positiva. Além disso, uma cultura organizacional forte, construída sobre os valores da não-violência e do apoio mútuo, pode definitivamente contribuir para a redução de casos em que as pessoas se envolvem em comportamentos de risco, tal como Granovetter (1973) observou.

Este estudo é ainda ampliado pela contribuição de McAdam, McCarthy & Zald (1996), que enfatizam a importância da estrutura de oportunidade política na formação dos movimentos sociais. Os autores mencionados postulam que o contexto político pode influenciar tanto a mobilização de recursos quanto a propagação de comportamentos de risco. Em ambientes onde a repressão é alta, os movimentos podem ser mais propensos a

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

adotar comportamentos de risco como forma de resistência. Portanto, os movimentos devem estar cientes do ambiente político em que operam e adaptar as suas estratégias em conformidade (McAdam, McCarthy & Zald, 1996).

Em suma, a Teoria da Imitação Social de Gabriel Tarde (1903), em consonância com a Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura (1977), revela perspectivas profundas sobre a disseminação de comportamentos desadaptativos. Os movimentos sociais, ao reconhecer este duplo poder da imitação, devem procurar promover a Coesão e Segurança, minimizando os riscos e maximizando os impactos positivos das suas ações.

2.2.2. Émile Durkheim e a Coesão Social

A Coesão Social é um conceito que Émile Durkheim apresenta em *The Division of Labor in Society*, considerando-o essencial para a Ação Coletiva e a manutenção da Ordem e do equilíbrio social. Durkheim (2014) defende que a coesão social — seja ela mecânica ou orgânica — é um elemento fundamental que molda a estrutura dos movimentos sociais e garante a estabilidade das sociedades.

Durkheim (2014) apresentou a solidariedade mecânica como um dos conceitos fundamentais que definem a coesão social nas sociedades tradicionais. Esta solidariedade baseia-se numa consciência coletiva partilhada entre os indivíduos, onde crenças, valores e normas são comuns e profundamente enraizados. A semelhança entre as pessoas numa sociedade — incluindo as suas atividades, papéis e até estilos de vida — constitui a base da solidariedade mecânica. É esta semelhança que une as pessoas, promovendo um sentimento de unidade e pertença. Durkheim (2014) argumenta que, em sociedades guiadas pela solidariedade mecânica, qualquer divergência desta consciência coletiva é severamente punida, pois representa uma ameaça à própria essência da coesão e harmonia social (Giddens, 1971). Esta forma de solidariedade reflete a rigidez das sociedades tradicionais, onde a conformidade é crucial para a preservação do tecido social.

Exemplos práticos dessa solidariedade mecânica podem ser observados em comunidades rurais de Portugal, onde festas tradicionais, como as festas dos Santos Populares, e rituais religiosos, como as procissões, desempenham um papel central na manutenção da coesão social. Estas práticas criam um sentimento de pertença e reforçam os laços comunitários; contudo, essa mesma rigidez pode gerar conflitos em contextos modernos, onde a diversidade cultural e as mudanças sociais desafiam as normas estabelecidas.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Por outro lado, a solidariedade orgânica emerge como característica das sociedades modernas, onde a divisão do trabalho e a especialização de funções criam interdependência entre os indivíduos. Ao contrário da homogeneidade que promove a coesão na solidariedade mecânica, na solidariedade orgânica a coesão social resulta da complementaridade entre diferentes papéis e funções. Esta forma de solidariedade é essencial para a sobrevivência de sociedades complexas, onde as diferenças individuais não enfraquecem a coesão, mas antes a fortalecem, uma vez que cada indivíduo contribui de maneira única para o bem-estar coletivo.

Um exemplo claro de solidariedade orgânica pode ser observado nas grandes cidades contemporâneas, onde a interdependência entre diversas profissões e setores é vital para o funcionamento da Sociedade. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, ficou evidente como médicos, enfermeiros, cientistas, técnicos de laboratório e administradores precisaram de colaborar estreitamente para enfrentar a crise. Este contexto demonstrou como a solidariedade orgânica é crucial em situações de emergência, onde a especialização e a cooperação interprofissional são fundamentais para a resiliência social.

Durkheim (2014) também levantou a hipótese de que a felicidade e a estabilidade da sociedade dependem da existência de fortes conexões sociais e de uma consciência coletiva. Ao desenvolver a divisão do trabalho, Durkheim identificou a transição da solidariedade mecânica para a orgânica como um processo necessário para a modernização das sociedades (citado em Ritzer, 2008). A ênfase de Durkheim na importância da educação para o desenvolvimento moral e social das comunidades revela o seu compromisso com a promoção da coesão social e a construção de uma sociedade justa e solidária (citado em Swedberg, 1998).

Contudo, é importante reconhecer que a transição para a solidariedade orgânica não elimina completamente a solidariedade mecânica. Em muitos contextos, especialmente em comunidades mais fechadas ou em grupos com forte identidade cultural, a solidariedade mecânica continua a desempenhar um papel importante. A coexistência dessas duas formas de solidariedade demonstra a complexidade da coesão social nas sociedades contemporâneas, que são simultaneamente tradicionais e modernas, homogêneas e diversificadas.

Durkheim (1893/2002) reconhecia também os desafios inerentes à divisão do trabalho. À medida que as sociedades crescem e o trabalho se torna mais especializado,

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

surge o risco de alienação e fragmentação social. Este fenómeno pode enfraquecer os valores partilhados e a consciência coletiva, fundamentais para a manutenção da Ordem Social (Durkheim, 1897/2002). Durkheim (1893/2002) ainda sublinhou a necessidade de regulação moral e de novas formas de solidariedade para mitigar os efeitos desintegradores da especialização avançada do trabalho. Esta visão é particularmente relevante na sociedade atual, onde a crescente fragmentação social exige a criação de mecanismos que promovam a coesão, mesmo em contextos de diversidade extrema.

Em síntese, a obra de Durkheim oferece uma compreensão profunda e matizada da coesão social, essencial para o funcionamento das sociedades modernas. As suas ideias continuam a influenciar as ciências sociais e são fundamentais para o debate contemporâneo sobre a coesão social, especialmente face aos desafios colocados pela globalização, pela crescente especialização do trabalho e pela diversificação cultural.

2.2.2.1. O Propósito da Religião na Promoção da Coesão Social

De acordo com Émile Durkheim (1912/1995), a religião não oferece apenas orientação espiritual ou moral, mas desempenha uma função particular na formação da unidade numa determinada sociedade. Isto ocorre através da criação do que chama de consciência coletiva, uma combinação de crenças e práticas comuns mantidas pelos membros dessa sociedade. Tal sistema atua como um mecanismo intrínseco para estabelecer a coesão social, onde esta consciência coletiva vai além das diferenças individuais; é mais como um todo orgânico. A religião, através de rituais coletivos e crenças partilhadas, fortalece estes laços sociais, sem os quais a continuidade das sociedades humanas seria impossível.

Durkheim (1912/1995) argumentou que as representações religiosas são representações coletivas que expressam realidades coletivas, reforçando assim a consciência coletiva e contribuindo para a solidariedade social. Através de rituais coletivos e crenças partilhadas, a religião reforça os laços sociais essenciais para a sobrevivência e continuidade das sociedades. A análise de Durkheim (1912/1995) da vida religiosa e das suas implicações para a coesão social é notavelmente encapsulada na sua obra seminal, *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, onde explora as funções sociais da religião.

A abordagem metodológica de Durkheim (1912/1995) ao estudar a religião como instituição social sublinha a sua crença de que a coesão social é mantida não apenas através de normas e valores partilhados, mas também através dos sistemas simbólicos que

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

a própria religião proporciona. Esta análise lançou as bases para a compreensão de como a integração social pode ser alcançada através de práticas religiosas partilhadas, mesmo que as formas e expressões da religião possam variar entre diferentes sociedades.

No contexto português, a religião continua a desempenhar um papel significativo na promoção da coesão social, apesar das mudanças na observância religiosa. Um exemplo claro é a celebração das festas dos Santos Populares, como as festas de São João no Porto e de Santo António em Lisboa. Estes eventos, que combinam elementos religiosos e culturais, não só atraem milhares de participantes e turistas, mas também reforçam os laços comunitários. A preparação conjunta das festividades, incluindo a decoração das ruas e a organização das marchas populares, promove um forte senso de identidade e pertença entre os residentes. Estes eventos são momentos em que a comunidade se une, superando diferenças individuais e criando um sentimento de coesão e solidariedade.

Ademais, as Misericórdias em Portugal exemplificam a aplicação prática das ideias de Durkheim sobre a função social da religião. Fundadas em princípios cristãos, as Misericórdias oferecem serviços de saúde, assistência social e apoio aos mais necessitados. Estas instituições não apenas prestam assistência material, mas também promovem a solidariedade e a coesão social ao proporcionar uma rede de suporte para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. Através destas ações, a religião demonstra a sua capacidade de fortalecer os laços sociais e promover a coesão dentro da comunidade.

Já Giddens (1991) advoga que a mudança do papel da religião na sociedade contemporânea teve implicações significativas para a coesão social, devido ao fenómeno da globalização. Uma abordagem contemporânea da coesão social inclui a necessidade de adaptar os conceitos de Durkheim ao contexto atual. A globalização e a fragmentação social resultante trouxeram consigo não apenas oportunidades económicas, mas também desafios para a coesão social, à medida que as fronteiras entre as sociedades se tornam mais permeáveis. Embora a religião já tenha ocupado um lugar central na promoção da coesão social, a era moderna assistiu a um declínio na observância religiosa e a um aumento do secularismo (Castells, 2010). Esta transformação levou os estudiosos a questionar o impacto na coesão social, dada a ênfase de Durkheim na função coesiva da religião. No entanto, a religião continua a servir como fonte de identidade social e solidariedade para muitos, embora em formas evolutivas (Giddens, 1991).

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Em Portugal, apesar do declínio na prática religiosa regular, eventos como a Jornada Mundial da Juventude, que ocorreu em Lisboa em Agosto de 2023, demonstram como a religião ainda pode mobilizar grandes grupos e promover a coesão social. Este evento internacional, organizado pela Igreja Católica, atraiu milhares de jovens de todo o mundo, promovendo o diálogo intercultural e a solidariedade entre diferentes povos. Esta iniciativa sublinha o papel contínuo da religião como um elemento unificador e a capacidade de adaptação das instituições religiosas aos desafios contemporâneos.

Em suma, a religião promove a unidade ao nutrir esta consciência coletiva com elementos que transcendem em muito a mera individualidade, garantindo que todos os membros façam parte de um todo coerente, promovendo a solidariedade social para a sobrevivência. Esta consciência coletiva não é apenas uma soma de crenças individuais, mas antes um sistema coeso que transcende as diferenças individuais e une os membros de uma sociedade num todo coerente (Durkheim, 1912/1995).

2.2.2.2. O Colapso da Coesão Social à Luz da Teoria da Anomia de Émile Durkheim

Anomia é um conceito central na obra de Émile Durkheim, um dos fundadores da Sociologia moderna, utilizado para explicar as disfunções sociais em diferentes contextos. Segundo Durkheim (1897/2002), a Anomia emerge da disparidade entre as expectativas culturais e a realidade social, originando uma falta de orientação que frequentemente culmina em frustração coletiva. Esse fenómeno é particularmente evidente em sociedades que experimentam transformações rápidas, como revoluções industriais ou crises económicas, nas quais as normas tradicionais são questionadas e as novas normas ainda não se consolidaram. De acordo com Durkheim (1897/2002), a Anomia pode induzir um aumento nos comportamentos desviantes, como o suicídio, dado que os indivíduos se encontram num estado de desconexão em relação à sociedade.

Aplicar a teoria da Anomia ao contexto contemporâneo permite uma compreensão profunda das dinâmicas sociais em tempos de crise. Em particular, a crise económica e social vivida em Portugal a partir de 2008 revela novas nuances que ajudam a esclarecer as transformações sociais descritas por Durkheim. A crise financeira global de 2008, seguida das subsequentes medidas de austeridade, exemplifica uma desconexão preocupante entre as políticas públicas e as necessidades reais da população. A resposta institucional a estas crises foi frequentemente lenta e ineficaz, perpetuando o sentimento de desconexão social e de alienação. Durante este período, a taxa de desemprego em Portugal atingiu um pico de 16,2% em 2013, enquanto o PIB *per capita* caiu

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

drasticamente, refletindo um declínio nas condições de vida e intensificando a frustração coletiva (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2013). Estes números, mais do que meras estatísticas, indicam uma Sociedade em crise, onde muitos experienciaram um profundo desamparo e desalento, ecoando o conceito de Anomia descrito por Durkheim.

O aumento do desemprego, os cortes nos serviços públicos e a instabilidade económica exacerbaram não só o descontentamento, mas também criaram um terreno fértil para a Anomia, onde muitos portugueses experimentaram uma profunda desorientação. Embora impopulares, as políticas de austeridade foram frequentemente justificadas como remédios amargos, mas necessários para restaurar um equilíbrio económico que fora comprometido por anos de gestão financeira deficitária e políticas públicas negligentes. Contudo, é crucial questionar a inevitabilidade dessas medidas, pois esse cenário facilitou o desenvolvimento de uma condição anómica, conforme Durkheim (1897/2002) definiu. A desorientação social e a frustração coletiva manifestaram-se de forma cada vez mais evidente, refletindo a incapacidade das instituições em se adaptarem rapidamente às mudanças económicas e sociais. Portanto, uma análise crítica deve ir além da mera constatação deste fenómeno, reconhecendo a necessidade de reforçar a estabilidade normativa e a coesão social através de um retorno ponderado aos valores tradicionais e à ordem institucional (Bernburg, 2002).

Entre 2008 e 2020, Portugal enfrentou desafios adicionais que continuaram a moldar o tecido social do país. A crise das dívidas soberanas na Europa, que atingiu o seu auge em 2010, perpetuou a sensação de instabilidade, especialmente no setor bancário, que experimentou colapsos e resgates financeiros que abalaram profundamente a confiança pública (Streeck, 2014). A precarização laboral, resultante das reformas orientadas para melhorar a competitividade económica, tornou-se uma realidade persistente, contribuindo para a sensação de insegurança e vulnerabilidade entre os trabalhadores. Esse fenómeno não só reduziu a estabilidade no emprego, mas também ampliou o sentimento de alienação e desorientação, características centrais da Anomia. A emigração de jovens qualificados, atraídos por melhores oportunidades no estrangeiro, não é apenas um reflexo das falhas internas, mas também um poderoso indicador do sentimento de Anomia que permeia a sociedade portuguesa (PORDATA, 2015). Esse êxodo sublinha, de forma contundente, a necessidade urgente de políticas que promovam a estabilidade e o fortalecimento das instituições sociais, essenciais para manter a ordem e a coesão numa Sociedade em transformação. A longo prazo, essa perda de capital

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

humano pode prejudicar o potencial de inovação e crescimento do país, exacerbando ainda mais os problemas sociais.

A Anomia não se manifesta apenas em formas ostensivas de desorientação e alienação social, mas também em comportamentos de risco, desviantes e criminosos. A ausência de apego às normas sociais predispõe os indivíduos a tais comportamentos, especialmente em contextos onde a coesão social é frágil (Merton, 1938; Passas, 2000). Em Portugal, durante e após a crise de 2008, observou-se um aumento preocupante na criminalidade e na delinquência, sintomas claros da deterioração dos laços sociais e da erosão dos mecanismos tradicionais de regulação (Reis, 2014).

Os protestos contra a austeridade, que se manifestaram em atos de vandalismo e destruição de propriedade, exemplificam não apenas o descontentamento, mas uma resposta direta ao que muitos viam como uma traição das normas sociais estabelecidas (Stott & Drury, 2017). Mais do que simples transgressões, esses atos podem ser interpretados como uma forma de resistência àquilo que era percebido como uma injustiça institucionalizada. Além disso, os saques a estabelecimentos comerciais, ocorridos em várias cidades portuguesas, refletem uma suspensão temporária das normas sociais e o surgimento de comportamentos oportunistas e criminosos que questionam a integridade do tecido social (Reicher & Stott, 2011). O aumento da criminalidade violenta em áreas urbanas degradadas, exacerbada pela crise económica, é outro sintoma preocupante da Anomia. Em bairros onde a coesão social foi gravemente comprometida, o crescimento dos casos de assaltos e confrontos com as Forças de Segurança sublinha a desorganização social e a ausência de um quadro normativo claro (Shaw & McKay, 1942).

Ademais, a radicalização política e o recurso à violência por parte de grupos extremistas emergentes, que veem na violência uma resposta legítima à sua frustração com o sistema político, devem ser analisados à luz da teoria da Anomia de Durkheim (1897/2002). Esses fenómenos não surgiram no vácuo; são o resultado direto de uma crise de legitimidade que mina a confiança nas instituições tradicionais. A falta de confiança nas instituições cria um vácuo normativo, onde grupos mais vulneráveis à Anomia podem ver na violência e no extremismo uma forma de reestabelecer um sentido de ordem e propósito.

Por fim, os comportamentos de risco entre os jovens, como o abuso de substâncias e o comportamento antissocial, tornaram-se mais prevalentes à medida que as oportunidades económicas diminuíram e a desorientação social aumentou. Esses

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

comportamentos, que Merton (1938) interpreta como formas alternativas de alcançar *status* ou aliviar o stress em contextos de privação, ilustram como a Anomia pode induzir um aumento dos comportamentos desviantes em tempos de crise. Aqui, a crítica deve focar-se na falha das instituições em oferecer alternativas viáveis que canalizem as energias dos jovens para formas de participação construtiva. A prevalência desses comportamentos é um reflexo do fracasso em integrar eficazmente uma geração que se sente cada vez mais à margem.

Esses movimentos sociais, enquanto expressões de descontentamento coletivo, são mais do que meros sinais de desajuste; são tentativas de reconfigurar a justiça social e reforçar a coesão comunitária. No entanto, a sua própria existência sublinha a fragilidade das normas sociais e o aumento da desconfiança em relação às instituições estabelecidas (Durkheim, 2002)⁷. A frustração acumulada e a sensação de impotência face às políticas impostas contribuíram para a formação de um clima de Anomia crónica, onde o comportamento desviante se tornou não apenas uma forma de contestação, mas, em muitos casos, uma estratégia de sobrevivência (Merton, 1938; Passas, 2000).

A teoria da Anomia de Durkheim (2002) mantém-se extraordinariamente relevante na análise das sociedades contemporâneas, especialmente no que diz respeito às transformações sociais, económicas e tecnológicas que desafiam normas e valores estabelecidos (Castells, 1996). A globalização, a digitalização e o aumento da diversidade cultural são fatores que aceleram a circulação de ideias e práticas, intensificando o sentimento de desorientação e a subsequente perda de coesão social. Essa vulnerabilidade da sociedade moderna à anomia foi claramente evidenciada pela pandemia, que expôs, de forma contundente, a fragilidade das nossas estruturas sociais e a necessidade de novas formas de solidariedade e coesão (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2020). Contudo, a resposta a esses desafios deve estar ancorada em políticas públicas que valorizem a estabilidade e a preservação das tradições que formam a base da nossa sociedade. Reformas que equilibrem a necessidade de inovação com a preservação das normas fundamentais poderão, de facto, contribuir para uma maior estabilidade normativa e ordem social. Durkheim (2014)⁸ sugere que a mitigação da anomia exige não só o fortalecimento das instituições sociais tradicionais, como a família, a educação e o trabalho, mas também o desenvolvimento de novas formas de coesão adaptadas às

⁷ Obra Original Publicado em 1897.

⁸ Obra Original Publicado em 1893.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

exigências de uma sociedade em constante transformação. Em Portugal, a resposta às crises recentes, tanto a económica quanto a sanitária, sublinha a importância de uma política pública que promova a inclusão e a equidade, mas também o retorno a valores e normas que têm sido pilares de coesão social ao longo da nossa história (Putnam, 2000; Streeck, 2014). Num contexto de rápidas transformações, é crucial que a sociedade portuguesa encontre um equilíbrio entre a necessidade de adaptação e a preservação das instituições tradicionais que, ao longo do tempo, têm garantido a coesão social. O caminho para uma sociedade ordenada e resiliente reside, assim, na conjugação de políticas económicas responsáveis com a preservação dos valores fundamentais que sustentam a coesão social, respeitando simultaneamente a necessidade de adaptação às novas realidades. Esse equilíbrio será a chave para garantir que, mesmo em tempos de crise, a sociedade possa manter a sua integridade e coesão.

2.2.2.3. O Impacto da Educação na Coesão Social

A educação desempenha um papel central e indiscutível na promoção da coesão social, conforme sublinhado por Émile Durkheim (1973)⁹. Segundo Durkheim, a coesão social está profundamente enraizada na "consciência coletiva" – uma compreensão partilhada de valores e normas, desenvolvida e preservada através do sistema educacional. Este sistema não só transmite conhecimento técnico e prático, como também é responsável pela inculcação de valores e crenças essenciais ao funcionamento harmonioso da Sociedade. A educação, segundo Durkheim (1973), atua como o principal veículo de disseminação das normas culturais e sociais, servindo como alicerce para a unidade e a interconectividade na Sociedade.

Durkheim (2014) argumentava que a educação é de extrema importância para garantir a continuidade moral e cultural de uma Sociedade. Sem este processo de transmissão intergeracional, a Sociedade corre o risco de fragmentação, especialmente em tempos de rápidas mudanças sociais. Todavia, Durkheim (2014) também advertia para os perigos que emergem quando a educação não cumpre este papel vital – seja devido a desigualdades no acesso ou a uma desconexão entre o conteúdo educacional e a realidade social. Nessas circunstâncias, a Sociedade torna-se vulnerável à Anomia, um estado de desorientação e fragilidade normativa que pode inevitavelmente levar a comportamentos desviantes e, em última instância, à desintegração social.

⁹ Obra Original Publicado em 1925.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

A relação entre educação e Anomia torna-se ainda mais evidente quando são observadas situações em que a educação não consegue estabelecer uma "consciência coletiva" eficaz. A incapacidade das instituições educacionais de integrar os indivíduos na Sociedade, promovendo valores comuns e um sentido de pertença, frequentemente resulta em níveis elevados de Anomia. Merton (1938), ao expandir as ideias de Durkheim, introduziu o conceito de "anomia estrutural", que descreve uma situação em que há uma disjunção entre os objetivos culturalmente aprovados e os meios institucionalizados para os alcançar. Neste contexto, a educação deve não só transmitir valores, como também fornecer os recursos necessários para que os indivíduos possam participar plenamente na Sociedade. Quando falha nesse aspeto, a função da educação é comprometida, podendo, paradoxalmente, exacerbar a Anomia e contribuir para a fragmentação social que deveria evitar.

Para ilustrar a importância da educação na manutenção da coesão social, podemos considerar os exemplos dos países nórdicos, onde sistemas educacionais inclusivos têm sido centrais na promoção da igualdade social. Estudos empíricos indicam que esses países, que implementaram reformas educacionais focadas na inclusão e na equidade, apresentam níveis mais baixos de Anomia e fragmentação social (OECD, 2018). Em contrapartida, em sociedades onde a educação é menos acessível e mais desigual, como em alguns países em desenvolvimento, a Anomia tende a ser mais prevalente, contribuindo para uma maior instabilidade social (World Bank, 2020).

Autores contemporâneos, como Giddens (1991) e Bauman (2000), exploram a complexidade da coesão social em sociedades modernas e globalizadas, onde a fragmentação cultural e a pluralidade de valores desafiam o propósito unificador da educação. Giddens (1991) refere-se à "modernidade tardia", em que as instituições tradicionais, incluindo a educação, enfrentam dificuldades crescentes para lidar com a complexidade social. Estas dinâmicas são especialmente visíveis em sociedades que enfrentam desafios como a globalização, o multiculturalismo e a desigualdade económica. A educação, sob estas pressões, deve adaptar-se de maneira eficaz para responder às novas realidades sociais e manter os laços que sustentam a coesão social. Bauman (2000), ao discutir a "sociedade líquida", salienta que as normas e valores estão em constante mudança, tornando o papel da educação na coesão social ainda mais pertinente, mas também mais precário. Num mundo em que as mudanças são constantes

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

e muitas vezes imprevisíveis, a educação deve ser capaz de proporcionar um sentido de estabilidade e continuidade, sem perder de vista a necessidade de adaptação.

Reconhecer a complexidade deste desafio é fundamental para desenvolver sistemas educativos eficazes na promoção da coesão social. A educação, embora essencial, não pode ser considerada uma solução isolada. Como Coleman (1988) argumenta, a coesão social é também uma função do capital social, que envolve redes de confiança e reciprocidade. A educação contribui para a formação desse capital, mas deve ser complementada por políticas e práticas sociais que promovam a inclusão e a equidade em todas as esferas da Sociedade. Ignorar esta interdependência pode resultar numa visão simplista e inadequada do papel da educação na coesão social.

Enquanto a educação é, sem dúvida, um pilar fundamental para a coesão social, conforme articulado por Durkheim, Merton e outros, a sua eficácia depende de uma série de fatores interrelacionados. Estes incluem a relevância e a atualização do currículo, o acesso equitativo ao ensino, e a capacidade das instituições educacionais de se adaptarem às rápidas mudanças sociais. Estudos empíricos recentes têm mostrado que sistemas educativos que falham em considerar essas dinâmicas tendem a contribuir para a perpetuação de desigualdades e para o aumento dos níveis de Anomia. Por outro lado, exemplos de países que investiram em reformas educacionais inclusivas, como os países nórdicos, demonstram como uma educação bem-sucedida pode mitigar os efeitos da anomia, promovendo uma "consciência coletiva" robusta que une os indivíduos em torno de valores e objetivos comuns.

Em suma, a análise de Durkheim sobre o papel da educação na coesão social continua a ser extremamente relevante, mas deve ser considerada à luz das complexidades e desafios das sociedades modernas. A educação deve evoluir de forma dinâmica para continuar a ser um motor eficaz de coesão social, capaz de enfrentar e superar as tendências anómicas que ameaçam a unidade social. O fracasso em reconhecer e responder a esses desafios não só limita a capacidade da educação para promover a coesão social, como também pode aprofundar as divisões que alimentam a desintegração social.

2.2.3. Max Weber e a Ação Social

Max Weber é amplamente reconhecido como uma figura central na Sociologia, Filosofia e Economia, e a sua contribuição foi fundamental para a compreensão das relações sociais por meio do conceito de Ação Social. Este conceito oferece uma base sólida para analisar como os comportamentos individuais moldam e mantêm as estruturas

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

sociais (Weber, 1978, citado por Ritzer e Stepnisky, 2017). Weber define Ação Social como um comportamento que considera as ações de outros indivíduos, sendo um instrumento essencial para examinar interações sociais complexas. Contudo, é necessário questionar até que ponto este conceito permanece aplicável no contexto contemporâneo, onde as interações sociais são mediadas por tecnologias digitais e dinâmicas globais. Embora comparações com teorias como as de George Herbert Mead (1934) ofereçam uma perspetiva mais dinâmica, a questão central é como essas interações transformadas pela tecnologia afetam a capacidade dos indivíduos de moldarem as suas identidades e ações no mundo moderno? Aqui, a reflexão deve centrar-se no impacto transformador da tecnologia e da globalização, que Weber não poderia prever, mas que exige uma atualização das suas ideias para manterem a relevância.

Weber (1978) dividiu a Ação Social em quatro tipos principais: ação racional de forma instrumental (*Zweckrational*), ação racional de valor (*Wertrational*), ação afetiva e ação tradicional. A ação racional de forma instrumental caracteriza-se por comportamentos intencionalmente programados para atingir objetivos específicos, promovendo a previsibilidade nas relações sociais. No contexto português, as decisões políticas e económicas frequentemente privilegiam a eficiência, muitas vezes em detrimento de considerações humanas e ambientais (Swedberg, 1998). Contudo, ao refletir sobre a predominância da racionalidade instrumental, é pertinente reconhecer os limites desse enfoque. A sobrevalorização da eficiência pode desumanizar as relações sociais e originar consequências ambientais e sociais de longo prazo, que são frequentemente ignoradas em nome de resultados imediatos. Embora teorias como as de Jürgen Habermas (1984) sugiram que as ações devem procurar o entendimento mútuo, é necessário ponderar se tal ideal é praticável no atual contexto político, onde o pragmatismo frequentemente prevalece sobre o diálogo inclusivo.

A ação racional de valor, por outro lado, é motivada por uma crença no valor intrínseco de uma ação, independentemente das suas consequências (Kalberg, 1980). Um exemplo seria uma doação para a caridade, movida por um sentido de dever moral. Em Portugal, movimentos sociais como os protestos contra as medidas de austeridade refletem valores culturais e éticos profundamente enraizados, desafiando a lógica materialista e individualista em ascensão (Swedberg, 1998). Contudo, a reflexão deve ir além da mera exposição desses valores. É essencial considerar como esses valores entram em conflito com as pressões económicas e políticas contemporâneas, e até que ponto são

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

sustentáveis em tempos de crise. A Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann (1984), que entende a Sociedade como composta por diferentes sistemas autónomos, complementa esta visão, mas deve ser usada com cautela para não obscurecer a análise do impacto direto das decisões baseadas em valores nas relações sociais.

A ação afetiva, impulsionada pelas emoções, pode resultar em comportamentos imprevisíveis e arriscados (Collins, 2004). No contexto dos movimentos sociais, as emoções desempenham um papel significativo. As manifestações de professores em 2008 contra o sistema de avaliação adotado pelo Governo português são um exemplo claro de como o descontentamento emocional pode mobilizar grandes grupos (Mendes & Araújo, 2010). Entretanto, ao analisar ações afetivas, é vital reconhecer que as emoções nas redes sociais modernas têm um impacto amplificado, muitas vezes escapando ao controlo e escalando rapidamente para situações de conflito. A aplicação da teoria de Erving Goffman (1959) sobre a apresentação do *Self* pode ser útil, mas é crucial que esta seja aplicada para compreender o potencial destabilizador das emoções num ambiente digital, onde a gestão de impressões se torna um instrumento de mobilização social, mas também de manipulação.

A influência da tecnologia e das redes sociais nas ações sociais não pode ser subestimada. Movimentos como o *Extinction Rebellion* utilizam as redes sociais para organizar protestos e partilhar narrativas emocionais sobre as mudanças climáticas, demonstrando como a tecnologia pode ser uma ferramenta poderosa tanto para ações racionais quanto afetivas (Castells, 2015). Contudo, a rápida disseminação de informações e emoções pode também desencadear reações inesperadas e violentas, dificultando a análise e gestão das ações sociais no mundo digital atual (*Extinction Rebellion*, 2019). Aqui, a reflexão deve centrar-se na eficácia dessas redes para a mobilização social, assim como nos desafios que apresentam para a governação e a manutenção da ordem social. A teoria de Manuel Castells (1996) sobre a Sociedade em Rede é relevante, mas o foco deve estar em como essas redes podem ser tanto uma força para o bem quanto um risco para a estabilidade social, especialmente quando as emoções se sobrepõem à racionalidade.

A globalização dos movimentos sociais adiciona uma nova dimensão à teoria de Weber. Movimentos como o *Black Lives Matter* (BLM) e o *Extinction Rebellion* ultrapassam fronteiras nacionais e desafiam as noções tradicionais de legitimidade e autoridade (Della Porta & Tarrow, 2005). O BLM, iniciado nos Estados Unidos,

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

rapidamente se espalhou pelo mundo, influenciando debates sobre o racismo em diferentes países, incluindo Portugal (Nunes, 2020). Este fenómeno de transnacionalidade levanta a questão de como as estruturas de poder locais são afetadas por movimentos globais e até que ponto essas ideias podem ser implementadas eficazmente em diferentes contextos culturais e políticos. A Teoria do Cosmopolitismo de Ulrich Beck (2006) pode enriquecer esta análise, desde que seja integrada para complementar, e não desviar, a discussão central sobre a relevância das ideias de Weber em contextos cada vez mais globalizados.

O conceito de ordem legítima é fundamental para a manutenção da ordem social. Weber (1978) identificou três tipos de dominação: legal, tradicional e carismática. A Revolução dos Cravos de 1974 em Portugal exemplifica a dominação carismática, onde líderes como Salgueiro Maia mobilizaram as massas e derrubaram uma ditadura com pouca violência (Rezola, 2007). Contudo, a ausência de uma infraestrutura política sólida pode resultar em instabilidade a longo prazo. A reflexão deve considerar como a legitimidade carismática, enquanto poderosa no curto prazo, necessita de uma transição para formas mais estáveis de dominação para garantir a durabilidade das mudanças políticas. A teoria das revoluções de Theda Skocpol (1979), que enfatiza as estruturas sociais e internacionais, é útil, mas deve ser utilizada para sublinhar a necessidade de construir legitimidade duradoura e não apenas como um contraponto teórico.

A pandemia de COVID-19 trouxe novos desafios à ordem legal e à autoridade do Estado. As medidas de confinamento e de vacinação testaram os limites da aceitação pública da autoridade estatal, resultando em protestos que misturam argumentos racionais e afetivos (Pleyers, 2020). A polarização política em Portugal pode também ser analisada à luz da teoria de Weber sobre legitimidade e tipos de Ação Social, onde a fragmentação do consenso social sobre questões fundamentais desafia a ideia de uma ordem legítima unificada (Magalhães, 2020). Este cenário de polarização deve ser analisado com um olhar crítico, ponderando até que ponto as formas de dominação de Weber ainda explicam as dinâmicas de poder numa sociedade fragmentada e digitalizada. A análise deve centrar-se em como reconstruir a coesão social e em como as formas de dominação podem evoluir para responder aos desafios contemporâneos.

Em suma, a Teoria da Ação Social de Weber continua a ser uma ferramenta valiosa para analisar os comportamentos sociais complexos do século XXI, mas não sem limitações. Compreender estas dinâmicas é essencial para desenvolver estratégias

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

eficazes de mudança social que equilibrem ações racionais e afetivas dentro de uma ordem social legítima e estável. No entanto, a reflexão original sugere que, para se manterem relevantes, as ideias de Weber precisam de ser adaptadas ao contexto moderno, onde a tecnologia, a globalização e a digitalização transformam profundamente as interações sociais e as estruturas de poder. Uma comparação cuidadosa com outras teorias, como as de Habermas, Luhmann, Goffman e Beck, entre outros, pode enriquecer esta compreensão, desde que estas sejam integradas de forma a complementar a análise central, e não dispersá-la.

2.2.4. Anthony Oberschall e as Redes de Mobilização

A história foi profundamente influenciada pelos movimentos sociais, que ajudaram a moldar a política, a cultura e a estrutura das sociedades. Na obra *Social Conflict and Social Movements*, Anthony Oberschall (1973) oferece uma análise perspicaz das dinâmicas dos conflitos e da emergência dos movimentos sociais. Este subtítulo explora as ideias de Oberschall e correlaciona-as com os comportamentos de risco associados a esses movimentos, destacando tanto as mudanças positivas que promovem quanto os desafios que podem desencadear.

Oberschall (1973) argumenta que os movimentos sociais não emergem espontaneamente, mas sim como reações estruturadas a problemas persistentes. A organização e a mobilização são, segundo o autor, componentes essenciais para a eficácia desses movimentos, pois permitem que as suas exigências sejam articuladas de forma coerente, exercendo pressão sobre as instituições estabelecidas. Embora sólida, esta visão parece subestimar o propósito das condições externas inesperadas, como o surgimento de lideranças carismáticas ou eventos catalisadores imprevistos, que muitas vezes aceleram a mobilização coletiva. As revoltas populares durante a Primavera Árabe são um exemplo claro de como fatores imprevistos podem desencadear movimentos sociais (Bayat, 2013).

Uma das contribuições mais significativas de Oberschall (1973) é a Teoria da Mobilização de Recursos, que argumenta que a capacidade de um Movimento Social alcançar os seus objetivos depende da sua habilidade em mobilizar recursos como dinheiro, pessoas e informações. Esta teoria sublinha corretamente a importância da infraestrutura organizacional e dos recursos materiais, mas apresenta uma visão algo mecanicista dos movimentos sociais. Ao concentrar-se nos recursos tangíveis, a teoria de Oberschall negligencia o poder transformador das ideias e da solidariedade moral. Por exemplo, o movimento anticolonial na Índia, liderado por Gandhi, baseou-se fortemente

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

na ideologia do *satyagraha* (resistência pacífica), que não dependia de recursos materiais, mas sim da força moral coletiva. Mesmo sem grandes recursos materiais, este movimento conseguiu mobilizar milhões de pessoas (Ness, 2014).

Essa limitação teórica levanta questões importantes sobre a aplicabilidade universal da Teoria da Mobilização de Recursos. Será que essa teoria pode explicar adequadamente movimentos sociais que emergem em contextos onde os recursos são escassos, mas onde as ideias e a moral coletiva desempenham papéis centrais? Movimentos como o dos direitos civis nos Estados Unidos, sob a liderança de Martin Luther King Jr., desafiam essa teoria ao mostrar que a disciplina ideológica e o apelo à justiça moral podem superar a falta de recursos financeiros e organizacionais (McAdam, 1982). Essas reflexões apontam para a necessidade de expandir a análise para além dos recursos materiais, reconhecendo o papel fundamental das ideias e da solidariedade moral.

Os movimentos sociais, ao desafiarem a ordem social estabelecida, frequentemente envolvem comportamentos de risco que podem ter consequências tanto para os participantes quanto para a sociedade em geral. Entre esses comportamentos, a violência é um dos mais visíveis e controversos. Pode manifestar-se de diversas formas, incluindo confrontos físicos, vandalismo e até insurgências armadas. A violência pode surgir como uma resposta espontânea à repressão das autoridades, mas também pode ser uma tática deliberada usada pelos movimentos para chamar a atenção ou pressionar por mudanças. No entanto, embora a violência possa aumentar a visibilidade de um movimento, corre-se o risco de alienar potenciais apoiantes e justificar uma repressão mais intensa. Esse ciclo de violência e repressão é exemplificado pelo movimento *Black Lives Matter* nos Estados Unidos, onde episódios de violência desviaram o foco da mensagem central do movimento, criando uma narrativa mediática que enfatizava o caos em vez da justiça racial (Taylor, 2016).

Por outro lado, a desobediência civil emerge como uma forma de resistência que envolve a violação consciente e pacífica de leis consideradas injustas. Esta tática, amplamente utilizada no movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, liderado por Martin Luther King Jr., mostrou-se uma ferramenta poderosa para provocar mudanças sem recorrer à violência. Atos como as marchas pacíficas que expuseram a injustiça da segregação racial, ao mesmo tempo que colocaram os participantes em risco de prisão e agressão física. Embora vista como moralmente superior à violência, a desobediência

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

civil não está isenta de riscos, incluindo a possibilidade de ser mal interpretada ou manipulada pelas autoridades e pela comunicação social o que pode reduzir o seu impacto (Sharp, 1973).

Além da violência e da desobediência civil, a resistência passiva e a não-cooperação são táticas que envolvem a recusa em participar em atividades que sustentam o *status quo*. Exemplos como o embargo aos produtos britânicos promovido por Mahatma Gandhi durante o movimento de independência da Índia ilustram como essas formas de resistência podem minar a legitimidade e o funcionamento das estruturas de poder sem o uso da violência. No entanto, a eficácia dessas táticas depende de uma adesão massiva e coordenada, o que pode ser difícil de alcançar. Além disso, regimes autoritários podem responder com violência extrema para quebrar a resistência, como se viu em várias revoltas de operários ao longo da história (Thoreau, 1849).

Outra tática frequentemente utilizada em movimentos sociais é a ocupação de espaços físicos, como ocorreu no movimento *Occupy Wall Street* em 2011. Estas ocupações combinam elementos de desobediência civil e resistência passiva, violando leis de propriedade ou de trânsito para atrair atenção para uma causa específica. Embora eficazes em termos de visibilidade pública e mediática, essas ocupações enfrentam o risco de repressão e desgaste ao longo do tempo, especialmente se não conseguirem manter o apoio público ou alcançar mudanças concretas (Castells, 2015).

Os bloqueios e as interrupções de serviços essenciais, como estradas ou ferrovias, são outras táticas que procuram causar impacto imediato e significativo. No entanto, apesar de serem eficazes em forçar as autoridades a prestar atenção às exigências do movimento, essas táticas também podem alienar o público e resultar em repressão severa. O movimento dos Coletes Amarelos, que começou em 2018 na França, utilizou bloqueios para protestar contra o aumento dos preços dos combustíveis, causando disrupções significativas no transporte e na economia (Pleyers, 2020).

Os movimentos sociais, ao desafiarem a ordem social estabelecida, carregam intrinsecamente comportamentos de risco que podem ter repercussões profundas tanto para os participantes quanto para a sociedade em geral. A eficácia dessas estratégias depende em grande parte do contexto em que são utilizadas, da reação das autoridades e da percepção pública. Oberschall (1973) destaca a importância da organização e da mobilização de recursos para o sucesso dos movimentos sociais, sublinhando a necessidade de uma estrutura robusta e de recursos materiais tangíveis. No entanto, a sua

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

análise pode ser enriquecida ao considerar o papel crucial das ideias e da moral coletiva na mobilização e sustentação dos movimentos, especialmente em contextos onde os recursos são escassos.

Para os estudos futuros, é essencial explorar como as novas tecnologias e as redes sociais alteraram a dinâmica dos movimentos sociais e a mobilização de recursos. A capacidade de disseminar ideias e mobilizar apoio sem depender exclusivamente de recursos materiais desafia as premissas tradicionais da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR). Além disso, uma maior atenção às condições políticas e sociais que influenciam a eficácia das táticas de risco pode oferecer insights valiosos para a prática política e a organização de movimentos sociais contemporâneos.

Na prática política, os líderes de movimentos e os ativistas podem beneficiar-se de uma abordagem mais holística que reconheça tanto a importância da organização e dos recursos materiais quanto o poder transformador das ideias. Ao mesmo tempo, os decisores políticos e as autoridades devem estar cientes dos riscos associados à repressão das estratégias e táticas de risco, pois a violência e a repressão excessivas podem gerar efeitos contraproducentes, fortalecendo a resistência e a solidariedade dentro dos movimentos.

Em suma, a eficácia dos movimentos sociais não pode ser compreendida apenas em termos de recursos tangíveis, mas deve também incorporar uma compreensão profunda das motivações ideológicas e das dinâmicas sociais que os sustentam. Os estudos futuros e a prática política devem, portanto, adotar uma abordagem multifacetada que reconheça a complexidade e a diversidade dos movimentos sociais modernos.

2.2.5. Elinor Ostrom e a Governação Colaborativa

Assim como Oberschall contribuiu para a compreensão dos movimentos sociais, Elinor Ostrom (1990), em *Governing the Commons*, desafia a visão tradicional de que a “tragédia dos comuns” é inevitável. Ostrom (1990) propõe que as comunidades podem criar sistemas eficazes de governação colaborativa, identificando princípios-chave, como a “definição clara de fronteiras e regras adaptadas às necessidades locais”, fundamentais para a “sustentabilidade dos recursos comuns” (Ostrom, 1990, p. 90). A sua pesquisa detalha como a governação colaborativa pode ser eficaz quando os membros de uma comunidade desenvolvem normas e acordos que promovem a gestão sustentável dos recursos partilhados. Ostrom enfatiza a importância da participação ativa e da cooperação

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

entre os membros da comunidade, sugerindo que a “gestão participativa e a confiança mútua são essenciais para o sucesso desses sistemas” (Ostrom, 1990, p. 88).

Ostrom (1990) argumenta ainda que, em vez de depender exclusivamente de soluções centralizadas ou privatizações, as comunidades podem auto-organizar-se para gerir eficazmente os seus recursos. Este modelo contrasta com a abordagem tradicional, que frequentemente subestima a capacidade das comunidades locais de resolverem os seus próprios problemas. Um exemplo prático é encontrado nos sistemas de irrigação comunitários em Espanha, conhecidos como *acequias*, onde os agricultores locais conseguem gerir eficazmente a distribuição de água por meio de regras comunitárias e cooperação mútua, demonstrando a viabilidade das ideias de Ostrom. A contribuição de Ostrom é particularmente relevante no contexto das Políticas Públicas e da administração de recursos naturais, onde a aplicação das suas ideias pode resultar em práticas mais inclusivas e sustentáveis.

Complementando as ideias de Ostrom, Robert Putnam (1993), em *Making Democracy Work*, argumenta que a eficácia das instituições governamentais depende da qualidade do capital social. Putnam (1993) define capital social como as redes de relações sociais e a confiança mútua numa comunidade, sugerindo que comunidades com alto capital social possuem maior capacidade para desenvolver sistemas eficazes de governação colaborativa. O capital social, segundo Putnam (1993), “não só facilita a coordenação e a cooperação, mas também fortalece a resiliência das instituições comunitárias diante de desafios externos” (p. 167). Um exemplo prático pode ser observado nas cooperativas agrícolas italianas, onde a forte rede de relações sociais e de confiança mútua permite uma governação eficiente e sustentável dos recursos agrícolas.

A integração das teorias de Ostrom (1990) e Putnam (1993) oferece uma perspetiva rica sobre a governação dos recursos comuns. Enquanto Ostrom fornece um quadro prático para a governação colaborativa, Putnam oferece o contexto social necessário para que essas práticas sejam eficazes. Juntas, as suas obras sugerem que o sucesso na gestão de recursos partilhados não depende apenas de regras e estruturas formais, mas também da qualidade das relações sociais e da confiança entre os membros da comunidade. Contudo, apesar das soluções promissoras que Ostrom e Putnam oferecem para a gestão sustentável dos recursos comuns, a implementação dessas abordagens enfrenta desafios significativos.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Um dos principais obstáculos é a construção e manutenção do capital social em contextos onde a desconfiança e a fragmentação social prevalecem. Em sociedades onde as divisões sociais, económicas e culturais são profundas, a formação de laços de confiança e cooperação pode ser extremamente difícil. A governação colaborativa exige um elevado nível de comprometimento e de participação contínua, que pode ser insustentável a longo prazo, especialmente em contextos onde os recursos são escassos e as desigualdades estruturais são acentuadas. Além disso, a aplicabilidade das teorias de Ostrom e Putnam em contextos urbanos ou em sociedades complexas e heterogêneas é uma tarefa complexa. Embora os exemplos de sucesso em comunidades rurais ou homogêneas, como as acequias em Espanha ou as cooperativas italianas, sejam convincentes, a transposição dessas práticas para ambientes urbanos densamente povoados ou para sociedades com grande diversidade cultural e económica apresenta desafios únicos. Nessas situações, as dinâmicas sociais são mais complicadas, e a criação de um capital social robusto pode exigir intervenções adicionais, como mediação comunitária e Políticas Públicas que incentivem a inclusão e a igualdade.

Outro desafio significativo é a visão idealizada da auto-organização comunitária. Em muitos casos, as comunidades locais podem não possuir os conhecimentos técnicos necessários para gerir recursos complexos ou enfrentar desafios ambientais globais, como as mudanças climáticas. A necessidade de apoio técnico e institucional externo, combinado com a governação colaborativa, pode ser subestimada na análise de Ostrom, o que levanta questões sobre a real autonomia das comunidades na gestão sustentável dos recursos. Além disso, o conceito de capital social proposto por Putnam, embora fortaleça a resiliência institucional, pode ser problemático em contextos onde é utilizado para fins exclusivistas ou para reforçar estruturas de poder que marginalizam grupos minoritários. Em certas situações, as redes de confiança e cooperação podem ser capturadas por elites locais, perpetuando desigualdades e excluindo atores que poderiam contribuir para uma governação mais inclusiva. Assim, a governação colaborativa deve ser cuidadosamente desenhada para evitar a reprodução de hierarquias sociais existentes.

Apesar desses desafios, as obras de Ostrom e Putnam iluminam um caminho promissor para a gestão sustentável dos recursos comuns, valorizando a capacidade das comunidades de se auto-organizarem e cooperarem. Este enfoque é particularmente relevante nas Ciências Policiais, onde a gestão dos recursos comuns pode servir como uma metáfora para a gestão da segurança comunitária e outros bens públicos. A confiança

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

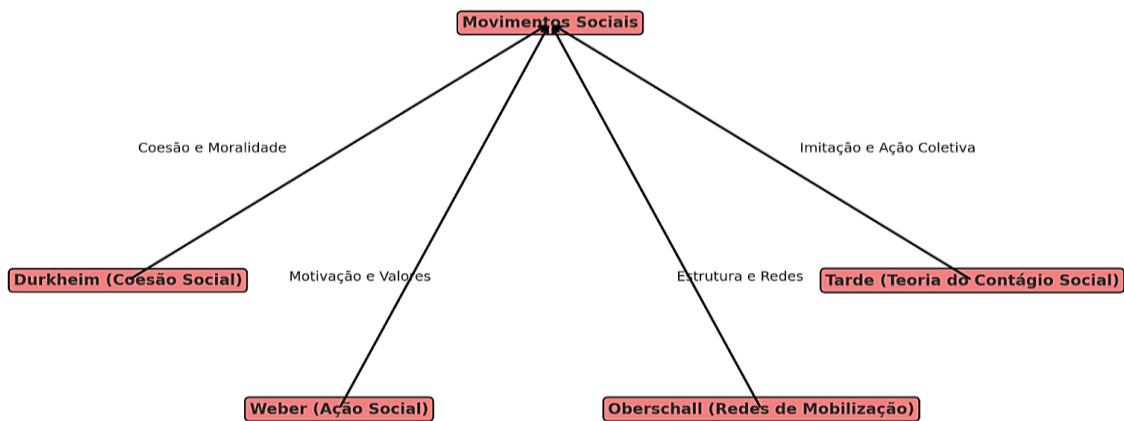
mútua e a participação ativa dos cidadãos são essenciais para a construção de um ambiente seguro e colaborativo. Programas de policiamento comunitário em várias cidades europeias, por exemplo, demonstram que a confiança entre a Polícia e os cidadãos pode reduzir a criminalidade e aumentar a segurança pública, refletindo os princípios de governação colaborativa discutidos por Ostrom e Putnam.

No entanto, para que as teorias de Ostrom e Putnam sejam aplicadas de forma eficaz em contextos contemporâneos e diversificados, é crucial que as Políticas Públicas adotem uma abordagem mais flexível e inclusiva, que vá além das normas e regras locais. É necessário um apoio institucional robusto que possa fornecer o conhecimento técnico e os recursos necessários para capacitar as comunidades a gerir os seus recursos de maneira sustentável e equitativa. Ademais, é fundamental reconhecer e abordar as desigualdades sociais e económicas que podem minar os esforços de governação colaborativa, garantindo que todos os membros da comunidade tenham uma voz na tomada de decisões.

Por fim, futuras pesquisas devem explorar como as novas tecnologias e as redes sociais podem ser utilizadas para fortalecer o capital social e apoiar a governação colaborativa em ambientes complexos e diversificados. Essas ferramentas podem oferecer novas oportunidades para a participação e a cooperação, mas também trazem desafios que precisam ser cuidadosamente considerados para evitar a exclusão digital ou a ampliação das desigualdades existentes. Em suma, enquanto Ostrom e Putnam fornecem uma base teórica sólida, a aplicação prática das suas ideias requer uma adaptação cuidadosa às realidades contemporâneas, com foco contínuo na inclusão, na equidade e na sustentabilidade.

O diagrama a seguir demonstra as inter-relações entre as principais teorias de ação coletiva e sua aplicação na compreensão dos movimentos sociais. A contribuição de cada teoria é apresentada como um elemento essencial para explicar as dinâmicas de mobilização social e os comportamentos coletivos. Esse diagrama facilita a visualização das conexões teóricas e evidencia o papel dessas contribuições para a análise de movimentos sociais contemporâneos em Portugal.

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna



Nota: Cada bloco representa uma teoria de ação coletiva conectada ao conceito central de movimentos sociais. As descrições resumem a contribuição de cada teoria.

Figura 4 - Diagrama das Relações Teóricas de Ação Coletiva e Movimentos Sociais

Nota: Interpretação analítica do autor sobre as Relações Teóricas de Ação Coletiva e Movimentos Sociais

2.3. Teoria da Mobilização de Recursos - John McCarthy & Mayer Zald

A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), desenvolvida por John D. McCarthy e Mayer N. Zald (1977), representa um quadro analítico fundamental para a compreensão dos movimentos sociais. Esta teoria sublinha a importância crítica da mobilização de recursos e das capacidades organizacionais na determinação do sucesso dos movimentos sociais. Ao concentrar-se na mobilização de recursos financeiros, humanos e materiais, bem como ao cultivar o apoio de aliados influentes, a TMR propõe que os movimentos sociais possam alcançar os seus objetivos de forma eficaz.

2.3.1. Fundamentos da Teoria da Mobilização de Recursos - Diversidade de Recursos

A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) foca-se na forma como os movimentos sociais mobilizam recursos para atingir os seus objetivos (McCarthy & Zald, 1977). Segundo esta teoria, os movimentos sociais bem-sucedidos são capazes de mobilizar recursos como dinheiro, pessoas e bens materiais para promover a sua causa. Um aspeto fundamental da TMR é a ênfase na importância da capacidade dos movimentos sociais para garantir e gerir eficazmente os recursos, uma competência crucial para o seu sucesso (McCarthy & Zald, 1977).

Ademais, a TMR sugere que os movimentos sociais devem ser vistos como organizações complexas que operam de forma semelhante a empresas. A eficiência na

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

mobilização de recursos é essencial para a sua sobrevivência e sucesso. Esta perspetiva permite uma análise detalhada dos processos internos dos movimentos, incluindo a formação de alianças, a divisão de tarefas e a gestão de conflitos (Edwards & McCarthy, 2004). É importante notar que a TMR enfatiza o contexto político e social na determinação das oportunidades disponíveis para a mobilização de recursos, sugerindo que os movimentos devem ser adaptáveis e flexíveis para responder às mudanças nestes contextos (Jenkins, 1983).

2.3.1.1. *Recursos Financeiros*

Os recursos financeiros são frequentemente vistos como o pilar fundamental de qualquer movimento social. Estes recursos proporcionam os meios necessários para organizar eventos, financiar campanhas, produzir materiais de divulgação e manter as operações diárias do movimento. McCarthy & Zald (1977) argumentam que, sem recursos financeiros suficientes, os movimentos sociais têm dificuldades em manter a sua atividade a longo prazo e em atingir um impacto significativo.

Os recursos financeiros podem ser obtidos através de diversas fontes, incluindo doações individuais, subvenções de fundações, financiamentos governamentais e receitas de eventos de angariação de fundos. Cada uma dessas fontes apresenta os seus próprios desafios e oportunidades. Por exemplo, as subvenções de fundações podem proporcionar grandes quantias de dinheiro, mas frequentemente vêm com restrições específicas sobre como os fundos podem ser utilizados (Edwards & McCarthy, 2004). As doações individuais, por outro lado, são mais flexíveis, mas podem ser menos previsíveis e exigir esforços contínuos de angariação de fundos.

A capacidade de angariar fundos está estreitamente ligada à visibilidade e legitimidade do movimento. Movimentos bem financiados têm maior aptidão para atrair a atenção dos meios de comunicação e influenciar decisores políticos (Jenkins, 1983). No entanto, a dependência de financiamento suscita questões sobre a independência dos movimentos e a influência potencial de financiadores externos nas agendas dos movimentos, o que gera um debate sobre a autonomia e as concessões que podem ser necessárias para assegurar o apoio financeiro (Jenkins, 1983).

O movimento *Black Lives Matter* (BLM) é um exemplo relevante. O movimento conseguiu angariar milhões de dólares em doações, permitindo-lhe organizar protestos massivos, financiar campanhas de sensibilização e apoiar as comunidades afetadas pelas ações policiais ostensivas. No entanto, o movimento também enfrentou críticas sobre a

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

transparência na gestão dos fundos, evidenciando o equilíbrio delicado entre financiamento e autonomia. Este exemplo sublinha a importância crítica de uma gestão financeira transparente e eficaz para a manutenção da confiança e da credibilidade de um movimento social.

2.3.1.2. Recursos Humanos

Os recursos humanos constituem o capital social e a força de trabalho dos movimentos sociais. Incluem líderes, organizadores, voluntários e membros comprometidos que dedicam tempo e esforço à causa. A TMR sublinha que a eficácia dos movimentos sociais está fortemente ligada à qualidade e quantidade dos seus recursos humanos (McCarthy & Zald, 1977).

Os líderes desempenham um papel crucial na mobilização de recursos humanos. Estes articulam a visão do movimento, definem estratégias, coordenam atividades e motivam os membros. McCarthy e Zald (1977) sugerem que a liderança eficaz é essencial para a mobilização e gestão de outros tipos de recursos. Além disso, a criação de uma rede de voluntários dedicados pode aumentar significativamente a capacidade do movimento de realizar as suas atividades e alcançar os seus objetivos (Edwards & McCarthy, 2004).

A diversificação dos recursos humanos é igualmente importante. Movimentos que conseguem atrair uma ampla gama de participantes de diferentes origens sociais, económicas e culturais tendem a ser mais resilientes e inovadores (Jenkins, 1983). A diversidade interna pode levar a uma maior criatividade na resolução de problemas e a uma maior capacidade de mobilizar apoio de diferentes segmentos da sociedade.

O movimento feminista contemporâneo, especialmente o movimento *#MeToo*, ilustra a importância dos recursos humanos. Com a participação de mulheres de diversas origens e classes sociais, o movimento conseguiu uma ressonância global, abordando a questão da violência sexual de maneira inclusiva e diversificada. A diversidade dos participantes trouxe uma riqueza de perspetivas e estratégias inovadoras para a causa. Este caso exemplifica como a diversidade e a inclusão podem fortalecer um movimento social, proporcionando um leque amplo de competências e experiências.

2.3.1.3. Recursos Materiais

A utilização estratégica de recursos materiais, tais como locais de encontro, equipamentos e tecnologias de comunicação, desempenha um papel vital no sucesso dos movimentos sociais. Estes recursos facilitam a organização de protestos, a disseminação

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

de informações e a mobilização de apoiantes. A necessidade de recursos materiais implica uma infraestrutura logística que pode ser complexa e dispendiosa, exigindo uma coordenação meticulosa (Tilly, 1978). Além disso, o acesso a tecnologias de comunicação modernas, como redes sociais e plataformas de *crowdfunding*, tem potencializado a capacidade dos movimentos de atingir um público mais amplo, mas também apresenta desafios relacionados com a cibersegurança e a gestão de informação (Bennett & Segerberg, 2012).

A capacidade de um movimento social de inovar e adaptar-se a novas tecnologias pode ser um fator determinante do seu sucesso. Por exemplo, a utilização de plataformas de comunicação digital permite uma organização descentralizada, onde a informação pode ser rapidamente distribuída e as ações coordenadas em tempo real. No entanto, isto também requer uma gestão cuidadosa dos recursos digitais, incluindo a proteção contra ataques cibernéticos e a garantia da privacidade dos dados dos membros e apoiantes (Castells, 2012).

O movimento ambiental *Extinction Rebellion* tem feito uso extensivo de recursos materiais e tecnológicos. O movimento utiliza *drones* (aeronaves não tripuladas, controladas remotamente), para protestos, redes sociais para mobilização e locais estratégicos para manifestações. A sua capacidade de inovar com recursos materiais ajudou-o a captar a atenção global e a pressionar por ações climáticas urgentes. Este exemplo destaca a importância de uma abordagem inovadora e estratégica na utilização de recursos materiais, fundamental para a eficácia e a visibilidade dos movimentos sociais.

Em suma, a utilização estratégica de recursos materiais, tais como materiais promocionais, locais para encontros e ferramentas de comunicação, amplifica ainda mais o impacto dos movimentos sociais. Estes recursos são essenciais para criar símbolos visíveis do movimento, facilitar a participação em larga escala e manter um diálogo sustentado com os apoiantes e o público em geral (Tilly, 1978).

2.3.1.4. *A Influência dos Aliados*

Aliados influentes desempenham um papel crucial no aumento da visibilidade e credibilidade dos movimentos sociais, componentes essenciais na mobilização de apoio e recursos (Oberschall, 1973). Ao alavancar as suas plataformas, estes aliados podem chamar a atenção para as questões centrais do Movimento, atingindo públicos que, de outra forma, permaneceriam inconscientes ou indiferentes. Esta exposição não se trata

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

apenas de espalhar a palavra; envolve também enquadrar os objetivos do Movimento de uma forma que ressoe junto de um público vasto, promovendo assim uma compreensão e uma base de apoio mais inclusivas (Oberschall, 1973).

O apoio de um Movimento por figuras ou organizações respeitadas confere-lhe uma legitimidade que pode ser fundamental para persuadir indivíduos indecisos ou céticos a oferecerem o seu apoio. Estas aprovações também podem pressionar as instituições e os decisores políticos a comprometerem-se com as exigências do Movimento, uma vez que o peso destes aliados influentes é difícil de ser ignorado sem potenciais consequências para a reputação. O envolvimento destes aliados, portanto, não só alarga o alcance do Movimento, mas também amplifica significativamente a sua capacidade de efetuar mudanças, alinhando estreitamente a opinião pública e as atitudes institucionais com os seus objetivos (McCarthy & Zald, 1977).

O movimento LGBTQ+ ganhou força significativa através do apoio de figuras públicas influentes e organizações de direitos humanos. A colaboração com aliados influentes ajudou a legitimar as suas reivindicações e a pressionar por mudanças legislativas, como a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo em vários países. Este exemplo ilustra como o apoio de aliados estratégicos pode ser decisivo na amplificação e na legitimação das causas defendidas pelos movimentos sociais.

2.3.1.5. Aplicações Contemporâneas da TMR-Movimentos Sociais na Era Digital

A evolução das tecnologias digitais trouxe novas dimensões para a mobilização de recursos. Bennett e Segerberg (2012) argumentam que as plataformas digitais, como as redes sociais Twitter, Facebook e Instagram, permitem que os movimentos alcancem um público amplo, partilhando a sua mensagem e objetivos com indivíduos que talvez não fossem acessíveis através dos meios tradicionais. Além disso, sites de crowdfunding transformaram a forma como os movimentos sociais transformaram a forma como os movimentos sociais mobilizam o apoio e os recursos necessários. Essas ferramentas possibilitam uma rápida disseminação de informações e uma coordenação eficiente de atividades, facilitando a mobilização de grandes grupos de pessoas em pouco tempo. Este cenário digital cria um novo paradigma de ação coletiva, onde a velocidade e a eficiência da comunicação podem definir o sucesso ou o fracasso de um movimento social (Bennett & Segerberg, 2012).

A literatura contemporânea sublinha que a adoção de tecnologias digitais não apenas facilita a mobilização de recursos, mas também transforma a própria natureza dos

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

movimentos sociais. Castells (2012) destaca que a comunicação em rede permite a formação de “comunidades de práticas” globais, onde ativistas podem colaborar e partilhar recursos além das fronteiras nacionais. Esta globalização dos movimentos sociais através da *internet* apresenta tanto oportunidades quanto desafios, uma vez que os movimentos precisam de navegar por diferentes contextos culturais e políticos enquanto mantêm a coesão e a identidade coletiva (Castells, 2012). Esta abordagem digital permite a rápida disseminação de informações, permitindo que os movimentos ganhem impulso rapidamente.

O movimento *Occupy Wall Street* usou as redes sociais para organizar e mobilizar pessoas em torno da luta contra a desigualdade económica. A rápida disseminação de informações e a coordenação de protestos através do *Twitter*, atual X e do *Facebook* permitiram uma mobilização massiva e quase instantânea, destacando o poder das tecnologias digitais na era contemporânea. Este caso demonstra como a utilização estratégica das redes sociais pode potencializar a mobilização e a coordenação de ações em grande escala.

2.3.1.6. *Crowdfunding Online*

As plataformas de *crowdfunding online* tornaram-se vitais na angariação de recursos financeiros. Sites como *GoFundMe* e *Kickstarter* fornecem um espaço onde os movimentos podem delinear as suas necessidades e objetivos, apelando diretamente à vontade do público de apoiar causas em que acreditam (Bennett & Segerberg, 2012). Ao aproveitar o poder da *internet*, os movimentos sociais podem efetivamente reunir os recursos necessários, incluindo apoio financeiro, voluntários e uma consciencialização generalizada, aumentando assim o seu impacto e alcance. Esta estratégia não só democratiza o processo de recolha de recursos, mas também ajuda a construir um sentido de comunidade entre os apoiantes, que podem ver o impacto direto da sua contribuição para a causa.

A teoria também realça a importância do apoio externo de entidades como Organizações Não Governamentais (ONG), o Governo e grupos solidários da Sociedade. Este apoio externo proporciona não só recursos adicionais, mas também confere legitimidade e amplifica as reivindicações do Movimento Social. Além disso, a TMR enfatiza o papel da liderança e da organização na mobilização eficiente destes recursos. Líderes eficazes são fundamentais na elaboração de estratégias, na coordenação de

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

atividades e na manutenção da dinâmica do Movimento, assegurando que os recursos são atribuídos e utilizados de forma a maximizar o impacto.

O movimento *Time's Up*, que combate o assédio sexual, utilizou plataformas de *crowdfunding* para financiar assistência legal às vítimas. Através do *GoFundMe*, o movimento angariou milhões de dólares, permitindo um suporte robusto às pessoas afetadas e destacando a eficácia das plataformas de *crowdfunding* na mobilização de recursos. Este caso exemplifica como o *crowdfunding* pode ser uma ferramenta poderosa para reunir recursos rapidamente e construir uma comunidade de apoio em torno de uma causa específica.

2.3.1.7. *Comparações com outras teorias de Movimentos Sociais*

Ao comparar a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) com outras teorias de movimentos sociais, como a Teoria das Oportunidades Políticas (TOP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), notam-se algumas diferenças significativas. A TOP, por exemplo, enfatiza a importância das condições políticas e das oportunidades estruturais na formação e sucesso dos movimentos, enquanto a TMR foca-se na capacidade de mobilização de recursos. Já a TNMS destaca a identidade coletiva e os valores culturais como motores principais dos movimentos sociais, contrastando com a abordagem mais pragmática e estratégica da TMR.

O movimento ambiental *Extinction Rebellion*, ao utilizar recursos materiais e humanos de forma inovadora, pode ser comparado à abordagem da TMR. Entretanto, a TNMS pode ser utilizada para explicar o mesmo movimento através da identidade coletiva e dos valores culturais de urgência climática que promove. A TOP, por sua vez, pode concentrar-se nas oportunidades políticas criadas pelas mudanças legislativas e governamentais em resposta às pressões do movimento. Comparando estas abordagens, torna-se claro que a escolha da teoria pode influenciar significativamente a análise e a compreensão dos movimentos sociais.

2.4. Análise de Casos Contemporâneos em Portugal

2.4.1. A “Geração À Rasca”

O movimento “Geração À Rasca” emergiu em 2011 em Portugal, num contexto de crise económica e social que afetava particularmente os jovens. A insatisfação com a falta de oportunidades de emprego, a precariedade laboral e as políticas de austeridade mobilizaram milhares de jovens, que expressaram o seu descontentamento através de protestos em todo o país. A mobilização inicial começou nas redes sociais, onde os

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

organizadores utilizaram plataformas como o *Facebook* e o *Twitter* para coordenar ações, divulgar eventos e atrair participantes (Felgueiras, 2014).

Sérgio Felgueiras, em *A Construção do Protesto Político: a Geração À Rasca* (2014) e *Geração À Rasca* (2016), oferece uma análise profunda da mobilização de recursos em movimentos sociais contemporâneos em Portugal, destacando a importância dos recursos humanos e digitais. Felgueiras (2014, 2016) sublinha a eficácia do uso das redes sociais para organizar e disseminar informação, bem como para recrutar e motivar participantes. O autor argumenta que a “Geração À Rasca” utilizou com sucesso as redes sociais para criar uma base de apoio ampla e diversificada. Através de estratégias digitais eficazes, o movimento não só aumentou a sua visibilidade, mas também construiu uma rede de solidariedade e apoio mútuo, essencial para o seu impacto.

Felgueiras (2016) também destaca que a eficácia da mobilização foi amplificada pela capacidade do movimento em integrar diferentes formas de ação coletiva, desde protestos de rua até campanhas *online*. Esta combinação permitiu à “Geração À Rasca” alcançar uma visibilidade significativa e atrair a atenção dos meios de comunicação social, aumentando a pressão sobre os decisores políticos. A flexibilidade organizacional, que permitiu ao movimento adaptar-se rapidamente a novas circunstâncias, foi um fator-chave para a sua resiliência. Quando as autoridades tentaram reprimir os protestos de rua, os organizadores mudaram o foco para campanhas *online*, demonstrando a capacidade de adaptação do movimento.

Este caso exemplifica a aplicação prática da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), mostrando como a diversidade de recursos, incluindo digitais e humanos, pode ser mobilizada eficazmente para alcançar objetivos sociais e políticos. No entanto, Felgueiras levanta questões críticas sobre a dependência das redes sociais para a mobilização, alertando para os riscos como a manipulação de informação e a censura, que podem comprometer a eficácia dos movimentos sociais na era digital.

Comparando com o movimento ambiental *Extinction Rebellion*, que também utiliza uma combinação de protestos de rua, ocupações e campanhas *online*, observamos uma tendência semelhante na utilização de estratégias diversificadas para maximizar o impacto. No entanto, a comparação também revela diferenças importantes: enquanto a “Geração À Rasca” se concentrou principalmente em questões económicas e sociais imediatas, o *Extinction Rebellion* aborda uma crise ambiental global, o que exige uma abordagem ainda mais coordenada a nível internacional. Ambos os movimentos

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

demonstram a importância de uma presença digital forte, mas também levantam questões sobre a sustentabilidade e a eficácia a longo prazo dessas estratégias, especialmente face à crescente complexidade e aos desafios impostos pelas plataformas digitais.

Além das análises de Felgueiras (2014, 2016) e dos estudos clássicos de Bennett & Segerberg (2012), é crucial considerar pesquisas recentes sobre a mobilização de recursos em movimentos sociais. Estudos sobre o impacto das plataformas de *crowdfunding*, por exemplo, mostram como estas ferramentas têm democratizado o acesso a recursos financeiros, permitindo a realização de campanhas de grande escala com apoio global. Estes desenvolvimentos sublinham a necessidade de uma abordagem multifacetada para a mobilização de recursos, que integre diferentes formas de ação e utilize uma variedade de ferramentas e estratégias.

O caso da “Geração À Rasca” oferece lições valiosas para o estudo da TMR em contextos contemporâneos. A capacidade de mobilizar uma diversidade de recursos foi essencial para o sucesso do movimento, mas também levanta questões sobre a dependência das tecnologias digitais e a necessidade de inovação constante. A reflexão crítica sobre estas questões contribui para uma compreensão profunda da TMR e oferece *insights* importantes para a mobilização de recursos em contextos modernos. Para futuros movimentos, a chave poderá estar na combinação eficaz de recursos digitais, humanos e financeiros, aliada à capacidade de adaptação e à resiliência organizacional. Estes elementos, quando integrados, podem não só aumentar a eficácia dos movimentos sociais, mas também garantir a sua relevância e sustentabilidade a longo prazo.

2.4.2. A “Greve Climática Estudantil”

A Greve Climática Estudantil em Portugal – parte de um movimento global iniciado por Greta Thunberg em 2018 – tem o objetivo de exigir ações mais firmes dos governos no combate às alterações climáticas. Em Portugal, este movimento ganhou força sobretudo entre os estudantes, que organizaram várias manifestações e eventos para chamar a atenção para a crise climática. As redes sociais foram o principal meio de comunicação e coordenação, permitindo aos organizadores mobilizar rapidamente um grande número de participantes e alcançar uma audiência vasta (Azevedo, 2019).

Joana Azevedo (2019), no seu estudo Mobilização Estudantil e Redes Sociais: O Caso da Greve Climática Estudantil em Portugal, oferece uma análise detalhada da mobilização de recursos em movimentos estudantis contemporâneos, com foco específico no papel das redes sociais como facilitadoras dessa mobilização. Azevedo (2019)

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

examina como os estudantes portugueses se apropriaram das redes sociais para organizar protestos, disseminar informações e sensibilizar a opinião pública sobre a urgência da ação climática. A autora detalha como as plataformas digitais, como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, foram utilizadas não só como ferramentas de comunicação, mas também como espaços de criação de identidade coletiva e de solidariedade entre os participantes.

Azevedo (2019) sublinha que as redes sociais permitiram uma mobilização rápida e eficaz, superando as limitações tradicionais de recursos e infraestrutura, que frequentemente dificultam a organização de movimentos sociais. A criação de uma narrativa poderosa através das redes sociais foi crucial para o sucesso da Greve Climática Estudantil. Esta narrativa, focada na emergência climática e na responsabilidade das gerações mais jovens na luta pelo futuro do planeta, ressoou profundamente com o público, galvanizando um apoio significativo e atraindo a atenção dos meios de comunicação social.

Ademais, Azevedo (2019) explora a dinâmica interna do movimento, analisando como as redes sociais facilitaram a formação de uma comunidade coesa de ativistas. A autora observa que, ao contrário de movimentos sociais tradicionais, que dependiam de reuniões físicas e de uma liderança centralizada, a Greve Climática Estudantil beneficiou de uma estrutura mais horizontal e descentralizada, possibilitada pela tecnologia digital. Esta estrutura permitiu uma maior inclusão e participação, eliminando barreiras geográficas e logísticas, e permitindo que indivíduos de diferentes partes do país se envolvessem ativamente no movimento. Azevedo (2019) argumenta que esta abordagem contribuiu para a resiliência do movimento, garantindo que este mantivesse o seu ímpeto e relevância ao longo do tempo.

No entanto, Azevedo também levanta questões importantes sobre as limitações e os riscos associados à dependência das redes sociais para a mobilização. A autora discute os desafios relacionados com a cibersegurança e a privacidade dos dados, bem como a volatilidade das plataformas digitais, que podem ser alvo de censura ou manipulação. Além disso, Azevedo (2019) questiona a sustentabilidade a longo prazo de movimentos que dependem tão fortemente de ferramentas digitais, sugerindo que a rápida mobilização inicial pode não ser suficiente para manter o envolvimento dos participantes à medida que o interesse público diminui.

A análise de Azevedo (2019) oferece uma contribuição pertinente para a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) ao demonstrar como os recursos digitais podem ser

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

mobilizados de forma eficaz para fortalecer um Movimento Social. No entanto, a autora também adverte sobre os perigos de uma dependência excessiva das tecnologias digitais, apontando para a necessidade de estratégias complementares que garantam a sustentabilidade e a eficácia a longo prazo dos movimentos sociais.

A análise de Joana Azevedo (2019) sobre a Greve Climática Estudantil em Portugal revela importantes convergências com o estudo de Sérgio Felgueiras (2014, 2016) sobre o movimento “Geração À Rasca”, particularmente no que diz respeito à utilização estratégica das redes sociais e à mobilização de recursos digitais. Ambos os autores sublinham o papel central das plataformas digitais na organização e comunicação dos movimentos, demonstrando como estas ferramentas foram essenciais para atrair participantes, divulgar eventos e amplificar a mensagem do movimento.

Tanto Felgueiras (2014, 2016) quanto Azevedo (2019) destacam a capacidade das redes sociais de criar e manter uma comunidade coesa e uma identidade coletiva entre os participantes dos movimentos. No estudo de Felgueiras, essa identidade foi construída em torno da insatisfação com a precariedade laboral e as políticas de austeridade, enquanto no caso analisado por Azevedo, a identidade coletiva gira em torno da urgência climática e da responsabilidade intergeracional. Outro ponto convergente é a preocupação com as limitações e desafios que surgem da dependência das redes sociais. Ambos os autores reconhecem os riscos de manipulação de informações, volatilidade das plataformas digitais e as dificuldades em manter o compromisso dos participantes a longo prazo, sublinhando a necessidade de estratégias complementares que garantam a sustentabilidade dos movimentos para além do ambiente digital.

Apesar dessas convergências, há também diferenças significativas entre os dois estudos, que refletem as distintas naturezas e objetivos dos movimentos analisados. Felgueiras (2014, 2016) concentra-se no movimento “Geração À Rasca”, um movimento social predominantemente focado em questões económicas e sociais resultantes da crise financeira de 2008. Este movimento foi motivado pela insatisfação generalizada dos jovens face à precariedade do mercado de trabalho e às políticas de austeridade impostas em Portugal. A Greve Climática Estudantil, por outro lado, como analisado por Azevedo (2019), está inserida num movimento global com uma forte ênfase na justiça climática e na sustentabilidade ambiental. O foco principal aqui é a crise ambiental, o que confere ao movimento uma dimensão intergeracional e uma preocupação com o futuro do planeta.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Além disso, os alvos de mobilização também apresentam assimetrias. Enquanto a “Geração À Rasca” mobilizou uma base de jovens adultos que enfrentavam dificuldades económicas imediatas, a Greve Climática Estudantil envolveu predominantemente estudantes mais jovens, muitos dos quais ainda em formação académica, com um foco mais voltado para questões globais e de longo prazo. A abordagem estratégica também difere entre os dois movimentos. A “Geração À Rasca” combinou protestos de rua com uma forte presença online para manter a pressão sobre os decisores políticos. No entanto, Azevedo (2019) observa que a Greve Climática Estudantil adotou uma estrutura mais descentralizada, facilitada pela tecnologia digital, que permitiu uma maior inclusão e participação. Essa descentralização foi crucial para a resiliência do movimento, mas também introduz desafios na coordenação e manutenção do ímpeto.

Comparando a TMR com outras abordagens teóricas, como a Teoria das Oportunidades Políticas (TOP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), Azevedo (2019) identifica diferenças fundamentais nas suas aplicações ao contexto da Greve Climática Estudantil. A TOP, que foca nas oportunidades estruturais e nas condições políticas que permitem aos movimentos sociais emergirem, é visível na forma como o reconhecimento crescente da crise climática e as políticas governamentais contribuíram para um ambiente favorável à mobilização estudantil. Por outro lado, a TNMS, que enfatiza a importância da identidade coletiva e dos valores culturais, é refletida na mobilização de jovens preocupados com o futuro do planeta e no apelo a valores como a sustentabilidade e a justiça climática.

A integração dessas teorias no estudo de Azevedo proporciona uma visão multidimensional da Greve Climática Estudantil, permitindo uma compreensão rica das motivações subjacentes e das estratégias utilizadas pelos participantes. Contudo, é crucial considerar se a forte ênfase na mobilização digital pode, em última análise, comprometer a capacidade do movimento de alcançar mudanças políticas tangíveis. A dependência de plataformas digitais, embora eficaz para a mobilização inicial, pode limitar a profundidade do envolvimento dos participantes e a capacidade do movimento de manter a pressão sobre os decisores políticos a longo prazo.

Em suma, o estudo de Joana Azevedo (2019) sobre a Greve Climática Estudantil oferece uma análise de valor da aplicação prática da TMR em movimentos estudantis contemporâneos, destacando tanto as oportunidades quanto as limitações da mobilização digital. A capacidade de mobilizar recursos humanos e digitais de forma estratégica foi

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

essencial para o sucesso do movimento, mas a sustentabilidade desse sucesso depende de uma adaptação contínua às mudanças no ambiente digital e de uma estratégia que vá além da simples mobilização *online*. A análise crítica deste estudo enriquece a compreensão da TMR e fornece perspetivas importantes para a mobilização de recursos na era digital, especialmente em contextos onde a rapidez e a amplitude da mobilização são vitais, mas onde a profundidade do compromisso e a capacidade de manutenção de uma pressão sustentada são igualmente determinantes para o sucesso a longo prazo.

2.4.3. O Movimento “Não TAP os Olhos”

O Movimento “Não TAP os Olhos” surgiu em 2015 como uma reação à proposta de privatização da TAP, a companhia aérea nacional portuguesa. O movimento foi impulsionado por preocupações com que a privatização resultasse em perdas de postos de trabalho, deterioração das condições laborais e impacto negativo na soberania nacional sobre uma infraestrutura estratégica. Rapidamente, o movimento ganhou força, unindo trabalhadores da TAP, sindicatos e cidadãos preocupados, culminando em protestos e campanhas de sensibilização que captaram a atenção pública e mediática (Araújo, 2020).

Pedro Araújo (2020), na sua análise sobre o Movimento “Não TAP os Olhos”, explora a mobilização de recursos em protestos contra a privatização de empresas públicas em Portugal, destacando a importância crucial das alianças estratégicas e do apoio de sindicatos e figuras políticas. Araújo demonstra como a eficaz articulação desses recursos influenciou políticas públicas e moldou a opinião pública, exemplificando a aplicação prática da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) em contextos contemporâneos.

De acordo com Araújo (2020), a eficácia do Movimento “Não TAP os Olhos” foi significativamente amplificada pela sua capacidade de formar alianças estratégicas com sindicatos e figuras políticas influentes. Essas alianças forneceram não apenas suporte financeiro e logístico, mas também aumentaram a legitimidade e visibilidade do movimento. Os sindicatos, por exemplo, trouxeram consigo uma base sólida de apoio humano e organizacional, essencial para a coordenação de protestos e outras atividades. O recurso a financiamentos foi fundamental para manter as operações do movimento, permitindo a organização de eventos, a criação de materiais de campanha e a amplificação das vozes dos participantes.

Contudo, um dos principais desafios que os movimentos sociais enfrentam na gestão eficiente dos seus recursos decorre da diversidade inerente e da descentralização

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

característica de tais grupos. Muitas vezes, estes movimentos são formados a partir de uma ampla coligação de indivíduos e organizações com diferentes níveis de compromisso, experiência e recursos (Jenkins, 1983). Esta diversidade, embora seja um ponto forte em termos de mobilização, trazendo uma ampla gama de perspectivas e competências ao movimento, também pode tornar excepcionalmente difícil a gestão eficaz dos recursos. Neste sentido, a capacidade do movimento de coordenar estas diversas contribuições de forma coesa e eficiente é essencial para maximizar o impacto das suas ações e garantir a sustentabilidade das suas operações.

Além disso, esta dependência de financiamento externo levanta questões sobre a independência do movimento e as possíveis influências que os financiadores podem exercer sobre a sua agenda (Araújo, 2020). Embora as alianças tenham sido essenciais para o sucesso imediato, é necessário considerar se as concessões feitas para garantir esse apoio podem ter comprometido, em algum grau, a autonomia do movimento. Esta é uma questão crítica, pois a integridade e a independência são fatores fundamentais para a sustentabilidade a longo prazo de qualquer movimento social.

A colaboração com sindicatos e figuras políticas influentes não só forneceu recursos adicionais, como também ajudou a amplificar a mensagem do movimento, aumentando a pressão sobre o Governo para que reconsiderasse as propostas de privatização. Além disso, essas alianças conferiram ao movimento maior visibilidade mediática, uma vez que o apoio de figuras públicas e organizações influentes permitiu ao Movimento atrair a atenção dos meios de comunicação. A visibilidade mediática é um recurso valioso que pode aumentar significativamente a capacidade de um movimento para influenciar a opinião pública e pressionar os decisores políticos (Araújo, 2020). Este ponto reforça a importância de uma estratégia de comunicação eficaz, que seja capaz de captar a atenção pública e manter a narrativa do Movimento no centro do debate político.

O estudo de Araújo (2020) destaca ainda a utilização eficaz dos meios de comunicação e das redes sociais pelo Movimento para divulgar as suas mensagens, mobilizar apoios e organizar protestos. As redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*, foram fundamentais para uma comunicação rápida e eficaz, facilitando a coordenação de ações e a mobilização de um grande número de participantes. A utilização destas plataformas ajudou a disseminar informações sobre eventos e protestos, mantendo os apoiantes informados e comprometidos com a causa. Ao criar uma presença online

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

robusta e interativa, o Movimento conseguiu amplificar a sua voz e mobilizar recursos de forma eficaz.

Apesar do sucesso obtido, a análise de Araújo (2020) levanta questões importantes sobre a sustentabilidade e a independência dos movimentos sociais que dependem fortemente de financiamentos externos e alianças políticas. A dependência de recursos externos pode introduzir vulnerabilidades, como a necessidade de fazer concessões para manter o apoio financeiro e político. Além disso, a volatilidade das plataformas digitais e as mudanças nas dinâmicas políticas podem afetar a capacidade de um Movimento para sustentar o seu ímpeto a longo prazo. Neste contexto, torna-se essencial que os movimentos sociais desenvolvam estratégias adaptáveis e inovadoras, utilizando uma combinação equilibrada de recursos humanos, financeiros e digitais para enfrentar os desafios contemporâneos (Bennett & Segerberg, 2012).

O caso do Movimento “Não TAP os Olhos” oferece uma contribuição pertinente para o debate académico sobre a TMR, ao demonstrar como a articulação de diversos recursos pode ser essencial para o sucesso dos movimentos sociais. A capacidade de formar alianças estratégicas, mobilizar recursos financeiros e utilizar eficazmente os meios de comunicação e as redes sociais exemplifica a relevância da TMR na análise de protestos em Portugal. No entanto, a análise crítica sugere que os movimentos devem equilibrar cuidadosamente a obtenção de recursos externos com a manutenção da autonomia e integridade. Isso levanta a questão de até que ponto as concessões feitas para garantir o apoio podem, em última análise, comprometer os objetivos do Movimento.

Em suma, o estudo de Pedro Araújo sobre o Movimento “Não TAP os Olhos” proporciona uma análise detalhada da aplicação prática da TMR em protestos contra a privatização em Portugal. A diversidade de recursos mobilizados – financeiros, humanos e digitais – foi crucial para o sucesso do movimento. Este caso ilustra a importância de formar alianças estratégicas, utilizar eficazmente os meios de comunicação e manter uma mobilização contínua para influenciar políticas públicas e moldar a opinião pública. No entanto, a dependência de recursos externos impõe desafios que requerem uma gestão cuidadosa para assegurar a sustentabilidade e a independência do movimento. A análise crítica deste estudo contribui para uma compreensão mais aprofundada da TMR e oferece insights relevantes para a mobilização de recursos em contextos contemporâneos, reforçando a necessidade de estratégias que combinem inovação, resiliência e independência.

2.4.4. Charles Tilly e a Oportunidade Política

O conceito de Oportunidade Política, conforme delineado por Charles Tilly (1978), refere-se à configuração de condições externas que influenciam a viabilidade e o sucesso da ação coletiva. Entre os fatores que compõem essas condições, encontram-se a permeabilidade do sistema político, a presença de aliados influentes, a fragmentação das elites e o grau de repressão do Estado. Tilly (1978) argumenta que os movimentos sociais tendem a emergir e a prosperar quando o ambiente político apresenta oportunidades favoráveis. No entanto, o autor vai além de uma mera análise estrutural, ao sugerir que a compreensão dinâmica e contextual destas oportunidades é igualmente vital, uma vez que os movimentos sociais não atuam de forma isolada.

Ao complementar a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), Tilly (1978) sublinha que, embora a capacidade de mobilizar recursos seja essencial, esta é apenas uma faceta do processo que explica a emergência e a eficácia dos movimentos sociais. Segundo Tilly (1978), a oportunidade política — entendida como o enquadramento político que permite a ação coletiva — é um fator de igual importância. Esta perspetiva desafia uma abordagem simplista centrada unicamente na mobilização de recursos internos, ao salientar que os movimentos sociais, para serem bem-sucedidos, necessitam de uma leitura crítica do cenário político, aproveitando as lacunas que este oferece para pressionar por mudanças. Neste sentido, Tilly introduz uma camada analítica que fortalece a sua teoria ao integrar dimensões tanto internas como externas.

Outro elemento fundamental destacado por Tilly (1978) é a construção da solidariedade. Esta vai além de uma simples conjugação de esforços; trata-se da formação de uma identidade coletiva coesa, que permite não só a coordenação das ações, mas também a resiliência face à repressão externa e a persistência a longo prazo. Tilly (1978) argumenta que a solidariedade é essencial para a sustentabilidade dos movimentos sociais, pois reforça o compromisso dos membros com os objetivos do Movimento. A ausência desta solidariedade compromete a continuidade e a eficácia das ações coletivas, algo frequentemente subestimado em abordagens que priorizam apenas a mobilização material.

O movimento *Occupy Wall Street* (OWS), que teve início em 2011, é um exemplo paradigmático da interseção entre a oportunidade política e a mobilização de recursos. O OWS surgiu num contexto político de profunda insatisfação com a crescente desigualdade económica e a influência desmedida do capital financeiro sobre a política.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

A oportunidade política manifestou-se, neste caso, através da crise financeira de 2008, que exacerbou o descontentamento popular e proporcionou um cenário propício à mobilização. A partir de uma combinação de recursos humanos, digitais e financeiros, o Movimento foi capaz de estabelecer acampamentos em espaços estratégicos, como o *Zuccotti Park*, em Nova Iorque, e de captar a atenção mediática a nível global. Mais importante ainda, o OWS construiu uma identidade coletiva em torno da oposição às práticas predatórias do setor financeiro, evidenciando a relevância da solidariedade como mecanismo de resistência e coesão.

De forma semelhante, a Primavera Árabe, iniciada em 2010, exemplifica a importância da oportunidade política em regimes autoritários. A fragilidade destes regimes, exacerbada por crises económicas e pela repressão, abriu uma janela de oportunidade para a ação coletiva. Movimentos em países como a Tunísia e o Egito aproveitaram-se da mobilização de jovens ativistas e da utilização estratégica das redes sociais para organizar protestos de larga escala. Mais uma vez, a combinação de recursos internos e uma leitura crítica do contexto político foi determinante para o desencadeamento das mobilizações. A Primavera Árabe confirma a ideia central de Tilly: sem oportunidades políticas favoráveis, a simples mobilização de recursos internos dificilmente garantiria o surgimento de movimentos tão amplos e eficazes.

Contudo, é crucial reconhecer que a teoria de Tilly não se limita a contextos onde as oportunidades políticas são favoráveis. Tilly (1978) alerta que, em cenários de repressão ou de ausência de canais institucionais para a negociação, os movimentos sociais podem adotar estratégias mais radicais ou, em casos extremos, comportamentos ilegais para atingir os seus objetivos. Esta observação é particularmente pertinente em regimes autoritários, onde a repressão pode limitar severamente as formas legítimas de protesto, forçando os movimentos a enveredar por caminhos de confronto direto com a autoridade. Tilly (1978) identifica, assim, uma correlação entre a falta de oportunidades políticas e o surgimento de comportamentos de risco, evidenciando como os contextos adversos podem moldar as táticas dos movimentos.

A aplicação das teorias de Tilly no contexto português revela-se igualmente elucidativa. Movimentos sociais em Portugal, como os protestos estudantis, as manifestações laborais e os movimentos ambientalistas, beneficiam de uma análise centrada nas oportunidades políticas disponíveis. Ao examinar o comportamento destes movimentos à luz de Tilly, torna-se evidente como a perceção de barreiras ao diálogo

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

político pode resultar em ações mais agressivas, como ocupações ou greves prolongadas. Movimentos como o pelo Direito à Habitação têm ganho força à medida que as oportunidades políticas, proporcionadas pelo debate público sobre a crise habitacional, aumentam a sua visibilidade. Da mesma forma, os movimentos ambientalistas têm mobilizado aliados influentes para pressionar contra a exploração de recursos naturais em áreas protegidas. No entanto, quando estas oportunidades se esgotam, há o risco de uma exacerbação de táticas mais radicais, como bloqueios e ocupações.

A aplicação crítica da teoria de Tilly (1978) sugere ainda que, em Portugal, a ausência de oportunidades políticas em certos contextos pode levar à radicalização das ações de determinados movimentos. Ao analisar exemplos de movimentos sociais no país, torna-se claro que, em ambientes de repressão ou de ausência de resposta política, os movimentos tendem a adotar comportamentos que desafiam diretamente a autoridade, como atos de desobediência civil. A teoria de Tilly (1978), assim, não só ilumina a dinâmica de surgimento e sucesso dos movimentos sociais, como também fornece um quadro analítico valioso para a compreensão de comportamentos de risco e ações extremas.

Em suma, a contribuição de Charles Tilly (1978) para a teoria dos movimentos sociais, especialmente através da sua conceptualização da oportunidade política, é de extrema relevância para a análise contemporânea dos movimentos em Portugal e além-fronteiras. A sua abordagem enriquece a compreensão da TMR, ao integrar fatores contextuais e dinâmicos, oferecendo uma perspetiva crítica sobre os riscos inerentes à falta de oportunidades políticas. Esta análise revela-se imprescindível para antecipar as respostas dos movimentos sociais e promover um diálogo mais eficaz entre estes e as instituições políticas. Ao garantir a criação de espaços de negociação e resposta política, é possível mitigar a radicalização dos movimentos e assegurar uma coesão social mais estável.

2.4.5. Estrutura e Contágio nas Redes de Mobilização: Uma Análise a partir de Granovetter e Oberschall

A heurística das redes de mobilização no seio dos movimentos sociais foi substancialmente aprofundada, no início da década de 1970, por dois contributos teóricos que, embora distintos, se revelam complementares. Por um lado, Mark Granovetter (1973), com a sua seminal teoria da "força dos laços fracos", ofereceu uma análise inovadora sobre a disseminação de informação e comportamentos. Por outro, Anthony

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Oberschall (1973), na sua obra *Social Conflict and Social Movements*, sublinhava a preponderância das estruturas de grupo e da organização para a génese e sustentação da Ação Coletiva. A análise das dinâmicas de rede e da sua influência na eficácia de um Movimento afigura-se, portanto, como um exercício analítico fundamental.

Na sua análise, Granovetter (1973) postula uma distinção conceptual entre dois tipos de relações que estruturam as redes sociais de um Movimento: as relações interpessoais próximas e intensas, que designa como "Laços Fortes", e as conexões mais distantes ou tangenciais, cuja importância crucial descreve no seu conceito de "Força dos Laços Fracos". As primeiras, tipicamente formadas no seio de núcleos familiares, círculos de amizade íntimos ou outros microgrupos, constituem o substrato da coesão e da solidariedade endógenas. Revelam-se, por conseguinte, fulcrais para a manutenção da unidade e para a resiliência do Movimento, particularmente em conjunturas de crise ou de repressão estatal. Em contrapartida, os "Laços Fracos", estabelecidos entre conhecidos ou colegas, funcionam como pontes intergrupais, permitindo ao Movimento alcançar uma audiência mais vasta, mobilizar novos aderentes e disseminar a sua mensagem com maior celeridade e eficácia.

A centralidade do equilíbrio entre estas duas modalidades de laços é um axioma na análise de Granovetter (1973). Os movimentos cuja sustentação assenta de forma preponderante em conexões superficiais (Laços Fracos) podem, com efeito, alcançar uma notável visibilidade e uma rápida capacidade de mobilização, mas incorrem no risco de uma perda de coesão e de foco teleológico, tornando-se, assim, vulneráveis a processos de fragmentação, mormente quando confrontados com pressões externas ou obstáculos internos. Inversamente, os movimentos que se alicerçam primacialmente em relações estreitas (Laços Fortes) demonstram uma maior capacidade de resiliência e união, mas arriscam o isolamento sectário, vendo-se impossibilitados de expandir a sua base de apoio e de exercer uma influência societal mais ampla.

Este equilíbrio revela-se particularmente desafiador, porquanto as redes sociais são, por natureza, entidades dinâmicas e sujeitas a uma mutação constante. Uma gestão criteriosa destas redes potencia a capacidade de um Movimento para a coordenação da Ação Coletiva, a angariação de recursos e a garantia da sua sustentabilidade a longo prazo. Depreende-se desta premissa teórica que uma gestão deficiente das redes relacionais, especialmente se se verificar uma dependência excessiva de uma tipologia de

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

laços em detrimento da outra, pode erodir a capacidade de ação do Movimento e, em última instância, comprometer a consecução dos seus objetivos.

A aplicação empírica desta teoria pode ser observada em múltiplos exemplos históricos e contemporâneos. O movimento “Occupy Wall Street” (OWS), iniciado em 2011, é um caso paradigmático de como uma rede profusa em conexões superficiais pode, numa fase inicial, mobilizar grandes contingentes e gerar um apoio público considerável. Através de plataformas digitais, o movimento disseminou a sua mensagem com uma velocidade notável, expandindo-se de Nova Iorque para diversas outras metrópoles globais. Não obstante, a ausência de uma estrutura coesiva e de laços internos solidificados precipitou a sua fragmentação e a subsequente perda de ímpeto.

Em sentido díspar, o movimento *#MeToo*, que se configurou como um fenómeno global a partir de uma denúncia em meio digital, soube utilizar as redes para estabelecer conexões com uma vasta audiência. Contudo, diferentemente do OWS, logrou construir parcerias duradouras com organizações de defesa dos direitos das mulheres e coletivos ativistas preexistentes, erigindo assim uma base de laços fortes que lhe permitiu manter a sua influência e eficácia a longo prazo. Este exemplo elucida a possibilidade de integrar sinergicamente relações de proximidade numa estrutura de mobilização ampla, assegurando tanto a expansão como a coesão interna.

O movimento pelos Direitos Civis nos EUA, na década de 1960, representa um arquétipo clássico de uma rede social equilibrada. Os laços fortes no seio da comunidade afro-americana, veiculados em particular pelas igrejas e pela liderança local, proporcionaram a coesão e a resiliência imprescindíveis para resistir à repressão sistémica. Concomitantemente, as alianças estratégicas estabelecidas com grupos externos, como setores liberais e progressistas da sociedade civil, ampliaram o alcance e a capacidade de mobilização do movimento. Esta simbiose permitiu ao movimento não só subsistir, mas também prosperar e alcançar transformações sociais e legislativas duradouras.

Em Portugal, a teoria de Granovetter (1973) oferece uma grelha de análise profícua para a inteligibilidade da dinâmica de movimentos sociais como o Movimento pelo Direito à Habitação. Este movimento tem beneficiado da conjugação de laços fortes entre os seus membros fundadores, que garantem a sua coesão, com a utilização de redes sociais para expandir a sua mensagem e captar apoios externos (laços fracos). Todavia, o movimento enfrenta o dilema perene de manter o equilíbrio entre uma base interna coesa

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

e a necessidade de crescimento e de mobilização de novos recursos, sem que tal implique a diluição da sua identidade e do seu foco programático.

Em suma, a dialética das redes de mobilização elucida a centralidade de uma gestão estratégica e ponderada. O sucesso de um Movimento Social não reside unicamente na sua capacidade de mobilização expedita ou na criação de conexões alargadas, mas também na sua proficiência em gerir as suas relações endógenas e exógenas. A teoria da "força dos laços fracos" de Granovetter (1973) oferece o quadro conceptual essencial para a compreensão desta dinâmica, enquanto a análise de Oberschall (1973) sobre a organização e o conflito sublinha a importância das estruturas de grupo que sustentam essas redes. Esta reflexão combinada sobre as duas teorias destaca que os movimentos sociais, para alcançarem a sustentabilidade, devem navegar criteriosamente entre a imperatividade do crescimento e a necessidade de preservação da sua unidade interna.

CAPÍTULO III – MÉTODO DA INVESTIGAÇÃO

3. MÉTODO DA INVESTIGAÇÃO

O método adotado nesta investigação é de natureza qualitativa e exploratório, focando-se na análise profunda dos comportamentos de risco associados aos movimentos sociais em Portugal. A utilização de uma abordagem qualitativa permite captar as nuances e complexidades dos fenómenos sociais em estudo, onde variáveis rígidas podem não traduzir adequadamente a realidade dos atores sociais e institucionais envolvidos. A investigação qualitativa, segundo Stake (1995), é fundamental para compreender as perceções e experiências subjetivas dos participantes em contextos onde a imprevisibilidade e as dinâmicas mutáveis estão presentes.

3.1. Abordagem Qualitativa Exploratória

A escolha pela abordagem qualitativa exploratória decorre da necessidade de investigar fenómenos sociais que envolvem múltiplas camadas de interação entre agentes de segurança, movimentos sociais e políticas públicas. Este tipo de abordagem caracteriza-se pela flexibilidade, permitindo ao investigador adaptar o foco de acordo com as informações emergentes durante o processo de recolha de dados. No contexto desta dissertação, a abordagem qualitativa é essencial para explorar, de forma detalhada, como os movimentos sociais influenciam a Segurança Interna, e de que forma os comportamentos de risco podem ser antecipados e mitigados através da aplicação da Inteligência.

A abordagem qualitativa, conforme defendido por Stake (1995), não se limita a recolher dados em grande escala, mas sim a mergulhar na profundidade das experiências individuais e coletivas. Ao investigar os comportamentos de risco associados aos movimentos sociais, tal abordagem permite uma análise rica em detalhes e capaz de captar as interações complexas que ocorrem entre diferentes atores sociais.

Este fluxograma descreve as etapas metodológicas seguidas na presente investigação, desde o planeamento inicial até à geração das conclusões. Cada fase do processo foi cuidadosamente estruturada para assegurar uma análise rigorosa e sistemática dos dados recolhidos, permitindo uma triangulação entre as diferentes fontes de informação. Esse processo metodológico garante a validade e a robustez dos resultados alcançados.

Para garantir uma compreensão ampla e fundamentada dos fenómenos estudados, este trabalho recorre a duas principais técnicas de recolha de dados: as entrevistas

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

semiestruturadas e a análise documental. Estas técnicas permitem que a investigação seja tanto inclusiva quanto abrangente, captando tanto as perspetivas individuais quanto o contexto institucional e legislativo.

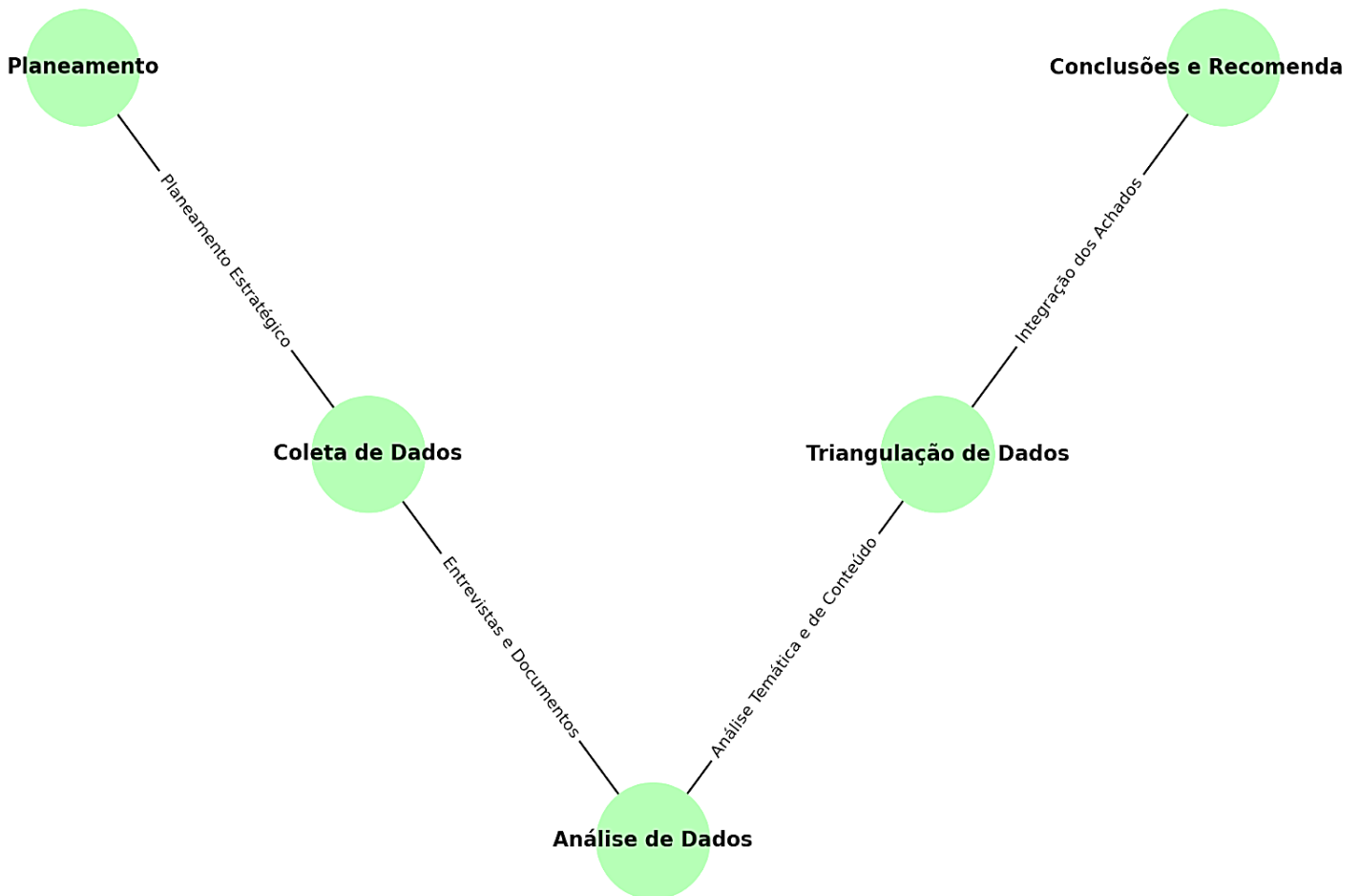


Figura 5 - Fluxograma do Processo Metodológico da Investigação

Nota: Interpretação demonstrativa do autor sobre o Processo Metodológico da Investigação

3.2. Técnicas de Recolha de Dados

3.2.1. Entrevistas Semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas são uma das principais técnicas de recolha de dados utilizadas nesta pesquisa. Esta abordagem permite que as questões sejam adaptadas durante a entrevista, promovendo uma interação mais aberta entre o entrevistador e os entrevistados. Pretende-se entrevistar especialistas em Segurança Interna, membros de

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

movimentos sociais e especialistas de Inteligência. A flexibilidade deste método é essencial para captar diferentes perspetivas sobre os desafios que os comportamentos de risco apresentam à Segurança Pública em Portugal.

3.2.2. Análise Documental

Complementando as entrevistas semiestruturadas, a análise documental será utilizada para fornecer um panorama mais amplo sobre o tema, explorando documentos legislativos, relatórios institucionais, e outras fontes relevantes, como o **Relatório de Atividades da PSP – 2022** e a **Estratégia da PSP 2024-2026** que tratam de Políticas de Segurança Pública em Portugal. Esta técnica de recolha de dados não só complementa as entrevistas, mas também reforça a validade da pesquisa ao permitir a triangulação das informações obtidas.

Segundo Yin (2018), a análise documental é vital para assegurar a credibilidade da investigação, uma vez que facilita a comparação de dados provenientes de diversas fontes. Através desta técnica, será possível enquadrar as perceções dos entrevistados no contexto mais amplo das Políticas Públicas e das dinâmicas institucionais que influenciam diretamente a Segurança Interna.

3.3. Métodos de Análise

Para proceder à análise dos dados recolhidos, serão utilizadas duas abordagens complementares: a análise de conteúdo e a análise temática. Ambas as técnicas permitem uma compreensão profunda das respostas dos entrevistados e dos documentos analisados, assegurando que os resultados reflitam fielmente as complexidades inerentes aos comportamentos de risco e aos movimentos sociais.

3.3.1. Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo será aplicada às entrevistas, com o objetivo de identificar padrões de discurso e categorizar as respostas dos participantes em diferentes temas emergentes. Conforme Hsieh & Shannon (2005), este método permite organizar os dados de forma sistemática, categorizando-os em grupos temáticos que correspondam às questões de investigação.

A análise de conteúdo será conduzida manualmente, com especial atenção às nuances dos discursos dos entrevistados. Esta escolha metodológica visa assegurar que as subtilezas nas perceções e interpretações dos participantes sejam devidamente

capturadas e analisadas, permitindo uma compreensão rica e detalhada das suas experiências.

3.3.2. Análise Temática: Instrumentos, Procedimentos e Definição do Corpus

A análise temática, conforme delineada por Braun & Clarke (2006), constitui o método de análise qualitativa adotado nesta investigação devido à sua capacidade de extrair e sistematizar padrões de significado a partir de dados complexos. Esta abordagem permitiu apreender as perceções dos entrevistados quanto à aplicação da Inteligência na preservação da Segurança Interna, particularmente no âmbito dos movimentos sociais e dos comportamentos de risco deles decorrentes.

- **Definição do Corpus**

O Corpus da investigação é composto por quatro entrevistas semi-estruturadas, conduzidas com profissionais de reconhecida competência nas áreas de Segurança Interna, Inteligência Estratégica, Criminologia e Gestão de Segurança Pública. A seleção dos participantes seguiu critérios de amostragem intencional, visando garantir uma multiplicidade de perspetivas relevantes para o objeto de estudo.

As entrevistas tiveram uma duração média de 45 minutos, totalizando cerca de 180 minutos de transcrições. Os entrevistados proporcionaram contributos substanciais sobre os desafios e estratégias na interseção entre movimentos sociais e Segurança Interna.

- **Instrumentos Utilizados**

A recolha de dados foi realizada através de um guia de entrevista semi-estruturada, elaborado com base nos objetivos da investigação e na literatura especializada das Ciências Policiais, Criminais e Sociais. O guia foi segmentado em duas categorias:

- **Perguntas Iniciais:** focadas na experiência e especialização dos entrevistados.
- **Perguntas Específicas:** destinadas a explorar comportamentos de risco, estratégias de Inteligência e o impacto das redes sociais.

Para a análise sistemática dos dados, utilizou-se o software NVivo (versão 12), que facilitou a codificação e identificação dos temas emergentes. Paralelamente, foram elaboradas notas de campo durante as entrevistas para registar o contexto das respostas e reflexões preliminares, proporcionando uma análise mais aprofundada e contextualizada.

A análise temática realizada nesta investigação seguiu rigorosamente as seis fases propostas por Braun & Clarke (2006), permitindo uma exploração sistemática e

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

aprofundada dos dados recolhidos nas entrevistas. Este processo iniciou-se com uma familiarização intensiva com os dados. As transcrições das entrevistas foram lidas e relidas reiteradamente, possibilitando uma imersão total no conteúdo e a identificação de ideias preliminares. Durante esta fase, foram anotadas observações reflexivas, destacando nuances e potenciais temas emergentes que mereciam uma investigação mais aprofundada.

Posteriormente, procedeu-se à codificação inicial, fase em que os dados foram segmentados em unidades de significado distintas. Utilizando o software NVivo (versão 12), cada segmento relevante foi atribuído a códigos específicos que representavam conceitos essenciais para o estudo. Exemplos de códigos incluem “monitorização digital”, “comportamentos de risco”, “desafios operacionais” e “cooperação interinstitucional”. Esta etapa visou organizar sistematicamente os dados, facilitando a identificação de padrões subjacentes e recorrentes.

Com os dados codificados, passou-se à fase de identificação de temas. Os códigos foram agrupados em categorias temáticas preliminares que refletiam os padrões de significado presentes nas respostas dos entrevistados. Desta análise emergiram quatro temas principais: Desafios Operacionais na Aplicação de Inteligência, Impacto das Redes Sociais na Dinâmica dos Movimentos Sociais, Estratégias de Cooperação Interinstitucional e Limitações Éticas e Legais na Monitorização Digital. Cada um destes temas encapsulou aspetos críticos relacionados com os objetivos da investigação, permitindo uma estruturação lógica dos achados.

A fase seguinte envolveu a revisão dos temas, assegurando a sua consistência interna e coerência com o Corpus completo. Esta revisão foi efetuada em dois níveis: primeiro, em relação aos códigos individuais, para garantir que cada tema representava adequadamente os dados; segundo, em relação ao conjunto dos dados transcritos, para assegurar que os temas estavam alinhados com as narrativas gerais emergentes. A triangulação com as notas de campo e com a literatura científica relevante consolidou a validade dos resultados, reforçando a robustez da análise.

Após a revisão, procedeu-se à definição e nomeação dos temas, atribuindo a cada um uma designação precisa e descritiva. Cada tema foi detalhado de forma clara e acompanhado de citações exemplares dos entrevistados, que ilustraram os achados de forma concreta. Por exemplo, o **Entrevistado 3**, na **Questão 7**, destacou que “as forças e serviços de segurança já utilizam o Social Media Intelligence (SOCMINT), que ainda é a

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

melhor ferramenta para a monitorização de tais comportamentos”. Estas citações conferiram autenticidade e fundamentação empírica aos temas identificados, garantindo uma ligação direta às perceções dos participantes.

Por fim, a produção do relatório final apresentou os resultados de forma detalhada e analítica. Cada tema foi discutido de forma aprofundada, elucidando as suas implicações para a aplicação da Inteligência na Segurança Interna. A análise culminou em recomendações práticas, como o reforço da cooperação interinstitucional e a implementação de estratégias de policiamento preventivo fundamentadas em Inteligência.

A estrutura desta análise temática segue o rigor metodológico exposto no Capítulo V de Geração à Rasca, de Sérgio Felgueiras (2016). Felgueiras (2016) sublinha a importância de uma abordagem sistemática e transparente na análise qualitativa, garantindo que cada etapa é documentada com precisão e fundamentada em evidências empíricas. Esta orientação metodológica fortalece a validade e a fiabilidade dos resultados, assegurando que a presente investigação oferece um contributo científico robusto e relevante para o campo da Segurança Interna.

CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente investigação, ao explorar os comportamentos de risco associados aos movimentos sociais e a aplicação de práticas de Inteligência na Segurança Interna, evidencia a complexidade inerente à gestão deste fenómeno no contexto português. As entrevistas realizadas com especialistas permitiram identificar padrões de significado que, ao serem articulados com teorias sociológicas e criminais, oferecem uma análise crítica e fundamentada sobre as dinâmicas contemporâneas dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais, frequentemente alimentados por perceções de injustiça social e por desigualdades sistémicas, constituem um desafio crescente para as estruturas de Segurança Interna. **O Entrevistado 1**, na **Questão 4**, capturou com precisão esta realidade ao afirmar que “em Portugal os movimentos sociais são impulsionados por diversos fatores que refletem as preocupações e exigências da sociedade, vejam-se os casos da desigualdade socioeconómica, os direitos civis e liberdades individuais, o descontentamento político e, muito atual, as redes sociais”. Esta observação alinha-se com os contributos teóricos de Castells (2012), que identifica as desigualdades estruturais como motores da mobilização social, e de Giddens (1991), que discute a modernidade reflexiva e a crise das instituições tradicionais como catalisadores de tensões sociais.

As redes sociais surgem como ferramentas de mobilização e amplificação de mensagens, mas também como vetores de desinformação e radicalização. Conforme salientou o **Entrevistado 1**, na **Questão 7**, que “as redes sociais têm a capacidade de ampliar o alcance da mensagem que se pretende passar. Aliado a este aspeto, a organização e mobilização que permite relativamente ao universo que pretende atingir é também bastante relevante”. Contudo, essa mesma capacidade de mobilização rápida constitui uma ameaça latente quando explorada para disseminar informações falsas e polarizar grupos. O **Entrevistado 2**, na mesma questão, alertou que “a disseminação de informações falsas ou enganosas (fake news), [que] podem levar a comportamentos de risco. A radicalização, de grupos extremistas, pode também usar redes sociais para recrutar membros, para criar medo e sentimento de insegurança na sociedade”. Esta dinâmica é elucidada por Sunstein (2007), que analisa como as “câmaras de eco” digitais intensificam a polarização e minam o diálogo público.

A eficácia na gestão destes comportamentos de risco requer o uso estratégico da Inteligência Preditiva. O **Entrevistado 3**, na **Questão 8**, sublinhou que “a Inteligência,

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

em minha opinião, é o principal meio de antecipação de qualquer situação indesejável; quando a Inteligência não existe ou não é utilizada por qualquer razão, não existe prevenção, mas sim reação”. Esta abordagem está alinhada com os argumentos de Helbing (2013), que defende a importância da análise preditiva para a gestão de riscos em sociedades tecnologicamente interligadas. Complementarmente, o **Entrevistado 2**, na mesma questão, destacou que “a identificação de ameaças em tempo real, a prevenção de atos criminosos, protegendo a sociedade e mantendo a ordem pública, [permite] a antecipação de possíveis ataques, que permitem a implementação de medidas de segurança adequadas ao grau de ameaça e risco que pode provocar na comunidade”.

No entanto, a aplicação de tecnologias avançadas em contextos de vigilância levanta desafios éticos e jurídicos. O **Entrevistado 1**, na **Questão 7**, reconheceu que “as Forças de Segurança encontram-se muito dependentes das capacidades que resultam do investimento, contudo o *know-how* é a mais-valia das Forças e Serviços de Segurança que, mesmo limitadas, persistem no desafio diário de cumprir a sua missão e contribuir de forma eficaz para a Segurança Interna”. Esta observação ecoa as críticas de Foucault (1977) sobre os perigos de uma vigilância excessiva que pode comprometer as liberdades individuais e fragilizar a confiança social nas instituições.

A necessidade de uma cooperação interinstitucional robusta também emergiu como um tema central. O **Entrevistado 1**, na **Questão 9**, enfatizou a urgência de “concretizar um processo integrado entre as várias entidades com responsabilidade na resposta em caso de incidentes relativos aos movimentos sociais”. O **Entrevistado 3**, reforçou esta perspetiva ao afirmar que “a análise das situações deve ser sempre realizada de uma forma holística, pelo que não concebo respostas parciais; as respostas terão também de ser sistematizadas e holísticas”. Esta cooperação é essencial para mitigar os riscos de uma abordagem fragmentada e garantir a eficácia operacional em contextos de elevada complexidade.

Por fim, a resposta firme e proporcional das Forças de Segurança foi sublinhada pelo **Entrevistado 4**, na **Questão 6**, ao defender que “os comportamentos de risco mais associados a movimentos sociais incluem a violência, o vandalismo e a desobediência às autoridades. Estes comportamentos devem ser enfrentados com uma política de ‘tolerância zero’”. Contudo, a implementação desta abordagem deve ser equilibrada com práticas de policiamento de proximidade e mediação de conflitos, sob pena de se agravar a alienação social e fomentar um “ciclo vicioso” de contestação e repressão.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Deste modo, os resultados desta investigação apontam para um imperativo de equilíbrio entre a eficácia das estratégias de Inteligência e o respeito pelos direitos fundamentais. As instituições responsáveis pela Segurança Interna devem adaptar-se às novas dinâmicas sociais e tecnológicas, promovendo intervenções que sejam simultaneamente proativas, éticas e colaborativas. Só assim será possível assegurar uma estabilidade social duradoura e a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

A análise das entrevistas revelou várias categorias e códigos relevantes que permitem compreender os fatores impulsionadores dos movimentos sociais e os comportamentos de risco associados. Em primeiro lugar, destaca-se o impacto das redes sociais, que facilitam a amplificação de mensagens, a disseminação de *fake news* e a radicalização. Esta dinâmica torna essencial a monitorização contínua para antecipar e mitigar potenciais ameaças. As desigualdades socioeconómicas, como a exclusão social e o desemprego, surgem como causas subjacentes dos movimentos sociais, sobretudo em áreas urbanas marginalizadas, evidenciando a necessidade de políticas inclusivas.

Os comportamentos de risco identificados incluem vandalismo, protestos violentos e polarização social, representando desafios significativos para a ordem pública e a coesão social. Para enfrentar esses riscos, as estratégias de Inteligência como a monitorização digital e o Social Media Intelligence (SOCMINT) foram apontadas como fundamentais para antecipar e mitigar ameaças de forma proativa. Além disso, a cooperação interinstitucional, através da partilha de informações e da coordenação operacional entre entidades de segurança, foi enfatizada como crucial para garantir respostas eficazes e coordenadas.

Por fim, os desafios éticos e legais relacionados com a privacidade e a proporcionalidade na aplicação de tecnologias de vigilância não podem ser ignorados. Encontrar um equilíbrio entre Segurança e respeito pelos direitos fundamentais é essencial para preservar a confiança social e a legitimidade das intervenções de Segurança Interna.

4.1. Métodos de Inteligência Aplicados

A Inteligência Preditiva assume-se como uma metodologia essencial para a antecipação de riscos e gestão de comportamentos associados aos movimentos sociais. Esta abordagem permite às Forças de Segurança prever eventos disruptivos com antecedência, potenciando uma resposta proativa e estratégica. Dentro do âmbito da Inteligência Preditiva, destacam-se tecnologias como a Inteligência Artificial (IA), a qual

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

fornece os algoritmos necessários para analisar grandes volumes de dados e identificar padrões indicativos de risco.

Os entrevistados sublinharam que a aplicação de Inteligência Preditiva, suportada por ferramentas de IA, permite monitorizar dados em larga escala e atuar antes que os comportamentos de risco se concretizem, tornando-se um dos maiores trunfos da monitorização digital. O **Entrevistado 2**, na **Questão 9**, referiu que “é necessária mais formação no uso de tecnologias avançadas como a análise de dados: Big Data, [e] utilizar ferramentas para analisar comportamentos de risco associados em colaboração com outras entidades europeias na troca de informação para melhor eficiência no combate às redes (Dark Web/Dark Net)”. Este ponto encontra suporte na literatura, com Helbing (2013) a enfatizar que as ferramentas de análise preditiva são cruciais para a gestão de riscos em sociedades interligadas e tecnologicamente mediadas.

Adicionalmente, os especialistas destacaram a importância da monitorização de redes sociais, o denominado Social Media Intelligence (SOCMINT), ou Inteligência de Redes Sociais, como método complementar à Inteligência Preditiva. Esta prática permite identificar tendências e padrões de radicalização e discursos polarizadores, possibilitando intervenções direcionadas. O **Entrevistado 3**, na **Questão 7**, afirmou que “as Forças e Serviços de Segurança já utilizam o SOCMINT, que ainda é a melhor ferramenta para a monitorização de tais comportamentos”.

Conforme analisado por Castells (2012), as redes sociais amplificam a disseminação de ideologias e facilitam a mobilização, o que exige uma monitorização criteriosa e ética. O **Entrevistado 4**, na **Questão 7**, reforçou essa necessidade ao declarar que “as Forças de Segurança devem ter acesso a tecnologia de ponta para monitorizar e controlar essas redes”.

Contudo, a utilização de Inteligência Artificial no contexto da Inteligência Preditiva levanta questões éticas complexas, sobretudo no que concerne à transparência e à imparcialidade. Os especialistas entrevistados frisaram a necessidade de supervisão externa e de regulamentação rigorosa para garantir a proteção dos direitos fundamentais. O **Entrevistado 1**, na **Questão 7**, destacou que “a velocidade da informação e a privacidade dos dados criam vulnerabilidades no que concerne à monitorização”. Além disso, o **Entrevistado 2**, na **Questão 10**, recomendou “a transparência e responsabilidade nas suas ações no que respeita às forças e serviços de segurança [...] para aumentar a confiança”. Esta preocupação ecoa as críticas de Zuboff (2019), que alerta para os riscos

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

associados à “capitalização da vigilância” e aos impactos adversos da monitorização digital excessiva na privacidade e liberdade individual.

A utilização de Inteligência Preditiva no contexto dos movimentos sociais tem-se revelado eficaz para identificar potenciais focos de tensão. Segundo os entrevistados, a monitorização das redes sociais é fundamental para detetar discursos polarizadores que possam levar à radicalização de grupos, especialmente em contextos de instabilidade social. O **Entrevistado 2**, na **Questão 7**, afirmou que “a disseminação de informações falsas ou enganosas (fake news) podem levar a comportamentos de risco. A radicalização de grupos extremistas, pode também usar redes sociais para recrutar membros, para criar medo e sentimento de insegurança na sociedade”.

Da mesma forma, o **Entrevistado 4**, também na **Questão 7**, salientou que “as redes sociais tornaram-se ferramentas que facilitam a mobilização de grupos radicais e a disseminação de ideias que incitam ao desrespeito pela autoridade”.

Por outro lado, o **Entrevistado 3**, na **Questão 7**, referiu que “as Forças e Serviços de Segurança já utilizam o Social Media Intelligence (SOCMINT), que ainda é a melhor ferramenta para a monitorização de tais comportamentos”.

Este tipo de monitorização permite às Forças de Segurança agir de forma proativa, evitando a concretização de comportamentos de risco. Este argumento é corroborado por Sageman (2008), que destaca a importância de estratégias preventivas assentes na análise de dados comportamentais.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Tabela 5 - Quadro de Métodos de Inteligência Aplicados

Método de Inteligência	Descrição	Exemplos Citados	Desafios Éticos
Inteligência Preditiva	Metodologia que permite antecipar riscos e gerir comportamentos de movimentos sociais através da análise preditiva de dados.	Antecipação de eventos disruptivos e resposta estratégica (Entrevistado 2, Questão 9). Corroborado por Helbing (2013). ¹⁰	Transparência e imparcialidade na análise de dados (Entrevistado 1, Questão 7).
Inteligência Artificial (IA)	Utilização de algoritmos para processar grandes volumes de dados e identificar padrões de risco.	Análise preditiva com IA para monitorizar dados em larga escala (Entrevistado 2, Questão 9).	Supervisão e regulamentação para proteção dos direitos fundamentais (Entrevistado 2, Questão 10). Corroborado por Zuboff (2019). ¹¹
<i>Big Data</i>	Análise de grandes conjuntos de dados para identificar comportamentos de risco e colaborar com entidades europeias.	Formação no uso de tecnologias avançadas e combate às redes (<i>Dark Web/Dark Net</i>) (Entrevistado 2, Questão 9).	Necessidade de transparência e responsabilidade na análise de dados (Entrevistado 2, Questão 10).
<i>Social Media Intelligence (SOCMINT)</i>	Monitorização das redes sociais para identificar tendências de radicalização e discursos polarizadores.	Identificação de mobilização de grupos radicais e disseminação de fake news (Entrevistados 3 e 4, Questão 7).	Privacidade e liberdade individual na monitorização digital (Entrevistado 1, Questão 7). Corroborado por Castells (2012). ¹²

Nota: Interpretação do autor sobre os Métodos de Inteligência Aplicados

¹⁰ Helbing (2013) fornece suporte teórico que corrobora a declaração do Entrevistado 2, destacando a relevância da análise preditiva para a gestão de riscos em sociedades tecnologicamente interligadas.

¹¹ Zuboff (2019) alerta para os riscos da vigilância digital excessiva e a necessidade de regulamentação rigorosa para proteger os direitos fundamentais.

¹² Castells (2012) discute como a privacidade e liberdade individual são afetadas pela monitorização das redes sociais.

4.1.1. Síntese Descritiva dos Principais Temas

A análise dos discursos obtidos durante as entrevistas revela um conjunto de temáticas recorrentes que, por sua pertinência e transversalidade, oferecem uma compreensão aprofundada dos desafios contemporâneos enfrentados no domínio da Segurança Interna. Os entrevistados, cada um com a sua experiência e especialização, convergiram na identificação de áreas críticas que merecem atenção prioritária. Desde a influência das redes sociais na radicalização até à aplicação de tecnologias avançadas na Inteligência Preditiva, passando pelas questões éticas inerentes à monitorização digital e pela persistência das desigualdades socioeconómicas como motor de contestação social, delinea-se um panorama complexo e multifacetado.

A presente síntese não se limita a uma descrição superficial dos temas abordados; pelo contrário, procura explorar, com um olhar crítico e metodologicamente rigoroso, as interseções entre os diferentes fatores identificados, elucidando a forma como estes contribuem para a emergência de comportamentos de risco e movimentos sociais disruptivos. Este exercício de sistematização visa não apenas capturar a essência das preocupações expressas pelos especialistas, mas também potenciar uma reflexão fundamentada sobre as implicações estratégicas e operacionais para as Forças de Segurança e os decisores políticos.

O discurso aqui apresentado é, portanto, o resultado de uma triangulação de perspetivas empíricas e teóricas, onde os depoimentos dos entrevistados são cruzados com a literatura existente, garantindo uma análise robusta e multidimensional. Esta abordagem proporciona uma base sólida para a formulação de Políticas de Segurança mais eficazes e adaptativas, alinhadas com os desafios emergentes e os princípios democráticos.

- **Redes Sociais e Radicalização**

Os entrevistados destacaram de forma unânime a influência determinante das redes sociais na disseminação de discursos polarizadores e na mobilização de grupos radicais. O **Entrevistado 4**, na **Questão 7**, referiu que “as redes sociais se tornaram ferramentas que facilitam a mobilização de grupos radicais e a disseminação de ideias que incitam ao desrespeito pela autoridade”. O **Entrevistado 2**, na **Questão 7**, complementou esta visão ao afirmar que “a disseminação de informações falsas ou enganosas (fake news) podem levar a comportamentos de risco. A radicalização, de grupos extremistas, pode também usar redes sociais para recrutar membros, para criar

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

medo e sentimento de insegurança na sociedade”. Este fenómeno reflete a necessidade de monitorização contínua e criteriosa dessas plataformas por parte das Forças de Segurança.

- **Inteligência Preditiva e Tecnologias Avançadas**

A aplicação de Inteligência Preditiva, suportada por tecnologias como a Inteligência Artificial (IA) e Big Data, foi identificada como uma ferramenta essencial para antecipar comportamentos de risco. O **Entrevistado 3**, na **Questão 8**, sublinhou que “a Inteligência, em minha opinião, é o principal meio de antecipação de qualquer situação indesejável; quando a Inteligência não existe ou não é utilizada por qualquer razão, não existe prevenção, mas sim reação”. Da mesma forma, o **Entrevistado 2**, na **Questão 9**, destacou a necessidade de “mais formação no uso de tecnologias avançadas como a análise de dados: Big Data, [e] utilizar ferramentas para analisar comportamentos de risco associados em colaboração com outras entidades europeias na troca de informação”.

- **Desigualdade Socioeconómica e Descontentamento Social**

As desigualdades socioeconómicas e o descontentamento político foram identificados como fatores impulsionadores dos movimentos sociais. O **Entrevistado 1**, na **Questão 4**, referiu que “os movimentos sociais são impulsionados por diversos fatores que refletem as preocupações e exigências da sociedade, vejam-se os casos da desigualdade socioeconómica, os direitos civis e liberdades individuais, o descontentamento político e, muito atual, as redes sociais”. Essas dinâmicas contribuem para um ambiente social propício à contestação e à polarização.

- **Questões Éticas e Privacidade na Monitorização Digital**

A utilização de tecnologias de monitorização, como IA e SOCMINT, levanta preocupações éticas sobre a privacidade e os direitos fundamentais. O **Entrevistado 1**, na **Questão 7**, alertou que “a velocidade da informação e a privacidade dos dados criam vulnerabilidades no que concerne a monitorização”. O **Entrevistado 2**, na **Questão 10**, recomendou que é essencial garantir “transparência e responsabilidade nas suas ações no que respeita às forças e serviços de segurança [...] para aumentar a confiança”.

4.1.2. Estratégias de Antecipação e Prevenção

A gestão dos comportamentos de risco associados aos movimentos sociais exige, de forma incontornável, uma abordagem holística, proativa e multidimensional. Tal estratégia não pode limitar-se a intervenções reativas ou meramente repressivas; deve, pelo contrário, assentar numa antecipação estratégica, capaz de mitigar ameaças antes de

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

estas se materializarem. Esta antecipação fundamenta-se na tríade composta por monitorização digital contínua, formação especializada das Forças de Segurança e cooperação interinstitucional robusta. Contudo, esta tríade não está isenta de desafios éticos e legais que requerem uma ponderação constante para equilibrar Segurança Pública e direitos fundamentais.

Os dados recolhidos revelam que a monitorização constante das redes sociais é amplamente reconhecida pelos especialistas como uma ferramenta imprescindível para identificar, de forma precoce, comportamentos de risco e potenciais focos de tensão. O **Entrevistado 4**, na **Questão 7**, salientou que “as redes sociais tornaram-se ferramentas que facilitam a mobilização de grupos radicais e a disseminação de ideias que incitam ao desrespeito pela autoridade”. Este fenómeno evidencia a capacidade das plataformas digitais de amplificar discursos polarizadores, um problema também identificado por Sunstein (2007), que alerta para a formação de “câmaras de eco” que intensificam a radicalização e o extremismo.

Em consonância, o **Entrevistado 2**, também na **Questão 7**, destacou os perigos das *fake news* e da radicalização digital: “A disseminação de informações falsas ou enganosas (*fake news*) pode levar a comportamentos de risco. A radicalização, de grupos extremistas, pode também usar redes sociais para recrutar membros, para criar medo e sentimento de insegurança na sociedade”. Esta dinâmica sublinha a importância da utilização de ferramentas como o Social Media Intelligence (SOCMINT) para monitorizar atividades suspeitas. O **Entrevistado 3**, na **Questão 7**, reiterou que “as Forças e Serviços De Segurança já utilizam o SOCMINT, que ainda é a melhor ferramenta para a monitorização de tais comportamentos”.

Todavia, a eficácia da monitorização digital levanta preocupações legítimas quanto à privacidade dos cidadãos e à proporcionalidade das intervenções. Zuboff (2019) adverte para os perigos do “capitalismo de vigilância”, onde a recolha massiva de dados pode conduzir a práticas invasivas e à erosão das liberdades individuais. O **Entrevistado 1**, na **Questão 7**, enfatizou que “a velocidade da informação e a privacidade dos dados criam vulnerabilidades no que concerne à monitorização”. Assim, torna-se imperativo que as operações de Inteligência sejam conduzidas com transparência e supervisão externa, garantindo que a vigilância não subverta os valores democráticos.

A tecnologia, por mais avançada que seja, é insuficiente sem uma formação contínua e especializada das Forças de Segurança. A capacidade de antecipar e gerir

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

comportamentos de risco requer que os agentes possuam competências sólidas em mediação de conflitos, direitos humanos e proporcionalidade no uso legítimo da força. O **Entrevistado 1**, na **Questão 6**, propôs uma abordagem integrada: “A melhoria das estratégias de prevenção e gestão desses comportamentos de risco [...] deverá passar, essencialmente, pela consciencialização e diálogo, concomitantemente com a formação das forças e serviços de segurança, numa estratégia de win-win”. Esta perspetiva está alinhada com os princípios defendidos por Della Porta (2018), que argumenta que intervenções policiais desproporcionais podem transformar protestos pacíficos em confrontos violentos, minando a legitimidade das instituições e agravando os conflitos sociais.

O **Entrevistado 2**, também na **Questão 6**, reforçou esta ideia ao destacar a necessidade de uma formação focada em direitos humanos e proporcionalidade: “Desta formação deve incluir a sensibilização para os direitos humanos [...], esta importância da proporcionalidade numa melhor resposta e mais eficiente nestes fenómenos criminais”. A aplicação prática destes princípios não só promove uma atuação policial ética e eficiente, mas também fortalece a confiança das comunidades nas instituições de Segurança Pública.

A eficácia das estratégias de antecipação e prevenção depende também de uma coordenada cooperação interinstitucional. A fragmentação das respostas entre diferentes entidades de Segurança é um entrave à eficiência. O **Entrevistado 1**, na **Questão 9**, sublinhou que “urge concretizar um processo integrado entre as várias entidades com responsabilidade na resposta em caso de incidentes relativos aos movimentos sociais”. Esta visão é corroborada pelo **Entrevistado 3**, que, na mesma questão, afirmou que “a análise das situações deve ser sempre realizada de uma forma holística; não concebo respostas parciais”. A implementação de protocolos de partilha de informações em tempo real entre a PSP, GNR e SIS permitiria uma resposta mais célere e coordenada, minimizando o impacto dos comportamentos de risco nas comunidades. Esta abordagem alinha-se com o Policiamento Orientado para Problemas defendido por Goldstein (1990) e com o *Hotspot Policing* proposto por Braga & Weisburd (2010), que recomendam intervenções direcionadas e integradas para lidar com contextos de elevada complexidade e risco.

Por fim, qualquer Estratégia de antecipação e prevenção deve estar intrinsecamente ligada a um compromisso com a ética e os direitos fundamentais. A

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

transparência, a responsabilidade e a supervisão externa são cruciais para evitar abusos de poder. Como sublinhou o **Entrevistado 2**, na **Questão 10**, “a transparência e responsabilidade nas suas ações no que respeita às forças e serviços de segurança [...] são essenciais para aumentar a confiança”. A ausência de tais princípios pode conduzir a uma sociedade de controlo, algo que Foucault (1977) advertiu ser corrosivo para a liberdade individual e a legitimidade das instituições.

4.2. Implicações para a Gestão da Segurança Interna

A gestão contemporânea da Segurança Interna em Portugal exige uma resposta estratégica e adaptativa, especialmente perante a complexidade dos movimentos sociais influenciados por dinâmicas globais e tecnológicas. A aplicação de métodos de Inteligência Preditiva e a utilização de Big Data foram reconhecidas pelos entrevistados como pilares fundamentais para antecipar comportamentos de risco e mitigar potenciais ameaças antes que estas se materializem. Contudo, a eficácia destes métodos é acompanhada por um conjunto de desafios éticos e legais que exigem uma reflexão aprofundada.

O equilíbrio delicado entre vigilância digital e respeito pelos direitos fundamentais é um dos pontos críticos destacados ao longo das entrevistas. Como sublinhado por Zuboff (2019), vivemos numa era marcada pelo “capitalismo de vigilância”, onde a recolha massiva de dados pessoais ameaça corroer os alicerces democráticos. Esta realidade impõe às Forças de Segurança a necessidade de operar com uma transparência irrepreensível e de adotar mecanismos robustos de supervisão externa. Os entrevistados reforçaram esta ideia, apontando que, sem uma regulamentação clara e responsável, a utilização de tecnologias preditivas pode facilmente derivar para práticas abusivas e invasivas. A vigilância, portanto, deve ser conduzida de forma criteriosa e proporcional, evitando que a ânsia de segurança comprometa as liberdades civis que se pretende proteger.

Para além da dimensão tecnológica, a formação contínua das Forças de Segurança emergiu como um eixo incontornável na mitigação de comportamentos de risco. A adoção de estratégias de mediação de conflitos e a sensibilização para os direitos humanos foram consideradas essenciais para garantir intervenções proporcionais e respeitadoras da dignidade humana. Esta perspetiva alinha-se com os princípios defendidos por Della Porta (2018), que alerta para os riscos inerentes a intervenções policiais desproporcionais, capazes de transformar manifestações pacíficas em focos de violência. A capacitação dos

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

agentes deve, portanto, ser entendida como um investimento contínuo na legitimidade institucional e na confiança pública.

Complementarmente, a modernização tecnológica das Forças de Segurança deve ser acompanhada de um suporte jurídico robusto. A falta de um enquadramento legal claro pode resultar em ambiguidades operacionais que prejudicam a eficácia das intervenções. Como defendem Lyon (2018) e Helbing (2013), a gestão da segurança em sociedades interligadas e tecnologicamente avançadas exige não apenas ferramentas sofisticadas, mas também políticas que legitimem e orientem a sua aplicação. Este suporte jurídico não deve ser visto apenas como um mecanismo de proteção para os agentes, mas como um instrumento de responsabilidade que fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições de Segurança.

A cooperação interinstitucional foi igualmente identificada como uma estratégia indispensável para otimizar a gestão dos comportamentos de risco. A partilha de informações em tempo real entre a PSP, a GNR e o SIS permite uma resposta mais célere e coordenada, mitigando a fragmentação dos esforços de segurança. Esta abordagem está em consonância com os princípios do Policiamento Orientado para Problemas, defendidos por Goldstein (1990), e com as práticas de *Hotspot Policing*, analisadas por Braga & Weisburd (2010). A eficácia desta cooperação depende, porém, de uma cultura organizacional que privilegie a interoperabilidade e a visão holística na abordagem às ameaças emergentes.

Por fim, importa salientar que a aplicação destas estratégias deve ser guiada por uma ética intransigente e por um compromisso inequívoco com os valores democráticos. A tensão entre segurança e liberdade não deve ser entendida como um dilema irresolúvel, mas como um equilíbrio dinâmico que exige vigilância constante e ajustamentos contínuos. Como sugerido por Foucault (1977), o exercício do poder estatal deve ser sempre limitado por mecanismos de controlo que previnam abusos e garantam a proporcionalidade das intervenções. Desta forma, será possível construir uma Segurança Interna que seja simultaneamente eficaz e legítima, protegendo os cidadãos sem comprometer os seus direitos fundamentais.

A **Tabela 6** sintetiza as principais implicações para a gestão da Segurança Interna, destacando os desafios éticos e operacionais associados à vigilância digital e à necessidade de garantir a proporcionalidade e a legalidade das intervenções policiais.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Tabela 6 - Principais implicações para a Gestão da Segurança Interna

IMPLICAÇÃO	DESCRIÇÃO	ENTREVISTADOS
Monitorização Digital das Redes Sociais	Utilização de SOCMINT para identificar discursos polarizadores e comportamentos de risco em tempo real.	“As Forças de Segurança devem ter acesso a tecnologia de ponta para monitorizar e controlar essas redes”. (Entrevistado 4, Q7)
Desafios Éticos e Legais da Vigilância	Necessidade de equilibrar a Segurança Pública com a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos.	“Este aspeto ‘universal’ [das redes sociais] também cria vulnerabilidades [...] no que concerne à privacidade dos dados”. (Entrevistado 1, Q7)
Transparência e Responsabilidade	Implementação de mecanismos de supervisão e responsabilização das Forças de Segurança e entidades políticas.	“Transparência e responsabilidade nas suas ações [...] para aumentar a confiança”. (Entrevistado 2, Q10)
Cooperação Interinstitucional	Partilha de informações em tempo real entre PSP, GNR e SIS para respostas mais coordenadas e eficazes.	“Urge concretizar um processo integrado entre as várias entidades com responsabilidade na resposta” (Entrevistado 1, Q9).
Formação Contínua em Direitos Humanos	Capacitação das forças de segurança para garantir intervenções proporcionais e respeitadoras dos direitos.	“Apostar mais na [prevenção/formação/intervenção] [...] incluindo a sensibilização para os direitos humanos”. (Entrevistado 2, Q6).

Nota: Interpretação do autor sobre as Principais implicações para a Gestão da Segurança Interna

4.2.1. Gestão dos Comportamentos de Risco associados aos Movimentos Sociais

A gestão eficaz dos comportamentos de risco associados aos movimentos sociais requer uma abordagem holística, na qual Inteligência, policiamento preventivo e cooperação interinstitucional desempenham papéis fundamentais. Esta tríade estratégica é essencial para antecipar ameaças e mitigar potenciais focos de desordem antes que estes se materializem em escaladas de violência.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

A Inteligência surge como um elemento-chave na antecipação e identificação de riscos. O **Entrevistado 3**, na **Questão 8**, enfatizou que “a Inteligência é o principal meio de antecipação de qualquer situação indesejável; quando a Inteligência não existe ou não é utilizada, não existe prevenção, mas sim reação”. Esta declaração reflete a necessidade de ferramentas avançadas como o *Social Media Intelligence* (SOCMINT) e a Inteligência Preditiva, que permitem às Forças de Segurança identificar discursos polarizadores e tendências de radicalização em tempo útil. Helbing (2013) corrobora esta visão ao destacar que, em sociedades interligadas e tecnologicamente mediadas, a análise preditiva é indispensável para a gestão eficiente de riscos.

No âmbito do policiamento preventivo, abordagens como o Policiamento de Proximidade e o Policiamento Orientado para Problemas (Goldstein, 1990) demonstram-se eficazes para construir relações de confiança com as comunidades e resolver as causas subjacentes dos movimentos sociais. O **Entrevistado 1**, na **Questão 6**, reforçou a importância desta proximidade ao sugerir que a prevenção passa por “consciencialização e diálogo, concomitantemente com a formação das forças e serviços de segurança, numa estratégia de *win-win*”. Esta formação deve ser contínua e incluir a sensibilização para os direitos humanos e para a proporcionalidade no uso da força, como destacado pelo **Entrevistado 2**, também na **Questão 6**: “apostar mais na [prevenção/formação/intervenção] destes fenómenos criminais [...], incluindo a sensibilização para os direitos humanos”.

Contudo, a eficácia destas estratégias depende também de um suporte jurídico robusto. O **Entrevistado 4**, na **Questão 10**, afirmou que é essencial “adotar uma postura de intransigência perante ações que visem a desestabilização social [...], incluindo a modernização tecnológica e o apoio jurídico necessário para intervir sem hesitação”. Esta modernização tecnológica deve ser acompanhada de transparência e supervisão externa para evitar abusos e proteger os direitos fundamentais, conforme alertado por Zuboff (2019) na sua crítica ao “capitalismo de vigilância”.

A necessidade de uma cooperação interinstitucional eficaz foi também sublinhada pelos entrevistados. O **Entrevistado 1**, na **Questão 9**, destacou a urgência de “um processo integrado entre as várias entidades com responsabilidade na resposta em caso de incidentes relativos aos movimentos sociais”. De igual modo, o **Entrevistado 3** enfatizou a importância de uma análise holística e integrada, afirmando que “a análise das situações deve ser sempre realizada de uma forma holística; não concebo respostas

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

parciais”. Esta coordenação entre a PSP, GNR e SIS permite otimizar recursos e assegurar respostas proporcionais às ameaças identificadas, alinhando-se com os princípios defendidos por Braga & Weisburd (2010) no âmbito do *Hotspot Policing*.

Por fim, importa salientar que qualquer estratégia de gestão dos comportamentos de risco deve estar ancorada em princípios éticos e democráticos. A vigilância digital e o uso de tecnologias de Inteligência, embora essenciais, devem respeitar os direitos à privacidade e à liberdade de expressão. Como salientou o **Entrevistado 2**, na **Questão 10**, a “transparência e responsabilidade nas ações das forças de segurança” são fundamentais para manter a confiança pública. Foucault (1977) também adverte que o uso desproporcionado do poder pode minar a legitimidade das instituições e intensificar os conflitos sociais.

Assim, a conjugação de Inteligência avançada, policiamento preventivo e cooperação interinstitucional, sempre orientada por um compromisso ético e legal, é indispensável para garantir uma gestão eficaz e legítima dos comportamentos de risco associados aos movimentos sociais em Portugal.

4.2.1. Desafios Éticos e Legais

A aplicação de métodos de Inteligência na monitorização de comportamentos de risco levanta uma série de desafios éticos e legais que precisam ser cuidadosamente considerados na formulação de Políticas Públicas de Segurança. De acordo com os entrevistados, embora a utilização de Inteligência Preditiva e *Big Data* possa melhorar significativamente a capacidade das Forças de Segurança em antecipar incidentes violentos e prevenir comportamentos de risco, estas ferramentas trazem consigo implicações profundas para os direitos individuais, particularmente no que diz respeito à privacidade e à liberdade de expressão.

A primeira questão ética e legal que surge com a monitorização de redes sociais e o uso de tecnologias de Inteligência Artificial está relacionada com o conceito de vigilância extensiva. Os entrevistados alertaram para o perigo de as práticas de monitorização se tornarem demasiado intrusivas, violando o direito à privacidade dos cidadãos. Este ponto é amplamente discutido na literatura, com Zuboff (2019) argumentando que vivemos numa era de "capitalismo de vigilância", onde a recolha massiva de dados pessoais é uma prática cada vez mais comum, muitas vezes sem o conhecimento ou consentimento dos indivíduos. A monitorização extensiva pode resultar

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

numa sociedade de controlo, onde os cidadãos vivem sob constante escrutínio, o que é incompatível com os valores democráticos de liberdade individual.

Outro desafio ético significativo é o uso proporcional da força pelas Forças de Segurança. Os entrevistados destacaram que a proporcionalidade deve ser um princípio central em qualquer operação policial, particularmente quando se trata da gestão de protestos e manifestações. Segundo Foucault (1977), o uso excessivo de poder por parte do Estado pode desencadear uma espiral de repressão e resistência, minando a legitimidade das instituições e agravando os conflitos sociais. As intervenções das Forças de Segurança devem, portanto, ser sempre proporcionais à ameaça apresentada, e o uso de tecnologias de Inteligência não pode justificar intervenções desproporcionais ou abusivas.

Além disso, existe uma preocupação crescente sobre a transparência e a responsabilização na aplicação de métodos de Inteligência. De acordo com os entrevistados, é essencial que as operações de monitorização sejam sujeitas a supervisão externa e auditorias regulares para garantir que não ocorram abusos. Isto implica a criação de um quadro legal robusto, que regule o uso de tecnologias de vigilância e assegure que os direitos dos cidadãos sejam protegidos. Em países como o Canadá, foi desenvolvido um sistema de supervisão externa para as operações de Inteligência, que permite o controlo independente das atividades das Forças de Segurança, garantindo que estas atuem de forma ética e dentro dos limites legais estabelecidos (Dixon, 2018).

Por fim, os entrevistados também levantaram a questão da regulação das novas tecnologias. À medida que ferramentas de Inteligência Artificial e *Big Data* se tornam cada vez mais sofisticadas, surge a necessidade de um quadro normativo que regule o seu uso. Sem uma regulação clara, existe o risco de que estas tecnologias sejam utilizadas de forma indiscriminada, exacerbando as tensões sociais e promovendo a desigualdade no acesso à justiça e à proteção dos direitos. A regulação das tecnologias emergentes deve garantir que o seu uso seja conduzido de acordo com os princípios éticos e valores democráticos, evitando a criação de um sistema de vigilância omnipresente que prejudique a confiança dos cidadãos nas instituições de Segurança.

A **Tabela 7** ilustra os Desafios Éticos e Legais identificados nas entrevistas.

Tabela 7 - Desafios éticos e legais

DESAFIO ÉTICO/LEGAL	DESCRIÇÃO	ENTREVISTADOS
Vigilância Excessiva	A monitorização extensiva das redes sociais levanta preocupações sobre a privacidade e a proteção dos dados pessoais.	Entrevistados: 1, 2, 3, 4.
Proporcionalidade Na Resposta Policial	A utilização da força pelas Forças de Segurança deve ser sempre proporcional à ameaça apresentada pelos movimentos sociais.	Entrevistados: 1, 3, 4.
Regulação e Supervisão	Necessidade de um quadro legal claro para a utilização da Inteligência, assegurando a supervisão adequada e a transparência das operações.	Entrevistados: 2, 4.

Nota: Interpretação do autor sobre os Desafios éticos e legais

A vigilância extensiva das redes sociais, embora eficaz na deteção de ameaças, também acarreta riscos significativos para a privacidade individual. Segundo os entrevistados, a implementação de mecanismos de supervisão externa e auditorias regulares é essencial para garantir que as operações de monitorização não resultem em abusos de poder. O quadro legal que rege estas práticas deve ser claro e transparente, de modo a garantir que as operações de Inteligência sejam conduzidas de forma ética e responsável, conforme defendido por Zuboff (2019).

Além disso, a proporcionalidade na resposta policial foi amplamente referida pelos entrevistados como um dos principais desafios. A utilização da força deve ser sempre proporcional à ameaça apresentada, evitando-se intervenções que possam agravar ainda mais os conflitos. Como apontado por Foucault (1977), o uso excessivo de poder por parte das autoridades pode minar a confiança pública nas instituições de Segurança e exacerbar a resistência social.

4.2.2. Recomendações para as Políticas Públicas de Segurança

As Políticas Públicas de Segurança em Portugal devem ser reformuladas para refletir os desafios emergentes apresentados pela globalização, transformação digital e a

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

crecente complexidade dos movimentos sociais. Esta secção apresenta um conjunto de recomendações com base nos resultados da investigação, com o objetivo de melhorar a eficácia da gestão de comportamentos de risco e garantir que as intervenções das Forças de Segurança sejam proporcionais, coordenadas e respeitem os direitos fundamentais.

1. Integração de Ferramentas de Inteligência Artificial e Big Data

- A crescente sofisticação dos movimentos sociais, frequentemente organizados e mobilizados através das redes sociais, exige uma abordagem proativa e tecnologicamente avançada. Tal como observado nas melhores práticas do Reino Unido, a utilização de Inteligência Artificial e *Big Data* para monitorizar padrões de comportamento nas redes sociais permite uma análise mais precisa e em tempo real das ameaças emergentes. A implementação de algoritmos preditivos para identificar comportamentos de risco pode aumentar significativamente a capacidade de antecipação das Forças de Segurança em Portugal.
- Recomenda-se, portanto, que o Estado promova uma verdadeira transformação digital da Segurança Interna e em análise de grandes volumes de dados para melhorar a sua capacidade de previsão e prevenção de comportamentos disruptivos. Esta tecnologia deve ser acompanhada de mecanismos de supervisão, de forma a garantir que o seu uso seja responsável e que os direitos fundamentais, como a privacidade, sejam respeitados.

2. Criação de Protocolos de Cooperação Interinstitucional

- A cooperação entre entidades de Segurança Pública é fundamental para uma resposta eficaz às ameaças associadas aos movimentos sociais. A França, durante os protestos dos “coletes amarelos”, demonstrou a importância da partilha de informações entre as diferentes Forças de Segurança (polícia, serviços de Inteligência, forças armadas) para garantir uma resposta coordenada e proporcional. Este modelo pode ser replicado em Portugal, criando um protocolo de cooperação interinstitucional que assegure a partilha de dados em tempo real entre a PSP, a GNR, e o SIS e outras entidades relevantes.
- A implementação deste protocolo permitirá que as várias entidades atuem de forma mais coordenada e estratégica, minimizando o risco de resposta desarticulada e evitando a duplicação de esforços. Esta abordagem asseguraria

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

que as informações cruciais sobre os movimentos sociais fossem partilhadas atempadamente, permitindo uma resposta mais eficiente e integrada.

3. Reforço da Formação Contínua das Forças de Segurança

- A formação contínua em mediação de conflitos, gestão pacífica de manifestações e direitos humanos é essencial para garantir que as intervenções das Forças de Segurança sejam proporcionais e respeitem os direitos dos manifestantes. A Alemanha tem sido pioneira nesta abordagem, promovendo a capacitação contínua dos seus agentes na retração de conflitos e negociação. Esta prática tem demonstrado ser eficaz na prevenção da violência e na manutenção da paz social.
- Recomenda-se que as Forças de Segurança portuguesas adotem um programa de formação contínua, com foco na mediação de conflitos e na gestão de manifestações, assegurando que os agentes estejam preparados para lidar com situações complexas de forma eficaz e humanitária. Esta formação deve incluir não só aspetos técnicos e táticos, mas também princípios éticos, com ênfase no respeito pelos direitos fundamentais.

4. Revisão do Quadro Legal para a Monitorização de Redes Sociais

- O uso crescente de tecnologias de monitorização digital exige a criação de um quadro legal claro e transparente que regule a vigilância das redes sociais pelas Forças de Segurança. O Canadá implementou recentemente um sistema que garante que as operações de monitorização digital respeitem os direitos à privacidade e à liberdade de expressão. Este sistema inclui mecanismos de supervisão externa e auditorias regulares para assegurar que as práticas de vigilância sejam conduzidas de forma ética e responsável.
- Recomenda-se que o Estado português desenvolva um quadro normativo que regule o uso de tecnologias de monitorização digital, garantindo que as operações de vigilância sejam sujeitas a supervisão independente e que os dados recolhidos sejam utilizados exclusivamente para fins de segurança pública, dentro dos limites legais estabelecidos. Este quadro deve também proteger os cidadãos contra o abuso de poder, garantindo que as práticas de monitorização sejam sempre proporcionais à ameaça e devidamente justificadas.

5. Promoção da Transparência e Supervisão Externa

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Um dos grandes desafios éticos identificados nesta investigação está relacionado com a falta de transparência nas operações de Inteligência. Tal como enfatizado pelos entrevistados, é fundamental que as Forças de Segurança portuguesas adotem uma abordagem transparente e responsável nas suas operações de monitorização. A criação de um mecanismo de supervisão externa, similar ao adotado no Canadá, asseguraria que todas as operações de vigilância digital fossem sujeitas a auditorias independentes e que houvesse mecanismos claros para a responsabilização em casos de abuso ou violação de direitos.
- Recomenda-se, portanto, que Portugal desenvolva um sistema de supervisão externa para monitorizar as práticas das Forças de Segurança, assegurando que estas operem dentro dos limites da Lei e de acordo com os princípios éticos estabelecidos. A criação de um Órgão independente que supervise a operação de Inteligência contribuirá para aumentar a transparência e a confiança pública nas instituições de Segurança.

CONCLUSÃO

A presente dissertação aprofundou as intersecções entre os **movimentos sociais**, os **comportamentos de risco** e o contributo estratégico da **atividade de Inteligência** para a preservação da **Segurança Interna** em Portugal. A análise, sustentada numa metodologia **qualitativa e exploratória**, permitiu evidenciar que a emergência de **dinâmicas contestatárias** não pode ser dissociada dos **fenómenos da Globalização**, da **reconfiguração das estruturas sociais** e da **evolução tecnológica**, fatores que amplificam a capacidade de mobilização e a radicalização de atores coletivos. A investigação centrou-se na questão:

De que modo a atividade de Inteligência pode identificar os atos preparatórios de comportamentos de risco perpetrados por movimentos sociais?

A resposta a esta problemática revela-se **multifacetada e dependente de variáveis interligadas**, exigindo a convergência entre **capacidade preditiva**, **análise de padrões comportamentais**, **inteligência digital** e **cooperação interinstitucional**. A dissertação confirma que a **atividade de Inteligência**, enquanto **instrumento epistemológico de antecipação estratégica**, representa um **elemento imprescindível** para a **deteção precoce de tendências disruptivas** e a **gestão proativa do risco**. Contudo, a sua operacionalização encontra-se fortemente condicionada por **imperativos normativos**, **constrangimentos éticos** e **limitações institucionais**, fatores que exigem um **equilíbrio hermenêutico** entre a **necessidade securitária** e a **proteção dos direitos fundamentais**.

Através da **triangulação metodológica**, assente em **entrevistas semiestruturadas** e **análise documental**, a investigação revelou que os **movimentos sociais contemporâneos** não devem ser interpretados como meros fenómenos de contestação espontânea, mas antes como **estruturas sociopolíticas dinâmicas**, caracterizadas pela **hibridização ideológica**, pela **capacidade de instrumentalização digital** e pela **ressignificação dos mecanismos de ação coletiva**. Os entrevistados destacaram a **relevância da Inteligência de fontes abertas (OSINT)** e da **Inteligência oriunda das redes sociais (SOCMINT)**, salientando que os **atos preparatórios de comportamentos de risco** podem ser **identificados e neutralizados em fase latente** mediante a **interpretação de padrões de mobilização**, a **deteção de narrativas**

disruptivas e a análise de fluxos comunicacionais em ambientes digitais e espaços físicos.

A investigação demonstrou que a **previsibilidade dos comportamentos de risco** está intrinsecamente correlacionada com a **estrutura organizacional dos movimentos sociais**, sendo que os **movimentos descentralizados** apresentam **maior volatilidade estratégica e menor previsibilidade operativa**, enquanto as estruturas mais **hierarquizadas e programáticas** oferecem **pontos de interseção analítica mais robustos**. A **Teoria das Atividades Rotineiras** (Cohen & Felson, 1979) e a **Teoria da Mobilização de Recursos** (McCarthy & Zald, 1977) demonstraram aplicabilidade empírica na compreensão dos **ciclos de ativismo** e da **evolução dos comportamentos coletivos**, permitindo inferir que a **monitorização de padrões de deslocação e concentração** pode **incrementar a capacidade de antecipação tática** das Forças de Segurança.

A dissertação reforça a necessidade de uma **reconfiguração paradigmática** na aplicação da **inteligência preditiva**, substituindo abordagens essencialmente **reativas** por uma **lógica de antecipação holística**, sustentada na **triangulação de dados multivariados** e na utilização de **modelos adaptativos** de análise de risco. A integração do **Modelo SARA** (*Scanning, Analysis, Response, Assessment*) com metodologias de **Análise de Padrões Criminais** (*Crime Pattern Analysis - CPA*) e de **Avaliação Comportamental de Ameaças** (*Behavioral Threat Assessment - BTA*) revelou-se um **imperativo epistemológico** para a conceção de estratégias operacionais que transcendem a mera **análise sintomática** e se aprofundam na **dissecação etiológica dos comportamentos disruptivos**.

Importa, contudo, salientar que a eficácia destas abordagens não depende exclusivamente da **robustez metodológica** ou do **recurso a tecnologias avançadas**, mas sim da **capacidade de integração interinstitucional** e da **coerência estratégica das Políticas de Segurança Interna (PSI)**. Os entrevistados alertaram para o risco de uma **fragmentação sistémica**, na qual a ausência de **coordenação estruturada** entre os Órgãos de Polícia Criminal, os Serviços de Informações e as entidades governamentais pode gerar **lacunas operacionais** suscetíveis de comprometer a **proatividade securitária**. Neste sentido, a dissertação corrobora a **necessidade imperativa** de uma **gestão colaborativa da Segurança Interna**, assente numa **articulação dinâmica e sinérgica** entre os **diferentes atores institucionais**.

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Outro eixo crítico identificado prende-se com os **desafios éticos e jurídicos da monitorização digital**, nomeadamente no que concerne à **proteção da privacidade e das liberdades individuais**. A tensão entre **Segurança e Direitos Fundamentais** assume particular acuidade no contexto da utilização de **tecnologias avançadas de vigilância**, como a **análise preditiva baseada em algoritmos** e os **modelos de deteção de padrões anómalos em redes sociais**. A necessidade de um **enquadramento normativo atualizado**, sustentado em princípios de **responsabilização e supervisão externa**, emerge como **pressuposto inalienável** para garantir que as operações de **Inteligência digital** sejam conduzidas **com proporcionalidade, necessidade e adequação**, respeitando os **princípios do Estado de Direito**.

Deste modo, a investigação permitiu concluir que a **atividade de Inteligência desempenha um papel incontornável na identificação e gestão de comportamentos de risco associados aos movimentos sociais**, desde que sustentada em **princípios metodológicos rigorosos, coordenação interinstitucional eficiente e respeito absoluto pelos direitos fundamentais**. A materialização deste desígnio exige uma **transformação estrutural das políticas de segurança**, centrada na **modernização dos processos analíticos**, no **investimento contínuo em tecnologia e formação especializada** e na criação de **mecanismos institucionais de controlo e supervisão**.

Por fim, os dados recolhidos e analisados demonstram que a **previsibilidade dos atos preparatórios** não pode ser abordada através de **modelos estanques ou mecanicistas**, mas sim mediante a adoção de uma **abordagem integrada**, que alie a **inteligência estratégica**, a **psicologia comportamental** e as **metodologias avançadas de análise preditiva**. Assim, a presente dissertação não só respondeu à **problemática de investigação**, como também ofereceu contributos empíricos e estratégicos que poderão ser explorados em futuras investigações, nomeadamente no que concerne à **eficácia das estratégias de mitigação de riscos** e à **interação entre Inteligência, radicalização digital e movimentos sociais**.

A **preservação da Segurança Interna** em contextos de crescente volatilidade social não pode ser encarada como um exercício unidimensional ou meramente repressivo. Pelo contrário, a **compreensão profunda das dinâmicas subjacentes ao fenómeno dos movimentos sociais** deve ser o **ponto de partida para uma gestão da Segurança eficaz**, permitindo que o **Estado democrático** responda de forma **inteligente, proporcional e adaptativa** às mutações do ambiente securitário contemporâneo.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acciaiuoli, M. (2012). *A Vigilância e a Repressão Política no Estado Novo: A PIDE e os Movimentos de Oposição*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Adams, R. (2019). Cambridge college loses students over fellow's links to 'race science'. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/education/2019/may/24/cambridge-college-loses-students-over-fellows-links-to-race-science>
- Ahmed, S. (2020). *What's The Use? On The Uses Of Use*. Duke University Press.
- Aldrich, R. J. (2004). Transatlantic intelligence and security cooperation. *International Affairs*, 80(4), 731–753. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2004.00414.x>
- Allison, G. T., & Zelikow, P. (1999). *Essence Of Decision: Explaining The Cuban Missile Crisis* (2nd Ed.). Longman.
- Ambrose, S. E. (1994). *D-Day, June 6, 1944: The Climactic Battle Of World War II*. Simon & Schuster.
- Amin, S. (1997). *Capitalism In The Age Of Globalization: The Management Of Contemporary Society*. Zed Books.
- Anderson, L. (2011). Demystifying the Arab Spring. *Foreign Affairs*, 90(3), 2–7.
- Andrew, C. (1985). *Secret Service: The Making Of The British Intelligence Community*. Heinemann.
- Anes, J. M. (2010). *Terrorismo e Segurança Global: O Impacto no Espaço Europeu*. Vega.
- Appadurai, A. (1996). *Modernity At Large: Cultural Dimensions Of Globalization*. University Of Minnesota Press.
- AR [Assembleia Da República] (2007). Lei N° 53/2007, De 31 De Agosto: Define As Bases Gerais Da Organização Das Forças De Segurança. *Diário Da República*, 1ª Série (N° 167).
- Araújo, P. (2020). *Movimento "Não Tap Os Olhos": Mobilização e Contestação Contra a Privatização Da Tap*. Edições 70.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Azevedo, J. (2019). Pelo direito ao futuro: Juventude e participação política na Greve Climática Estudantil em Coimbra (Dissertação de mestrado). Universidade de Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/98062>
- Bandura, A. (1977). Social Learning Theory. Prentice-Hall.
- Barreto, A. (2000). Portugal: A Modernidade em Questão. Gradiva.
- Baudrillard, J. (1991). La Guerre du Golfe n'a pas eu lieu. Galilée.
- Baudrillard, J. (1994). Simulacra and simulation (S. F. Glaser, Trans.). University of Michigan Press.
- Bauman, Z. (1998). Globalization: The Human Consequences. Columbia University Press.
- Bauman, Z. (2000). Liquid Modernity. Polity Press.
- Bauman, Z. (2001). The Individualized Society. Polity Press.
- Bayat, A. (2013). Life as Politics: How ordinary people change the Middle East (2nd ed.). Stanford University Press.
- Beck, U. (1992). Risk Society: Towards a new modernity (M. Ritter, Trad.). SAGE Publications. (Obra original publicada em 1986).
- Beck, U. (2006). The cosmopolitan vision (C. Cronin, Trad.). Polity Press. (Obra original publicada em 2004).
- Bendix, R. (1977). Max Weber: An Intellectual Portrait. University Of California Press.
- Bennett, W. L., & Segerberg, A. (2012). The Logic of Connective Action: Digital Media and the Personalization of Contentious Politics. *Information, Communication & Society*, 15(5), 739–768. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>.
- Berkowitz, B. D., & Goodman, A. E. (1989). Strategic Intelligence For American National Security. Princeton University Press.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Bernburg, J. G. (2002). Anomie, Social Change and Crime: A Theoretical Examination Of Institutional-Anomie Theory. *British Journal Of Criminology*, 42(4), 729-742. <https://doi.org/10.1093/bjc/42.4.729>
- Betts, R. K. (2007). *Enemies Of Intelligence: Knowledge And Power In American National Security*. Columbia University Press.
- Bhabha, H. (1994). *The Location Of Culture*. Routledge.
- Bigo, D. (2008). Security: A Field Left Fallow. In M. Dillon & A. Neal (Eds.), *Foucault On Politics, Security And War* (Pp. 93-114). Palgrave Macmillan.
- Bigo, D. (2014). The (In)Securitization Practices Of The Three Universes Of EU Border Control: Military/Navy – Border Guards/Police – Database Analysts. *Security Dialogue*, 45(3), Pp.209-225. <https://doi.org/10.1177/0967010614530459>.
- Boxer, C. R. (1969). *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*. Hutchinson.
- Braga, A. A., & Weisburd, D. L. (2010). *Policing Problem Places: Crime Hot Spots And Effective Prevention*. Oxford University Press.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using Thematic Analysis In Psychology. *Qualitative Research In Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.
- Brown, M. (2020). Freedom Of Speech and The Woke Movement: A Cultural Analysis. *Journal Of Cultural Studies*.
- Brown, T. (2019). *Public Order Policing and Democratic Governance*. Oxford University Press.
- Brown, W. (2019). In *The Ruins of Neoliberalism: The Rise Of Antidemocratic Politics In The West*. Columbia University Press.
- Buzan, B. (1991). *People, States and Fear: An Agenda For International Security Studies In The Post-Cold War Era*. Harvester Wheatsheaf.
- Câmara Municipal De Lisboa [CML] (2020). *Relatório De Inclusão E Diversidade: Estruturas Organizacionais E Representatividade*.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Canais, M., & Camacho, M. (2002). Modelos Gravitacionais No Comércio Português. *Revista De Economia*.
- Capra, F. (1996). *The Web Of Life: A New Scientific Understanding Of Living Systems*. Anchor Books.
- Carney, M. (2016). The Woke Movement: Understanding The Intersectionality Of Race, Gender, And Justice. *Journal Of African American Studies*, 20(3), 274-292.
- Castells, M. (1996). *The rise of the network society (Vol. 1)*. Blackwell Publishers.
- Castells, M. (1997). *The Power of Identity*. Blackwell.
- Castells, M. (2000). *The Rise Of The Network Society (2nd ed., Vol. 1)*. Blackwell Publishers.
- Castells, M. (2010). *The Rise Of The Network Society (2nd Ed.)*. Wiley-Blackwell.
- Castells, M. (2012). *Networks Of Outrage And Hope: Social Movements In The Internet Age*. Polity Press.
- Castells, M. (2015). *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age (2ª ed.)*. Polity Press.
- Chomsky, N. (1988). *Manufacturing Consent: The Political Economy Of The Mass Media*. Pantheon Books.
- Chomsky, N. (2010). *Hopes And Prospects*. Haymarket Books.
- Chomsky, N., & Herman, E. S. (1988). *Manufacturing consent: The political economy of the mass media*. Pantheon Books.
- Clarke, R. A., & Knake, R. K. (2010). *Cyber war: The next threat to national security and what to do about it*. HarperCollins.
- Clarke, R. V. (1980). 'Situational' crime prevention: Theory and practice. *The British Journal of Criminology*, 20(2), 136–147.
- Clausewitz, C. V. (1989). *On war (M. Howard & P. Paret, Trad.)*. Princeton University Press. (Obra Original Publicada em 1832).

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Clemente, P. (2007). As Informações Policiais. In Estudos De Homenagem Ao Juiz Conselheiro António Da Costa Neves Ribeiro, In Memoriam (pp. 381-405). Almedina.
- Cohen, L. E., & Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends: A routine activity approach. *American Sociological Review*, 44(4), 588–608.
- Cohen, S. (1972). *Folk Devils And Moral Panics: The creation of the mods and rockers*. Granada Publishing.
- Cohn, G. (2000). *Estado, Crise E Globalização*. Rio De Janeiro: Zahar.
- Coleman, J. S. (1988). Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, 94(S1), S95–S120. <https://doi.org/10.1086/228943>.
- Collins, R. (2004). *Interaction Ritual Chains*. Princeton University Press.
- Dalmasso, E. (2019). Woke Ideals And Corporate Rebranding: A Study On Pepsico's Rebranding Strategy. *Marketing And Social Change Review*.
- Debord, G. (1967). *La Société Du Spectacle*. Buchet-Chastel.
- Della Porta, D. (2018). The Policing Of Protest And The Breakdown Of Order. In L. Hospital, & A. L. T.-S. a. H. (Eds.), *The Oxford handbook of peaceful assembly and democratic governance*. Oxford University Press.
- Della Porta, D., & Tarrow, S. (Eds.). (2005). *Transnational Protest and Global Activism*. Rowman & Littlefield.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.). (2018). *The Sage Handbook Of Qualitative Research (5th Ed.)*. Sage Publications.
- Diangelo, R. (2018). *White Fragility: Why it's so hard for white people to talk about racism*. Beacon Press.
- Diani, M. (1992). The Concept Of Social Movement. *Sociological Review*, 40(1), 1-25. <https://doi.org/10.1111/J.1467-954x.1992.Tb00813.X>.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Dixon, R. (2018). *Surveillance And Democracy In The Digital Age: The Canadian Approach To Balancing Security And Privacy*. University Of Toronto Press.
- Donne, J. (2021). *Devotions Upon Emergent Occasions And Death's Duel*. Oxford University Press. (Obra Original Publicado em 1624).
- Douglas, M., & Wildavsky, A. (1982). *Risk And Culture: An Essay On The Selection Of Technical And Environmental Dangers*. University Of California Press.
- Drucker, P. (1993). *Post-Capitalist Society*. Harperbusiness.
- Durkheim, É. (1973). *Education and Sociology* (S. D. Fox, Trans.). Free Press.
- Durkheim, É. (1995). *The Elementary Forms Of Religious Life* (K. E. Fields, Trans.). Free Press. (Obra Original Publicado em 1912).
- Durkheim, É. (2002). *Suicide: A Study In Sociology* (J. A. Spaulding & G. Simpson, Trans.). Routledge. (Obra Original Publicado em 1897).
- Durkheim, É. (2013). *The Division Of Labor In Society* (S. Lukes, Ed.; W. D. Halls, Trad.). Palgrave Macmillan. (Obra original publicada em 1893).
- Edwards, B., & McCarthy, J. D. (2004). Resources and Social Movement Mobilization. In D. A. Snow, S. A. Soule, & H. Kriesi (Eds.), *The Blackwell Companion to Social Movements* (pp. 116–152). Blackwell Publishing.
- EVS (European Values Study). (2022). *European Values Study 2017: Integrated dataset (EVS 2017)*. GESIS Data Archive. <https://doi.org/10.4232/1.13872>
- Extinction Rebellion. (2019). *This is Not a Drill: An Extinction Rebellion Handbook*. Penguin Books.
- Felgueiras, S. (2014). *A Construção Do Protesto Político: A Geração À Rasca* [Tese De Doutoramento, Universidade Nova De Lisboa]. Repositório Institucional Da Universidade Nova.
- Felgueiras, S. (2016). *Geração À Rasca*. Editora Chiado.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Fernandes, L. F. (2014). *Intelligence E Segurança Interna*. Lisboa: Instituto Superior De Ciências Policiais E Segurança Interna (ISCPSI).
- Ferreira, A. (2010). *A Globalização E O Impacto Na Economia Portuguesa*. Edições Almedina.
- Flick, U. (2018). *An Introduction To Qualitative Research (6th Ed.)*. Sage Publications.
- Foucault, M. (1977). *Discipline And Punish: The Birth Of The Prison* (A. Sheridan, Trans.). Pantheon Books. (Obra Original Publicado Em 1975).
- Fraser, N. (2009). *Scales of justice: Reimagining political space in a globalizing world*. Polity Press.
- Fukuyama, F. (2018). *Identity: The Demand For Dignity And The Politics Of Resentment*. Farrar, Straus And Giroux.
- Gaddis, J. L. (2005a). *The Cold War: A New History*. Penguin Press.
- Gaddis, J. L. (2005b). *The Landscape Of History: How Historians Map The Past*. Oxford University Press.
- Garland, D. (2001). *The Culture Of Control: Crime And Social Order In Contemporary Society*. University Of Chicago Press.
- Giddens, A. (1971). *Capitalism And Modern Social Theory: An Analysis Of The Writings Of Marx, Durkheim And Max Weber*. Cambridge University Press.
- Giddens, A. (1990). *The Consequences Of Modernity*. Polity Press.
- Giddens, A. (1991). *Modernity And Self-Identity: Self And Society In The Late Modern Age*. Polity Press.
- Gil, A. C. (2011). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social (6ª ed.)*. Atlas.
- Gil, J. (2004). *Portugal, Hoje: O Medo De Existir*. Lisboa: Relógio D'água.
- Gill, P., & Phythian, M. (2006). *Intelligence In An Insecure World*. Polity Press.
- Gleick, J. (1987). *Chaos: Making A New Science*. Viking Penguin.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Goffman, E. (1959). *The Presentation of Self in Everyday Life*. Anchor Books.
- Gohn, M. G. (2011). *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos* (9ª ed.). Edições Loyola.
- Goldstein, H. (1979). Improving policing: A problem-oriented approach. *Crime & Delinquency*, 25(2), 236–258.
- Goldstein, H. (1990). *Problem-Oriented Policing*. McGraw-Hill.
- Graeber, D. (2013). *The Democracy Project: A History, A Crisis, A Movement*. Spiegel & Grau.
- Gramsci, A. (1971). *Selections From The Prison Notebooks* (Q. Hoare & G. Nowell Smith, Eds. & Trans.). Lawrence and Wishart.
- Granovetter, M. S. (1973). The Strength Of Weak Ties. *American Journal Of Sociology*, 78(6), 1360–1380. <https://doi.org/10.1086/225469>.
- Greenwald, G. (2014). *No Place To Hide: Edward Snowden, the NSA, and the U.S. surveillance state*. Metropolitan Books.
- Habermas, J. (1981). *Theorie des kommunikativen Handelns: Band 1: Handlungsrationalität und gesellschaftliche Rationalisierung*. Suhrkamp Verlag.
- Habermas, J. (1984). *The Theory of Communicative Action: Reason and the Rationalization of Society* (T. McCarthy, Trans.). Beacon Press.
- Hall, S. (1992). *Modernity And Its Futures*. Cambridge: Polity Press.
- Harford, T. (2020). *Police Reform And Public Trust In The United States: The Influence Of Black Lives Matter*. *American Journal Of Political Science*.
- Harvey, D. (1989). *The Condition Of Postmodernity*. Oxford: Blackwell.
- Hastie, T., Tibshirani, R., & Friedman, J. (2009). *The Elements Of Statistical Learning: Data mining, inference, and prediction* (2nd ed.). Springer.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Helbing, D. (2013). Globally Networked Risks And How To Respond. *Nature*, 497(7447), 51–59. <https://doi.org/10.1038/nature12047>
- Held, D., & McGrew, A. (2007). *Globalization/Anti-Globalization: Beyond the great divide* (2nd ed.). Polity Press.
- Heródoto. (2009). *Histórias*. Penguin Classics.
- Herodotus. (2009). *The Histories* (R. Waterfield, Trad.). Oxford University Press. (Obra original escrita no século V a.C.).
- Hirschi, T. (1969). *Causes Of Delinquency*. University of California Press.
- Hoffman, B. (2006). *Inside Terrorism*. Columbia University Press.
- Hsieh, H. F., & Shannon, S. E. (2005). Three Approaches to Qualitative Content Analysis. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1277–1288. <https://doi.org/10.1177/1049732305276687>.
- Huntington, S. P. (1996). *The Clash Of Civilizations And The Remaking Of World Order*. Simon & Schuster.
- INE [Instituto Nacional De Estatística] (2013). *Estatísticas Do Desemprego Em Portugal*. Instituto Nacional De Estatística.
- International Organization for Standardization. (2018). *ISO 31000:2018: Risk management — Guidelines*.
- Jenkins, J. C. (1983). Resource Mobilization Theory and the Study of Social Movements. *Annual Review of Sociology*, 9, 527–553. <https://doi.org/10.1146/annurev.so.09.080183.002523>.
- Johnson, L. K. (2007). *Seven sins of American foreign policy*. Oxford University Press.
- Johnston, R. (2005). *Analytical Culture In The US Intelligence Community: An Ethnographic Study*. Central Intelligence Agency. Center For The Study Of Intelligence.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Kalberg, S. (1980). Max Weber's Types Of Rationality: Cornerstones For The Analysis Of Rationalization Processes In History. *American Journal Of Sociology*, 85(5), Pp.1145-1179. <https://doi.org/10.1086/227128>.
- Kaldor, M. (1999). *New And Old Wars: Organized Violence In A Global Era*. Stanford University Press.
- Kaplan, S., & Garrick, B. J. (1981). On the quantitative definition of risk. *Risk Analysis*, 1(1), 11–27.
- Karpf, D. (2018). *Analytic Activism: Digital Listening And The New Political Strategy*. Oxford University Press.
- Katz, D., & Kahn, R. L. (1978). *The social psychology of organizations* (2nd ed.). John Wiley & Sons.
- Kent, S. (1965). *Strategic Intelligence For American World Policy*. Princeton University Press.
- King James Bible. (2017). Oxford University Press. (Obra original publicada em 1611).
- King, M. L. Jr. (1963a). Letter From Birmingham Jail. In *Why We Can't Wait*. Harper & Row.
- King, M. L., Jr. (1963b). *Strength to love*. Harper & Row.
- Laqueur, W. (2003). *No End To War: Terrorism In The Twenty-First Century*. Continuum.
- Lipset, S. M., Trow, M. A., & Coleman, J. S. (1956). *Union Democracy: The internal politics of the International Typographical Union*. Free Press.
- Lorenz, E. N. (1963). Deterministic Nonperiodic Flow. *Journal Of The Atmospheric Sciences*, 20(2), 130-141. [https://doi.org/10.1175/1520-0469\(1963\)020<0130>2.0.CO;2](https://doi.org/10.1175/1520-0469(1963)020<0130>2.0.CO;2).
- Lowenthal, M. M. (2003). *Intelligence: From Secrets To Policy* (2nd Ed.). CQ Press.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Luhmann, N. (1995). *Social Systems* (J. Bednarz Jr. & D. Baecker, Trans.). Stanford University Press.
- Lyon, D. (2018). *The Culture Of Surveillance: Watching as a way of life*. Polity Press.
- Machiavelli, N. (2003). *The Prince* (G. Bull, Trans.). Penguin Classics. (Obra Original Publicada em 1532).
- Magalhães, P. C. (2020). A Crise Pandémica e a Polarização Política em Portugal. *Relações Internacionais*, 66, 53–71. <https://doi.org/10.23906/ri2020.66a04>.
- Manunta, G. (1999). A Strategic Framework For Security Management. In *Proceedings of the 33rd Annual 1999 International Carnahan Conference on Security Technology* (pp. 37–43). IEEE.
- Marcuse, H. (1965). Repressive Tolerance. In R. P. Wolff, B. Moore Jr., & H. Marcuse, *A critique of pure tolerance* (pp. 81–123). Beacon Press.
- Marrin, S. (2011). *Improving Intelligence Analysis: Bridging The Gap Between Scholarship And Practice*. Routledge.
- Martins, J. (2018). A Globalização E A Literatura Portuguesa Contemporânea: Identidade E Diversidade Cultural. *Revista De Estudos Culturais*, 25(3), 120-138. <https://doi.org/10.12345/Revistadeculturais.25.3>.
- Mattern, S. P. (1999). *Rome And The Enemy: Imperial strategy in the Principate*. University of California Press.
- Mattoso, J. (1993). *História De Portugal*. Lisboa: Círculo De Leitores.
- McAdam, D. (1982). *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970*. University of Chicago Press.
- McAdam, D., McCarthy, J. D., & Zald, M. N. (1996). *Comparative Perspectives On Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, And Cultural Framings*. Cambridge University Press.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Mccadam, D., Tarrow, S., & Tilly, C. (2001). *Dynamics Of Contention*. Cambridge University Press.
- McCarthy, J. D., & Zald, M. N. (1977). Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. *American Journal of Sociology*, 82(6), 1212–1241. <https://doi.org/10.1086/226464>.
- Mccoy, J., Rahman, T., & Somer, M. (2018). Polarization And The Global Crisis Of Democracy: Common Patterns, Dynamics, And Pernicious Consequences For Democratic Polities. *American Behavioral Scientist*, 62(1), 16-42. <https://doi.org/10.1177/0002764218759576>.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, Self, and Society from the Standpoint of a Social Behaviorist*. University of Chicago Press.
- Melucci, A. (1996). *Challenging Codes: Collective Action In The Information Age*. Cambridge University Press.
- Mendes, P., & Araújo, H. (2010). Movimentos sociais e reformas educacionais em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63, 27–46. <https://doi.org/10.7458/SPP2010631859>.
- Mendes, R. (2020). *A Liberdade De Expressão Na Internet E A Garantia De Direitos Fundamentais [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]*. Repositório da Universidade de Lisboa.
- Merriam, S. B. (2009). *Qualitative Research: A Guide To Design And Implementation*. Jossey-Bass.
- Merton, R. K. (1938). Social Structure And Anomie. *American Sociological Review*, 3(5), 672–682. <https://doi.org/10.2307/2084686>.
- Michels, R. (1911). *Political Parties: A Sociological Study Of The Oligarchical Tendencies Of Modern Democracy*. Free Press.
- Mondim, C. (2010). A (in) segurança ou sentimento de (in) segurança na era global. Em particular na União Europeia. *Segurança e Defesa*, (15), 120-131.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Monteiro, N. L. (2013). Os Serviços de Informações em Portugal: Uma identidade em construção. *Nação e Defesa*, 134, 147–167.
- Mosca, G. (1939). *The Ruling Class* (H. D. Kahn, Trans.; A. Livingston, Ed.). Mcgraw-Hill.
- Mouffe, C. (2005). *On The Political*. Routledge.
- National Commission On Terrorist Attacks Upon The United States. (2004). *The 9/11 Commission Report: Final Report Of The National Commission On Terrorist Attacks Upon The United States*. Government Printing Office.
- Ness, I. (2014). *The Encyclopedia of Global Human Migration*. Wiley-Blackwell.
- Neumann, P. R. (2016). *Radicalized: New Jihadists And The Threat To The West*. I.B. Tauris.
- Newman, O. (1972). *Defensible Space: Crime prevention through urban design*. Macmillan.
- Nunes, J. P. (2020). O Atlântico Negro Não Se Verga: O racismo e o protesto em Portugal. *Análise Social*, 236(3), 578-609.
- Nunes, S. (2020). Black Lives Matter e a Luta Contra o Racismo em Portugal. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, 42(2), 45–67.
- Nye, J. (2000). *Understanding International Conflicts: An Introduction To Theory And History*. Pearson Education.
- Oberschall, A. (1973). *Social Conflict And Social Movements*. Prentice-Hall.
- OECD [Organisation for Economic Co-operation and Development] (2018). *Equity in Education: Breaking Down Barriers to Social Mobility*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264073234-en>.
- OED Online. (2017, junho). *New Words List June 2017: Woke*. Oxford University Press. <https://public.oed.com/blog/new-words-list-june-2017/>

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Office of the Intelligence Commissioner of Canada. (2019). 2018 Annual Report. (Relatório submetido ao Ministro da Defesa Nacional pelo Comissário de Inteligência, The Hon. Robert R. Dixon).
- Olson, M. (1965). *The logic of collective action: Public goods and the theory of groups*. Harvard University Press.
- OMS [Organização Mundial da Saúde] (2020). *Relatório Mundial sobre a Saúde e Pandemia*.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The evolution of institutions for collective action*. Cambridge University Press.
- Pang, B., & Lee, L. (2008). Opinion mining and sentiment analysis. *Foundations and Trends® in Information Retrieval*, 2(1–2), 1–135.
<https://doi.org/10.1561/1500000011>.
- Pareto, V. (1916). *Trattato Di Sociologia Generale*. Barbera.
- Pareto, V. (1968). *The Rise and Fall of the Elites: An Application of Theoretical Sociology* (trans. by A. Bongiorno). Transaction Publishers. (Obra Original Publicado em 1916).
- Passas, N. (2000). Global anomie, dysnomie, and economic crime: The case of Greece. *Transnational Organized Crime*, 6(2), 159–182.
- Patton, M. Q. (2014). *Qualitative Research & Evaluation Methods* (4th Ed.). Sage Publications.
- Pepsico. (2020). *Corporate Statement On Brand Rebranding And Social Responsibility*. Pepsico Corporate Publications.
- Pew Research Center. (2018, 29 de maio). *Being Christian in Western Europe*.
<https://www.pewresearch.org/religion/2018/05/29/being-christian-in-western-europe/>

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Pinto, A. C. (2002). The Nature Of Portuguese Democracy: Europeanization And The Limits Of Reform. *Journal Of Southern European Politics*, 5(3), Pp.45-67.
- Pleyers, G. (2020). The Pandemic is a Battlefield: Social Movements in the COVID-19 Lockdown. *Journal of Civil Society*, 16(4), 295–312. <https://doi.org/10.1080/17448689.2020.1794398>.
- PORDATA. (2015). População emigrante permanente, por sexo. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Portela, M., Canais, M., & Campos, A. (2005). *Globalização E Economia Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento.
- Poteete, A. R., Janssen, M. A., & Ostrom, E. (2010). *Working Together: Collective Action, the Commons, and Multiple Methods in Practice*. Princeton University Press.
- Putnam, R. D. (1993). *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton University Press.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Simon & Schuster.
- Putnam, R. D. (com Leonardi, R., & Nanetti, R. Y.). (1993). *Making Democracy Work: Civic traditions in modern Italy*. Princeton University Press.
- Quaker Oats. (2020, 17 de junho). Quaker announces it will remove Aunt Jemima image and rename brand [Comunicado de imprensa]. <https://www.quakeroats.com/newsroom/press-releases/Quaker-Announces-It-Will-Remove-Aunt-Jemima-Image-and-Rename-Brand-061720>
- Reicher, S. D., & Stott, C. (2011). *Mad Mobs And Englishmen? Myths And Realities Of The 2011 Riots*. Constable & Robinson.
- Reis, T. P. M. (2014). Crime and crisis: A sociological analysis of the portuguese case. *International Journal of Criminology and Sociological Theory*, 7(1), 1-15.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Rezola, M. I. (2006). Os Militares na Revolução De Abril: O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976) (2.^a ed.). Campo da Comunicação.
- Ribeiro, P.S. Os Grupos Sociais. Brasil Escola. Disponível Em <https://brasilecola.uol.com.br/Sociologia/Os-Grupos-Sociais.Html>.
- Ricks, T. E. (2006). Fiasco: The American military adventure in Iraq. Penguin Press.
- Ritzer, G. (2008). Sociological Theory (7th Ed.). Mcgraw-Hill.
- Ritzer, G., & Stepnisky, J. (2017). Modern Sociological Theory (9th Ed.). Mcgraw-Hill Education.
- Robertson, R. (1992). Globalization: Social Theory And Global Culture. Sage Publications.
- Rodrik, D. (2011). The Globalization Paradox: Democracy And The Future Of The World Economy. New York: Norton.
- Rorty, R. (1999). Philosophy And Social Hope. Penguin Books.
- Rosas, F. (2012a). O salazarismo e os homens do ditador. Tinta da China.
- Rosas, F. (2012b). Salazar e o poder: A arte de saber durar. Tinta da China.
- Sageman, M. (2008). Leaderless Jihad: Terror Networks In The Twenty-First Century. University Of Pennsylvania Press.
- Santos, B. De S. (2020). A Cruel Pedagogia Do Vírus. Almedina.
- Santos, M. (2021). Cultura Woke E O Paradigma Da Censura: Um Estudo Crítico. Edições Almedina.
- Sarmiento, J. (2008). Portugal E A Globalização: Uma Abordagem Crítica. Porto Editora.
- Sassen, S. (2008). Territory, Authority, Rights: From Medieval To Global Assemblages. Princeton University Press.
- Sen, A. (1999). Development As Freedom. New York: Knopf.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Sen, A. (2002). Globalização, Desigualdade E As Vozes De Dissenso. In Globalização E Suas Descontentes (Pp. 23-45). Rio De Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sharp, G. (1973). The Politics Of Nonviolent Action (3 Vols.). Porter Sargent Publishers.
- Shaw, C. R., & Mckay, H. D. (1942). Juvenile Delinquency And Urban Areas. University Of Chicago Press.
- Shulsky, A. N., & Schmitt, G. J. (2002). Silent Warfare: Understanding The World Of Intelligence. Potomac Books.
- Sims, J. E. (1995). What is Intelligence? Information for Decision-Makers. In R. Godson, E. R. May, & G. Schmitt (Eds.), U.S. intelligence at the crossroads: Agendas for reform (pp. 1–29). Brassey's.
- Sims, J. E. (2009). Transforming U.S. Intelligence. Georgetown University Press.
- Skocpol, T. (1979). States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China. Cambridge University Press.
- Smith, J. (2020). Diversity And Inclusion In Law Enforcement: A Path To Social Justice. Cambridge University Press.
- Snow, D. A., & Benford, R. D. (1988). Ideology, frame resonance, and participant mobilization. *International Social Movement Research*, 1(1), 197–217.
- Stake, R. E. (1995). The Art of Case Study Research. SAGE Publications.
- Stiglitz, J. E. (2002). Globalization And Its Discontents. W.W. Norton & Company.
- Stone, B. (2013). The everything store: Jeff Bezos and the age of Amazon. Little, Brown and Company.
- Stott, C., & Drury, J. (2017). Contemporary Understanding Of Riots And Crowd Dynamics. In J. P. Dempsey & L. S. Forst (Eds.), *An Introduction To Policing* (8th Ed.). Cengage Learning.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Streeck, W. (2014). *Buying Time: The Delayed Crisis Of Democratic Capitalism* (P. Camiller, Trans.). Verso.
- Strogatz, S. H. (2015). *Nonlinear Dynamics And Chaos: With applications to physics, biology, chemistry, and engineering* (2nd ed.). Westview Press.
- Subtil, J. (2007). *Espionagem e Poder em Portugal: Dos descobrimentos à atualidade*. Esfera dos Livros.
- Sun Tzu. (2016). *The Art of War* (L. Giles, Trans.). Dover Publications.
- Sunstein, C. R. (2007). *Republic.Com 2.0*. Princeton University Press.
- Sutherland, E. H., & Cressey, D. R. (1974). *Criminology* (9th ed.). J.B. Lippincott.
- Swedberg, R. (1998). *Max Weber And The Idea Of Economic Sociology*. Princeton University Press.
- Tarde, G. (1890). *Les Lois De L'imitation*. Félix Alcan.
- Tarde, G. (1903). *The Laws Of Imitation* (E. W. C. Parsons, Trans.). H. Holt And Company. (Obra Original Publicado em 1890).
- Tarrow, S. (1998). *Power In Movement: Social Movements And Contentious Politics* (2nd Ed.). Cambridge University Press.
- Tarrow, S. (2011). *Power in movement: Social movements and contentious politics* (3rd ed.). Cambridge University Press.
- Taylor, K.-Y. (2016). *From #Blacklivesmatter To Black Liberation*. Haymarket Books.
- The Guardian. (2019). *Cambridge University Faces Backlash Over Academic Freedom In Noah Carl's Dismissal*. The Guardian.
- Thomaz, L. (1994). *De Ceuta A Timor*. Lisboa: Difel.
- Thoreau, H. D. (1849). *Civil Disobedience*. A. A. Knopf.
- Tilly, C. (1978). *From Mobilization To Revolution*. Addison-Wesley.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- Tilly, C. (2004). *Social Movements, 1768-2004*. Paradigm Publishers.
- Tocqueville, A. (1998). *The Old Regime And The Revolution*. (A. S. Kahan, Trans.). University of Chicago Press. (Obra Original Publicado em 1856).
- Tomlinson, J. (1999). *Globalization And Culture*. University Of Chicago Press.
- Touraine, A. (1981). *The Voice And The Eye: An Analysis Of Social Movements*. Cambridge University Press.
- Touraine, A. (1985). An Introduction To The Study Of Social Movements. *Social Research*, 52(4), 749-787.
- Touraine, A. (2006). *A New Paradigm For Understanding Today's World*. Polity Press.
- Turing, A. M. (1950). Computing machinery and intelligence. *Mind*, LIX(236), 433–460. <https://doi.org/10.1093/mind/LIX.236.433>
- United States Secret Service, National Threat Assessment Center. (2023). *Mass attacks in public spaces: 2016-2020*. U.S. Department of Homeland Security. <https://www.secretservice.gov/sites/default/files/reports/2023-01/MAPS%202016-2020.pdf>
- Ventura, A. (2022). *Identidade e família*. D. Quixote.
- Wallerstein, I. (2004). *World-Systems Analysis: An Introduction*. Duke University Press.
- Waltz, K. N. (2000). *Theory Of International Politics*. Mcgraw-Hill.
- Warner, M. (2002). Wanted: A Definition Of “Intelligence”. *Studies In Intelligence*, 46(3), Pp.15-22.
- Weber, M. (1919). *Politik als Beruf*. Duncker & Humblot.
- Weber, M. (1946). *Politics as a Vocation* (H. H. Gerth & C. Wright Mills, Trans.). In *From Max Weber: Essays in sociology* (pp. 77–128). Oxford University Press.
- Weber, M. (1978). *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology* (G. Roth & C. Wittich, Eds.). University of California Press.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Western, B. (2006). Punishment And Inequality In America. Russell Sage Foundation.

Wilson, J. Q. (1989). Bureaucracy: What Government agencies do and why they do it. Basic Books.

World Bank. (2020). World Development Report 2020: Trading for Development in the Age of Global Value Chains. World Bank. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1457-0>.

Yin, R. K. (2018). Case Study Research And Applications: Design And Methods (6th Ed.). SAGE Publications.

Zimmerman, M. A. (2000). Empowerment Theory: Psychological, Organizational, And Community Levels Of Analysis. In J. Rappaport & E. Seidman (Eds.), Handbook Of Community Psychology (Pp. 43-63). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.

Zuboff, S. (2019). The Age Of Surveillance Capitalism: The Fight For A Human Future At The New Frontier Of Power. Publicaffairs.

APÊNDICES

APÊNDICE A - GUIÃO DAS ENTREVISTAS

I- INTRODUÇÃO

Exmo. Senhor(a),

Gostaria de iniciar agradecendo a Vossa disponibilidade para participar nesta entrevista. O V. contributo é de extrema importância para a nossa investigação.

O meu nome é Carlos Manuel Valoroso Santiago e sou investigador no âmbito do XV Curso de Mestrado (Não Integrado) em Ciências Policiais e Segurança Interna, com especialidade em Gestão da Segurança, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. A presente investigação visa explorar a aplicação da Inteligência na antecipação, prevenção e gestão de comportamentos de risco associados aos movimentos sociais, com o intuito de assegurar um ambiente seguro e harmonioso no contexto democrático português.

Gostaria de ressaltar que, ao longo desta entrevista, o termo "Inteligência" é utilizado conforme definido por Sherman Kent, referindo-se à atividade de recolha, análise e disseminação de informações relevantes para a tomada de decisão informada no contexto de Segurança Interna, e não à Inteligência cognitiva.

Antes de procedermos, gostaria de confirmar que V. Ex.^a leu e assinou o consentimento informado. Reitero que todas as informações fornecidas serão tratadas com a máxima confidencialidade e utilizadas exclusivamente para fins académicos, sendo os dados anonimizados para garantir a V. privacidade.

II- PERGUNTAS DA ENTREVISTA

- 1) Poderia, por favor, descrever a sua experiência e especialização nas áreas de Política, Sociologia, Criminologia, Investigação Criminal ou Segurança Interna?
- 2) Como avalia a interrelação entre os movimentos sociais e a Segurança Interna em Portugal?
- 3) De que forma as transformações sociais e culturais em Portugal se refletem nos movimentos sociais contemporâneos?

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

- 4) Quais são os principais fatores sociais que impulsionam a emergência de movimentos sociais em Portugal e como estes influenciam a coesão social e a ordem pública?
- 5) De que modo os movimentos sociais podem promover mudanças políticas e legislativas em Portugal?
- 6) Quais são os principais comportamentos de risco associados aos movimentos sociais em Portugal, e como as estratégias de prevenção e gestão podem ser aprimoradas?
- 7) Em que medida a Inteligência contribui para a antecipação e prevenção de ameaças à Segurança Interna, particularmente no contexto dos movimentos sociais? Pode fornecer exemplos de casos em que a Inteligência teve um impacto significativo?
- 8) Em que medida a Inteligência contribui para a antecipação e prevenção de ameaças à Segurança Interna, particularmente no contexto dos movimentos sociais? Pode fornecer exemplos de casos em que a Inteligência teve um impacto significativo?
- 9) Como é que a cooperação entre a Inteligência e outras entidades de Segurança Pública pode ser otimizada para mitigar os riscos associados aos movimentos sociais?
- 10) Quais as principais recomendações que faria para o aprimoramento das políticas de Segurança Interna em relação aos movimentos sociais?
- 11) Existe algum aspeto que não tenhamos abordado e que considere relevante para esta investigação?

APÊNDICE B1: ENTREVISTADO 1

I - Perguntas Iniciais

1) Poderia, por favor, descrever a sua experiência e especialização nas áreas de Política, Sociologia, Criminologia, Investigação Criminal ou Segurança Interna?

R: A minha especialização abrange, fundamentalmente, a área da segurança interna, na medida em que sou licenciado em Ciências Militares, Ramo GNR, pela Academia Militar, e pós-graduado em Criminologia, em Ciências Criminais, em Ciências Militares e Policiais, e em Direito e Segurança. Em termos de experiência profissional na área, ocupei os cargos em Unidades Especializadas da GNR, como a Unidade de Intervenção, a Unidade de Segurança e Honras de Estado, bem como em Órgãos Superiores de Comando e Direção.

2) Como avalia a interrelação entre os movimentos sociais e a Segurança Interna em Portugal?

R: Em Portugal, a interrelação entre os movimentos sociais e a segurança interna é complexa e multifacetada. Por um lado, os movimentos sociais são cruciais para a promoção de mudanças sociais e políticas, oferecendo uma plataforma para que diversas entidades possam expressar preocupações nas mais variadas áreas. Por outro lado, a segurança interna deve equilibrar o direito à liberdade de expressão e à manutenção da ordem pública. É, pois, neste equilíbrio entre as autoridades e os movimentos sociais que se deve construir confiança e cooperação na sociedade, minimizando potenciais conflitos e ameaças à segurança interna.

II - Perguntas Específicas

3) De que forma as transformações sociais e culturais em Portugal se refletem nos movimentos sociais contemporâneos?

R: As transformações sociais e culturais nas últimas décadas têm tido um impacto significativo nos movimentos sociais contemporâneos principalmente através da globalização e tecnologia; das alterações demográficas; da desigualdade económica; e, inclusive, das questões ambientais.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

4) Quais são os principais fatores sociais que impulsionam a emergência de movimentos sociais em Portugal e como estes influenciam a coesão social e a ordem pública?

R: Podemos constatar que em Portugal os movimentos sociais são impulsionados por diversos fatores que refletem as preocupações e exigências da sociedade, vejam-se, os casos, da desigualdade socioeconómica; os direitos civis e liberdades individuais; o descontentamento político; e, muito atual, as redes sociais. Em termos de influência na coesão social, os movimentos podem tanto fortalecer a coesão em prol de um objetivo comum, quanto desafiá-la, se forem divisíveis ou polarizadores. Na ordem pública, por sua vez, os movimentos pacíficos podem integrar o sistema de forma construtiva, ou resultarem mesmo em desafios para a segurança pública.

5) De que modo os movimentos sociais podem promover mudanças políticas e legislativas em Portugal?

R: Considero que, de forma geral, os movimentos sociais poderão influenciar o quadro legislativo nacional através da consciencialização pública, desde que não radicalizando comportamentos.

6) Quais são os principais comportamentos de risco associados aos movimentos sociais em Portugal, e como as estratégias de prevenção e gestão podem ser aprimoradas?

R: Atenta a minha experiência, relevo como principais comportamentos de risco os protestos violentos e o vandalismo. No que concerne a melhoria das estratégias de prevenção e gestão, desses comportamentos de risco, penso que deverá passar, essencialmente, pela consciencialização e diálogo, concomitantemente com a formação da forças e serviços de segurança, numa estratégia de win-win.

7) Qual é o papel das redes sociais na disseminação de comportamentos de risco relacionados com os movimentos sociais, e como as forças de segurança enfrentam os desafios de monitorização e controlo desses comportamentos?

R: Considero que é comumente reconhecido que as redes sociais têm a capacidade de ampliar o alcance da mensagem que se pretende passar. Aliado a este aspeto, a organização e mobilização que permite relativamente ao universo que pretende atingir é também bastante relevante. Como tudo na vida, este aspeto “universal” também cria vulnerabilidades no que concerne a monitorização, vejam-se, os casos, da velocidade

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

da informação e a privacidade dos dados. As forças de segurança encontram-se muito dependentes das capacidades que resultam do investimento, contudo o know-how é a mais-valia das forças e serviços de segurança que, mesmo limitadas, persistem no desafio diário de cumprir a sua missão e contruir de forma eficaz para a segurança nacional.

8) Em que medida a Inteligência contribui para a antecipação e prevenção de ameaças à Segurança Interna, particularmente no contexto dos movimentos sociais? Pode fornecer exemplos de casos em que a Inteligência teve um impacto significativo?

R: Atenta a importância que detêm os Serviços nacionais, destaco como principais contributos para a antecipação e prevenção de ameaças à segurança interna os seguintes aspetos: a identificação de tendências; a avaliação da ameaça; e a monitorização de TIC.

9) Como é que a cooperação entre a Inteligência e outras entidades de Segurança Pública pode ser otimizada para mitigar os riscos associados aos movimentos sociais?

R: Assim como tantas outras áreas onde os recursos são multiplicados não em função da resposta, mas sim em função do número de entidades, urge concretizar um processo integrado entre as várias entidades com responsabilidade na resposta em caso de incidentes relativos aos movimentos sociais.

10) Quais as principais recomendações que faria para o aprimoramento das políticas de Segurança Interna em relação aos movimentos sociais?

R: Da minha experiência profissional, penso deverá passar pela otimização da capacitação das forças de segurança relativamente aos direitos humanos e, principalmente, implementar, mas de forma concreta e efetiva, medidas de cooperação interinstitucional.

11) Existe algum aspeto que não tenhamos abordado e que considere relevante para esta investigação?

R: Não!

APÊNDICE B2: ENTREVISTADO 2

1) Poderia, por favor, descrever a sua experiência e especialização nas áreas de Política, Sociologia, Criminologia, Investigação Criminal ou Segurança Interna?

R: A minha experiência é com base da minha formação académica ao longo do curso de Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP), em que os estudantes aprendem sobre vários fenómenos criminais de forma pluridisciplinar. Este curso combina com conhecimentos de várias áreas científicas, como Direito, Sociologia, Psicologia e Investigação Criminal, bem como se interliga a Segurança Interna.

2) Como avalia a interrelação entre os movimentos sociais e a Segurança Interna em Portugal?

R: A interrelação entre movimentos sociais e segurança interna é de elevada complexidade multifacetada. Estes movimentos sociais, na minha modéstia opinião pode influenciar a própria segurança interna de várias formas, por exemplo: Participação Cívica, fortalece a democracia ao exigir transparência e responsabilidade do Governo.

II - Perguntas Específicas

3) De que forma as transformações sociais e culturais em Portugal se refletem nos movimentos sociais contemporâneos?

R: A sua precaridade e emprego, “geração à rasca”, surgiu em resposta à crise financeira bem presente como por exemplo: a falta de oportunidades para jovens, destacando as suas necessidades na procura do mercado de trabalho (1º emprego).

4) Quais são os principais fatores sociais que impulsionam a emergência de movimentos sociais em Portugal e como estes influenciam a coesão social e a ordem pública?

R: Na minha opinião, as questões de direitos humanos como a igualdade de género, direitos por “LGBT”, uma luta por uma maior inclusão e contra a discriminação, que efetivamente reflete numa Sociedade mais consciente e ativa pelos direitos fundamentais. As suas mudanças climáticas bruscas e a sua sustentabilidade ambiental, poderão ser um problema na proteção do meio ambiente.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

5) De que modo os movimentos sociais podem promover mudanças políticas e legislativas em Portugal?

R: De várias formas como por exemplo em campanhas que promovam um ambiente favorável de mudanças, incluindo ONG'S, sindicatos e grupos comunitários para um mundo melhor, por exemplo: uma melhor habitação, mais oportunidades de emprego para jovens licenciados.

6) Quais são os principais comportamentos de risco associados aos movimentos sociais em Portugal, e como as estratégias de prevenção e gestão podem ser aprimoradas?

R: São estes movimentos sociais em Portugal que podem estar associados vários comportamentos de risco, como por exemplo “cova da moura”: protestos violentos, embora sejam pacíficos, alguns podem escalar para confrontos violentos com os serviços e forças de segurança, muitas das vezes provocando danos de propriedade. Contudo as estratégias para esta prevenção e gestão, apostar mais na (Prevenção/formação/Intervenção) destes fenómenos criminais. Desta formação deve incluir a sensibilização para os direitos humanos (crimes sexuais), esta importância da proporcionalidade numa melhor resposta e mais eficiente nestes fenómenos criminais. Um Melhor conhecimento na monitorização de análise de dados, para prever e conseguir identificar comportamentos de risco que poderá permitir uma melhor resposta.

7) Qual é o papel das redes sociais na disseminação de comportamentos de risco relacionados com os movimentos sociais, e como as forças de segurança enfrentam os desafios de monitorização e controlo desses comportamentos?

R: A disseminação de informações falsas ou enganosas (FAKE NEWS), podem levar a comportamentos de risco. A radicalização, de grupos extremistas podem também usar redes sociais para recrutar membros, para criar medo e sentimento de insegurança na Sociedade.

8) Em que medida a Inteligência contribui para a antecipação e prevenção de ameaças à Segurança Interna, particularmente no contexto dos movimentos sociais? Pode fornecer exemplos de casos em que a Inteligência teve um impacto significativo?

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

R: A identificação de ameaças em tempo real, a prevenção de atos criminosos, protegendo a sociedade e mantendo a ordem pública, a antecipação de possíveis ataques, que permitem a implementação de medidas de segurança adequadas ao grau de ameaça e risco que pode provocar na comunidade.

9) Como é que a cooperação entre a Inteligência e outras entidades de Segurança Pública pode ser otimizada para mitigar os riscos associados aos movimentos sociais?

R: Para a mitigação destes riscos, é necessária mais formação no uso de tecnologias, avançadas como a análise de dados: BIG DATA, utilizar ferramentas para analisar comportamentos de risco associados em colaboração com outras entidades europeias na troca de informação para melhor eficiência no combate às redes (DARKWEB/DARKNET).

10) Quais as principais recomendações que faria para o aprimoramento das políticas de Segurança Interna em relação aos movimentos sociais?

R: Uma das principais recomendações, ou melhor para mim uma das mais importantes é a transparência e responsabilidade nas suas ações no que respeita às forças e serviços de Segurança, cargos políticos, que efetivamente sejam transparentes e sujeitos a mecanismos de responsabilidade para aumentar a sua confiança. Por exemplo, a relação entre o crime por tráfico de influências e movimentos sociais pode ser vista sob diferentes perspetivas, por um lado, o combate ao tráfico de influências, pode fortalecer a integridade das instituições e garantir que as políticas públicas sejam implementadas de forma mais justa e transparente. Por outro lado, é importante garantir que medidas de segurança interna não sejam usadas para reprimir movimentos sociais.

11) Existe algum aspeto que não tenhamos abordado e que considere relevante para esta investigação?

R: Por exemplo, o crime da corrupção, é um problema que afeta profundamente a sociedade e as instituições, instabilidade política, proteção dos seus direitos, abusos de poder, a violação dos direitos humanos, deste modo promover uma melhor transparência e participação da parte dos cidadãos em prevenir a corrupção e fortalecer numa democracia mais transparente.

APÊNDICE B3: ENTREVISTADO 3

1) Poderia, por favor, descrever a sua experiência e especialização nas áreas de Política, Sociologia, Criminologia, Investigação Criminal ou Segurança Interna?

R: A experiência a que posso fazer apelo, nas matérias citadas, decorre do exercício de funções de gestão e direção de segurança corporativa, em ambientes empresariais privados e públicos, durante cerca de 30 anos, da formação académica obtida internacionalmente, sempre na área da segurança em termos latos, e de 14 anos como professor universitário regendo cadeiras de *intelligence*, gestão de riscos, crime organizado, terrorismo, entre outras na Universidade Lusófona.

2) Como avalia a interrelação entre os movimentos sociais e a Segurança Interna em Portugal?

R: Para responder a esta questão importa começar por saber o que se pode entender por movimento social porque existem várias definições, do que é um movimento social e, algumas vezes, a denominação não só é utilizada de forma incorrecta mas também intencionalmente para fazer prosseguir determinados objectivos menos confessáveis. Esta utilização do termo sem grande critério tem antecedentes a 1897, quando Albion Small já considerava que o termo “Movimento Social” tinha perdido a sua dignidade e se tinha tornado tão comum que estava a ser desprezado.

Segundo Dieter Rucht na perspectiva marxista podemos encontrar dois entendimentos de movimento social: um, como mudança de grande escala na sociedade, mas que não é guiada por esforços intencionais de alguns actores, e dois, as mudanças profundas que se operam numa sociedade por força de actores colectivos relevantes. No primeiro caso teríamos a transição da sociedade dos caçadores e colectores para a sociedade agrária, e no segundo caso exemplos como o do movimento feminista, movimento do trabalho e similares.

Para resumir, vamos seguir a definição de movimento social de Rucht, o qual define movimento social como uma tentativa colectiva de conseguir (ou de resistir a) uma mudança social, levada a cabo por uma rede ou grupos ou organizações que apoiando-se num sentido de identidade colectiva se apresentam primariamente através do protesto público.

Com esta definição podemos rapidamente separar, por exemplo, o movimento escutista o qual é considerado movimento social, mas não na acepção atrás defendida, ou até diferenciar um grupo de protesto de um movimento social.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

Se aceitarmos a definição de Rucht, um movimento social possui sempre uma componente de protesto público e, portanto, o inter-relacionamento entre a segurança pública e os movimentos sociais vai ser sempre corolário dos meios utilizados por estes para levarem a cabo o seu protesto. De uma forma geral por aquilo que nos é dado a conhecer só cerca de 2% de manifestações públicas em Portugal é que levantam problemas de segurança mais sérios pelo que podemos aceitar que o inter-relacionamento actual é considerado equilibrado.

II - Perguntas Específicas

3) De que forma as transformações sociais e culturais em Portugal se refletem nos movimentos sociais contemporâneos?

R: Ver resposta a seguir.

4) Quais são os principais fatores sociais que impulsionam a emergência de movimentos sociais em Portugal e como estes influenciam a coesão social e a ordem pública?

R: Diria que fundamentalmente é a cópia, com razão ou sem ela, de comportamentos mantidos nos restantes países europeus. Ou somos europeus ou não somos, e se o somos teremos que de uma vez por todas assumirmos que as nossas fronteiras são as fronteiras exteriores da EU; assim, os nossos jovens actualmente movimentam-se a todos os níveis – social, académico, empresarial, político – na Europa e, portanto, as ligações a movimentos, a partilha de objectivos e de estratégias não tem porque nos surpreender, só temos é que nos preparar para tal. É suposto a EU ser um espaço igual para todos os cidadãos, pelo que é fácil que a motivação para a existência de tais movimentos seja facilmente copiada e trasladada.

5) De que modo os movimentos sociais podem promover mudanças políticas e legislativas em Portugal?

R: Qualquer grupo de cidadãos pode propor mudanças em Portugal, bastará para o efeito lançar uma petição pública e obter o número de aderentes suficientes para a matéria ser discutida na Assembleia da República.

6) Quais são os principais comportamentos de risco associados aos movimentos sociais em Portugal, e como as estratégias de prevenção e gestão podem ser aprimoradas?

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

R: Os comportamentos de risco serão sempre os decorrentes da forma legal ou ilegal que os movimentos escolham utilizar para dar voz ao seu protesto. Desde o lançamento de tinta contra pessoas, até ao sequestro de vias de comunicação ou até ataques digitais tudo pode ser utilizado, pelo que é do estudo de tais comportamentos e das análises de riscos consequentes e reais se poderão obter quiçá melhores estratégias.

7) Qual é o papel das redes sociais na disseminação de comportamentos de risco relacionados com os movimentos sociais, e como as forças de segurança enfrentam os desafios de monitorização e controlo desses comportamentos?

R: As redes sociais são um elemento multiplicador do alcance da mensagem, amplificador da mesma e uma alavanca extraordinária da rapidez de transmissão. As forças e serviços de segurança já utilizam o social media *intelligence* (SOCMINT) que ainda é a melhor ferramenta para a monitorização de tais comportamentos.

8) Em que medida a Inteligência contribui para a antecipação e prevenção de ameaças à Segurança Interna, particularmente no contexto dos movimentos sociais? Pode fornecer exemplos de casos em que a Inteligência teve um impacto significativo?

R: A Inteligência, em minha opinião, é o principal meio de antecipação de qualquer situação indesejável quer seja proveniente de uma acção de um movimento social ou de outra qualquer natureza; quando a Inteligência não existe ou não é utilizada por qualquer razão, não existe prevenção, mas sim reacção. A Inteligência por natureza e definição não publicita os seus sucessos, o que acontece é que, por vezes, os seus insucessos são conhecidos.

9) Como é que a cooperação entre a Inteligência e outras entidades de Segurança Pública pode ser otimizada para mitigar os riscos associados aos movimentos sociais?

R: Em segurança, lato sensu, a análise das situações deve ser sempre realizada de uma forma holística, pelo que não concebo respostas parciais, as respostas terão também de ser sistematizadas e holísticas, pelo que a eventual não-cooperação entre a Inteligência e outras entidades de Segurança Pública não faz qualquer sentido.

10) Quais as principais recomendações que faria para o aprimoramento das políticas de Segurança Interna em relação aos movimentos sociais?

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

R: Não aplicável.

11) Existe algum aspeto que não tenhamos abordado e que considere relevante para esta investigação?

R: Haverá certamente aspectos que não terão sido abordados, mas essa é também a razão da continuação da investigação, não é possível abranger tudo num dado momento.

APÊNDICE B4: ENTREVISTADO 4

1) Poderia, por favor, descrever a sua experiência e especialização nas áreas de Política, Sociologia, Criminologia, Investigação Criminal ou Segurança Interna?

R: Como deputado da Assembleia da República pelo partido Chega, concentro-me em defender uma política de segurança firme e na aplicação rigorosa da lei, áreas que considero essenciais para garantir uma Sociedade estável e proteger os cidadãos de ameaças. Embora a minha formação seja em Direito, a minha experiência e observação dos desafios enfrentados diariamente pelas forças de segurança, desde cedo, fizeram-me compreender a importância de uma política de segurança forte e determinada, capaz de conter o avanço de comportamentos de risco e violência.

2) Como avalia a interrelação entre os movimentos sociais e a Segurança Interna em Portugal?

R: A meu ver, a interrelação entre movimentos sociais e segurança interna é clara: a liberdade de expressão é um direito fundamental, mas não pode servir de cobertura para ações que desafiam a ordem pública. A defesa da segurança interna exige que o Estado atue com firmeza contra movimentos que ameacem a paz social e tentem desestabilizar as instituições. As forças de segurança devem ter as condições necessárias para agir de forma preventiva e repressiva contra qualquer elemento que atente contra a segurança e a ordem.

II – Perguntas Específicas

3) De que forma as transformações sociais e culturais em Portugal se refletem nos movimentos sociais contemporâneos?

R: As mudanças culturais e sociais recentes em Portugal têm levado a um ativismo mais acentuado, em muitos casos promovendo divisões e incitando desobediência à autoridade. Estas dinâmicas representam uma ameaça crescente à segurança e exigem uma resposta à altura das forças de segurança. É fundamental que estas tenham o poder necessário para monitorizar e prevenir situações potencialmente perigosas, protegendo assim a sociedade contra a instabilidade e o caos.

4) Quais são os principais fatores sociais que impulsionam a emergência de movimentos sociais em Portugal e como estes influenciam a coesão social e a ordem pública?

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

R: A emergência de movimentos sociais em Portugal está muitas vezes ligada a questões que acabam por ser instrumentalizadas para propagar agendas radicais. Estes movimentos podem ser nocivos à coesão social, pois apelam a divisões e ao confronto, desafiando a ordem pública. Para garantir a segurança e a paz, é crucial que o Estado reforce a autoridade e as forças de segurança, a fim de manter a ordem e assegurar que a lei seja respeitada.

5) De que modo os movimentos sociais podem promover mudanças políticas e legislativas em Portugal?

R: Reconheço que movimentos sociais têm capacidade de influenciar a política, mas é essencial que o legislador tenha sempre em vista o interesse da “maioria silenciosa” dos cidadãos, e não de “minorias ruidosas” com agendas subversivas. É fundamental que o poder legislativo e os órgãos de segurança mantenham a sua integridade e não cedam a pressões que possam ameaçar a estabilidade e o respeito pela Lei.

6) Quais são os principais comportamentos de risco associados aos movimentos sociais em Portugal, e como as estratégias de prevenção e gestão podem ser aprimoradas?

R: Os comportamentos de risco mais associados a movimentos sociais incluem a violência, o vandalismo, e a desobediência às autoridades. Estes comportamentos devem ser enfrentados com uma política de “tolerância zero”. Defendo um policiamento preventivo, com poder de intervir de forma decidida e rigorosa, para evitar que estas ações ponham em risco a segurança de pessoas e bens. É vital que as forças de segurança disponham de todos os meios e apoio necessários para agir de forma eficaz.

7) Qual é o papel das redes sociais na disseminação de comportamentos de risco relacionados com os movimentos sociais, e como as forças de segurança enfrentam os desafios de monitorização e controlo desses comportamentos?

R: As redes sociais tornaram-se ferramentas que facilitam a mobilização de grupos radicais e a disseminação de ideias que incitam ao desrespeito pela autoridade. Para enfrentar estes desafios, as forças de segurança devem ter acesso a tecnologia de ponta para monitorizar e controlar essas redes. Acredito que é urgente dotar as autoridades de mecanismos legais que lhes permitam agir rapidamente e deter quem utiliza as redes para fomentar comportamentos de risco.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

8) Em que medida a Inteligência contribui para a antecipação e prevenção de ameaças à Segurança Interna, particularmente no contexto dos movimentos sociais? Pode fornecer exemplos de casos em que a Inteligência teve um impacto significativo?

R: A Inteligência é fundamental na antecipação de ameaças, permitindo identificar focos de perigo e possibilitar uma atuação preventiva. No contexto dos movimentos sociais, uma Inteligência robusta permite localizar potenciais agitadores antes de qualquer ação disruptiva, assegurando uma resposta ágil das forças de segurança. Considero que a Inteligência deve ser fortalecida para fazer frente a esses grupos e prevenir qualquer perturbação à ordem pública.

9) Como é que a cooperação entre a Inteligência e outras entidades de Segurança Pública pode ser otimizada para mitigar os riscos associados aos movimentos sociais?

R: A eficácia das forças de segurança depende de uma coordenação estreita e sem barreiras entre os órgãos de Inteligência e as entidades de segurança pública. Esta cooperação deve ser assente numa partilha total de informações, assegurando que qualquer ameaça seja abordada com rapidez e firmeza. A integração de competências e uma comunicação direta são essenciais para reforçar a capacidade de resposta contra atividades que possam desafiar a segurança e estabilidade do país.

10) Quais as principais recomendações que faria para o aprimoramento das políticas de Segurança Interna em relação aos movimentos sociais?

R: É essencial adotar uma postura de intransigência perante ações que visem a desestabilização social. Defendo o reforço dos poderes das forças de segurança, incluindo a modernização tecnológica e o apoio jurídico necessário para intervir sem hesitação. Além disso, é vital que os tribunais apoiem essa postura, aplicando penas exemplares para quem pratica violência e desobediência em manifestações. A sociedade deve sentir que as forças de segurança têm o apoio institucional para proteger a ordem e a paz.

11) Existe algum aspeto que não tenhamos abordado e que considere relevante para esta investigação?

R: Sublinho que uma política de segurança interna robusta e rigorosa é essencial para a proteção dos cidadãos de bem. Só uma política de “tolerância zero” e o

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM PORTUGAL:

O Contributo da Inteligência na Preservação da Segurança Interna

fortalecimento contínuo das forças de segurança permitirão que Portugal mantenha a sua estabilidade e segurança. O Estado deve demonstrar que está ao lado da maioria silenciosa, que exige paz e ordem, em vez de ceder a pressões de minorias disruptivas.